

**CASA DE OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ**  
**Programa de História das Ciências e da Saúde**

**ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES**  
Centre Alexandre-Koyré – Histoire des Sciences et des Techniques

O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na  
América portuguesa, 1750-1808

**Danielle Sanches de Almeida**

Tese desenvolvida em regime de cotutela, defendida no Rio de Janeiro

Paris-Rio de Janeiro  
2017

DANIELLE SANCHES DE ALMEIDA

O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na  
América portuguesa, 1750-1808

Tese de doutorado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
História da Ciência e da Saúde da  
Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz e  
ao Centro Alexandre Koyré da  
École des Hautes Etudes en  
Sciences Sociales, como requisito  
parcial para a obtenção do Grau de  
Doutor (tese em cotutela). Área de  
Concentração: História das  
Ciências

Orientadores: Profa. Dra. Lorelai B. Kury e Prof. Dr. Kapil  
Raj

**RIO DE JANEIRO – PARIS  
2017**

**ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES**  
Formation Doctorale “Sciences, techniques, savoirs: histoire et  
Société”  
Centre Alexandre Koyré

Thèse  
Pour l’obtention du titre de docteur de l’EHESS

La traite des plantes : les intermédiaires de la guérison et le commerce des  
drogues dans l’Amérique portugaise, 1750-1808

Présenté par  
Danielle Sanches de Almeida  
Soutenance:25.09.2017

A447t Almeida, Danielle Sanches de

O trato das plantas: os intermediários da cura e do comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808 / Danielle Sanches de Almeida – Rio de Janeiro: s.n., 2017.

382 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Centro Alexandre Koyré, 2017.

1. Comércio. 2. Preparações Farmacêuticas. 3. Iluminismo.  
4. Plantas.

CDD 381.4388

DANIELLE SANCHES DE ALMEIDA

O trato das plantas: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz e ao Centro Alexandre Koyré da École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor (tese em cotutela). Área de Concentração: História das Ciências

Aprovada em 25 de setembro de 2017

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lorelai Brilhante Kury – PPGHCS FIOCRUZ (Orientador)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Kapil Raj – CAK EHESS/Paris (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Laurinda Abreu – Universidade de Évora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iris Kantor – USP

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Timothy Walker – University of Massachusetts Dartmouth

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Salgado Pimenta – PPGHCS - FIOCRUZ

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Heloisa Gesteira – MAST/ PUC-Rio

Suplente:

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Carlos Gabriel Guimarães – UFF

---

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Flávio Coelho Edler – PPGHCS - FIOCRUZ

**Para meus pais, por toda vida feliz que me proporcionam<sup>1</sup>.**

---

Essa tese também é dedicada ao Brasil que eu acredito ser o único possível: àquele que investe em Ciência e em Educação e que formula Políticas Públicas para todos. Que se dedica às causas minoritárias e busca soluções para a miséria e a fome – que havia sido extinta e atualmente voltou a ser noticiada. Sobretudo esta tese é dedicada ao Brasil democrático, livre de golpes políticos.

## Agradecimentos

Após quatro anos e meio de dedicação e concentração para fazer uma tese chegou a hora de agradecer a todos que fizeram parte desta caminhada, ainda mais que o percurso que escolhi foi duro, árduo, complicado, mas necessário e por isso precisei de muitas pessoas dispostas a ajudar e que acreditaram no objeto deste trabalho.

Logo que defendi a dissertação de mestrado, no departamento de História Social da USP, eu fui trabalhar num projeto na FGV/RJ (Fundação Getúlio Vargas) que se tornaria um contrato de mais de quatro anos me afastando assim das discussões acadêmicas da História e do meu antigo tema de pesquisa: o Comércio de Medicamentos. Num determinado dia decidi que tudo o que eu mais queria era voltar para a História, principalmente para o tema do comércio dos medicamentos e buscando um lugar para esse retorno acabei sendo escolhida pela COC/Fiocruz a quem agradeço em primeiro lugar por todo apoio que recebi desde o momento da inscrição no processo seletivo do doutorado, a todo o corpo docente e aos queridos funcionários da secretaria de pós: Sandro, Paulo e Maria Cláudia.

Em segundo lugar, agradeço ao CNPq que me concedeu uma bolsa de pesquisa por quatro anos que me possibilitou sair do meu antigo trabalho e me dedicar as aulas, as pesquisas e a própria tese. Em 2013, ano que eu entrei no doutorado, as agências de fomento do governo ainda cumpriam o seu papel de financiadoras de projetos de pesquisa, oxalá que um dia voltem a ser.

Agradeço à minha orientadora Profa. Dra. Lorelai B. Kury pelo apoio incondicional que me deu ao longo da tese e das minhas escolhas ao longo dessa caminhada. Uma dessas escolhas foi tentar antes da qualificação uma bolsa de pesquisa na Cátedra Jaime Cortesão/USP a quem agradeço muitíssimo pela concessão da bolsa que me propiciou ir à Lisboa pesquisar pela primeira vez nos arquivos portugueses fundos documentais relacionados ao comércio de boticas.

Agradeço a Profa. Dra. Leonor Costa Freire pela carta de recomendação que me deu para conseguir essa bolsa da Cátedra. Assim como agradeço à Profa. Dra. Maria Marta Lobo por ter me acolhido em Portugal, indicando bibliografia, se interessando pela pesquisa e estando atenta a todo o meu percurso. Agradeço enormemente pelo carinho.

À Profa. Dra. Iris Kantor por ter sido uma grande orientadora na minha vida e também por torcer e apoiar as minhas escolhas acadêmicas. Também agradeço ao Prof. Dr. Luciano Raposo Figueiredo por estar presente e ser interessado pelo meu percurso acadêmico/profissional desde de a graduação e da orientação de iniciação científica.

Agradeço à Profa. Dra. Heloísa Gesteira e à Profa. Dra. Iris Kantor pelas considerações feitas ao material da qualificação e ao capítulo apresentado. Sem dúvida o momento da qualificação me norteou muito mais para busca de novos documentos durante o estágio sanduíche no exterior, com bolsa CAPES a quem agradeço muitíssimo essa possibilidade.

Outra escolha muito acertada foi fazer o doutorado sanduíche na EHESS/Paris, em 2015, sob a orientação do Prof. Dr. Kapil Raj. O prof. Kapil que é um grande nome nas pesquisas sobre a História da Ciência, História Global e Circulação de Saberes e Práticas e ainda assim me acolheu de braços abertos e fez de tudo para que a minha estada em Paris ficasse ainda mais agradável. Nesse contexto de frequência nas aulas, na sala de alunos no CAK e nas reuniões de acompanhamento surgiu a ideia de fazer uma tese em cotutela, onde eu teria uma dupla titulação: da EHESS e da COC/Fiocruz. Os meus orientadores me apoiaram muito e não esmoreceram frente a intensa burocracia que existe para tal empreitada e por essa razão sou extremamente grata a ambos. Assim como a todos os funcionários da Fiocruz que trabalharam para isso e da EHESS sobretudo a sra. Claudine Raymond e outros responsáveis pela Scolarité.

Durante a minha estada em Paris fiz muitos amigos. Amigos com quem passei muito tempo falando da tese ou de coisas cotidianas. Agradeço muito à Mariana Espejo pela amizade sincera e apoio contínuo. Ao grupo de brasileiros em Paris: Edmar, Mariana, Vivi, Priscila, Juliana e Helicarla meu muito obrigada por estarmos juntos todos os fins de semana e feriados passados longe da família. Agradeço a Jacqueline Boyer por ter me inserido na cultura francesa. Agradeço em especial a uma amiga de vida, amiga que me ajudou durante todo o penoso processo de cotutela, Catarina Cotic Belloube, e que juntas compartilhamos alegrias e tristezas. Agradeço a Matheus Duarte que me ajudou muito após o meu retorno ao Rio nas questões burocráticas da cotutela.

Após um grande tempo em Paris voltei à Lisboa para ver outros fundos e arquivos que não tinha conseguido ver em 1 mês de bolsa que eu havia ganhado em 2014. Ali encontrei acolhimento da amiga de pós-graduação da COC/Fiocruz Ana Paula Magno quem me indicou procurar a sua orientadora para me aconselhar na busca de novos documentos. Assim conheci a Profa. Dra. Laurinda Abreu a quem agradeço imensamente pelas conversas sobre os fundos documentais, sobre o objeto da tese e pela generosidade em ter me concedido acesso aos dados recolhidos pelo seu projeto de pesquisa, além do convite para ter ido à Évora participar de uma conferência e apresentar as primeiras impressões da pesquisa.

Agradeço a Luísa Gama, orientanda da profa. Laurinda, pelas conversas e interesse no meu tema de pesquisa. Da mesma maneira agradeço aos amigos do Departamento de História das Ciências, da Universidade de Lisboa, que conheci durante minhas pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e que me acolheram com muita amizade: Catarina Madruga e Wellington Bernardelli.

Horas passadas pelos arquivos fazem surgir muitas amizades dessa maneira agradeço aos grandes amigos que fiz nos arquivos, em Portugal, que se tornaram amigos da vida: Jesus, Thiago, Valter e Tomás que foram fantásticos a cada café que tomávamos e discutíamos desde da historiografia até questões práticas da vida.

Agradeço aos funcionários de todos os arquivos e bibliotecas pelas quais passei na França ou em Portugal. Todos muito solícitos e interessados na pesquisa. Agradeço principalmente a sra. Odete por ter me dado acesso a uma série de manuscritos em mau estado, no ANTT, e pela paciência por todos os meus inúmeros pedidos ao fundo mais



incompreendido que existe lá: os Feitos Findos. Agradeço ao David Felismino que trabalhava no Museu de História das Ciências da Universidade de Lisboa e me concedeu acesso a todos os documentos manuscritos do Arquivo do Museu.

Agradeço ao Diretor da DAPP/FGV, Dr. Marco Aurélio Ruediger, por todas as oportunidades de trabalho que me deu. Também agradeço a toda equipe da DAPP/FGV por compreender o momento tenso da finalização da tese compartilhado com o trabalho. É muito bom trabalhar com tanta gente interessante e interessada, muito obrigada.

Agradeço aos meus queridos amigos da pós-graduação que permaneceram comigo durante todo o doutorado e que certamente ficarão para toda a vida: Ricardo, Fred e Carol obrigada por tudo!! Por todas as conversas, risos e choros.

Agradeço à Suemi Higuchi e pela oportunidade de fazer parte de um grupo que pensa as Humanidades Digitais no Brasil. Muito obrigada pelo carinho e pela acolhida.

Agradeço aos meus amigos que já se tornaram família e a minha família pela paciência nas minhas sucessivas negativas em sair de casa. Obrigada Renato Franco, Ana Carolina, Tereza, Aline, Joana, Juliana e a todos aqueles que me apoiaram e me aceitaram durante esse momento tão ausente que estive. Da mesma maneira agradeço aos meus pais por todo apoio que me deram durante a vida.

Voltando à Portugal e as amigas de alma que a vida nos concede: agradeço à vida por ter permitido que a minha rotina fosse passar tantas horas no ANTT e visto tantos documentos que acabaram me aproximando do meu querido e amado Luis. Obrigada meu bem por ser esse presente que a vida me deu, obrigada por tudo. Agradeço ainda a D. Maria Fernanda pela sua amizade, carinho, preocupação e apoio com a nossa família, tenho certeza que estaremos juntos por muitos anos.

## Resumo

A expansão ultramarina e a circulação de novos produtos entre o Novo e o Velho Mundo são uma das grandes questões para a historiografia que se dedica ao comércio Atlântico e ao comércio global. Ao passo que especialistas têm trabalhado com esse tema no que diz respeito a inserção, adaptação e consumo desses novos gêneros na América, na Europa, Ásia e África pouco se tem discutido sobre os agentes que promoveram essa circulação em torno do globo: os comerciantes especializados – droguistas - e as suas companhias de comércio. Essa tese apresenta uma história interconectada entre aqueles que forneceram produtos para o mercado médico na Europa e na América portuguesa e as formas de inserção de novos medicamentos pelo comércio global na segunda metade do século XVIII. Seu principal objetivo consiste em fornecer um panorama analítico para a compreensão de processos que foram mutuamente globais e locais, por exemplo: o fato de como um medicamento ameríndio se tornou um remédio atestado e garantido pela medicina europeia ou asiática? E como esses produtos foram introduzidos nesses circuitos e por quais vias mercantis?

Palavras-Chave: Comércio, Plantas, Remédios, Circulação, Iluminismo

## Résumé

L'expansion à l'étranger et la circulation de nouveaux produits entre le Nouveau et l'Ancien sont l'un des grands enjeux de l'historiographie dédiée au commerce de l'Atlantique et au commerce mondial. Bien que les spécialistes aient travaillé sur cette question en ce qui concerne l'insertion, l'adaptation et la consommation de ces nouveaux genres en Amérique, en Europe, en Asie et en Afrique, il y a eu peu de discussions sur les agents qui ont promu ce mouvement dans le monde entier: les commerçants spécialisés - les pharmaciens - et leurs entreprises commerciales. Cette thèse présente une histoire interconnectée entre ceux qui ont fourni des produits pour le marché médical en Europe et l'Amérique portugaise et la manière dont de nouveaux médicaments ont été introduits par le commerce mondial dans la seconde moitié du 18ème siècle. Son objectif principal est de fournir un aperçu analytique de la compréhension des processus qui ont été mutuellement globaux et locaux, par exemple: comment un médicament amérindien est-il un médicament certifié et garanti par la médecine européenne ou asiatique? Et comment ces produits ont-ils été introduits dans ces circuits et par quels itinéraires du marché?

Mots-clés: commerce, plantes, médicaments, circulation, illumination

## Abstract

The overseas expansion and circulation of new products between the New and Old World are one of the great issues for the historiography that is dedicated to the Atlantic trade and to the global commerce. While specialists have been working on this issue with regard to the insertion, adaptation and consumption of these new genres in America, Europe, Asia and Africa, there has been little discussion about the agents who have promoted this movement around the globe: specialized traders - druggists - and their trading companies. This thesis presents an interconnected history between those who provided products for the medical market in Europe and Portuguese America and the ways in which new medicines were introduced by global commerce in the second half of the 18th century. Its main objective is to provide an analytical overview for the understanding of processes that have been mutually global and local, for example: how did an Amerindian medicine become a medicine certified and guaranteed by European or Asian medicine? And how were these products introduced in these circuits and by what market routes?

Keywords: Commerce, Plants, Remedies, Circulation, Enlightenment

## Lista de Siglas

ACL – Academia de Ciências de Lisboa

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

AHOP – Arquivo Histórico de Obras Públicas (Lisboa)

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APM – Arquivo Público Mineiro

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

BGUC – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

BNRJ – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

MNHNC – Museu Nacional de História Natural e da Ciência

## Índice de Tabelas, Gráficos, Mapas e Figuras

<b>Tabela 1.2.1: Movimento das drogas de botica no Porto de Lisboa (Quantidade das entradas) - 1756-1800.....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 1.2.1 – Pauta das Fazendas que pertence o despacho delas à Casa Índia, 1749.....</b>	<b>63</b>
<b>Mapa 1.3.1: Chegada das drogas de botica no Porto de Lisboa (Quantidade das entradas e seus diferentes portos) - 1756-1800.....</b>	<b>66</b>
<b>Mapa 1.3.2: Chegada das drogas de botica no Porto de Lisboa (tipo de drogas e seus respectivos portos) - 1756-1800.....</b>	<b>68</b>
<b>Gráfico 1.3.1: Portos americanos que mais exportavam drogas para o Porto de Lisboa e eram reexportadas - 1796-1801.....</b>	<b>69</b>
<b>Gráfico 1.3.2: Drogas brasileiras que entravam no Porto de Lisboa e eram reexportadas - 1796-1801.....</b>	<b>70</b>
<b>Gráfico 1.3.3: Portos Europeus que mais compraram drogas brasileiras do Porto de Lisboa - 1796-1801.....</b>	<b>71</b>
<b>Tabela 1.3.1: Movimento das drogas de botica no Porto de Lisboa e seus portos de origem (Quantidade das entradas) - 1756-1800.....</b>	<b>72</b>
<b>Tabela 2.1: Relação dos medicamentos e de algumas mercadorias com preços (Pará, 1720).....</b>	<b>89</b>
<b>Gráfico 2.2.1: Série Histórica dos Boticários registrados na Chancelaria Régia – Séculos XVI ao XIX.....</b>	<b>97</b>
<b>Gráfico 2.2.2: Série Histórica dos Boticários da América portuguesa registrados na Chancelaria Régia – Séculos XVI ao XIX.....</b>	<b>98</b>
<b>Gráfico 2.2.3: Série Histórica dos medicamentos aportados em Lisboa e suas quantidades.....</b>	<b>99</b>
<b>Gráfico 2.2.4: Série Histórica dos Boticários da América portuguesa registrados na Chancelaria Régia – Séculos XVI ao XIX.....</b>	<b>100</b>
<b>Gráfico 2.2.1.1 – Envio de drogas para os portos africanos e americanos de exclusividade das Companhias Gerais de Comércio – 1755 a 1775.....</b>	<b>105</b>
<b>Gráfico 2.2.1.2 – Envio de drogas para os portos africanos e americanos de exclusividade das Companhias Gerais de Comércio – 1755 a 1775.....</b>	<b>107</b>
<b>Mapa 2.2.2.1 – Envio de drogas para cidades e vilas em Portugal – 1798 a 1801.....</b>	<b>113</b>
<b>Mapa 2.2.2.2 – Envio de drogas para Ilhas e para a América – 1798 a 1801.....</b>	<b>115</b>

<b>Gráfico 2.3.1 – Relações entre os Portos de Chegada dos Medicamentos e os Droguistas responsáveis pelo seu comércio – Portos da América portuguesa.....</b>	<b>121</b>
<b>Tabela 3.1.1 – Mapeamento das entradas de drogas de boticas na América portuguesa (1776-1777).....</b>	<b>135</b>
<b>Gráfico 3.1.1 – Profissionais de Saúde no Pará, Maranhão e Rio de Janeiro.....</b>	<b>138</b>
<b>Gráfico 3.2.1.1 – Remessas de remédios por continente (1761-1770).....</b>	<b>146</b>
<b>Gráfico 3.2.1.2 – Remessas de remédios por destino (1761-1770).....</b>	<b>147</b>
<b>Gráfico 3.2.1.3 – Remessas de remédios para o Pará e Maranhão (1761-1770).....</b>	<b>148</b>
<b>Mapa 3.2.1.1 – Fortificações Setecentista – Caminho dos Remédios.....</b>	<b>150</b>
<b>Gráfico 3.2.1.4 – Quantidade de remédios para a América portuguesa (1760-1770).</b>	<b>159</b>
<b>Gráficos 3.2.1.5 e 3.2.1.6 – Remédios enviados (1760-1770).....</b>	<b>162</b>
<b>Gráfico 3.2.2.1 – Destinatários dos remédios (1760-1770).....</b>	<b>164</b>
<b>Gráfico 3.2.2.2– Tipologia dos Remédios remetidos ao Convento de Nossa Senhora das Mercês em Belém para o Padre Francisco Antônio Lopes (1758-1770).....</b>	<b>167</b>
<b>Tabela 3.2.2.1– Características dos Destinatário dos Remédios (1758-1778).....</b>	<b>173</b>
<b>Tabela 3.3.1 - Comerciantes de remédios no Rio de Janeiro (1777-1803).....</b>	<b>178</b>
<b>Gráfico 3.3.1.1– Tipologia dos Remédios remetidos para Minas Gerais (1777-1803).....</b>	<b>193</b>
<b>Tabela 3.3.1.1: Quantidade de medicamentos mais enviados para Minas Gerais (1777 e 1803).....</b>	<b>196</b>
<b>Mapa 3.3.1.1: Cidades, vilas e Arrais Mineiros - destinos dos medicamentos (1777 - 1803).....</b>	<b>197</b>
<b>Tabela 3.3.2.1: Destinatários dos remédios entre 1777-1803.....</b>	<b>201</b>
<b>Mapa 3.3.2.1 – Destacamentos e Fortificações Setecentistas em Minas – Rota dos Remédios.....</b>	<b>208</b>
<b>Gráfico 3.3.2.1 – Abastecedores dos Presídios Minas Gerais (1801-1807).....</b>	<b>209</b>
<b>Gráfico 3.3.2.2 – Espaços militares destinatários dos Remédios em Minas Gerais (1801-1807).....</b>	<b>210</b>
<b>Tabela 3.3.2.2: Remédios enviados para os presídios e destacamentos mineiros – em mais quantidade (1801 - 1807).....</b>	<b>211</b>

<b>Tabela 4.1 – Medicamentos enviados por Inácio Ferreira da Câmara para o Jardim Botânico da Ajuda, Bahia,1798.....</b>	<b>222</b>
<b>Mapa 4.1.1 – Regiões de Circulação da Ayapana.....</b>	<b>234</b>
<b>Mapa 4.1.2 – Caminhos percorridos por José Joaquim Roiz.....</b>	<b>237</b>
<b>Mapa 4.1.2.1 – Aparecimento e notícias sobre a Ayapana no Oceano Índico.....</b>	<b>244</b>
<b>Imagem 4.1.2.1 – Ayapana por José Joaquim Freire.....</b>	<b>249</b>
<b>Imagem 4.1.2.2 – Ayapana por Etienne-Pierre Ventenat.....</b>	<b>250</b>
<b>Mapa 4.1.3.1 - Circulação da Ayapana.....</b>	<b>259</b>
<b>Gráfico 4.2.1 – Entrada de Contra-Erva e Raiz de Contra-Erva na Alfândega de Lisboa.....</b>	<b>280</b>
<b>Gráfico 4.2.2 – Preços dos remédios brasílicos na Alfândega de Lisboa.....</b>	<b>281</b>
<b>Gráfico 4.2.3 – Entrada de Medicamentos na Alfândega de Lisboa.....</b>	<b>282</b>
<b>Gráfico 4.2.4 – Tipologia dos Medicamentos na Alfândega de Lisboa.....</b>	<b>283</b>
<b>Gráficos 4.2.5 e 4.2.6 – Entrada de Medicamentos na Alfândega de Lisboa.....</b>	<b>284</b>
<b>Gráfico 4.2.7 – Medicamentos que saíram do Rio de Janeiro para Minas Gerais.....</b>	<b>285</b>
<b>Gráfico 4.2.8 – Tipologia dos Medicamentos que saíram do Rio de Janeiro para Minas Gerais.....</b>	<b>286</b>
<b>Gráfico 4.2.9 – Tipologia dos Medicamentos que entraram na Alfândega de Lisboa, 1758-1810.....</b>	<b>287</b>
<b>Gráfico 4.2.10 – Tipologia dos Medicamentos que entraram na Alfândega de Lisboa, 1758-1810.....</b>	<b>288</b>
<b>Figure 1 - Tarif des <i>Fazendas</i> relatifs à l'expédition vers la Maison de l'Inde, 1749.</b>	<b>321</b>
<b>Carte 1: Arrivée des drogues de pharmacie au port de Lisbonne (Quantité d'entrées et de ses différents ports) - 1756-1800.....</b>	<b>324</b>
<b>Carte 2: Arrivée des drogues de pharmacie au port de Lisbonne (type de médicaments et leurs ports respectifs) - 1756-1800.....</b>	<b>325</b>
<b>Graphique 1 - Les relations entre les Ports d'Arrivée des Médicaments et les Droguistes responsables de leur commerce - Ports d'Amérique portugaise.....</b>	<b>332</b>
<b>Tableau 1 - Cartographie des entrées de drogues de pharmacies en Amérique portugaise (1776-1777).....</b>	<b>333</b>
<b>Carte 3 – Regiões de Circulação de l'Ayapana.....</b>	<b>344</b>



# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 1 - Império e Mercadorias trans-imperiais .....</b>	<b>31</b>
<b>1.1 - A Expansão da Europa sobre o Mundo.....</b>	<b>32</b>
<b>1.1.2 - A ideia de império.....</b>	<b>37</b>
<b>1.1.3 - O debate historiográfico: dos descobrimentos à circulação .....</b>	<b>39</b>
<b>1.2 – Medicamentos na Europa: o porto de Lisboa como rota de importação na segunda metade do século XVIII .....</b>	<b>48</b>
<b>1.3 – Genoveses, Holandeses e outras Nações Europeias: a entrada e saída de remédios em Lisboa .....</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo 2 - Redes Mercantis na Dinâmica da Circulação de Remédios .....</b>	<b>79</b>
<b>2.1- Um primeiro momento de circulação de remédios: a rede jesuíta e seu sistema de difusão .....</b>	<b>80</b>
<b>2.2 - A passagem do sistema jesuíta para o grande mercado: o fortalecimento dos droguistas.....</b>	<b>93</b>
<b>2.2.1 – Um mercador e o fornecimento global de medicamentos .....</b>	<b>100</b>
<b>2.2.2 – Nas fronteiras do Atlântico: Manoel Gomes Franco e o abastecimento das boticas em Portugal e na América.....</b>	<b>107</b>
<b>2.2.3 – Jacome Vallebella e o circuito transnacional europeu .....</b>	<b>115</b>
<b>Capítulo 3 - As rotas e caminhos do comércio de medicamentos na América portuguesa.....</b>	<b>131</b>
<b>3.1 – A América portuguesa como locus privilegiado do comércio Atlântico no século XVIII .....</b>	<b>132</b>

<b>3.2 – O Estado do Grão-Pará e Maranhão .....</b>	<b>140</b>
<b>3.2.1 – A Carga.....</b>	<b>144</b>
<b>3.2.2 – Destinatários no Estado do Grão-Pará e Maranhão .....</b>	<b>162</b>
<b>3.3 – Centro-Sul: A Praça Mercantil do Rio de Janeiro .....</b>	<b>174</b>
<b>3.3.1 - Da Carga .....</b>	<b>188</b>
<b>3.3.2 – Destinatários dos Remédios .....</b>	<b>200</b>
<b>Capítulo 4 Usos e abusos dos remédios: uma análise do processo de circulação de uma planta do Brasil para a Europa .....</b>	<b>215</b>
<b>4.1 – A trajetória das plantas americanas no comércio – o caso da Ayapana .....</b>	<b>216</b>
<b>4.1.1 – Virtudes das plantas, virtudes indígenas .....</b>	<b>226</b>
<b>4.1.2 – Plantas iguais, Nomes diferentes .....</b>	<b>239</b>
<b>4.1.3 – Ayapana no centro da cobiça político-científica .....</b>	<b>250</b>
<b>4.2 – Os meios propagadores do conhecimento das fórmulas e a utilização de novos medicamentos: receitas, tratados e farmacopeias.....</b>	<b>268</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>293</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>313</b>

## Introdução

*Si fueris Romae, Romano vivito more; si fueris alibi, vivito sicut ibi.*

Santo Agostinho: Epistolas (36,32).

Movimento: palavra que bem descreve o contexto das relações mercantis no século XVIII. Povos, produtos, culturas, formas de pensar, religiões e saberes disseminavam-se. Nesse período, a circulação de fármacos importados de toda parte do globo se estabeleceu no “Mundo Atlântico Português<sup>2</sup>”. Essa circulação apresentava-se, a princípio da ocupação colonial na América portuguesa e no início do setecentos, de maneira rarefeita e era promovida por meio das encomendas particulares de boticários coloniais a seus antigos mestres em busca de remédios para receitarem e aviarem em suas lojas.

Durante os primeiros anos da colonização no Brasil a inserção de produtos medicinais se dava de três formas: ligava-se aos colégios e boticas jesuítas que distribuía medicamentos para quem necessitasse e vendiam a quem podia pagar pelos mesmos; e por relações pessoais estabelecidas antes dos boticários, cirurgião ou médico chegar no ultramar. Esses profissionais enviavam cartas para seus antigos mestres que compravam na Europa o que eles precisavam e remetiam as encomendas para as regiões coloniais. Uma terceira maneira de utilização de fármacos era por via da substituição de importações, ou seja, aprendendo com os naturais da terra os produtos vegetais, minerais e animais que serviam para determinadas doenças. Dessa maneira a citação da Epístola de Santo Agostinho faz-se compreensível neste trabalho, pois quando o então bispo Agostinho indagou à Santo Ambrosio como deveria proceder em relação ao

---

<sup>2</sup> WALKER, Timothy D. The medicines trades in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580-1800). In: Social History of Medicine, vol. 26, n. 3, 2013. pp. 403-431.

jejum, no século IV, em Milão – nesta região da península itálica ainda não se guardavam o jejum – Santo Ambrosio lhe explica que quando estivesse em Roma deveria proceder como os romanos, guardando o jejum, fora de Roma deveria fazer como os naturais daquele lugar.

A partir dessa premissa pode-se dizer que alguns profissionais lusos ligados à arte médica quando chegaram em territórios ultramarinos tiveram que fazer adequações no seu receituário, passando a lançar mão de gêneros medicinais nativos. É importante ressaltar que isto não se deu sem resistências. Durante a colonização observaremos dois momentos coexistentes: a chegada de medicamentos importados na América portuguesa e a saída de alguns remédios nativos em direção à Europa. A partir da segunda metade do século XVIII, essa via de mão dupla se intensifica e esse comércio passa a ser grandioso, com um grande quantitativo de remessas chegando e saindo nos portos europeus e ultramarinos.

É a partir do crescimento de um grupo sócio-profissional ligado ao ramo do medicamento em Portugal: os droguistas, como tão bem frisou e analisou o historiador da farmácia José Pedro Sousa Dias, é que a dinâmica da circulação de medicamentos no território colonial americano foi ampliada e se consolidou a formação desse grupo mercantil voltado exclusivamente para o comércio de remédios no mundo colonial durante o século XVIII<sup>3</sup>.

Como pontuamos acima, a América portuguesa teve uma especificidade no comércio de gêneros medicinais via atuação de ordem regulares/ordens primeiras – Jesuítas, Carmelitas, Beneditinos e Mercedários. Para Lycurgo dos Santos Filho, o

---

<sup>3</sup> Nesta tese chamaremos medicamentos drogas que eram utilizadas para uso tanto medicinal quanto para uso de tinturaria ou pintura em simultâneo, pois os droguistas comercializavam tanto drogas de uso exclusivo da medicina, como exclusivo para uso da pintura ou tinturaria e para uso de ambos. Nos importa tratar do comércio de medicamentos, mas não deixaremos de falar das drogas que tinham valor tanto para o mercado médico quanto para o mercado da tinturaria e pintura.

comércio de medicamentos na América portuguesa teve sua origem com a instalação dos jesuítas, que através da sua rede de colégios foram capazes fazer circular aclimatar, produzir e exportar remédios para todos os domínios ultramarinos de Portugal. Os missionários ficaram responsáveis pelo abastecimento de medicamentos em diversas regiões da América portuguesa e quando foram expulsos, em 1759, deixaram um espaço que passou a ser ocupado pelos comerciantes de drogas de boticas.

É importante ressaltar que o historiador José Pedro Sousa Dias mostrou que durante o inventário realizado na botica do Colégio de Santo Antão em Lisboa foram identificadas algumas dívidas dos jesuítas com alguns droguistas estabelecidos naquela cidade. Esse fato nos revela que já havia uma intereção entre droguistas e jesuítas não sendo algo completamente novo a inserção desses mercadores de drogas nas regiões onde os inacianos atuavam. A questão que deve ser compreendida é o alcance da atuação desses homens que antes da expulsão dos inacianos atuavam numa escala pequena ou forneciam alguns medicamentos para os irmãos da companhia e com a saída destes conseguiram se estabelecer a partir da lacuna deixada pelos jesuítas.

O historiador da Companhia de Jesus, Serafim Leite chamou atenção para a incorporação de drogas e saberes medicinais ameríndios pelos religiosos desde os primeiros anos da empresa colonial. O autor verificou a importância dos jesuítas boticários na disseminação da medicina brasílica, destacando a relevância dos colégios na circulação e conhecimento das drogas e plantas medicinais no Reino e nas colônias, desde o século XVI.

As Câmaras que contratavam médicos do partido compravam medicamentos dos boticários laicos e religiosos para atender a população em regiões onde não existia Santa Casa de Misericórdia ou onde esta era pouco atuante, além da formação dos droguistas coloniais que abasteciam os boticários e mercadores de lojas de ferragens autorizados a

venderem remédios a população. Esta característica proporcionou que a aquisição dos medicamentos fosse feita via direta, pelas colônias, possuindo um caráter civil e não estritamente institucional como era de costume no Reino e em outras partes da Europa neste mesmo período<sup>4</sup>.

Deve-se levar em conta que esta especificidade do território colonial ocorreu devido a pouca atividade dos hospitais voltados para a assistência – em algumas capitâneas a Santa Casa de Misericórdia sequer existiu e contaram também com a construção tardia de hospitais militares – em outras regiões, havia carência de médicos e pelo fato do número de cirurgiões e boticários terem aumentado somente a partir da segunda metade do século XVIII fez com que as Câmaras ocupassem esse espaço de assistência.

Assim, nos capítulos presentes na tese, mostraremos a especificidade da América portuguesa no que diz respeito ao processo de importação de remédios, durante as últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, tendo como foco o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Centro-Sul do Estado do Brasil. A escolha por esse recorte geográfico se deu pelo fato de ambas regiões terem intensificado sua colonização a partir do final do século XVII e durante todo o XVIII, enquanto a região nordeste contava com uma ocupação mais antiga já possuindo o Império português desde o século XVI.

Além disso, as regiões escolhidas para análise exemplificam bem a participação das ordens religiosas na importação de remédios – no caso do Grão-Pará e Maranhão –

---

<sup>4</sup>De acordo com José Pedro Sousa Dias, em Portugal existiam farmácias conventuais que abasteciam as Santas Casas de Misericórdia e os diferentes Hospitais que assistiam a população e os médicos dessas instituições receitavam e mandavam aviar as receitas nas boticas dessas instituições. No que se refere aos droguistas, o autor aponta que este grupo abastecia as boticas particulares e as boticas conventuais além da formação de redes de abastecimento para diversas partes do Império português. É importante frisar que José Pedro Sousa Dias não aponta a atuação dos droguistas no abastecimento das Câmaras e nem diretamente as instituições médicas.

e na vinculação destas com droguistas lusos intermediada pela Companhia de Comércio Pombalina. Enquanto a região Centro-Sul, focalizada no eixo Rio de Janeiro - Minas Gerais, busca remontar como se deu o abastecimento de remédios através dos droguistas coloniais nas instituições médicas, boticas particulares e nas Câmaras. Entretanto não deixaremos de mencionar a região nordeste e a Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba quando for necessário quer para apontar a exportação de fármacos, quer para ressaltar a sua ligação com o Estado do Grão-Pará durante a segunda metade do século XVIII, ou até mesmo para apontar as ações de droguistas na Companhia de Comércio daquela região.

Porém focalizaremos o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Centro-Sul por ambos terem sido pólos distribuidores de medicamentos para o interior, mais precisamente, para áreas militarizadas de fronteira – para presídios e destacamentos militares. Em nenhum momento, na tese ou no capítulo apresentado, reivindicaremos qualquer protagonismo dessas duas regiões na questão do abastecimento do interior e de áreas de fronteira. No entanto não podemos negligenciar a atuação de ambas no fornecimento de remédios para seu território fronteiro.

A dinâmica do abastecimento do interior dessas regiões é o que nos importa já que o consumo de remédios importados fez parte do cotidiano de homens e mulheres que viveram na América portuguesa. Tinha-se sempre uma “mezinha” para todas as enfermidades que acometiam o corpo ou a alma. Produtos oriundos da fauna e da flora ou até mesmo partes do corpo eram prescritos pelos profissionais da saúde. As receitas circulavam amplamente na sociedade, sem que a população distinguisse uma fronteira rígida entre a função do físico, do cirurgião, do boticário e do barbeiro. Embora nossa análise tenha se centrado nas trocas entre os nativos e os coloniais europeus ou descentes não negligenciamos a importância da circulação de produtos e práticas

advindas da África que aportaram na América junto com seus habitantes trazidos para o trabalho escravo. As plantas africanas trazidas nos tumbeiros foram tão importantes nas terapêuticas populares quanto as plantas da terra indicadas pelos índios, entretanto nesta tese circunscrevemos a relação estabelecida nos sertões com a busca de plantas nativas da América portuguesa e a preocupação da coroa em identificar essas novas riquezas<sup>5</sup>.

Por tentar analisar o abastecimento de medicamentos desde sua chegada ao porto de Lisboa até a sua interiorização na América centramos nossa análise exclusivamente no território Americano não conseguindo alcançar, por uma limitação temporal de leitura das fontes, outros territórios ultramarinos como as possessões africanas ou asiáticas do Império português.

Graças a difusão das pesquisas de Michel Foucault a partir dos anos 60 do século passado, diversos trabalhos começaram a chamar atenção para a dimensão política das práticas médicas. Entre eles, a obra pioneira de Roberto Machado: *A Danação da Norma*, publicada em 1978, considerada como obra pioneira ao sugerir questões epistemológicas relacionadas com a prática da ciência médica e com o funcionamento das instituições disciplinares, percebidas como micro-espacos de ação dos poderes estatais e das hierarquias sociais. Roberto Machado ocupou-se também dos conflitos entre populares e eruditos no que diz respeito à constituição da medicina como saber hegemônico.

Em meados dos anos 70, os historiadores da *Nouvelle Histoire* chamaram atenção para uma leitura antropológica dos fatos e práticas cotidianas. No final dos anos 80 a historiografia brasileira, inspirada na “*Nova História Cultural*” - proposta por Roger Chartier - atenta para um enfoque sócio-cultural da medicina e da farmácia no Brasil

---

<sup>5</sup> Sobre este tema ver: NOGUEIRA, André L. Lima. Entre cirurgiões, tambores e ervas: calundunzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (Século XVIII). Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013.



colonial. Estas abordagens contribuíram para a compreensão mais alargada das “artes de curar” no que diz respeito às sensibilidades, ao imaginário, às resistências aos cânones da medicina europeia. Embora essas análises tenham trazido novas interpretações e revisões historiográficas em torno das artes médicas na colônia portuguesa, restam ainda aspectos que não chegaram a serem tratados, particularmente, aqueles ligados ao cotidiano, às relações sociais e aos grupos humanos que não estavam diretamente vinculados aos ofícios da cura ou das trocas culturais realizadas no âmbito do saber erudito e popular. O estudo do comércio de remédios traz à tona a dimensão normatizadora da Coroa portuguesa no âmbito do seu império. Como foi citado anteriormente, o número de pesquisas sobre a história da medicina no Brasil aumentou muito a partir da década de 1990. Uma parcela significativa dos trabalhos tem sido produzida, sobretudo, pelos pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Esses trabalhos voltaram-se para análises sobre o desenvolvimento das instituições médicas, a relação entre os médicos diplomados e entre esses e o governo e a gradual aceitação do paradigma microbiano<sup>6</sup>.

Também na década de 90 a tese de pós-doutoramento de Sidney Chalhoub<sup>7</sup> publica o livro *Cidade Febril*, em que analisa as práticas médicas sob uma perspectiva sócio-

---

<sup>6</sup> Por exemplo, KURY, Lorelai B. *O Império dos Miasmas*. Niterói, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1990; EDLER, Flávio C. *As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro 1854-1884*. São Paulo, dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1992; EDLER, Flávio C. *A Constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*. Rio de Janeiro, tese apresentada ao programa de pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999; FERREIRA, Luís Otávio. *O Nascimento de uma Instituição Científica: os periódicos médicos brasileiros*. São Paulo, tese apresentada ao programa de História Social da Universidade de São Paulo, 1996; HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento – As bases da Política de Saúde Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, tese apresentada ao programa de pós-graduação em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1996; BENCHIMOL, Jaime L. *Do Pasteur dos Micróbios ao Pasteur dos Mosquitos. Febre Amarela no Rio de Janeiro (1880-1903)*. Niterói, tese apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1995; e, PEREIRA NETO, André F. *Ser Médico no Brasil. O presente no passado*. RJ: Ed. Fiocruz, 2001.

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. SP: Companhia das Letras, 1996.

cultural, estimulando outros trabalhos que também apresentam as mesmas preocupações. Obviamente, estudos realizados em outras instituições também têm contribuído de forma relevante<sup>8</sup>.

Esse é o caso do estudo de Vera Beltrão Marques que se preocupou, fundamentalmente, com os boticários brasílicos e sua importância na circulação da flora ultramarina na Europa, ao apontar a substituição de plantas nativas no preparo de remédios para o consumo da população como uma das principais contribuições dos boticários no cenário colonial<sup>9</sup>. Segundo a autora, o comércio de drogas importadas era realizado pelos profissionais da farmácia, visto que estes brigavam ferozmente na câmara de São Paulo pedindo o impedimento - nunca concedido - da venda de remédios por lojas de ferragens. Entretanto, a autora não explorou a existência de um outro grupo, ligado exclusivamente ao comércio de gêneros medicinais, que repassava essas mercadorias para os boticários. Nesse sentido essa tese busca tratar deste aspecto, procurando reconstituir as práticas comerciais que envolviam os gêneros medicinais e as formas de atuação dos comerciantes que colaboraram para a inserção e propagação na medicina européia na América portuguesa. Com efeito, procuro incorporar trabalhos da historiografia portuguesa, como por exemplo o estudo de José Pedro Sousa Dias sobre a farmácia e a medicina para o entendimento da economia do medicamento em Portugal e em suas conquistas. Esse foi o ponto de partida que me permitiu pensar a respeito desses comerciantes estabelecidos no ultramar como inseridos numa rede de comércio que estava presente na Europa à época moderna.

---

<sup>8</sup> RIBEIRO, Márcia Moisés. A Ciência dos Trópicos: a Arte Médica no Brasil do Século XVIII. SP: HUCITEC, 1997; FIGUEIREDO, Betânia G. A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. RJ: Vício e Leitura, 2002; e, SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e Mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. In: História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. VIII, n. 2, 2001.

<sup>9</sup> MARQUES, Vera R. B. A natureza em Boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista. SP: Ed. UNICAMP, 1999.

Para as análises empreendidas nesta tese contamos com um corpus documental inédito: as listas de remessas de remédios da Casa dos Contos (ANRJ), as entradas de medicamentos na Alfândega de Lisboa, mais precisamente na Casa da Índia (ANTT), os livros da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no que diz respeito ao comércio de medicamentos (ANTT), além de documentos do Museu de História das Ciências de Lisboa referentes aos recebimentos de novos produtos medicinais no Real Jardim Botânico e no Real Museu. Seguindo essa linha também utilizamos fontes do Arquivo Histórico Ultramarino do Projeto Resgate e do Fundo Reino e Ultramar onde ainda contam com fontes manuscritas sobre comércio, medicina e novos produtos farmacêuticos.

Todo esse corpus documental foi colocado em diferentes bancos de dados, sistematizados e tratados estatisticamente de forma descritiva afim de estabelecer padrões e tipologias das categorias identificadas. Como exemplo, pode-se citar os livros de entrada e saída de produtos da Casa da Índia, mais precisamente os localizados na chamada Mesa de Drogas, que fazem parte da Alfândega de Lisboa e se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo como citado acima. Foram transcritas mais de três mil entradas de medicamentos retirados de aproximadamente duzentos livros dentro do período de 1755 a 1801. A documentação nos revela o nome do comerciante responsável pela mercadoria na Alfândega – quem deveria pagar o imposto – o valor e a quantidade de cada mercadoria, o porto de onde partiu e a descrição de cada produto. A partir desses dados montamos uma planilha em excel onde foi categorizado como porto de destino sempre Lisboa, porto de origem os locais citados nos livros, medicamentos os nomes dos remédios, quantidades e preços, além dos nomes de cada comerciante quando apareciam – em mais de 90% dos casos aparecem. Após essa exaustiva categorização de mais de três mil linhas estabelecemos cruzamentos com base nas

perguntas que nos interessavam: quais portos enviaram mais produtos para Lisboa? Quais remédios eram os mais enviados? Quais eram os mais caros? Quais os anos de maior remessa? Quem eram os comerciantes que mais recebiam medicamentos na Alfândega? Após a realização dessas perguntas norteadoras e da realização dos cruzamentos estatísticos para obtenção dessas informações iniciamos o processo de cruzamento dessas fontes quantitativas com recursos qualitativos como por exemplo a identificação desses comerciantes nos jornais, na Gazeta de Lisboa, por exemplo, e buscamos compreender a origem e a aplicação dos medicamentos a partir das farmacopeias, dos tratados médicos e sobretudo dos jornais médicos.

Todo esse processo foi realizado com os diferentes fundos manuscritos, como citado anteriormente, com as listas de entradas de medicamentos da Coleção Casa dos Contos encontradas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Arquivo Público Mineiro e na Biblioteca Nacional. Além dos dados sobre os medicamentos que partiam de diversas regiões de Minas para os presídios e destacamentos militares presentes neste mesmo corpus documental. Da mesma maneira, a documentação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão teve suas listas de remessas de boticas para o porto de Belém, São Luís, Bissau, entre outros sistematizadas e analisadas sob a perspectiva do que fizemos com a documentação alfandegária.

Dessa forma conseguimos, nesta tese, estabelecer padrões entre os agentes mercantis e compreender sua atuação no ramo do abastecimento dos medicamentos. Também conseguimos identificar a influência mercantil lusa na busca por novos produtos medicinais afim de dinamizar o mercado médico europeu com novos gêneros, incentivando a demanda por consumo de novos medicamentos.

Nesse sentido no primeiro capítulo, *Império e Mercadorias Trans-Imperiais*, resgata-se, de forma abrangente, uma série de questões que condicionavam a circulação de

remédios no Império português. Traçou-se um panorama do debate historiográfico a cerca do comércio, das trocas globais no âmbito dos Impérios, dentro da perspectiva da História Global, e no que diz respeito ao conceito de *Circulação*. A partir dessa premissa buscamos enfatizar a circulação de fármacos na Europa, que chegavam de diversos portos até Lisboa e dali eram distribuídos para os territórios coloniais. Sabe-se que esta circulação se acentuou a partir da expansão marítima tendo passado por diferentes processos de regulamentação e institucionalização do comércio até o controle obtido pelo Estado na regulação da venda e consumo do medicamento no século XVIII; focalizamos os principais portos responsáveis pela chegada de medicamentos em Lisboa. Deve-se apontar que a saída de um determinado medicamento de um porto não significa que o mesmo é originário daquela cidade; existem diversos processos comerciais envolvidos da saída original até a chegada em um determinado porto.

O segundo capítulo, *Redes Mercantis na Dinâmica da Circulação de Remédios*, analisa as variáveis quantitativas do comércio de remédios como, por exemplo, o ritmo das importações e os perfis sócio-econômicos dos agentes mercantis envolvidos nesse trato. As principais fontes foram as listas de remessa de gêneros de boticas no Banco de dados das Cargas de Remédios do Rio de Janeiro (1770-1803), a documentação da Casa da Índia, Alfândega de Lisboa, entre os anos de 1755 a 1801; Inventários post-mortem dos Comerciantes de Medicamentos do Rio de Janeiro (documentação ANRJ) e de Lisboa (ANTT), além de um livro de Contas de uma casa mercantil do acervo do ANTT, Feitos Findos, e de um processo de falência de um dos Droguistas arrolados em Lisboa e com vastas conexões com a América portuguesa (documento também pertencente ao ANTT, Feitos Findos). Esse capítulo buscou analisar os principais agentes que contribuíram para a promoção dos remédios importados, em especial, na América portuguesa, atentando para a contribuição dos membros da Companhia de

Jesus para a medicalização na colônia.

O terceiro capítulo, *As rotas e caminhos do comércio de medicamentos na América portuguesa*, procurou-se observar algumas questões como a viagem dos remédios até o Estado do Grão-Pará, o Rio de Janeiro e Minas Gerais, focalizando na existência de uma geografia do abastecimento de remédios nas diferentes capitânicas, compreendendo quais foram as instituições privilegiadas pelo comércio, o perfil dos responsáveis pela encomenda de fármacos importados, quais tipos de medicamentos eram mais importados em quais regiões e a interiorização deste comércio com a provisão de presídios e destacamentos militares, situados em diferentes partes do território da América portuguesa, com medicamentos importados.

No último capítulo chamado de *Usos e abusos dos remédios: uma análise do processo de circulação de uma planta do Brasil para a Europa* buscamos compreender como se dava a legitimação de uma planta medicinal nativa por parte da farmácia europeia. Cada medicamento teve um caminho e um processo diferente, sendo que a maior parte deles foram inseridos pelos padres da Companhia de Jesus e de outras ordens religiosas. Entretanto após a expulsão dos jesuítas houve um movimento de recolha e interesse por parte do Estado português em reconhecer as plantas ultramarinas. Compreender como se deu esse processo a partir da expulsão dos inicianos é o que nos moveu neste capítulo. Um outro ponto que destacamos é sobre a entrada dessas plantas nas farmacopéias e como este saber europeu, de meados do século XVIII, se constituiu. Nesta etapa utilizamos documentos do Museu de História Natural de Lisboa, do Museu de História Natural de Paris, do Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, Manuscritos do Reino e Ultramar – além de diversos jornais médicos coevos que relatavam notícias de uma determinada planta ou a notificação de suas experiências. Também focalizamos na *Pharmacopea Oficial* de 1794, além de outras farmacopéias

lusas publicadas antes da farmacopeia oficial, para compreender como se dava a entrada ou a não entrada de determinados produtos medicinais nessas obras.

# **Capítulo 1**

## **Império e Mercadorias Trans-imperiais**



## 1.1 - A expansão da Europa sobre o Mundo

A expansão europeia e a conseqüente formação dos chamados “impérios coloniais” são processos fundamentais que marcam a Europa moderna. Nas sociedades ibéricas, a descoberta de povos desconhecidos funcionou como um prolongamento da reconquista, que marcou boa parte da história medieval. No plano intelectual, a discussão sobre Antigos e Modernos, que caracterizou a primeira fase do humanismo renascentista, assumiu novos contornos para a afirmação da superioridade da Europa cristã sobre as terras recém-descobertas. O diálogo passa a ser entre Antigos, Modernos e Selvagens, de Francisco de Vitória a Montaigne e as antigas categorias para designar a alteridade são ressignificadas para descrever um ecúmeno mais vasto e heterogêneo. No plano científico e cultural, um conjunto de novos conhecimentos permite medir, avaliar e representar os novos mundos. Não apenas a revolução copernicana diminui e define a Terra em relação ao sistema solar, mas a própria representação cartográfica do planeta como uma conquista do espaço. No plano da circulação (e não apenas em termos econômicos) significou a abertura de um processo de desenvolvimento em escala mundial dos tráficos comerciais, com a interconexão dos comércios para a Ásia e a América e com o desenvolvimento de uma nova concepção de riqueza, ligada aos bens materiais produzidos no mundo, bem como uma nova concepção de domínio, enquanto posse<sup>10</sup>.

Ceuta o primeiro posto apropriado pelos portugueses, em 1415, na costa africana permitiu que eles de forma lenta, mas progressivamente, se estabelecessem na costa oriental da África comerciando, sobretudo, ouro e marfim. A expansão mostrou-se uma

---

<sup>10</sup> COGNÉ, Albane; BLOND, Stéphane; et MONTEGRE, Gilles. Les Circulations Internationales en Europe, 1680-1780. Mayenne: Éditions Atlande, 2011. pp.: 75-150. Ver também: ROCHE, Daniel. Humeurs Vagabondes: De la Circulation des hommes et de l'utilité des voyages. Paris: Fayard, 2003.

excelente oportunidade para afirmação da recente dinastia de Avis, forjando uma nobreza guerreira e mercadora.

A conquista do cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias confirmaria a precedência portuguesa na África e alertaria os reis católicos sobre a importância dos empreendimentos ultramarinos. Em 1492, Castela decidiu apoiar o genovês – Cristóvão Colombo – fazendo com que fossem descobertas as primeiras terras em nome de Castela, o processo de conquista caracterizou-se nos primeiros anos pela pilhagem e mortandade de boa parte da população nativa<sup>11</sup>.

A conquista do continente a partir de 1519 favoreceria uma presença mais efetiva da coroa com tentativas de normatização das primeiras elites, consubstanciada na promulgação das leis novas de 1542. A partir de então, a *encomienda* estaria legalmente extinta e o *repartimiento* seria a forma de trabalho compulsório empregada para os milhares de indígenas. Valendo-se de práticas pré-colombianas, o repartimiento seria a principal forma de exploração compulsória da mão de obra indígena.

Sobretudo a partir de 1542, a pirâmide social estava assentada numa hierarquia de cristãos de sangue limpo (peninsulares e reinóis), mestiços (que dariam lugar a engenhosas categorizações de castas nos séculos XVI e XVII), africanos escravizados (em menor proporção) e uma imensa massa de indígenas livres. O império espanhol foi o único que não se valeu, em grandes proporções, da mão de obra africana escravizada, porque poderia se valer da grande quantidade de indígenas; nos demais impérios americanos, a escravidão será uma chave explicativa da economia e da organização social.

---

<sup>11</sup> PAGDEN, Anthony. Peoples and Empires. A Short History of European Migration, Exploration and Conquest from Greece to the Present. New York: Modern Library, 2003. pp.: 47-59.

No século XVI, a experiência portuguesa centrou-se, sobremaneira, no comércio asiático, fomentando o imaginário da “Goa dourada” entre a aristocracia. Mas o assédio estrangeiro às terras descobertas em 1500 e a descoberta de Potosi, em 1545, favoreceram a primeira tentativa monárquica no sentido de promover uma incipiente centralização na América: a criação do governo geral, em 1549 e a institucionalização de uma sede na Bahia, traziam a intenção também de rever as ações entre indígenas e colonos, àquela altura, em plena guerra viva.

A bem-sucedida experiência do cultivo de cana de açúcar e da utilização de africanos escravizados vinha sendo praticada, desde a década de 1530, mas a transição da mão de obra escrava indígena para a mão de obra africana tendeu a se efetivar com a crescente pressão jesuítica, sobretudo a partir de 1570, a grande mortandade dos indígenas e a alta lucratividade do tráfico de africanos. A partir de então, a sociedade escravista das regiões do açúcar tendeu a cristalizar uma elite senhorial branca, uma pequena parcela de mestiços e uma imensa quantidade de escravos. No início do século XVII, as lavouras de açúcar eram consideravelmente distintas de 50 anos antes<sup>12</sup>.

O século XVII terá início com a ascensão de outras potências no cenário europeu, nomeadamente, Holanda, Inglaterra e França. Holanda, desde a década de 1580 estava em guerra aberta aos portugueses, em virtude da união dinástica de 1580-1640. A defesa da liberdade de comércio, cujo principal pensador foi Hugo Grotius, era uma das justificativas para a tomada dos principais postos portugueses na Ásia. Em 1624, a Companhia das Índias Ocidentais tentou a primeira invasão à bem-sucedida colônia açucareira na América. Salvador resistiu, mas em 1630, os holandeses ocuparam Pernambuco. A consciência da íntima ligação entre a colonização e a escravidão foi um

---

<sup>12</sup> SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. SP: Companhia das Letras, 1985. pp.: 224-240.

dos aprendizados dos holandeses, que, a partir de 1637 (1637, São Jorge da Mina; 1641, Angola) ocuparam importantes portos de tráfico de escravos na África<sup>13</sup>.

Na verdade, a experiência holandesa nesse tipo de colonização era quase nula. O império holandês, foi realizado sobretudo a partir do comércio e do transporte marítimo e teria sido, para alguns historiadores como Charles Boxer, o primeiro império capitalista, apoiado por companhias de comércio privadas e legando, sobretudo na primeira metade do século XVII, uma imagem de grande riqueza. Amsterdã ocupou o papel que fora das cidades italianas e depois de Antuérpia na concessão de créditos, nos relacionamentos estabelecidos entre os mercadores e na promoção da circulação global de produtos, tornando-se um grande entreposto comercial na Europa.

Entre os ingleses, enfrentados os principais dramas religiosos do século XVI, depois de uma malsucedida tentativa na região que ficou conhecida como Virgínia (Roanoke, década de 1580), as companhias de comércio com anuência régia começaram a explorar a costa oriental da América do Norte, uma região pouco importante para o império espanhol. Consideravelmente mais autônomas, as colônias norte-americanas, depois de períodos de hesitação, forjaram economias que em certos locais tenderam a se direcionar para o mercado mundial: especialmente as colônias do centro, com a cultura do fumo; e as colônias do Sul, com a cultura do algodão. A região da Nova Inglaterra, por sua vez, apresentou uma produção interna mais próxima à da pátria-mãe<sup>14</sup>.

A mão de obra era suprida, num primeiro momento, a partir da servidão por contrato, mas depois a transição para a mão de obra africana foi favorecida por fatores internos e externos: do ponto de vista externo ficava cada vez menos interessante para

---

<sup>13</sup> Esse processo foi descrito por BOXER, Charles. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. SP: Companhia Editora Nacional, 1973. BOXER, Charles. Os holandeses no Brasil, 1624-1654. SP: Companhia Editora Nacional, 1961. E, ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. SP: Companhia das Letras, 2000.

<sup>14</sup> BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. RJ: Editora Record, 2003. pp.: 30-45.

os ingleses fazerem a viagem transatlântica diante do crescimento econômico que a Inglaterra passou a conhecer ao longo do século XVII, por sua vez, o tráfico de escravos era lucrativo e a escravidão étnica tendia a favorecer o maior controle social da população<sup>15</sup>. Nas 13 colônias esse fenômeno foi presente nas regiões centrais em menor grau e no Sul, cuja economia era mais próxima daquela desenvolvida por ingleses e franceses no Caribe.

Os franceses, também depois de resolvidos os principais dramas políticos e religiosos, sobretudo a partir do governo de Henrique IV, iniciam políticas mercantilistas na tentativa de fortalecer a economia, cujos luminares são Richelieu e Colbert. A partir do início do século XVII, ingleses e franceses lançaram-se em empreendimentos no Caribe, historicamente atacado e ocupado por corsários. Tal como acontecera no continente, o Caribe apresentou de forma ainda mais efetiva e rápida, a transição da servidão por contrato para a escravidão africana. As ilhas de açúcar das colônias inglesas e francesas basearam sua economia na plantation escravista agroexportadora. Assim, a escravidão moderna pode ser um elemento comum aos diferentes impérios – exceção feita à América espanhola –, sobretudo nas regiões de maior dinamismo econômico, unindo num só espaço de intercâmbio – o Atlântico – América, Europa e África. Se considerarmos que a economia é um elemento fundamental de compreensão da gênese e manutenção dos impérios, a escravidão pode ser compreendida como um elemento-chave.

Independentemente das diversas políticas econômicas, as diferentes monarquias procuraram manter orientações ditas mercantilistas, que se caracterizaram pela forte intervenção do Estado nas relações comerciais e que pretenderam o aumento da riqueza e dos bens materiais, muitas vezes por meio de políticas de enriquecimento em prejuízo

---

<sup>15</sup> BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. RJ: Editora Record, 2003. pp.: 30-45.

de outras monarquias; o princípio de que a balança comercial deve ser positiva, cujo fim é produzir e exportar bens. O mercantilismo é um conceito cunhado no século XIX, o que pode dar a impressão de homogeneidade de políticas, uma ideia errônea, porque as políticas poderiam variar consideravelmente a depender do tempo e do espaço<sup>16</sup>.

### **1.1.2 - A ideia de império**

Os chamados impérios coloniais formados a partir da descoberta da América não tinham, portanto, a dignidade imperial. As descobertas ultramarinas a partir do século XV que possibilitaram o surgimento de uma nova concepção de império, não era baseada no território continental, mas em possessões no ultramar. Tal como o império romano, os governantes de tais “impérios” modernos eram soberanos em um espaço geográfico extenso, não necessariamente contíguo, contendo um conjunto de povos étnico e culturalmente diversos, exerciam o poder de *imperium* à semelhança do modelo romano, mas se autocompreendiam como monarcas e não como imperadores<sup>17</sup>.

Nem portugueses, espanhóis, ingleses ou franceses se referiam a suas possessões ultramarinas como império, no sentido que a historiografia atual as nomeia. Anthony Pagden percorre a noção de império na longa duração e traça as permanências entre a ideia que fundou os impérios coloniais da primeira modernidade e aqueles que surgiriam a partir da segunda metade do século XIX. Justamente o nacionalismo, apontado como o responsável pela desagregação dos impérios coloniais a partir da

---

<sup>16</sup> BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. RJ: Editora Record, 2003.

<sup>17</sup> PAGDEN, Anthony. Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c.1500-c.1800. Yale: Yale University Press, 1995.

segunda metade do século XVIII, seria o elemento crucial para compreender a montagem de um imperialismo a partir da segunda metade do século XIX<sup>18</sup>.

Embora o termo império tenha uma longa tradição, por sua vez, a noção de imperialismo é bastante recente. O termo começou a ser usado no século XIX, de forma pejorativa e num contexto de crítica às políticas de Napoleão III (1852-1870), tidas por autoritárias e despóticas. A primeira utilização sistemática do termo imperialismo como um conceito mais definido foi feita pelo economista de formação, o inglês John A. Hobson (1858-1940), que trabalhou como repórter e, em 1902, publicou o livro *Imperialism*. A partir de então, a palavra império foi recuperada e associada à noção de imperialismo, fazendo parecer que o termo imperialismo poderia se configurar a partir da existência de império ou a forma como o poder imperial é exercido.

Para J. A. Hobson (1902), o imperialismo era uma espécie de degradação do nacionalismo genuíno, mas rapidamente os intelectuais tenderam a analisar o imperialismo como uma expansão do nacionalismo. Em 1917, Lênin publicou a obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, em que aponta o imperialismo como o mais avançado estágio do capitalismo, alavancado pelo Estado-nação. A partir de então, a noção de imperialismo assume uma conotação bem diferente daquela tida entre os primeiros impérios modernos. Parte da historiografia, no intuito de diferenciar os dois momentos históricos, preferem colonialismo e imperialismo<sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> PAGDEN, Anthony. *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c.1500-c.1800*. Yale: Yale University Press, 1995.

<sup>19</sup> PAGDEN, Anthony. *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c.1500-c.1800*. Yale: Yale University Press, 1995.

### 1.1.3 - O debate historiográfico: dos descobrimentos à circulação

Em meados do século XIX, Karl Marx<sup>20</sup> (1818-1883) definiu o sistema capitalista como sendo um uma forma de produção que promoveu mais crescimento econômico que qualquer outro sistema anterior. No entanto, ele não teria surgido por causa de uma espécie de predisposição humana, como havia sugerido Adam Smith, mas sim devido a uma série de fatores econômicos, políticos e legais que criaram novas relações sociais, favorecendo alterações nas atitudes e comportamento. De acordo com Caio Roberto Bourq, Marx acreditava que, para o sistema surgir, o capital foi acumulado por indivíduos num processo de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa que separou o produtor direto dos seus meios de produção, criando uma volumosa reserva de força de trabalho livre, expropriada, e disponível para ser comprada: o proletariado; por outro lado, a descoberta de prata e ouro na América, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, o tráfico de africanos escravizados e a manutenção de monopólios mercantis teriam sido fundamentais na acumulação de capitais por parte das burguesias europeias (acumulação primitiva de capital)<sup>21</sup>. Escrevendo numa época de expansão do capitalismo e de arrancada do nacionalismo, Marx viu também na unificação do mercado em torno dos Estados o componente nacionalista que caracterizaria a acumulação primitiva do capital no mercado internacional. O forte controle do mercado se daria a partir do forte controle dos Estados mercantilistas<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> MARX, Karl. O capital. O Processo de Produção do Capital. Livro 1, Vol. 1 e 2. SP: Editora Boitempo, 2011.

<sup>21</sup> MELLO, Caio Roberto Bourq. Contribuição ao estudo do sistema de crédito em O Capital de Karl Marx. São Paulo, tese apresentada ao programa de pós graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2007. pp.: 127-129.

<sup>22</sup> MELLO, Caio Roberto Bourq. Contribuição ao estudo do sistema de crédito em O Capital de Karl Marx. São Paulo, tese apresentada ao programa de pós graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2007. pp.: 127-129.



Sobretudo a partir do início do século XX, a crítica ao avanço capitalista e à apropriação de territórios ultramarinos foi consubstanciada nas análises de J. A. Hobson, e mais tarde por Lênin<sup>23</sup>. Nessa tradição, a expansão ultramarina era essencialmente negativa, fruto da exploração desmedida e do jugo, contrastando, portanto, com as visões mais nacionalistas e eurocêntricas, que, desde pelo menos Hegel viam o avanço da cultura europeia como um bem civilizador.

Com o avanço do nacionalismo, a história dos impérios teve pouca repercussão e a história dos Estados foi analisada sob a ótica do nascimento da nação, compartimentando substancialmente os temas. Na tradição francesa, os primeiros sinais de mudança vieram de Fernand Braudel (1902-1985), em sua obra *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II* (1949), em que analisa o Mediterrâneo como um espaço orgânico do ponto de vista geográfico, econômico, cultural. O *Mediterrâneo* de Braudel era também uma proposta teórico-metodológica, em que a longa duração era aplicada pela primeira vez num trabalho de fôlego<sup>24</sup>.

Os trabalhos de Braudel influenciaram substancialmente os primeiros trabalhos de Pierre Chaunu que procurou ver no Atlântico uma unidade analítica<sup>25</sup>. Além disso, as formulações de Braudel também tiveram grande influência na obra do historiador português Vitorino Magalhães Godinho<sup>26</sup>. As investigações de Godinho analisaram as múltiplas motivações da expansão (a criação de um novo tipo social, o cavaleiro-mercador), num tipo de história que também buscava se aproximar das ciências sociais.

---

<sup>23</sup> LENIN, Imperialismo. Fase superior do capitalismo. SP: Editora Global, 1983. pp.: 47-52.

<sup>24</sup> BRAUDEL, Fernand. O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II. SP: Martins Fontes, 1984.

<sup>25</sup> CHAUNU, Pierre. Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Editora Difel, 1960; CHAUNU, P. Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVIe, XVIIe et XVIIIe siècle). Introduction méthodologique et indices d'activités. Paris: SEVPEN, 1960; e, CHAUNU, Pierre. L'Expansion Européenne du XIIIe et XVe siècles. Paris: PUF, 1969. pp.: 210.

<sup>26</sup> GODINHO, Vitorino M. Os descobrimentos e a economia mundial. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

Embora tivessem um caráter estruturante, as interpretações influenciadas pelos Annales seguiram um rumo distinto daquelas de proposição mais marxista. A expansão europeia foi objeto de um amplo debate sobretudo a partir dos estudos pós-2ª Guerra “descobriram” o Terceiro Mundo. Alguns dos trabalhos marxistas mais influentes foram os do historiador alemão e um dos principais formuladores da teoria da dependência, Andreas Gunder Frank.<sup>27</sup>

Ainda na década de 1970, o sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein<sup>28</sup>, apoiando-se nos trabalhos de Frank, procurou salientar a importância do fluxo de metais preciosos para a Europa, a partir da conquista da América. Esse fator externo teria permitido à Europa ocidental comprar mercadorias a baixo custo do resto do mundo, impulsionando o desenvolvimento de uma economia-mundo. De acordo com Luiz Felipe Osório, para Wallerstein, a incorporação de regiões por meio da dominação e colonização resultou na divisão internacional do trabalho e num sistema interestatal: o sistema-mundo não é uma espécie de império, pois seria uma entidade econômica, mas não política. O sistema-mundo é maior, portanto, que qualquer outra unidade política juridicamente definida. Considerando que não existe uma estrutura política a ser mantida, o sistema-mundo é mais barato e mais eficiente que um império, sem mencionar que é mais flexível e aberto a novas iniciativas. O sistema-mundo é, antes de mais nada, um mercado e seu princípio básico é “acumular por acumular”<sup>29</sup>.

Ainda segundo Osório, Wallerstein imaginava que o sistema-mundo capitalista seria um sistema que inclui uma desigualdade hierárquica de distribuição baseada na concentração de certos tipos de produção em certas zonas limitadas. Essa hierarquia

---

<sup>27</sup> FRANK, Andreas G. *A Acumulação Mundial, 1492 a 1789*. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

<sup>28</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.e, WALLERSTEIN, Immanuel. *O Sistema Mundial Moderno*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.

<sup>29</sup> OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. *O Sistema Mundo no pensamento de Arrighi, Wallerstein e Fiori: um estudo comparativo*. IV Colóquio Brasileiro de Economia Política e Sistemas Mundo, 2010. Florianópolis. pp.: 6-8.

estabelece centros, semiperiferias e periferias em que as sociedades ricas dominam as mais pobres, consideradas periféricas. Esse “centro” passa a ser sede de maior acumulação de capital permitindo o reforço das estruturas estatais, o que por sua vez buscam garantir a sobrevivência dos monopólios. Essa troca desigual, a transferência sistemática de excedente das periferias para os núcleos industrializados de alta tecnologia, leva a um processo de acumulação de capital em escala global, e necessariamente envolve a apropriação e transformação do excedente produzido na periferia.

Para Wallerstein, o sistema-mundo surgiu no século XVI com a crise do feudalismo e a descoberta da América, responsável por introduzir o comércio a longa distância e a divisão internacional. O que tornaria o sistema-mundo *moderno* seria justamente o fato de ele ser o primeiro a estabelecer uma divisão internacional do trabalho. No Brasil, a obra de maior influência nesse sentido, também profundamente devedora da historiografia nacional (nomeadamente Caio Prado Jr) é Fernando Novais, *O Brasil e a crise do Antigo Sistema Colonial* (1979) em que procurou analisar o nascimento do espaço americano português a partir da desigual inserção no mercado internacional<sup>30</sup>.

Da tradição francesa, a contribuição para as reflexões sobre a formação do capitalismo durante a Idade moderna veio da principal figura da chamada 2ª geração dos Annales, Fernand Braudel (1902-1985). Em 1979, Braudel publicou os três volumes de *Civilização material, economia e capitalismo* em que procurou estabelecer uma visão de conjunto da formação do capitalismo ocidental. Na análise dos mecanismos de distribuição e trocas, Braudel ofereceu explicações estruturais e multilaterais, negando a filiação exclusiva às escolas weberiana ou marxista; para Braudel, o capitalismo tem

---

<sup>30</sup> NOVAIS, Fernando A. *O Brasil e a Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. SP: HUCITEC, 1979.

origem em elementos econômicos, políticos, culturais e civilizacionais. Mas especialmente no terceiro volume de sua obra, *Os tempos do mundo*, as reflexões de Braudel foram profundamente marcadas pelas interpretações de Wallerstein. A ideia de economia-mundo de Braudel era devedora das reflexões de Wallerstein e, por consequência, da máxima de que desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia são faces da mesma moeda. Mas para Braudel, durante a época moderna, o capitalismo seria apenas uma forma econômica entre várias, como a economia de mercado e a “não economia”, que não se confundem e que conviveram ao mesmo tempo<sup>31</sup>.

A tradição inglesa também produziu importantes trabalhos. O britânico Charles Boxer (1904-2000) foi um dos primeiros historiadores a estudar o império português e o holandês. A perspectiva imperial dos trabalhos de Boxer data da década de 1930 e, a partir da década de 1950, importantes trabalhos foram realizados sobre a história do Brasil<sup>32</sup>. A partir da década de 1960, especialmente com as publicações sobre o império português, a historiografia brasileira passou a dialogar com o conceito de império, no sentido de um espaço construído em torno da soberania portuguesa em áreas distintas e longínquas, do Maranhão a Macau, conjugando atividades comerciais, incursões missionárias, campanhas militares e administração imperial. A partir dos trabalhos de Boxer, uma leva de outras pesquisas passou a analisar o colonialismo português a partir da perspectiva imperial. Refiro-me, por exemplo, ao tratamento de Russell-Wood no

---

<sup>31</sup> BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII*. 3 Vols. SP: Martins Fontes, 1998.

<sup>32</sup> BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. SP: Companhia Editora Nacional, 1973; e, BOXER, Charles. *O Império Marítimo português, 1415-1825*. Lisboa: Edições 70.

primeiro capítulo de *Fidalgos e Filantropos*, sobre o caráter imperial das Misericórdias portuguesas (1968) e o seu outro já clássico livro *Um Mundo em Movimento*<sup>33</sup>.

John Elliott, com o seu *Impérios do Atlântico (1492-1830)*, de 2006, desenvolveu uma abordagem comparativa da história da conquista realizada pelo império inglês e pelo espanhol e da colonização, por eles, do continente americano. Nesta obra aborda a adaptação do colonizador aos recursos alimentícios disponíveis no novo mundo; a postura do europeu frente aos nativos; os posicionamentos perante a mestiçagem; as variantes na organização da produção e da utilização da mão de obra, entre outros. Na introdução, Elliot critica o excesso de “paroquialismo” das pesquisas históricas recentes, incapazes de produzir visões de conjunto<sup>34</sup>.

Segundo o historiador italiano Giuseppe Marcocci, durante a última década muito se escreveu sobre a revalorização das doutrinas políticas do início da Idade Moderna, levada a cabo por intelectuais norte-americanos alinhados com o apoio à guerra do Iraque e, mais em geral, com a luta planetária contra o terrorismo. Indagaram-se as propostas de uma leitura atualizadora dos maiores teólogos da segunda escolástica em matéria de guerra justa e de direito à conquista. De acordo com Giuseppe Marcocci “não faltaram tentativas de descobrir semelhanças entre a história da recuperação do modelo da cruzada na cultura europeia, durante os séculos XIX e XX, e a viragem impressa à política externa dos Estados Unidos depois do 11 de Setembro de 2001<sup>35</sup>”. A partir destas questões abriu-se uma discussão pública intensa, com frequência de alto

---

<sup>33</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um Mundo em Movimento. Os portugueses na África, Ásia e América, 1415-1808*. Lisboa: Difel, 1992.

<sup>34</sup> ELLIOT, John H. *Impérios del mundo atlántico: España y Grán Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid: Taurus, 2006.

<sup>35</sup> MARCOCCI, Giuseppe. *A Consciência de um Império*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. pp.:17. Ver também: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Qual Mouros. Giuseppe Marcocci. L'invenzione di un impero. Política e cultura nel mondo portoghese (1450-1600)*. Roma: Carocci, 2011. Resenha publicada in: *Revista 7 Mares*, nº. 1, 2012. pp.: 1-4.

nível, e que alcançou expressão em importantes revistas científicas, nos principais jornais nacionais e entre os volumes à venda nas livrarias. Depois da queda da União Soviética, a insistência em considerar os Estados Unidos como os herdeiros dos grandes impérios do passado (da Roma Antiga à Inglaterra vitoriana) teve fortes impactos também no plano historiográfico. Não se pode compreender, de fato, o florescimento internacional dos estudos sobre os impérios ultramarinos do princípio da Idade Moderna nos últimos vinte anos, se se prescindir das sugestões e referências, tiradas daquela história, que circulam nos debates sobre os grandes temas da contemporaneidade, dos fenômenos da globalização econômica e homogeneização cultural ao retorno a um emprego maciço da força militar como garantia da ordem mundial<sup>36</sup>.

*Atlantic history* ou *global history*? Esse novo atlanticismo, voltado para o tema das interconexões entre distintas regiões do mundo, tem fornecido uma nova perspectiva aos modernistas. O fenômeno contemporâneo da globalização renovou de forma bem ampla o interesse no debate sobre a historicidade de certos fenômenos, tais como: a ampliação das escalas de deslocamento geográfico, ocorrida a partir de finais do século XV com a assimilação de novas rotas pelos europeus, como também para a intensificação dos fluxos comerciais e migratórios; a difusão de novos conhecimentos e para a conformação de extensas e complexas redes de sociabilidade nos mundos da Monarquia católica. Esta última passa a se constituir num campo de observação concreto das associações de regiões através das redes internacionais e intercontinentais, das relações entre o local e o global e de sua própria extensão até o limite de territórios longínquos, o nome que sobressai nesta perspectiva de análise é o de Serge Gruzinski<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> HEADLEY, John M. – *The Europeanization of the World: On the Origins of Human Rights and Democracy*. Princeton: Princeton UP, 2008.

<sup>37</sup> GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo: Da Descoberta à Conquista, uma experiência européia, 1492-1550*. SP: Edusp, 1997; e, GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: sociedades indígenas e a ocidentalização do México espanhol*. SP: Companhia das Letras, 2003.

Nesse sentido, os estudos mais recentes no campo da história sociocultural têm se centrado, em especial, na observação das “histórias conectadas”, nos sujeitos e mecanismos articuladores dos mencionados processos de circulação e, por conseguinte, na interação entre diferentes esferas jurisdicionais no interior dos impérios, ampliando os temas tradicionais do “domínio imperial” ou do monopólio comercial.

Uma outra historiografia que se aproxima das análises citadas acima, dentro do quadro teórico que versa sobre o mundo atlântico, as análises sobre os impérios e que se relacionam à ideia de histórias conectadas, diz respeito aos trabalhos que compreenderam essa dinâmica relacionando-a com o conceito de *circulação*. Entendendo que esse momento de circulação contou com a intervenção do Estado e de diferentes agentes para a efetuação da atuação ultramarina.<sup>38</sup>

De acordo com o historiador Kapil Raj, esses agentes tanto coloniais quanto europeus funcionariam como intermediários durante todo o processo de colonização. Em seu capítulo intitulado *Surgeons, Fakirs, Merchants and Craftsman: Making L'Empereur's Jardin in Early Modern South Asia*, o autor abordou a ideia da circulação do conhecimento e dos gêneros através dos agentes metropolitanos: Cirurgiões, comerciantes, artesãos, entre outros, onde era necessário o estabelecimento de uma comunidade específica para que se produzisse saber<sup>39</sup>.

Ainda segundo Kapil Raj, o universo colonial era um mundo mercantilizado e os seus produtos são preparados para serem comercializadas. Nesse sentido, o

---

<sup>38</sup> A diferença desses trabalhos para as análises sobre as relações entre impérios tais como os trabalhos já citados de A.J. R. Russel-Wood e Charles Boxer é o fato desses autores não terem pensado no conceito de circulação e de redes de circulação como fez, por exemplos, autores como SUBRAHMANYAM, Sanjay. *The Portuguese Empire in Ásia, 1500-1700: A Political and Economic History*. UK: John Wiley & Sons Ltd, 2012; SUBRAHMANYAM, Sanjay. *From Tagus the Ganges. Expoloration in Connected History*. UK: Oxford University Press, 2012 e, RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. UK: Palgrave Macmillan, 2007.

<sup>39</sup> RAJ, Kapil. *Surgeons, Fakirs, Merchants and Craftsman: Making L'Empereur's Jardin in Early Modern South Ásia*. In: RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. UK: Palgrave Macmillan, 2007. pp.: 27-59.

conhecimento é construído em conjunto, ou seja, a partir das relações estabelecidas entre os europeus e os naturais. As categorias sócioprofissionais deveriam estabelecer-se naquele universo colonial e, a partir daí, constituir uma rede de saber advinda das suas relações com os nativos caso o objetivo fosse a apreensão de conhecimentos e produtos nativos.

Seguindo esta perspectiva, a historiadora norte americana Paula Susan De Vos classifica esse movimento de investigação dos produtos naturais como uma corrida ao “ouro verde” por parte dos Estados europeus possuidores de Impérios Tropicais e Subtropicais, que estava vinculada à Economia Botânica. Embora este conceito tenha sido formulado em meados do século XIX sua aplicação é justificada pelo fato de tratar dos aspectos utilitários da planta fator primordial no comércio das espécies a época moderna<sup>40</sup>.

Nesse sentido, buscaremos nesta tese tratar do comércio de medicamentos importados para a América portuguesa e do envio de remessas de remédios americanos para a Europa. Nosso interesse é observar a dinâmica desse comércio, a rede mercantil que se formou e promoveu a circulação desses fármacos, as características desse comércio e de seus agentes e a atuação da Coroa portuguesa e de diversas instituições reinóis e ultramarinas nesse circuito mercantil. Nos inserimos nos debates historiográficos acerca da circulação de produtos e das histórias conectadas entre o Atlântico Sul, a Europa e o resto do globo. Também analisaremos, dentro da perspectiva da circulação de saberes, a existência de intermediários ultramarinos ou europeus atuantes como molas propulsoras para o conhecimento de novas drogas medicinais e da circulação das mesmas nos circuitos europeus e americanos. Os próximos itens desse capítulo serão voltados para essas análises.

---

<sup>40</sup> DE VOS, Paula Susan. Natural History and the Pursuit of Empire in Eighteenth-Century Spain. *Eighteenth-Century Studies*, Volume 40, Number 2, Winter 2007. pp. 201.



## 1.2 – Medicamentos na Europa: o porto de Lisboa como rota de importação na segunda metade do século XVIII

Durante o verão de 1765 em diligência cumprida por ordem do rei Luís XV, o general do exército francês, Charles Dumouriez chegou em Portugal cumprindo uma missão de espionagem. Seu propósito culminou na escrita da obra *L'Etat du Portugal*, em 1766, em que elogiou o rei D. José I e as medidas realizadas pelo Marquês de Pombal, apontou as regiões e a geografia do país e focalizou atentamente o estado das colônias lusas àquele momento<sup>41</sup>. Em contrapartida vociferou contra os jesuítas e seu legado obscurantista em relação à educação concedida aos nobres acusando-os à deixar como legado a ignorância e o estado de ruína aos habitantes de Portugal. O general afirmava que a presença dos missionários contribuiu para a falta de cuidado e atenção com que o país foi tratado por escritores e viajantes quando o descreviam como sendo “*a extrema indolência e apatia dos seus habitantes; que nunca viajam, escrevem, nem comunicam com as nações estrangeiras*”<sup>42</sup>.

Se o estado geral dos indivíduos moradores das vilas e cidades portuguesas na segunda metade do século XVIII, de acordo com Charles Dumouriez, era caracterizada por uma aversão ao cosmopolitismo, o mesmo não ficou evidenciado na sua descrição do porto de Lisboa onde revela que é

“(…) indiscutivelmente um dos melhores da Europa; ele tem um alcance de duas milhas, abrigada de todos os ventos, de fácil acesso para qualquer tonelagem, e para qualquer número de navios; nada é mais desejado do que um cais próprio para o desembarque das mercadorias transportadas: navios de todas as nações se reúnem aqui, e um comércio prodigioso é exercido por comerciantes estrangeiros; a maior parte está nas mãos dos ingleses e Lisboa, de facto, pode ser considerada como uma feitoria Inglesa, tanto por conta do

---

<sup>41</sup> CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens do Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e Viajantes*. In: Penélope, número 22, 2000. pp. 85

<sup>42</sup> Apud: CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. *Imagens do Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e Viajantes*. In: Penélope, número 22, 2000. pp. 85

número de súditos britânicos residentes aqui em grande estado e riqueza, e da influência que a corte de St. James tem sobre a política de Portugal”<sup>43</sup>.

De uma maneira significativa este relato aponta o movimento do comércio em Lisboa em 1766. Levando em conta todas as trocas realizadas entre os portugueses e demais nações, os ingleses foram considerados comerciantes privilegiados nessas trocas. Porém o viajante ao retratar o comércio marítimo e o movimento dos portos em Portugal, sobretudo em Lisboa, não se preocupou em observar o tipo de mercadoria que cada nação estrangeira se concentrava em comercializar. Pois quando se observa a circulação comercial de uma mercadoria bastante específica, por exemplo: os medicamentos, no porto lisboeta durante toda a segunda metade do século XVIII, percebemos nesta tese que não são os ingleses – por mais influência política que detenham em Portugal a esta altura – os “proprietários” desse comércio.

As plantas medicinais que eram oriundas do Oriente e da América espanhola partiam em direção à Europa ou à América portuguesa, seguindo o ritmo das mercadorias importadas dos diversos portos europeus, percorrendo um complexo sistema de circulação. Nesse movimento estavam implicados agentes, redes de comércio organizadas, relações interpessoais e familiares e a ação estatal onde a transmissão das mercadorias era executada de diversas formas, passando pela troca local até a venda em leilões arrematados nas principais praças européias.

A economia do medicamento ou o comércio de remédios seguia ritmos distintos dos grandes produtos internacionais como a pimenta, o algodão, o açúcar e o tabaco no que diz respeito à quantidade de gêneros enviadas e à tipologia do negócio. Enquanto esses, mais precisamente o açúcar, possuíam ritmos de navegação baseados nos contratos estabelecidos entre a coroa e particulares ou através do monopólio régio -

---

<sup>43</sup> DUMOURIEZ, Charles. *An Account of Portugal as it Appeared in 1766*, Londres, 1797.

como foi o caso da pimenta desde meados do século XVI -, os medicamentos necessitavam de negociantes especializados no trato, os chamados droguistas que abasteciam o mercado médico europeu e colonial, e tinham um volume total menor de circulação do produto.<sup>44</sup>

De acordo com Leonor Freire da Costa, entre os anos de 1600 a 1639, que podem ser consideradas as décadas de ouro da economia açucareira, os 350 engenhos existentes na América portuguesa enviaram para Lisboa aproximadamente 756.000 arrobas de açúcar por ano<sup>45</sup>, ou seja, apenas um produto chegava a quase uma tonelada anual em Portugal. De acordo com a tabela 1.2.1 pode-se perceber que durante os 44 anos analisados nas entradas de drogas medicinais na Alfândega de Lisboa todos os produtos listados somados não chegam a esta quantidade anual que o açúcar atingiu durante apenas um ano no auge da sua *golden age*<sup>46</sup>.

**Tabela 1.2.1: Movimento das drogas de botica no Porto de Lisboa (Quantidade das entradas) - 1756-1800<sup>47</sup>**

Droga	Quantidade total movimentada (em libras)
Sene	3.454.935,67
galhas	2.841.033,84
flor de violas	2.623.157,27
ipecacuanha	2.368.406,96
pexuri	2.100.428,38
Maná	1.139.826,20
Quina	813.739,13
almecega	600.496,29
pedra hume	401.532,10
raspas de veado	209.386,24
goma alcatira	200.592,58
cravo da índia	200.437,77

<sup>44</sup> Comerciantes especializados no comércio de remédios e que serão analisados no capítulo 2 desta tese. Ver: DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, Boticários e Segredistas

<sup>45</sup> De acordo com o dicionário de comércio 1 arroba= 25 libras e portanto no ano 1639 foram enviadas aproximadamente 756.000 arrobas de açúcar para Lisboa ou 18.900.000 libras

<sup>46</sup> COSTA, Leonor Freire. O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663), vol 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. pp. 168-171.

<sup>47</sup> Nesta tabela e nas demais iremos utilizar os nomes das plantas com a grafia atual.

azogue	200.352,10
verdete	120.577,86
triaga magna	100.396,29
canela	74.501,67
jalapa	66.147,51
Ruiva	50.000,00
goma arábica	27.291,83
pau compex	20.896,29
cascas de tartaruga	20.108,30
óleo de copaíba	19.192,36
incenso	18.759,44
pedra hume	13.396,29
cremor tártaro	12.459,15
Salsa	10.985,15
sumo de alcassuis	9.141,92
goma arábica branca	9.048,03
benjoim	8.814,59
sal catártico	8.117,25
pedra lipes	7.064,85
ponta de veado	6.807,55
ruibarbo	6.460,73
sal amoníaco	6.204,93
raiz da china	5.869,90
sassafras	5.353,06
visco corsino	4.653,06
Coral	4.513,54
tucilago	4.423,36
cantáridas	4.281,44
canáfístula	4.004,77
tromentilha	3.973,80
cabeças de dormideiras	3.840,67
colonquídeas	3.513,54
pedra pomes	3.328,38
jujubas	3.272,71
pedra hume branca	3.254,10
sangue de drago	2.779,46
raiz de parreira brava	2.764,19
antimônio cru	2.754,67
goma bedelio	2.594,98
alvaiade	2.534,50
goma amoníaca	2.463,75
goma edra	2.441,92
raiz de contra-erva	2.420,96
tâmaras	2.417,25
raiz de lírio florentino	2.177,73
alcanfor	2.120,86
sândalos brancos	2.007,27
olhos de carangueijo	1.986,44
goma graxa	1.966,21

cravo grosso	1.892,58
salsaparrilha	1.890,02
tamarindos	1.724,67
cascas de pau santo	1.692,58
contra erva	1.657,06
parreira braba	1.560,48
sene miúdo	1.560,48
goma gálbano	1.559,17
azebre	1.556,77
raiz de piretro	1.545,63
senopla	1.538,21
goma arábica amarela	1.496,29
espermacete	1.424,67
água de alfazema	1.370,31
pós de joanes	1.298,73
antimônio	1.296,29
tutia	1.191,17
terra sigilada	1.098,69
pau de cera	1.096,29
cravo fino	1.035,31
esponja	1.796,29
triaga	1.024,67
goma assafétida	1.013,54
sal tártaro	1.013,54
trincal refinado	1.000,29
tartaruga (casca)	876,48
chá verde	824,67
goma elemi	813,54
goma guta	809,83
lírio florentino	784,77
espírito de alfazema	711,58
alambre cetrino	677,73
antimônio em vidro	677,73
cravo	640,67
água de Inglaterra	611,35
semente de dormideiras	598,95
escamonea	596,29
goma	560,48
semente de gênova	545,85
jujubas	532,10
água forte	517,47
coparrosa	500,00
cascas de dormideiras	496,29
terebintina	489,08
raiz de genciana	460,48
madre pérola	432,10
cato	400,00
pau santo em raspas	400,00
raiz de sândalo	400,00

citrino	
pireto	388,48
espírito de verga morta	377,29
cipó	364,19
ermodatilos	364,19
mechuacan	364,19
urucum	364,19
sândalos cetrinos	360,48
bálsamo do peru	343,23
almêcega do brasil	332,10
Bálsamo	332,10
mirabolanos	296,29
pedra calaminar	296,29
sal euforbio	296,29
dente de javali	268,19
catopella	264,19
raiz de aristolóquia	252,10
pedra cananor	232,10
raiz de michoacán	232,10
alcanfor refinado	208,00
alambre de botica	200,00
casca de pau santo	200,00
óleo petróleo	200,00
raiz de imperatória	200,00
sinabre em pó	200,00
aljôfar	197,29
bedelio	196,29
noz vômica	196,29
raízes medicinais	196,29
sal de chumbo	196,29
mirra	180,19
múmia	172,48
óleo de nozes	165,94
espírito comum	164,19
euforbio	164,19
goma de bedelio	164,19
alambre	132,10
amoníaco	132,10
coral rubro	132,10
noz moscada	132,10
sangue de bode	132,10
óleo de tromentilha	122,27
espíritos de plantas	110,29
flor de benjoim	110,29
sal volátil amoníaco	110,29
alcanfor (em paus)	104,29
conchas de madre	104,29
pérola	104,29
raiz de erva calulíaria	104,29

raiz de erva leviana	104,29
sinabrio	100,00
goma de peixe	96,29
sândalos vermelhos	96,29
resina de jalapa	69,19
balsamo peruviano	56,77
espírito de vitríolo	52,40
óleo de coparrosa	52,40
Trincal	52,10
Vermelhão	52,10
viluras de levante	52,10
coparrosa	48,10
flor de canela	48,10
rúbias	48,10
flor de noz moscada	32,10
semente de	
alexandria	32,10
balsamo peruviano	
branco	26,20
chá	24,00
guaiaco	24,00
espírito de cravo doce	21,83
xarope de alquermes	21,83
canela fina	18,00
óleos químicos	8,73
óleo de erva doce	6,55
óleo de cravo	2,18
aljofar barroco	2,00
<b>Total</b>	<b>18.044.074,88</b>

Fonte: ANTT, Casa da Índia, Mesa de Drogas, Alfândega de Lisboa, 1756-1800. Banco de dados da pesquisa.

Portanto deve-se ter em conta que os remédios eram um tipo de mercadoria específica para um mercado médico em ampliação e crescimento na Europa que teve o ápice do consumo de drogas importadas durante o século XVII, crescendo continuamente durante o século XVIII<sup>48</sup>. Desde de a descoberta do Novo Mundo até o fim do Setecentos há na Europa um momento de comercialização e pluralismo de medicamentos, onde o florescimento desse mercado médico se estabelece independentemente da eficácia terapêutica ou da regulação institucional dos fármacos.

<sup>48</sup> WALLIS, Patrick. Exotic Drugs and English Medicine: England's Drug Trad, c. 1550- c. 1800. In: Social History of Medicine, vol. 25, n.º 1, 2011. pp.: 20-21. Infelizmente para Portugal não temos documentos da Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, anteriores à 1755 e não era intenção desta tese focalizar na análise deste comércio durante o século XVII.

De acordo com os historiadores Mark Jenner e Patrick Wallis, a economia do medicamento é uma prática medieval que cresce substancialmente a partir do período seiscentista devido à ampliação e dispersão geográfica do número de profissionais ligados a medicina: médicos, cirurgiões, boticários, entre outros; que foram os principais consumidores das drogas medicinais no mercado médico, visando o atendimento da população. Da mesma maneira os referidos autores afirmam que o crescimento da oferta comercial não suplanta a utilização de mezinhas locais e/ou domésticas<sup>49</sup>.

Entretanto é a dinâmica desse mercado de drogas, no Império português setecentista, que fez circular a flora e fauna do Ocidente e do Oriente em escala global transformando-as em conhecimento médico, que nos caberá analisar ao longo deste estudo<sup>50</sup>. Essas drogas, como eram mercadorias voltadas para o abastecimento externo estavam sujeitas ao fisco e, em sua grande maioria, não eram monopólio régio. Pagavam impostos de entrada e de saída nas Alfândegas para onde eram transportadas afim de abastecer os diversos portos lusos: Lisboa, Porto, Algarve, Setúbal, Viana, Aveiro, Vila do Conde, entre outros.

No que se refere aos medicamentos monopólios quer da Coroa ou de uma única Companhia de Comércio, um processo judicial que corria na Conservatória da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e da Paraíba, do ano 1765, mostrou que um tecelão, natural da Ilha de São Miguel, que vivia em Lisboa a mais de 20 anos e tinha um irmão comerciante em Pernambuco havia sido preso, acusado de contrabando, por ter recebido mais de duas arrobas de Raízes de Ipecacuanha, um medicamento

---

<sup>49</sup> JENER, Mark S. R. and WALLIS, Patrick. The Medical Marketplace. In: JENER, Mark S. R. and WALLIS, Patrick. *Medicine and Market in England and Its Colonies, c. 1450 - c. 1850*. UK: Palgrave Macmillan, 2007. pp. 8-9.

<sup>50</sup> CHAKRABARTI, Pratik. *Materials and Medicine. Trade, conquest and therapeutics in the eighteenth century*. Manchester: Manchester University Press, 2010. pp. 19.



americano apreciado esse tempo na Europa, do seu irmão afim de vende-la na Europa e com esse dinheiro enviar mercadorias necessárias ao consumo na América portuguesa. A Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba reclamava na justiça a prisão do tecelão em razão de ser a ipecacuanha mercadoria exclusiva de seu comércio e, portanto, monopólio da Companhia<sup>51</sup>. Porém, a defesa de Manoel de Souza e Melo alegava que o réu

(...) não sabia, nem tinha notícia de que as ditas raízes eram proibidas, como de fato não o são; pois não consta da Instituição da Companhia Geral o proibir-se a extração da dita Ipecacuanha, sim fala no parágrafo 34, e diz-se 'que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja, possa introduzir fazendas secas, ou molhadas, nas Capitânicas de Pernambuco e Paraíba, nem tão pouco extrair os gêneros da sua produção, sob pena de perdimento das fazendas, gêneros e de outro tanto quanto importar o seu valor'. E além de não falar em raízes algumas e muito menos da Ipecacuanha não pode a dita proibição dos gêneros compreender as raízes que são produtos da terra, sem necessidade do fato do homem, pois é constante não ser coisa que se semeie ou cultive para entrar em gênero de negócio<sup>52</sup>. (Grifos meus)

O processo avança e o réu é absolvido sob a alegação de que não tinha intenção de dolo contra a Companhia de Comércio e as Raízes não eram proibidas de comércio, não eram monopólio já que eram frutos da terra e não havia nenhum esforço monetário ou o emprego de mão de obra extensiva para conseguir o seu cultivo. Esse documento evidencia a existência de uma relação diferente da Coroa portuguesa com os produtos naturais em comparação com as relações estabelecidas por outras Companhias de

---

<sup>51</sup> O documento em questão revela aspectos que demonstram não haver nos estatutos das Companhias de Comércio um monopólio sobre os gêneros nativos. No entanto, existia monopólio no que concerne ao transporte das mercadorias quer de origem americana, européia ou africana. Mercadorias que vinham de onde quer que fosse para os portos controlados pelas Companhias como era o caso de Recife, Belém, São Luís, entre outros, ficavam sob o julgo do pagamento de frete à Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba e à Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Sobre as Companhias de Comércio em Portugal ver: CARREIRA, António. As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

<sup>52</sup> ANTT, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, Maço 22, n.º 13, Caixa 29. Ação Cível de tomada em que são autores Manoel Rodrigues e José de Sequeira e Sá e réu Manoel de Souza e Melo, Lisboa, 02 de Dezembro de 1765.

Comércio: no caso Português, em se tratando de produtos nativos e que não dependessem de esforço financeiro quer por parte da Coroa ou de particulares os gêneros não poderiam ser monopolizados já que “existiam livremente na natureza” podendo ser utilizados sem prejuízo pela população. Um outro aspecto interessante citado pela defesa de Manoel de Souza e Melo foi a necessidade de se pagar ao Rei D. José I a sua parte pela saída e entrada da Ipecacuanha nos portos. Sem saber se a mercadoria havia entrado em Lisboa pagando imposto ou de maneira irregular, e se a mesma havia partido de Pernambuco pagando ou não imposto à alfândega da capitania, o réu deveria quitar “os devidos diretos a Sua Majestade, não estando pagos, pois não consta”.

É importante ressaltar, mais uma vez, que o tecelão havia sido preso por contrabando e não por fazer comércio com uma mercadoria protegida já que a mesma não era e até os autores da ação, procuradores da Companhia, o acusavam de contrabando já que não poderiam acusá-lo de comercializar mercadoria proibida. Nesse sentido, pode-se afirmar que a Coroa portuguesa concedeu privilégios comerciais para as Companhias de Comércio, mas não impediu que outros mercadores particulares continuassem fazendo negócio com produtos naturais da terra desde de que eles arcassem com toda a despesa de transportes, com o pagamento de entradas e saídas alfandegárias e com o imposto referente à Casa Real sob o comércio<sup>53</sup>.

Por ser uma documentação tão rica no que diz respeito às entradas e saídas de diferentes produtos, entre eles os medicinais, concentraremos nossa análise, nesta tese e sobretudo neste capítulo, no livro de portos do porto de Lisboa. Nossa escolha se deve ao fato deste ser o primeiro na hierarquia portuária em quantidade de mercadorias

---

<sup>53</sup> ANTT, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, Maço 22, n.º 13, Caixa 29. Ação Cível de tomada em que são autores Manoel Rodrigues e José de Sequeira e Sá e réu Manoel de Souza e Melo, Lisboa, 02 de Dezembro de 1765.

recebidas e, principalmente, por possuir uma entrada específica para as drogas: A Casa da Índia, Mesa de Drogas<sup>54</sup>.

A Casa da Índia foi criada no século XV por ordem do rei D. Manuel e era uma estação de entrada na Alfândega de Lisboa onde o Erário Régio arrecadava os direitos das fazendas vindas das Índias e outros portos da Ásia. O historiador Charles Boxer ao analisar a chamada Carreira da Índia durante o século XVI e XVII – “grande rota transoceânica que ligava Lisboa ao colonato português de Goa e a uma série de escalas que conectavam vários lugares da Ásia a Goa e à carreira”<sup>55</sup> –, afirma que os arquivos da Casa da Índia em Lisboa desapareceram no terremoto de 1755 e por essa razão “*não dispomos de registros exatos de todas as viagens da carreira efetuadas anteriormente*”<sup>56</sup>. No entanto para os dados relativos às entradas e taxações de mercadorias no período posterior ao terremoto existe uma vasta documentação das fazendas da Carreira. Cabe ressaltar que a Casa da Índia no período de 1756-1800, que estamos analisando, era o lugar onde entravam mercadorias oriundas da América e da África, além das já conhecidas e desejadas especiarias asiáticas.

De acordo com Francisco Paulo Mendes da Luz “*todos os produtos vindos das costas africanas, asiáticas, ou da América e também aqueles de origem europeia destinados ao resgate ou à exploração comercial em todos estes pontos, ficariam registrados por quantidades discriminadas nos livros deste organismo*” com a

---

<sup>54</sup> Sobre a hierarquia portuária em Portugal ver: COSTA, Leonor Freire. O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663), vol. I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2002. pp.: 94.

<sup>55</sup> SCHWARTZ, Stuart. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010. pp. 29.

<sup>56</sup> BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português, 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 2001. pp: 218.

finalidade de pagarem impostos à Fazenda Real, menos os que eram adquiridos por conta do rei<sup>57</sup>.

Desde a sua institucionalização a Casa funcionava como um centro fiscalizador de todo o comércio do Ultramar, armazém e sede de todos os negócios entre os domínios portugueses e o resto da Europa tendo crescido e se desenvolvido durante todo o século XVI e a partir do governo de Felipe III, em 1615, passada a ser aberta aos vassallos da coroa de Portugal a permissão de comerciar mercadorias que antes eram monopólios reais, salvo a pimenta. Aos comerciantes privados cabia o pagamento de 3% de imposto sobre as mercadorias que entravam na Alfândega e 4% sobre as que saíam de lá para outros portos, pois a Ribeira de Lisboa não era apenas o principal porto do Império português em volume de mercadorias recebidas, mas um centro de redistribuição, de reexportação dos produtos para os diversos domínios ultramarinos lusos e para outras Nações Estrangeiras. De acordo com o historiador A. J. Russel-Wood se:

Hoje consideramos normal que qualquer mercearia de bairro em Baltimore, Maryland ou em Llangollen, no País de Gales, tenha para vender kiwis da Nova Zelândia, queijo suíço, uvas do Chile, manteiga da Dinamarca, chá da China e carne da Argentina, que o caixeiro registre a conta num computador fabricado no Japão, que as lojas vendam tecidos vindos de Madras e sapatos de cabedal feitos à mão na Itália ou no Brasil e que os carros que se vêem nas ruas sejam fabricados na Coreia, no Japão ou na Alemanha. É fácil acreditar que esta característica internacional da nossa vida cotidiana seja um produto da revolução operada na tecnologia, nos transportes e nas comunicações a seguir à Segunda Guerra Mundial<sup>58</sup>.

---

<sup>57</sup> LUZ, Francisco Paulo Mendes da. O Conselho da Índia. Contributo ao estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos princípios do século XVII. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral do Ultramar, 1952. pp. 35.

<sup>58</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisboa: Difel, 1992. pp. 193.

Como demonstrou Russel-Wood em seu trabalho, esse fenômeno de “fluxo e refluxo de mercadorias” não é novo, não é um resultado apenas das transformações e da globalização do século XX. Essa mundialização de culturas, é descrita por Russel-Wood como sendo intensa, local e global durante todo o período moderno. E no que diz respeito à atuação das Companhias das Índias Orientais o autor aponta que

Poderemos trocar artigos do Guzerate por pimenta e ouro na costa de Samatra, riais [uma moeda de prata] e algodões da costa [do Coromandel] por pimenta em Bantam, e sândalo, pimenta e riais por artigos de ouro chineses; obteremos prata do Japão em troca de produtos chineses, artigos do Coromandel em troca de especiarias, outros produtos e riais, e riais da Arábia em troca de especiarias e várias outras bagatelas – uma coisa leva à outra.<sup>59</sup>

Dentro dessa perspectiva da circulação de mercadorias, sobretudo de medicamentos, a Casa da Índia era, como foi assinalado anteriormente, uma instituição privilegiada para este feito. Para isso ela contava desde a sua fundação com um Regimento que assinalava suas funções e os cargos que deveria manter, tais como: o de provedor, de seis escrivães, de um juiz de balança com seu respectivo fiel ou ajudante, de dois tesoureiros - um da especiaria e outro do dinheiro - de um guarda livros, de vinte guardas da Casa, de um porteiro, de sete contínuos, de trinta trabalhadores, de um capelão, de quatro avaliadores, sendo dois ourives para a avaliação de pérolas e pedras preciosas e de dois boticários para a avaliação de todas as drogas que se despachassem na Casa, e finalmente de um meirinho com seu escrivão<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> Apud: STEENSGAARD, Niels. The asian trade revolution of the seventeenth century: the east india companies and the decline of the caravan trade. Chicago: Chicago University Press, 1974. pp. 407

<sup>60</sup> LUZ, Francisco Paulo Mendes da. O Conselho da Índia. Contributo ao estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos princípios do século XVII. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral do Ultramar, 1952. pp. 52-53.

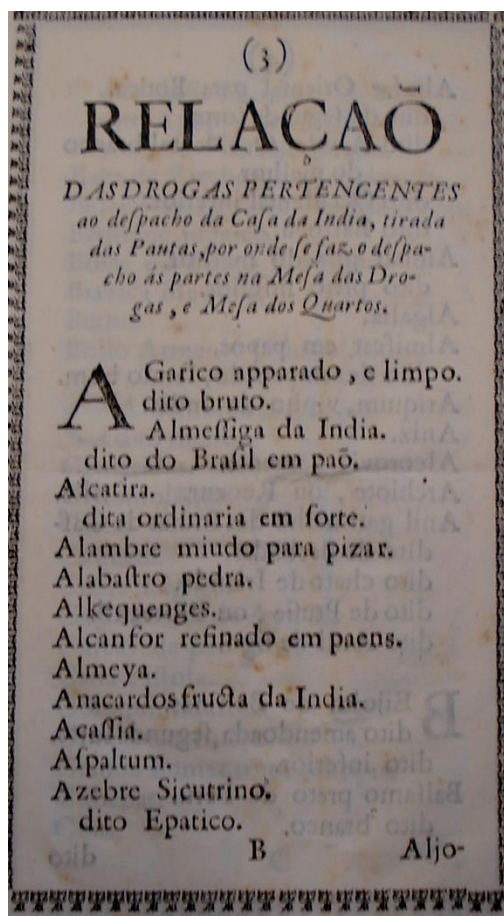
O cargo de boticário servia para avaliar o preço das drogas medicinais que entravam na Alfândega e estava ligado à fiscalização a que os medicamentos eram submetidos na compra/venda e distribuição pela dita Casa. Ao mesmo tempo havia o Regimento da Junta do Protomedicato, que desde 1623, considerado essencial a fiscalização dos medicamentos antes de aportarem nas Alfândegas pois de acordo com o documento era “mui danoso não serem vistas, examinadas as drogas e mezinhas que vem de fora antes de se despacharem na Alfândega e na Casa da Índia por muitas vezes virem ruins; ei por bem e mando ao meu Físico-mor que nesta cidade [Lisboa] veja as ditas drogas e mezinhas nas ditas Casa da Índia e Alfândega; e sem isso se não poderão despachar (grifos meus)”<sup>61</sup>.

Todas essas categorias sócio-profissionais pertencentes ao corpo de funcionários da Alfândega fiscalizavam e normatizavam as mercadorias que lá entravam por meio das suas Pautas – no caso dos medicamentos, a Pauta da Casa da Índia (ver figura 1) continha os produtos que repetidamente entravam, alinhados em ordem alfabética, e os preços pelos quais eles deveriam ser taxados em impostos.

---

<sup>61</sup> AHU, Reino. Consultas da Junta do Protomedicato. Alvará que se determina que nenhum médico possa ser cirurgião e que nenhum cirurgião possa vender mezinhas e que nenhum médico receite com boticário parente. Caixa 22, pasta 15. pp. 8.

**Figura 1.2.1 – Pauta das Fazendas que pertence o despacho delas à Casa Índia, 1749**



Fonte: Arquivo das Alfândegas de Lisboa, Pauta de 1782.

Cada entrada da Alfândega: Alfândega Grande, do Açúcar, do Tabaco, Mesa dos Cinco, Casa da Índia, entre outras possuíam seus próprios regimentos e suas pautas que eram, com uma certa freqüência, atualizadas e revisadas devido à constante entrada de novas mercadorias e à superação de produtos ao longo dos anos, além das oscilações de preços que o mercado global impunha. No entanto, após o terremoto de 1755 os preços das fazendas, drogas e demais produtos ficaram defasados até a criação de uma pauta geral, em 1782 sob o reinado de D. Maria I, segundo a qual todas as mercadorias de todas as Alfândegas do reino e domínios ultramarinos deveriam ser abarcadas. Cabe ressaltar que a reforma ou estabelecimento de uma nova pauta era uma negociação

política como pode-se ver no documento enviado ao Ministro Martinho de Mello e Castro pelo Intendente de Polícia Pina Manique, em que o funcionário régio nota os defeitos existentes nos preços das mercadorias que constavam da pauta atual das alfândegas (anterior ao terremoto)

Ela contem muitos gêneros usados antigamente, que hoje não se usam nem vêm de fora; e não poucos de que até os nomes são já desconhecidos. Faz menção de várias obras fabricadas em umas terras, quando as que hoje entram são feitas em outros lugares; e diversas nas qualidades ou com vários acidentes daquelas de que acura o valor. Alguns gêneros vêm repetidos com diversos nomes; o que não só faz confusão, mas também é causa de recorrer a avaliações arbitrárias. Compreende muitas mercadorias de que a entrada ou o uso se acham proibidos, ainda sem declarar essa proibição. Faltam nela vários gêneros, que antes não vinham e hoje entram e se usam<sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> AHU, Reino. Ofício de Diogo Ignácio de Pina Manique para o Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro. Lisboa, 30 de abril de 1781. Caixa 35, pasta 15.



### **1.3 – Genoveses, Holandeses e outras Nações Europeias: a entrada e saída de remédios em Lisboa**

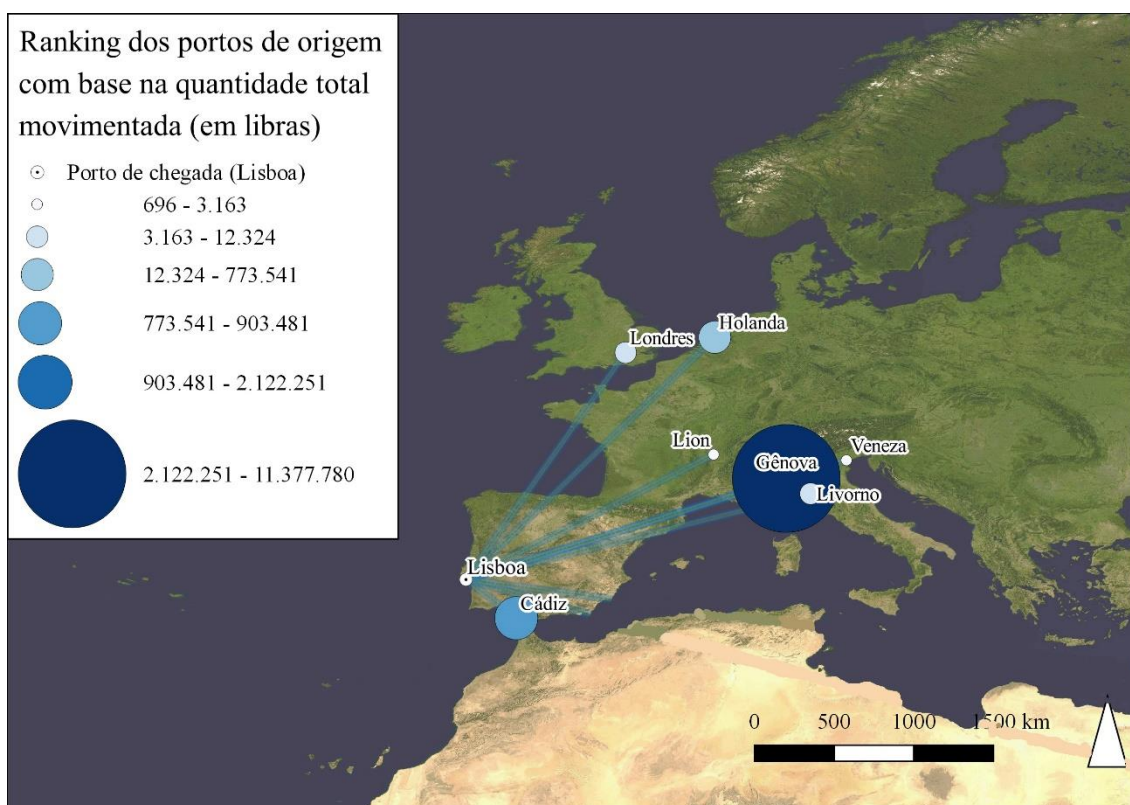
Ao fim do século XVIII, as plantas medicinais são itens de um comércio regular e plenamente estabelecido, embora elas não representem nem em valor e nem em volume mais do que uma parte secundária nesse comércio de longa escala global. O Maná, o Benjoim, o Senne, a Salsaparrilha, a Jalapa, a Quina, a Goma Arábica, o Ruibarbo, as Raspas de Veado oriundos de diversas partes do globo têm seu percurso de circulação findo em Lisboa, no Porto, ou em outros portos lusos. A recepção desses produtos estava a cargo da Mesa de Drogas, já mencionada anteriormente, que era uma instância de entradas de produtos da Casa da Índia.

Depois de sua chegada a Lisboa os remédios seguiam diferentes rotas: os medicamentos importados do Oriente, da Europa e da África partiam em direção aos portos americanos (Centro-sul: tendo como principal porto o Rio de Janeiro; o nordeste; e o Grão-Pará e Maranhão); os que chegavam da América abasteciam as boticas e casas mercantis de droguistas em Portugal além de seguirem viagem para outros portos europeus que seus mercadores compravam por meio de leilões e negociações como casas mercantis estabelecidas em Lisboa a compra das arrobas de determinadas plantas; e alguns gêneros importados de outros domínios portugueses ou de outras partes do globo também seguiam para o abastecimento do mercado europeu e do mercado interno português.

Essa circulação de mercadorias também se constatava nos portos lusitanos, por meio das entradas dos medicamentos, como observamos através da análise da documentação da Alfândega de Lisboa: os medicamentos passavam de portos em portos até sua chegada nos portos do Mediterrâneo Oriental (Livorno-Gênova-Veneza), da

Europa do Norte (Lion-Londres-Amsterdã) e de Sevilha em Portugal. Estas rotas comerciais estão ligadas às rotas estabelecidas pelas Companhias de Comércio que operavam na península ibérica, em Lion, Antuérpia, Rouen e Amsterdã estabelecendo redes de correspondentes que operavam junto dos Consulados na negociação do abastecimento e do comércio de determinadas plantas medicinais<sup>63</sup>.

**Mapa 1.3.1: Chegada das drogas de botica no Porto de Lisboa (Quantidade das entradas e seus diferentes portos) - 1756-1800**



Fonte: ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801. Banco de dados da pesquisa

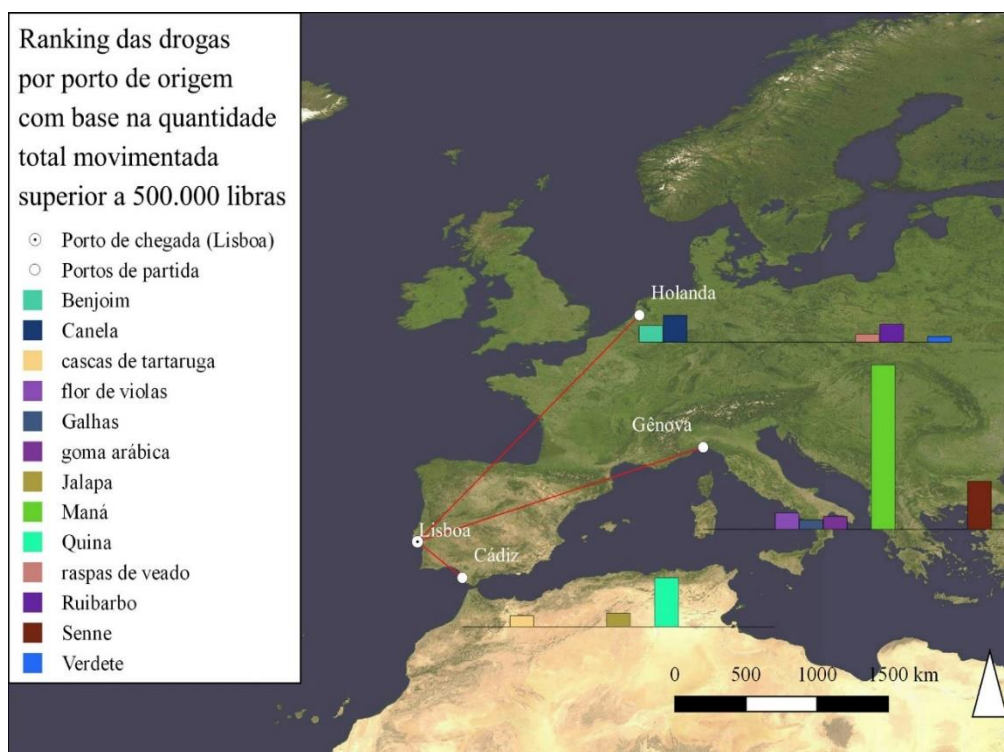
As rotas com grande volume de abastecimento, no porto lisboeta, estão evidenciadas no gráfico 1: Gênova, Holanda (Amsterdã), Cádiz, Londres são as

<sup>63</sup> BOUMEDIENE. Samir. Avoir e Savoir. L'appropriation des plantes médicinales américaines par les européens (1570-1750). Nancy, These de doctorat d'histoire, Université de Lorraine, 2013. pp. 151.

principais locais de onde partiam grandes remessas de drogas de boticas para Portugal. Como abordamos anteriormente, esses remédios que aportavam em Lisboa não eram totalmente consumidos pelo mercado local, mas sim (re) distribuídos pelas redes mercantis para o ultramar americano, África e ilhas para abastecerem boticas particulares, boticas de presídios e destacamentos militares, boticas de hospitais militares e da Santa Casa de Misericórdia entre outros locais de venda e consumo de medicamentos.

Os boticários foram um dos principais agentes impulsionadores desse comércio e o crescimento do número de licenças para a prática desse ofício, em Portugal e nos seus domínios ultramarinos, a partir do século XVIII evidencia o sentido do volume dessa circulação de drogas nesse período – veremos isso melhor no capítulo 3 dessa tese. O gráfico 2 mostra as substâncias mais procuradas (as que chegavam em maior quantidade nos portos lisboetas) e os seus portos de origem.

### Mapa 1.3.2: Chegada das drogas de botica no Porto de Lisboa (tipo de drogas e seus respectivos portos) - 1756-1800



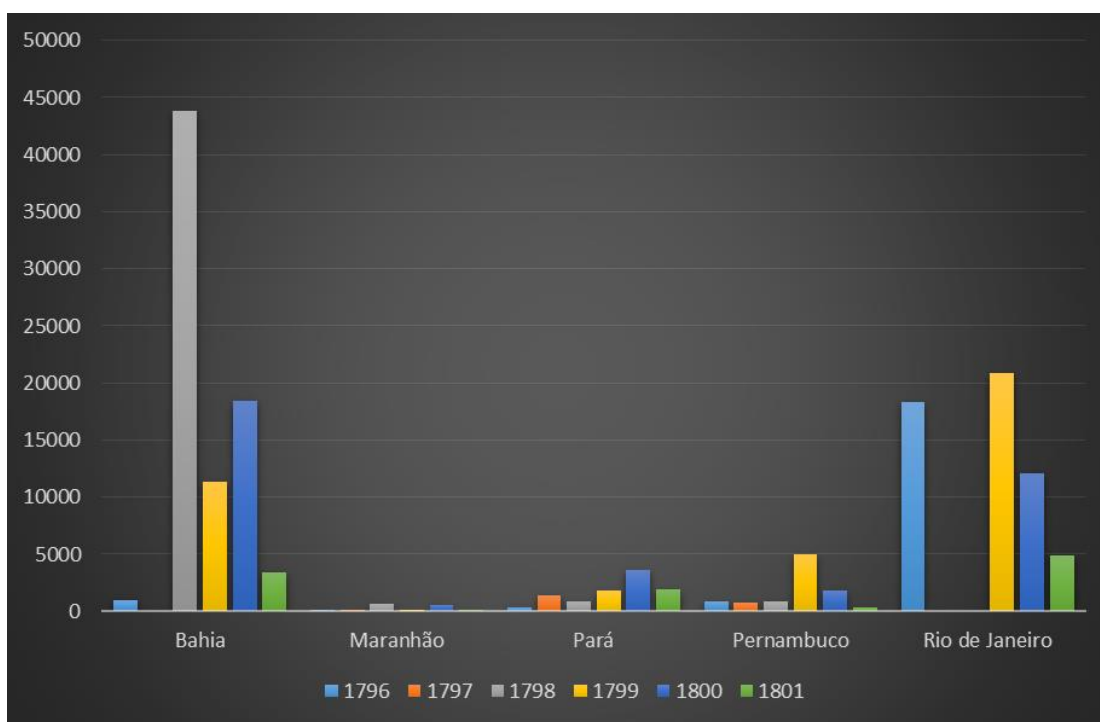
Fonte: ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801. Banco de dados da pesquisa.

O número de medicamentos que o mercado médico de Portugal e seus domínios ultramarinos lidavam, na segunda metade do século XVIII, era amplo e com uma grande diversidade de tipos de medicamentos: químicos-galênicos, somente galênicos ou somente químicos o que fazia crescer o comércio de cidades como Gênova e Amsterdam com o Oriente, já que grande parte dessas drogas tinham a sua origem primária nestas regiões.

O Ruibarbo, a escamônea, a raiz da China, cólquida, benjoim, a canela, raspas de veado, o verdete, o maná, o sene, flor de violas, a quina, a jalapa, a goma arábica foram as principais drogas estrangeiras (vindas do Oriente, norte da África, Levante e da própria Europa – algumas americanas que entravam via Espanha como a quina e a jalapa) procuradas por boticários e outros profissionais da medicina para a medicação

dos seus clientes. Da mesma maneira vinha da América portuguesa, sobretudo do Rio de Janeiro e da Bahia a planta mais desejada nas boticas europeias: a ipecacuanha.

**Gráfico 1.3.1: Portos americanos que mais exportavam drogas para o Porto de Lisboa e eram reexportadas - 1796-1801**

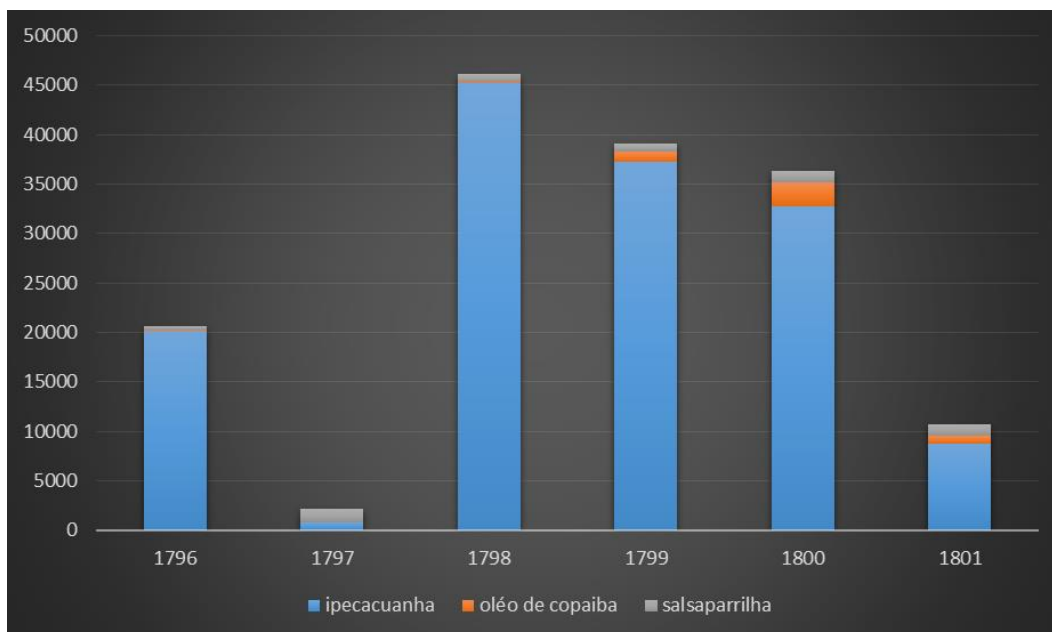


Fonte: Balança de Comércio de Portugal. In: ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no Comércio Colonial. SP: Ática, 1980. pp.: 386-506.

Ao analisarmos a Balança de Comércio do porto de Lisboa, entre 1796-1801, observamos que dentre as drogas utilizadas como medicamentos mais enviadas para Portugal e que eram reexportada pelos droguistas vigoram a Ipecacuanha, a Salsaparrilha e o Óleo de Copaíba, como pode ser visto no gráfico 3. De acordo com José Jobson Arruda a reexportação de ipecacuanha pelos portugueses chegou a superar as exportações nos anos de 1797, 1801, 1802, 1803, 1804 e 1805 o que revela o quanto esse produto era apreciado no mercado médico europeu<sup>64</sup>.

<sup>64</sup> ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no Comércio Colonial. SP: Ática, 1980. pp.: 482.

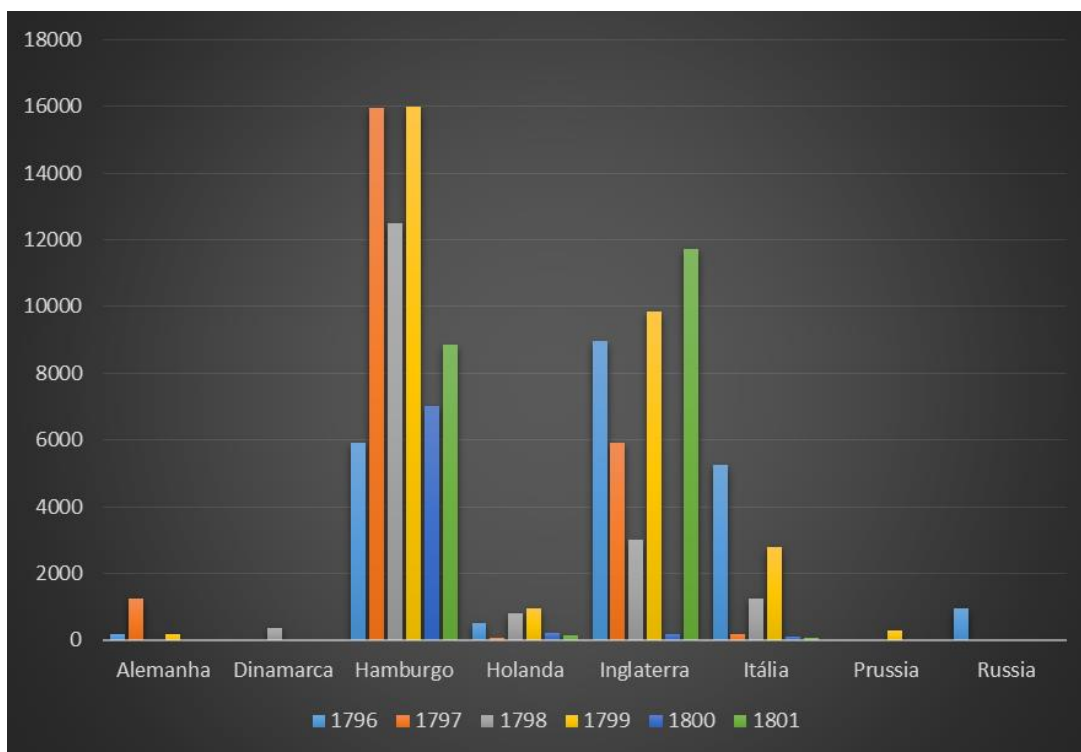
**Gráfico 1.3.2: Drogas brasileiras que entravam no Porto de Lisboa e eram reexportadas - 1796-1801**



Fonte: Balança de Comércio de Portugal. In: ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no Comércio Colonial. SP: Ática, 1980. pp.: 386-506.

Como fica evidenciado a partir do gráfico 1.3.5 é que Portugal busca enviar alguns produtos medicinais apreciados no mercado Europeu para alguns Estados como Hamburgo, Inglaterra, Holanda, entre outros. O que fica constado ao confrontarmos os gráficos 1 e 5 é que essa relação não era simétrica, ou seja, não era por que vinha de Gênova ou Amsterdam as maiores quantidades de medicamentos importados para Portugal e suas possessões ultramarinas que essas regiões eram também as maiores compradoras dos seus gêneros medicinais. Como pode ser observado é Hamburgo, nos Estados germânicos, a Inglaterra e diversas províncias italianas (inclusive Gênova e Veneza) os principais compradores das drogas advindas da América portuguesa.

### Gráfico 1.3.3: Portos Europeus que mais compraram drogas brasileiras do Porto de Lisboa - 1796-1801



Fonte: Balança de Comércio de Portugal. In: ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no Comércio Colonial. SP: Ática, 1980. pp.: 386-506.

Ainda mais importante que abastecer a Europa de tecidos, de trigo, ou de açúcar, o papel de muitas cidades foi crucial no comércio de medicamentos. Gênova é uma cidade que, de acordo com Fernand Braudel, vivia de acrobacias “ela fabrica, mas para os outros; navega, mas para os outros; investe, mas na casa dos outros. Uma geografia restritiva condena-os à aventura”<sup>65</sup>. E é por meio dessa aventura que a capital do Livorno é a principal responsável pelo abastecimento de medicamentos – em quantidade – na capital portuguesa, como pode ser visto através da tabela 1.3.1 e pelo gráfico 1.3.2.

<sup>65</sup> BRAUDEL, Fernand. O Tempo e o Mundo. In: Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp. 145.

**Tabela 1.3.1: Movimento das drogas de botica no Porto de Lisboa e seus portos de origem (Quantidade das entradas) - 1756-1800<sup>66</sup>**

Porto de Origem	Droga	Quantidade total movimentada (em libras)
Cádiz	quina	813.739,13
	jalapa	66.147,51
	casca de tartaruga	19.712,01
	salsaparrilha	1.890,02
	tartaruga	876,48
	michuacan	364,19
	bálsamo do peru	343,23
	raiz de michoacan	232,10
	resina de jalapa	69,19
	balsamo peruviano	56,77
	balsamo peruviano branco	26,20
	guaiaco	24,00
	<b>Total</b>	<b>903.480,83</b>
Gênova	Sene	3.454.935,67
	galhas	2.840.401,75
	flor de violas	2.623.157,27
	maná	1.139.826,20
	almecega	600.000,00
	raspas de veado	203.420,96
	goma alcatira	200.460,48
	verdete	105.364,19
	triaga magna	100.396,29
	goma arábica	27.291,83
	goma arábica branca	9.048,03
	pedra lipes	6.832,75
	visco corsino	4.653,06
	sassafras	4.192,58
	cantáridas	4.185,15
	tucilago	4.062,88
	cabeças de dormideiras	3.840,67
	canáfistula	3.724,67
	pedra pomes	3.328,38
	Jujubas	3.272,71
	cólquidas	3.217,25
	ponta de veado	2.948,38
	tormentilha	2.567,69
	alvaiade	2.534,50
	raiz de lírio florentino	2.177,73
	pedra hume branca	1.600,00
	sene miúdo	1.560,48
	senopla	1.538,21
	goma arábica amarela	1.496,29
	água de alfazema	1.370,31
	coral	1.160,48
	espermacete	1.096,29
triaga	1.024,67	

<sup>66</sup> A origem aqui não se refere a origem dos remédios que em sua maioria são do Oriente, mas está relacionada a saída do porto europeu que é “responsável” pelo comércio de determinada mercadoria.



	coral	960,48
	lírio florentino	784,77
	azebre	732,10
	espírito de alfazema	711,58
	goma guta	677,73
	semente de dormideiras	598,95
	escamônea	596,29
	goma	560,48
	semente de gênova	545,85
	tâmaras e jujubas	532,10
	cascas de dormideiras	496,29
	terebentina	489,08
	raiz de genciana	460,48
	goma amoníaca	428,38
	espírito de verga morta	377,29
	ermodatilos	364,19
	goma graxa	296,29
	cravo	232,10
	âljofar	196,29
	raízes medicinais	196,29
	tâmaras	196,29
	euphorbia	164,19
	pós de joanes	164,19
	sal amoníaco	164,19
	coral rubro	132,10
	cinábrio	100,00
	raiz da china	96,29
	mirra	48,10
	espírito de cravo doce	21,83
	<b>Total</b>	<b>11.383.629,22</b>
<b>Amsterdam</b>	pedra hume	401.000,00
	cravo da índia	200.437,77
	azogue	200.352,10
	canela	64.767,17
	ruiva	50.000,00
	verdete	13.917,38
	pedra hume	13.396,29
	cremor tártaro	10.974,67
	benjoim	8.518,31
	ruibarbo	6.417,73
	sal amoníaco	6.040,74
	raspas de veado	4.166,59
	raiz da china	3.976,23
	ponta de veado	3.859,17
	sangue de drago	2.779,46
	antimônio cru	2.754,67
	goma bedelio	2.594,98
	goma edra	2.441,92
	alcanfor	2.120,86
	goma amoníaca	2.035,36
olhos de carangueijo	1.986,44	
sândalos brancos	1.807,27	
cascas de pau santo	1.692,58	
goma graxa	1.669,92	

goma galbano	1.559,17
tamaras	1.524,67
pedra hume branca	1.354,10
antimônio	1.296,29
sassafras	1.160,48
pós de joanes	1.134,54
terra sigilada	1.098,69
pau de cera	1.096,29
tutia	1.070,88
esponja	1.032,10
goma assafétida	1.013,54
sal tártaro	1.013,54
trincal refinado	1.000,29
goma eleme	813,54
coral	800,00
esponjas	796,29
alambre cetrino	677,73
antimônio em vidro	677,73
tamarindos	664,19
galhas	632,10
azebre	428,38
pau santo em raspa	400,00
casca de tartaruga	396,29
tucilago	360,48
espermacete	328,38
cólquidas	296,29
coral	296,29
sal euforbio	296,29
dente de javali	268,19
almecega	264,19
raiz de aristilóquia	252,10
alcanfor refinado	208,00
alambre de botica	200,00
casca de pau santo	200,00
mirabolanos	200,00
óleo petróleo	200,00
raiz de imperatória	200,00
sinabre em pó	200,00
bedelio	196,29
noz vômica	196,29
sal de chumbo	196,29
sândalos cetrinos	196,29
múmia	172,48
espírito comum	164,19
goma de bedelio	164,19
alambre	132,10
amoníaco	132,10
cravo fino	132,10
goma alcatira	132,10
goma guta	132,10
mirra	132,10
noz moscada	132,10
sangue de bode	132,10
espíritos de plantas	110,29

	flor de benjoim	110,29
	sal volátil amoníaco	110,29
	alcanfor (em paus)	104,29
	conchas de madre pérola	104,29
	raiz de erva moura	104,29
	raiz de erva leviana	104,29
	cantaridas	96,29
	goma de peixe	96,29
	sândalos vermelhos	96,29
	oleo de coparrosa	52,40
	trincal	52,10
	vermelhão	52,10
	víboras do levante	52,10
	coparrosa	48,10
	flor de canela	48,10
	flor de noz moscada	32,10
	xarope de alquermes	21,83
	óleos químicos	8,73
	óleo de erva doce	6,55
	óleo de cravo	2,18
	aljofar barroco	2,00
	aljofar	1,00
	<b>Total</b>	<b>1.038.877,58</b>
<b>Lion</b>	almecega	232,10
	canafistula	232,10
	pedra lipes	232,10
	<b>Total</b>	<b>696,29</b>
<b>Livorno</b>	sumo de alcassuis	9.141,92
	<b>Total</b>	<b>9.141,92</b>
<b>Londres</b>	sal catártico	8.117,25
	verdete	1.296,29
	água de Inglaterra	611,35
	água forte	517,47
	coparrosa	500,00
	azebre	396,29
	benjoim	296,29
	pedra calamita	296,29
	cremor tártaro	120,29
	tutia	120,29
espírito de vitríolo	52,40	
	<b>Total</b>	<b>12.324,20</b>
<b>Veneza</b>	raspas de veado	1.798,69
	cremor tártaro	1.364,19
	<b>Total</b>	<b>3.162,88</b>

Em relação a uma pluralidade de tipos de medicamentos, Amsterdam, na Holanda, é o principal porto abastecedor. Isso se devia à proeminência dos holandeses no Oriente, via Companhia das Índias Orientais.. De acordo com o historiador Stuart

Schwartz “durante o século XVII, o papel do Império Português [no Oceano Índico] e o contexto em que operava modificaram-se radicalmente devido a alterações gerais na economia mundial e à emergência de um novo equilíbrio político na Europa”<sup>67</sup>. Esse equilíbrio foi estabelecido por meio da União Ibérica e suas conseqüências como a renovação da guerra com os holandeses e a formação da Companhia das Índias Orientais da Holanda (1621) que colocaram “enorme pressão sobre os recursos de Portugal e a sua capacidade de aumento da produção”<sup>68</sup>.

Após a Restauração (1640), a Coroa portuguesa conseguiu reconquistar alguns de seus territórios como no nordeste do Brasil, invadido pelos flamengos, como já abordamos na primeira parte desse capítulo, mas perdeu para estes e logo a seguir para a Companhia das Índias Orientais inglesas suas feitorias no Índico.

De acordo com Harold Cook a dominação e o monopólio da Companhia de Comércio holandesa no trato mercantil das especiarias se deu pelo fato de o Mundo Atlântico ter sido muito mais difícil de monopolizar devido à diversidade de seus produtos e das diferentes riquezas que poderia gerar

(...) the riches of the Atlantic economy were much more varied than the spice trade: fortunes could be made in trading ivory and gold on the Guinea Coast of West Africa; across the sea, in Northeastern South America and into the Caribbean, were productive sugar plantations whose labor force could be supplied from Africa through the horrific commodification of people in the slave trade; from México and Peru came huge amounts of silver, as well as gold, cochineal, cacao, and other goods; and from the northern parts of the West Indies (what we call North America) came large quantities of furs and a growing amount of tobacco and other botanicals<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> SCHWARTZ, Stuart. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010. pp. 33.

<sup>68</sup> Idem. Ibidem. pp. 36.

<sup>69</sup> COOK, Harold J. Matters of Exchange. Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age. New Haven: Yale University Press, 2007. pp. 210-211.

Como resposta à concorrência estrangeira, a monarquia lusa experimentou novas alternativas apoiando cada vez mais a ação privada, vendendo as rotas Asiáticas para Goa a mercadores interessados, sob a forma de viagens concessionadas, deixando os números de importação de produtos via Carreira da Índia, a partir de 1650, em contração e voltando-se definitivamente para o Atlântico.

Os chamados casados, mercadores privados, eram comerciantes cosmopolitas vindos não apenas da Península Ibérica mas também do sul da Alemanha, de Gênova, de Veneza, da Holanda, da Inglaterra e da França. De acordo com o historiador Michel Pearson, entre o final do século XVI e a segunda metade do século XVII, 90% das cargas enviadas para Portugal, pela Carreira da Índia, pertencia aos privados, sendo propriedade de grandes mercadores. No século XVIII, quando o declínio do Estado português no comércio do Índico é ainda maior, esses privados continuaram a desenvolver as suas atividades atuando como intermediários, pequenos comerciantes e facilitadores do comércio no Oriente para britânicos e holandeses em suas Companhias mercantis<sup>70</sup>.

É por meio dessas redes de comércio e da ampliação das trocas globais com a inserção do Atlântico na Economia-Mundo que o abastecimento dos fármacos se dava, no caso do Império português, via privilégios concedidos pela Coroa à Casas Mercantis estabelecidas no reino com amplas conexões em Londres, Amsterdam, Gênova, Veneza, entre outras.

Na primeira metade do século XVIII, uma petição do Droguista Bartolomeu Vigier ao Físico-Mor do Reino solicitava um contrato de abastecimento das drogas

---

<sup>70</sup> Abordaremos de forma aprofundada a questão dos mercadores, sua tipologia e redes de comércio no capítulo 2. Porém achamos importante pontuar essa questão dos agentes nesse capítulo para que se compreenda a “mudança de mãos” do comércio das chamadas especiarias no Oceano Índico, onde nessa categoria se inclui as drogas medicinais. Ver: PEARSON, Michel N. Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010. pp. 93-114.

medicinais em Portugal, mas logo ressaltava “haverá quem com menos notícia e verdade queira impor este contrato o odioso título de monopólio, mas na mesma lei que dele trata se acha clara e evidentemente ser um dos que ela excetua incurso em semelhante apelido por nele concorrem todas as circunstâncias para se permitir com a Real aprovação (...)”<sup>71</sup>. Esse documento é exemplar quanto à especificidade do abastecimento do Mercado Médico em Portugal no Setecentos, pois diferente da aliança monopolista firmada entre privados e o Estado, via o estabelecimento de companhias de comércio (que não distinguiam a carga que comercializavam), como aconteceu em outras partes da Europa, no caso luso a Coroa concedia um privilégio comercial de atuação de determinadas Casas Mercantis nesse negócio, inclusive nas transações de transporte de mercadorias exclusivo realizado pelas Companhias pombalinas.

Assim numa cultura política em que um sistema de mercês patrimoniais e individuais era liderado pela Coroa, o fornecimento de drogas para boticas e lojas particulares também era feito por meio de direitos e privilégios concedidos colaborando para um complexo sistema de intercâmbios sociais. Diferentemente ocorria com a entrada de medicamentos importados (europeus, orientais, africanos) nos portos americanos onde a política do pacto colonial era levada à risca. Cabe apenas chamar a atenção para o movimento das rotas que os medicamentos seguiam, como o caso do Ruibarbo: era adquirido na China por comerciantes holandeses da Companhia das Índias Orientais, vendido no porto de Lisboa para droguistas portugueses com conexões com esses comerciantes flamengos e seguia para boticas locais e lojas particulares ou para naus que proveriam o ultramar via Companhia Comércio (do Grão-Pará ou Pernambuco-Paraíba) ou via particulares estabelecidos nos portos americanos, e africanos em menor quantidade.

---

<sup>71</sup> BGUC, Petição de Bartolomeu Vigier ao Físico-Mor propondo um contrato das drogas. s/d. (1723-...1740), cod. 509, fls. 365-366.

Procurou-se abordar neste capítulo as diversas vertentes historiográficas que trataram de questões relacionadas ao Império e ao conceito de circulação a fim de estabelecer conexões a cerca dos debates teóricos sobre o tema com as análises empreendidas sobre as entradas e saídas de medicamentos no porto de Lisboa.

# **Capítulo 2**

## **Redes Mercantis na Dinâmica da Circulação de Remédios**



## **2.1- Um primeiro momento de circulação de remédios: a rede jesuíta e seu sistema de difusão**

Com a expansão marítima, o Reino português buscou expandir além de territórios a fé cristã através de missionários de várias ordens religiosas, que partiam de Lisboa e seguiam nas caravelas rumo ao Oriente, junto dos mercadores levando para os povos pagãos os tesouros celestes. Segundo Charles Boxer, a catequese nessas novas regiões somente foi possível quando os padres da Companhia de Jesus assumiram essa empreitada e estudaram o idioma, os livros sagrados e as crenças religiosas daqueles que desejavam converter<sup>72</sup>.

Os primeiros jesuítas desembarcaram na Bahia, em 1549, sete anos depois da mesma experiência em Goa, com a esquadra de Tomé de Souza, chefiados por Manoel da Nóbrega, visando levar a religião católica para os ameríndios. Tão logo aportaram sentiram as primeiras dificuldades do viver em colônia e, para amenizar a precariedade do ambiente, praticaram diversos ofícios entre os quais estão os ligados à arte médica<sup>73</sup>.

A dedicação dos padres à assistência dos enfermos criou uma medicina jesuítica, que dizia respeito à atuação dos inacianos como médicos, enfermeiros, cirurgiões e boticários e ao emprego de tratamentos curativos tanto nos povos nativos quanto nos colonos, tendo sido suas enfermarias os primeiros hospitais da população colonial. As enfermarias estavam presentes em toda aldeia indígena e junto a essa se instalava uma pequena botica, aonde foram formulados os medicamentos que possuíam em sua composição remédios da flora brasílica<sup>74</sup>.

Ao atravessarem o Atlântico, os jesuítas trouxeram remédios conhecidos e

---

<sup>72</sup> BOXER, Charles. O Império Marítimo Português, 1415-1825. SP: Companhia das Letras, 2001. pp.: 78.

<sup>73</sup> BOXER, Charles. O Império Marítimo Português, 1415-1825. SP: Companhia das Letras, 2001. pp.: 78-79.

<sup>74</sup> LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). RJ: Editora Broteria, 1953. pp.: 56.

consumidos na Europa em sua botica portátil. Mas quando chegaram à terra sentiram necessidade de ampliar sua reserva medicamentosa, devido ao número de padres que vinham doentes ou que contraíram algum tipo de moléstia na América. Como as frotas de remédios do século XVI para o Brasil eram raras, os padres encontraram nas plantas nativas o meio para o tratamento de doenças no ultramar. Além da utilização para a cura de enfermos quer fossem os inácianos, os ameríndios ou os colonos, os jesuítas também iniciaram um processo de exportação dos medicamentos ameríndios como foi o caso do padre Manoel da Nóbrega que, em 1541, enviou para os doentes de Portugal conservas de “ananais” (abacaxi) para *“dor de pedra, os quais, posto que não tenham tanta virtude como verdes, todavia fazem proveito. (...) Vão também marmeladas deibas, camucis, carazases para as câmaras”*<sup>75</sup>.

Samir Boumediene aponta que os primeiros europeus a terem tido um duplo papel na questão da circulação dos gêneros americanos – animais, vegetais, entre outras questões – foram os jesuítas que conheceram por intermédio do seu contato com os ameríndios e difundiram esses gêneros na Europa. Essa atuação não ocorreu apenas no mundo luso-americano, mas era um padrão instituído dentro da própria ordem. A circulação de conhecimento existente entre os colégios foi importante para essa difusão, porém Boumediene chama atenção para a introdução de alguns medicamentos como a quina devido ao poder político e econômico que a Companhia de Jesus adquiriu, estando seus membros em posições de conselheiros das coroas espanholas, portuguesas e na ocupação de cargos importantes em Roma. Dessa maneira a Companhia conseguia *“(...) mis en place un immense réseau d’échange, par-delà l’Atlantique, entre Lima,*

---

<sup>75</sup> NÓBREGA, Manuel. Carta de Nóbrega, 12 de junho de 1561. In: LEITE, Serafim. Cartas do Brasil e Mais Escritos do Pe. Manuel da Nóbrega. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1955. pp.: 433-493.

*México, Séville et Rome*<sup>76</sup>”.

Um exemplo dessa proeminência dos inácianos na difusão de novas plantas é o texto de Fernão Cardim sobre a ipecacuanha. Sua principal obra é o *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, composto de três textos produzidos entre 1583 e 1601 durante o primeiro momento de sua estadia na América. Embora Cardim tenha descrito a planta e o seu uso entre os nativos, a ipecacuanha era pouco usada em Portugal, ao longo do século XVI e parte do século XVII, tendo alcançado um maior status a partir de fins do século XVII, quando o médico holandês Adrien Helvetius curou o Delfim da França, herdeiro de Luís XIV, de disenteria. Ainda assim, durante muito tempo a planta ainda encontrava entraves para seu uso pleno entre os médicos, devido as diversas discussões médico-botânicas existentes sobre o tema. Em 1729, Antoine de Jussieu destacou que para uma melhor utilização da ipecacuanha, ela deveria ser acrescida da Simarouba, planta encontrada em florestas tropicais de parte da Amazônia ao sul do México, indo para a França principalmente vinda de Caiena<sup>77</sup>.

Em que pese todas as discussões e querelas geradas a partir da utilização de novas plantas, que não iremos tratar nesse capítulo, pode-se afirmar que seu conhecimento (a quina e a ipecacuanha, por exemplo) foi possível a partir dos escritos inácianos e do envio das mesmas para as boticas dos diferentes colégios, da Europa à Ásia.

Localmente os colégios tinham a função, sobretudo nos primeiros tempos da colonização, de prover a população de gêneros medicinais. Os colégios da Bahia,

---

<sup>76</sup> BOMEDIENE, Samir. *Avoir et Savoir: l'appropriation des plantes médicinales du Nouveau-monde par les Européens (XVIIe-XVIIIe siècles)*. Lyon, Mémoire de Master II dans l'Ecole Normale Supérieure – Lyon, 2009. Pp.: 78-79.

<sup>77</sup> JUSSIEU, Antoine. *Recherches d'un Spécifique Contre la Dysenterie, Indiqué par les ancient auteurs sous le nom de Macer, auquel l'Ecorce d'une arbre de Cayenne, appelle Simarouba, peut être comparé & substitué*. In: *Memoires de l'Academie Royale des Sciences*. Paris: Imprimerie Royale, 1731. pp.: 32-40. O autor afirma que: “Les plantes le plus célèbres, qui sont indiquées communément par les botanistes anciens, ou particulièrement par les voyageurs modernes, comme des remedes spécifiques, ne sont véritablement spécifiques qu'en certains cas”. pp.: 32.

Pernambuco (Olinda e Recife), Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo contavam com uma farmácia abastecida pronta para auxiliar os colonos necessitados. Embora no século XVII, as Companhias de Comércio já começassem a trazerem remédios, entre o seu carregamento, eles vinham em pequenas quantidades e não chegavam com a frequência necessária para o consumo deixando a cargo dos navios dos missionários o envio de fármacos<sup>78</sup>.

Esse espaço que existia em razão da pouca frequência de medicamentos vindos pelas frotas privadas permitiu que os membros da Companhia de Jesus fossem os pioneiros na comercialização de medicamentos para a população da América portuguesa. Somente em 1640 a coroa portuguesa autorizou o estabelecimento de lojas de medicamentos com fins comerciais no Brasil, decretando que os boticários poderiam exercer, também, as práticas da sangria, extração dentária, pequenos curativos e intervenções de emergência, além da manipulação dos remédios, porém, até a expulsão dos jesuítas do território ultramarino, no século XVIII, as boticas leigas foram abastecidas, principalmente pela farmácia dos missionários<sup>79</sup>.

Do Colégio de Santo Antão, em Lisboa, era de onde partia as cargas de remédios importados para as boticas de diversas conquistas portuguesas, através de fragatas da própria companhia chegavam cargas de remédios da África, Ásia e Europa. A atividade dessa botica também compreendia o fornecimento de medicamentos para as naus da armada e de particulares e de boticários portugueses inclusive do da Casa Real, vendendo remédios de fórmula particular da Companhia e outros produtos<sup>80</sup>.

A irregularidade e a corrupção que alguns remédios chegavam, nos portos americanos, em virtude do tempo do transporte deixavam as enfermarias desfalcadas

---

<sup>78</sup> LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). RJ: Editora Broteria, 1953. pp.: 58.

<sup>79</sup> LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). RJ: Editora Broteria, 1953. pp.: 58.

<sup>80</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguitas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp.: 282.

causando prejuízo no tratamento dos enfermos e a forma encontrada para amenizar esses problemas foi à união dos conhecimentos da medicina europeia à prática médica indígena, apresentando indicações e efeitos de espécies vegetais nativas que acabaram sendo incorporadas à farmacopeia mundial<sup>81</sup>.

A observação dos povos conquistados foi realizada em todos os territórios que contavam com a presença dos missionários, tendo sido fundamental para a circulação de novos saberes e mercadorias. Apesar dos limites impostos por alguns dogmas católicos, os jesuítas não deixaram de produzir e incorporar novidades científicas, estabelecendo, dessa forma, redes intercontinentais de comércio, estando os jesuítas presentes no negócio das especiarias e sedas, conseqüentemente no dos medicamentos. Como fica claro no relato do padre Francisco de Azevedo em 1631,

Há no mato desta povoação grande copia de bichos de almíscar que dão o mais limpo e precioso que se sabe. É bicho como duas vezes uma lebre da mesma cor e feitio, quase. (...). Come a fêmea ervas peçonhentas que mastigadas e mal cozidas no estômago, as vomita e dá ao macho, das quais ele só cria no umbigo um pulmão para fora em que está o almíscar, ao qual chamamos papo, o que tudo vi com curiosidade no mesmo bicho (...)<sup>82</sup>.

O padre Azevedo, presente na missão ao Tibet, tinha a intenção de divulgar, através de cartas, sua descrição a respeito do que era o almíscar e como eram os animais que o produzia. O almíscar foi um remédio caro, era prescrito como estimulante, perfume, condimento e afrodisíaco e foi importado para o Brasil durante a segunda metade do século XVIII<sup>83</sup>.

De acordo com Eliane Deckmann Fleck, foi através das Cartas Ânuaas,

---

<sup>81</sup> SANTOS FILHO, Lycurgo. História Geral da Medicina Brasileira. SP: Ed. Edusp, 1977. pp.: 120.

<sup>82</sup> DIDIER, Hugues. Os Portugueses no Tibete: os primeiros relatos dos jesuítas. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 2000. pp.: 184-185.

<sup>83</sup> CARNEIRO, Henrique. Filtros, Mezinhas e Triacas: as drogas no mundo moderno. SP: Ed. Xamã, 1994. pp.: 192; e, GESTEIRA, Heloisa Meireles. A Cura do Corpo e a Conversão da Alma – Conhecimento da Natureza e Conquista da América, séculos XVI e XVII. In: Revista Topoi, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004. pp.: 72. Sobre a importação de almíscar para o Brasil na segunda metade do século XVIII ver: ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos. Cx. 32-132.

produzidas na Província Jesuítica do Paraguai nos séculos XVII e XVIII, que os inacianos incorporaram gradativamente a farmacopeia ameríndia e a utilização das terapêuticas curativas nativas. A situação na província do Paraguai, durante o século XVII, não era diferente da encontrada nas regiões da América portuguesa, àquele tempo, e, devido à carência de remédios e ao alto número de enfermos, como já foi citado anteriormente. Toda essa falta de medicamentos advindos da medicina europeia iniciou o emprego das técnicas medicinais guaranis por parte dos membros da Companhia de Jesus<sup>84</sup>.

As Cartas Anuais se tornaram, muitas vezes, correspondências onde experiências eram passadas de redução a redução, de convento a convento e de colégio a colégio constituindo os escritos sobre os climas, flora, fauna, doenças, hábitos e costumes dos povos, como se pode ver nos tratados de *Matéria Médica Missioneira*; esses tratados somados a produção de diversos catálogos de ervas medicinais e suas aplicações, formaram uma farmacopeia jesuítica. Esta foi de suma importância para a divulgação de novos fármacos na Europa, sendo incorporados às novas terapêuticas, produtos que os inacianos introduziram nas suas receitas de medicinas como a jalapa, a quina, a coca, o bálsamo e a salsaparrilha<sup>85</sup>.

As novas receitas, criadas nos colégios, viraram monopólio dos inacianos, pois sua formulação era sigilosa e os remédios eram vendidos já preparados, levando em sua composição produtos de tratamentos de cura nativos. Esse foi o caso da famosa Triaga Brasílica, desenvolvida no Colégio da Bahia, que foi considerada mais eficaz como antídoto e contraveneno do que as triagas da Europa (Triaga de Roma e de Veneza). O historiador Bruno Boto M. Leite mostrou detalhadamente como os padres do Colégio da

---

<sup>84</sup> RANZEN, Beatriz Vasconcelos, FLECK, Eliane Cristina Deckmann e MARTINS, Maria Cristina Bohn (Orgs). Carta Anua da Província Jesuítica do Paraguai – 1659-1662. Cuiabá- São Leopoldo, Ed. da UFMT, OIKOS e Ed. da Unisinos, 2008. pp.: 1-9.

<sup>85</sup> Título da obra do jesuíta Segismundo Aperger.

Bahia criaram este composto que contava com 58 gêneros em sua fórmula, quase todos cultivados ou nativos da América (exceto as raízes de aristolóquia redonda, de junca e de malvaisco)<sup>86</sup> e que gradualmente substituiu os componentes do modelo europeu de triagas - eletuários preparados através da mistura de extratos de várias plantas, uma herança romana<sup>87</sup>.

A reunião das diversas receitas formuladas por missionários jesuítas em diferentes partes do globo compôs, no século XVIII, a *Coleção de Várias Receitas*, que contava com mais de 200 fórmulas entre as quais foram elaboradas no Brasil. As composições dos remédios encontrados na coleção de receitas ficavam dispostas através do título do medicamento; nome do colégio, cuja botica pertencia; nome do seu autor quando era conhecido; discriminação dos ingredientes e peso com os respectivos símbolos (libra, onça, oitava, escrúpulo e grão)<sup>88</sup>. Os remédios, da Coleção, que haviam sido preparados no Brasil eram indicados para o tratamento de:

(...) doenças de pele, 11; anemia, 8; sífilis, 7; contra vomitórios, 7; febres, 4; males das senhoras, 4; vermes intestinais, 3; chagas e feridas, 3; tumores duros, 3; apoplexias, 3; paralisia, 2; histerismo, 2; lobinhos, verrugas e cancos (não malignos), 2; doenças dos olhos, 2; dores de cabeça, 2; e um específico para cada uma das seguintes enfermidades: do peito, coração, estômago, cólicas, disenterias, varíola, reumatismo, gota, hidropisia, epilepsia, escorbuto, insônias e mordeduras de cobras<sup>89</sup>.

Nesse sentido, as boticas da Companhia foram produtoras de um saber farmacêutico, durante a sua permanência nas conquistas portuguesas, e para isso

---

<sup>86</sup> GESTEIRA, Heloisa Meireles. A Cura do Corpo e a Conversão da Alma – Conhecimento da Natureza e Conquista da América, séculos XVI e XVII. In: Revista Topoi, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004. pp.: 78.

<sup>87</sup> LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). RJ: Editora Broteria, 1953. pp.: 26; e, LEITE, Bruno Boto Martins. Mezinhas Antigas e Modernas: A invenção da Triaga Brasília pelos Jesuítas do Colégio da Bahia no período Colonial. In: Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia. SP: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012. pp.: 10-12.

<sup>88</sup> LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). RJ: Editora Broteria, 1953. pp.: 26.

<sup>89</sup> LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). RJ: Editora Broteria, 1953. pp.: 29.

contavam com uma boa estrutura de oficina onde os irmãos boticários manipulavam os medicamentos, sendo estas instalações verdadeiros laboratórios que contavam com toda espécie de instrumentos e utensílios como balanças, almofarizes, fornalhas e alambiques de cobre e de barro além de uma estante sortida de livros de farmácia contemporâneos que dificilmente eram encontrados em outras boticas particulares coevas<sup>90</sup>.

Os utensílios que os laboratórios possuíam foram ferramentas fundamentais para a manipulação de novas formulações concebidas na América e no Oriente, que compreendiam tanto receitas de segredo da Companhia quanto com as receitas de conhecimento público como as do médico João Curvo Semedo (1635-1719), as de Jacob de Castro Sarmiento (1691-1762), entre outros autores incluindo a confecção de remédios químicos, o que demonstra que os padres estavam em consonância com os saberes científicos mais atuais acerca da farmácia e da medicina.

Embora o modelo de caridade aplicado pelos missionários atendesse a população desprovida de recursos para comprar as mezinhas, todo esse arsenal terapêutico rendeu grandes lucros aos colégios e propiciou aos jesuítas não só proverem as boticas leigas como também as das Santas Casas de Misericórdia. Serafim Leite, ao descrever o rendimento das farmácias dos Colégios, revela que a botica da Bahia e do Rio de Janeiro eram as mais bem providas de medicamentos e, conseqüentemente, as mais rentáveis da América portuguesa, o que possibilitava a manutenção das suas boticas, pois a arrecadação da venda dos remédios aos ricos era utilizada na compra de novos medicamentos e na aquisição de livros para a biblioteca do Colégio<sup>91</sup>.

Através da remessa de remédios enviada do Colégio da Bahia para a botica do Pará, em 1720, contida na tabela 2.1 também percebemos a existência dessa ligação

---

<sup>90</sup> LEITE, Serafim. Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760). RJ: Editora Broteria, 1953. pp.: 29.

<sup>91</sup> GESTEIRA, Heloisa Meireles. A Cura do Corpo e a Conversão da Alma – Conhecimento da Natureza e Conquista da América, séculos XVI e XVII. In: Revista Topoi, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004. pp.: 85.



inter-regional realizada pelos jesuítas. Mesmo a navegação do nordeste do Brasil para o norte sendo, àquele tempo, mais difícil do que se a viagem fosse feita de Lisboa para Salvador ou para Belém os jesuítas conseguiram conectar suas boticas enviando remédios para onde fossem solicitados.

**Tabela 2.1: Relação dos medicamentos e de algumas mercadorias com preços (Pará, 1720)**

Remédio	Quantidade	Preço Total (em Réis)
Açafrão	5 oitavas	180
Sabugo	7 oitavas	2.800
Pós de Joanes	1 oitava	210
Jalapa	1libra	220
Salitre	2 libras	210
Sene	½ libra	700
Cevada	2 libras	2.200
Pedra de Benzoar	1 onça	10
Fezes de Ouro	1/2 onça	1.800
Arcano	1 libra	120
Ginsano	1 e ½ libra	200
Cicuta	1 onça	100
Pós de Cevada	1 libra	1.700
Pedra Lipes	1 libra	800
Ruibarbo	1 libra	1.400
Triaga Magna	1 libra	1.000
Unguetto de Chumbo	½ libra	300

Óleo de Aparício	½ libra	100
Óleo de Macela	½ libra	120
Cremor Tártaro	½ libra	800

**Fonte:** Arquivo do IEB. Coleção Lamego. Relação dos medicamentos e de algumas mercadorias com preços enviadas ao Pará, 1720. cód. 4338, doc. 38.

Ao observarmos a tabela acima percebemos que todos os medicamentos contidos nela são importados e isso se deve a uma maior regularidade das frotas que partiam do Oriente e de Lisboa em direção aos portos americanos nesse período (século XVIII). Como bem apontou a historiadora Eliane Fleck, alguns padres da Companhia condenavam o uso de práticas e plantas indígenas considerando-as mágicas, preferindo utilizar “*remédios e práticas terapêuticas ocidentais*”<sup>92</sup>.

A instalação da botica no Colégio do Pará, que era única nessa região, propiciou aos jesuítas um contato mais amplo com a natureza amazônica, contribuindo para a sistematização e circulação de suas drogas, tendo sido os jesuítas pioneiros na comercialização das chamadas drogas do sertão. Isto fica claro nos escritos do padre João Daniel (1722-1776), no século XVIII, onde está revelado seu profícuo conhecimento a respeito da flora, fauna, povos e costumes da região amazônica em seu *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Nessa obra o jesuíta dá informações minuciosas a respeito dos cipós, árvores, minerais, agricultura, engenhos, habitantes, frutos e folhas encontrados na Amazônia fruto dos 16 anos vividos no estado do Grão-Pará e Maranhão. No tratado também está especificada o modo como eram coletadas as drogas, as notícias da existência de espécies já conhecidas da farmacopeia europeia e as características das plantas, sendo que alguns desses gêneros (a copaíba, o urucum, o

---

<sup>92</sup> FLECK, Eliane C. Deckmann. Uma ordem de homens de religião e de ciência: difusão, produção e circulação de saberes médicos e práticas científicas pela Companhia de Jesus (América meridional, séculos XVII e XVIII). In: ENGEMANN, Carlos e AMARANTINO, Marcia. Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa. RJ: Ed. UERJ, 2013. pp.: 118.

puxuri, entre outros) não eram desconhecidos da farmácia europeia, pois estavam presentes na *História Natural e Médica da Índia Ocidental*, de Guilherme Piso, no século XVII<sup>93</sup>.

Apesar de os jesuítas terem monopolizado o ensino e sido pioneiros no comércio de alguns gêneros e de terem estabelecido uma rede de comunicação entre Goa, Macau, Lisboa e América incorporando novos conhecimentos terapêuticos, eles não foram os únicos missionários a se estabelecerem no ultramar e possuírem botica. Estudos, como o da botânica Maria Franco T. Medeiros, comprovam a projeção e prestígio de farmácias de outras ordens religiosas na América. No Rio de Janeiro, existia, desde o final do século XVII, uma botica beneditina bem provida de medicamentos que era aberta aos necessitados, abastecia algumas boticas leigas e atendia principalmente a população pobre e escrava. Tal qual a dos inacianos sua farmácia ficava acoplada à enfermaria para atendimento dos doentes e os remédios eram vendidos a pessoas abastadas<sup>94</sup>.

Entre as diferenças que podem ser apontadas entre a medicina praticada pelos jesuítas e as outras ordens, há o convívio com os povos nativos e a experiência direta na produção de medicamentos que foram incorporados às farmacopeias e tratados médicos europeus, além do monopólio das fórmulas dos medicamentos de segredo.

Os jesuítas, até a sua expulsão, foram os principais fornecedores de remédios à população e às boticas particulares – como veremos a seguir, os droguistas particulares já enviavam medicamentos para seus correspondentes no Reino e domínios

---

<sup>93</sup> DANIEL, João. Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas. RJ: Ed. Contraponto, Vol.II, 2004. pp.: 493-510.

<sup>94</sup> MEDEIROS, Botica Monachorum: farmácia botânica dos monges, Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. RJ, Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. pp.: 42-50. Ver também: OLIVEIRA, Ricardo Pessa de. Para um estudo da Saúde Conventual no início do século XIX: As boticas. In: Asclepio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia, Madri, Vol. LXIII, n.º 1, enero-junio, 2011, pp.: 123-154; e, MAIA, Patrícia Albano. Práticas Terapêuticas Jesuíticas no Império Colonial Português: Medicamentos e Boticas no século XVIII. SP, Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2012.

ultramarinos, mas apenas com a expulsão dos inacianos é que este abastecimento se amplia. O Estado português decretou o banimento dos inacianos de seu território e de todo o império devido ao seu projeto de ampliação do controle geopolítico e econômico, sem a influência das missões jesuíticas. Embora o decreto real tenha sido assinado por D. José I em 1759, a exclusão dos missionários já andava sendo realizada antes, pois, em 1757, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão general do estado do Maranhão e Grão-Pará executou o banimento dos jesuítas acusando<sup>95</sup> (...) *esses missionários de terem tido sempre a argúcia de se fazer devedores de grandes e imaginários compromissos*. De acordo com Vicente Salles a verdade era outra: *grandes negociantes, industriais e criadores, tinham eles explorado com muito tino todos os ramos do comércio ao seu alcance e auferido lucros enormes por toda a parte*<sup>96</sup>.

Um ponto que deve ser destacado em toda essa passagem pelos primeiros fornecedores e provedores de medicamentos para a população colonial é o fato de que os medicamentos aprovados pela medicina européia e que tinham sua saída da botica do Colégio de Santo Antão em Lisboa eram providenciados pelos droguistas estabelecidos em Portugal que trataremos nos pontos a seguir<sup>97</sup>.

No inventário realizado na botica de Santo Antão, após a expulsão da Companhia de Jesus do Reino e seus Domínios, foi listada uma série de envios, dívidas e créditos que a referida botica havia feito no ano anterior. Dentre as remessas enviadas encontra-se medicamentos que partiram para o Rio de Janeiro, para Pernambuco, para a Índia, para a Ilha Terceira (Açores), para Angola, além de diversos outros particulares,

---

<sup>95</sup> MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: O paradoxo do Iluminismo. RJ: Paz e Terra, 1997. pp.: 92.

<sup>96</sup> SALLES, Vicente. Rapsódia Amazônica de João Daniel. In: DANIEL, João. Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas. RJ: Ed. Contraponto, Vol.I, 2004. pp.: 15.

<sup>97</sup> AHTC, Junta da Inconfidência, vol. 102, nº. 96, fls. 89-90. Inventário da Botica do Colégio de Santo Antão da Companhia d Jesus. Lisboa, 5 de fevereiro de 1759.

entre boticários, religiosos e militares (capitão-mor) que haviam realizado encomenda e eram devedores da botica jesuíta.

No entanto, quando se olha para os credores da botica de Santo Antão encontra-se os droguistas de Lisboa como Lourenço Escanilha e Manuel Massa além de um droguista espanhol fornecedor exclusivo de quina chamado Antonio Sanches. Esse fato evidencia como era realizado o sistema de abastecimento de medicamentos: as drogas de boticas partiam de Gênova, Veneza, Amsterdam, Londres, entre outras cidades que faziam parte do circuito mercantil de medicamentos, permitindo-os chegarem até Lisboa. A partir das encomendas realizadas pelos droguistas os religiosos compravam e (re) enviavam para diferentes portos da América, Ásia e África. Cabe ressaltar que durante o século XVI os inicianos lusos deveriam adquirir esses gêneros por meio de trocas entre os colégios na Europa já que os primeiros registros de droguistas em Portugal datam do início do século XVII. Porém, durante todo o século XVIII esse grupo sócio profissional alargará, casa vez mais, o seu conjunto de consumidores<sup>98</sup>.

---

<sup>98</sup> DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

## 2.2 - A passagem do sistema jesuíta para o grande mercado: o fortalecimento dos droguistas

O termo negociante tornou-se corrente durante o século XIX para denominar todos aqueles que exerciam, ao nível mais elevado, um vasto leque de actividades económicas, do comércio por grosso à indústria, da finança à banca (neste caso concorrendo com a designação de capitalista), e não excluindo mesmo a agricultura comercial, desde que o proprietário em questão mantivesse outros interesses<sup>99</sup>.

A expulsão dos inicianos deixou uma lacuna aberta no que diz respeito ao comércio de fármacos no ultramar. O crescente fluxo das frotas de Lisboa para o abastecimento da América, na segunda metade do século XVIII, permitiu que os comerciantes substituíssem os religiosos no comércio de remédios. A saída dos inicianos não significou a saída do Estado português. Ao contrário. Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759 o mercado médico americano e a circulação de drogas provenientes do Brasil passaram a ser mais controlada e investigada por instituições como a Junta do Comércio, as Câmaras Municipais, entre outras, permitindo a transferência para as mãos de particulares e das suas redes de informações a circulação e disseminação dos gêneros medicinais seja vindo de Lisboa para os portos americanos, seja vindo dos portos americanos para o mercado médico europeu.

É importante chamar atenção para o fato dos droguistas estarem presentes nesse comércio antes de 1759, pois de acordo com José Pedro Sousa Dias existem registros já em 1702 de envios de medicamentos por droguistas portugueses para a América e outras regiões ultramarinas. O mesmo autor enfatiza dívidas existentes nas boticas religiosas, em Portugal, durante toda a primeira metade do século XVIII com homens

---

<sup>99</sup> PEDREIRA, Jorge M. De Melo V. Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social. Lisboa, Dissertação de doutoramento em Sociologia e Económica Históricas, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. pp.: 62.

de negócios especializados no comércio de medicamentos. Em que pese a ativa circulação de drogas existente entre as boticas conventuais, pode-se afirmar que existiu uma certa dependência dos religiosos por parte dos droguistas no que diz respeito ao abastecimento direto de alguns produtos, como exemplo o droguista Jacome Vallebella abasteceu durante muito tempo a botica do Colégio de Santo Antão, em Lisboa<sup>100</sup>. Entretanto, com a expulsão, os missionários foram retirados desse circuito mercantil o que propiciou um incremento dos comerciantes ligados ao ramo do medicamento, fazendo com que estes se tornassem os únicos fornecedores de drogas de boticas no Reino e em todo o restante do Império português<sup>101</sup>.

O século XVIII é privilegiado para análise da atuação desses agentes em Portugal e em suas conquistas americanas, pois foi um período onde a infraestrutura institucional, em torno da qual se desenvolveram as relações mercantis, está satisfatoriamente desenvolvida. E é também, ao longo desse momento, que surge uma maior estratificação social entre os comerciantes, que possibilitou a constituição de uma hierarquização entre os variados grupos mercantis existentes culminando com a formação de uma elite de homens de negócio voltada para o abastecimento de fármacos<sup>102</sup>.

Os droguistas eram um grupo sócio profissional constituído por homens de negócio ligados à economia do medicamento que se estabeleceram em terras lusas em finais do século XVII acompanhando o desenvolvimento da química. Essa profissão foi a responsável pelo preenchimento do espaço que passou a existir em Portugal devido à

---

<sup>100</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. pp.: 152.

<sup>101</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. pp.: 160.

<sup>102</sup> PEDREIRA, Jorge M. De Melo V. Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social. Lisboa, Dissertação de doutoramento em Sociologia e Económica Históricas, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995. pp.: 40.

deficiência quanto à utilização dos saberes químicos na produção de medicamentos, além da própria ausência de laboratórios químico-farmacêuticos e de jardins de plantas medicinais, que em muitos outros Estados da Europa ficavam responsáveis pelo abastecimento das boticas<sup>103</sup>.

Com o fim da mediação Jesuíta o comércio realizado, sobretudo, entre os portos da América ganhou uma nova dinâmica: os droguistas com amplas conexões mercantis na Ásia, África e Europa iniciaram, via Companhias de Comércio pombalinas ou pela presença de comissários no ultramar, a receber sem o intermédio dos padres as drogas nativas, como por exemplo as drogas do Sertão provenientes da região Amazônica<sup>104</sup>.

O afastamento dos boticários da economia do medicamento se deveu ao valor do investimento que era necessário para montar um laboratório de manipulação química, e os boticários, que conseguiam algum cabedal, investiam na ascensão social de seus descendentes tentando afastá-los do ramo farmacêutico. Aliado a isso se tem o sistema de crédito concedido aos boticários que era fornecido por droguistas o que gerava um endividamento por parte dos boticários com os comerciantes de remédios.

Como se pode perceber, no gráfico abaixo, há durante o século XVIII um aumento considerável no número de licenças registradas, devido ao crescimento da população, em razão dos territórios imperiais cada vez mais precisar de um maior quantitativo de profissionais ligados ao ramo farmacêutico para atender a população e o próprio mercado médico europeu que também se ampliou no período setecentista<sup>105</sup>.

---

<sup>103</sup> DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. pp.: 31.

<sup>104</sup> MARQUES, Teresa C. de Novaes. As dívidas do senhor Jácome Lumachi. Pernambuco e a Companhia Geral Pombalina. In: *Topoi*, vol. 12, n.º 22, jan-jun., 2011. pp.: 63-74; e, CARREIRA, Antonio. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. O Comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII*. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1952.

<sup>105</sup> WALLIS, Patrick. *Exotic Drugs and English Medicine: England's Drug Trade, c. 1550-c. 1880*. In: *Social History of Medicine*, vol. 25, n.º 1, 2011. pp.: 20-46.



**Gráfico 2.2.1: Série Histórica dos Boticários registrados na Chancelaria Régia – Séculos XVI ao XIX**



Fonte: Projeto FCT, Decisão Política, Necessidades Colectivas e Afirmação Profissional: O Hospital de Todos os Santos em Perspectivas. PTDC/HIS-HIS/113416/2009. Baseado nos dados dos fundos: ANTT, Chancelarias régias: Registo Geral de Mercês, Tribunal do Santo Ofício, Desembargo do Paço e AHU – Projeto Resgate<sup>106</sup>.

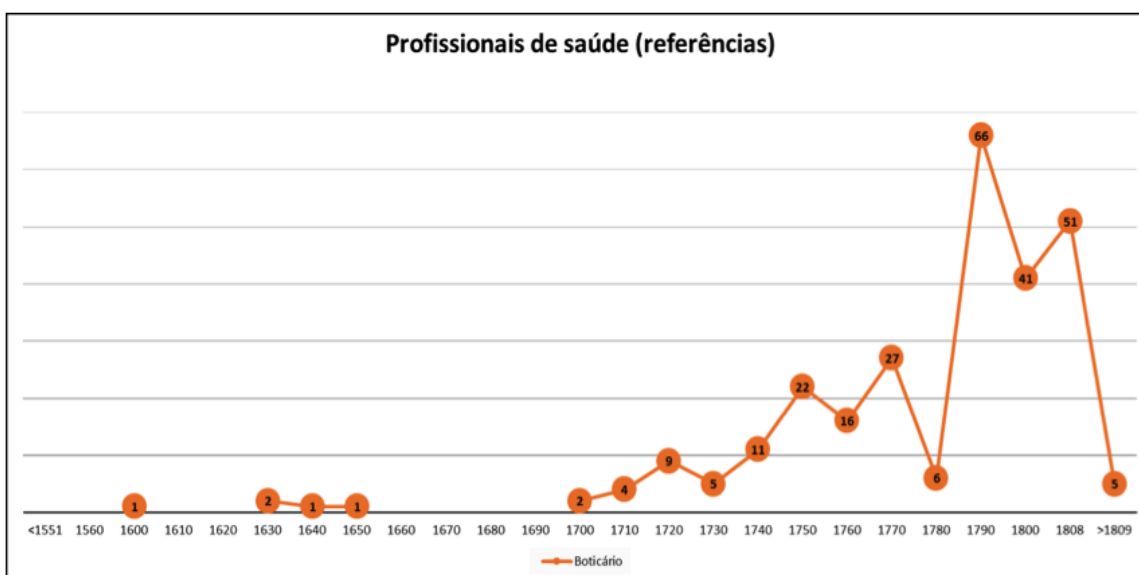
O aumento do comércio de medicamentos no século XVIII, sobretudo a partir da segunda metade desse período, está intimamente ligada ao aumento no número de profissionais habilitados a exercer a arte farmacêutica. Cabe ressaltar que os boticários que tinham suas licenças registradas na Chancelaria Régia poderiam exercer a profissão em qualquer parte do Reino e dos territórios ultramarinos. No entanto, é importante destacar que diversos profissionais não faziam o registro chancelar já que o mesmo acarretava despesa ficando o interessado responsável em pagar o valor de 1 Marco de Prata (270 gramas aproximadamente), o que equivalia no século XVI a pouco menos da metade de um escravo do sexo masculino, em Lisboa, ou mesmo no caso do século XVIII, esse valor ainda era significativo, representando o mesmo que uma aquisição de

<sup>106</sup> Agradeço a Professora Dra. Laurinda Abreu por ter me dado acesso ao banco de dados da sua pesquisa sobre profissionais médicos em Lisboa, nomeadamente aos boticários e droguistas registrados nas Chancelarias Régias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

2 porcos, ou a compra de 18 galinhas ou do equivalente a 46 patos<sup>107</sup>.

Para o caso de profissionais da farmácia moradores ou naturais da América portuguesa, percebe-se a mesma dinâmica de todo o Império: a partir de 1700 há um crescimento nos registros de licenças na Chancelaria Régia. Este fato está relacionado, como argumentamos acima, com o crescimento do mercado médico e, para o caso da América, impacta no aumento significativo do envio de gêneros de boticas para este continente a partir da década de 1770-1780<sup>108</sup>.

### Gráfico 2.2.2: Série Histórica dos Boticários da América portuguesa registrados na Chancelaria Régia – Séculos XVI ao XIX



Fonte: Projeto FCT, Decisão Política, Necessidades Colectivas e Afirmação Profissional: O Hospital de Todos os Santos em Perspectivas. PTDC/HIS-HIS/113416/2009. Baseado nos dados dos fundos: ANTT, Chancelarias régias: Registo Geral de Mercês, Tribunal do Santo Ofício, Desembargo do Paço e AHU – Projeto Resgate.

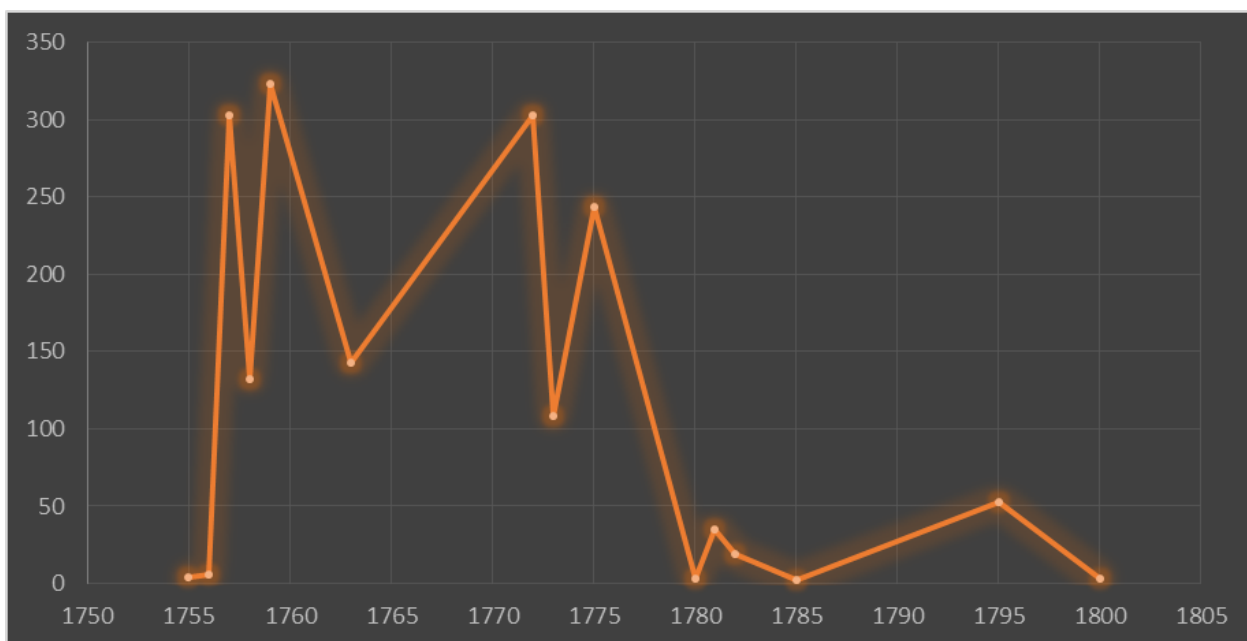
O gráfico 2.2.3 mostra a análise realizada com os medicamentos que mais

<sup>107</sup> O valor de 1 Marcos de Prata foi fixado em 1515 no Regimento do Fysico-Mor. In: Systema Colleção dos Regimentos Reaes, Tomo VI, 1515, pp. 338. Sobre os valores equivalentes a 1 Marco de Prata ver: Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910. Base de dados do projeto Prices, Wages and Rents in Portugal, In: <http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>, acessado em: 05.08.2017.

<sup>108</sup> Ver: ANTT, Alfândegas de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801. Banco de dados da Pesquisa.

entraram nas Alfândegas de Lisboa durante a segunda metade do século XVIII. A partir da sua observação pode-se concluir que existe um aumento das importações de medicamentos durante todo o século XVIII, sobretudo ao longo da década de 1765 até 1780. O sobe e desce da entrada de medicamentos pode estar vinculado ao fato de haver um armazenamento por parte dos comerciantes de medicamentos de alguns gêneros. Grande parte dos droguistas possuíam armazéns próprios ou pagavam aluguéis de espaços nos armazéns da Alfândega, no caso armazéns da própria Casa da Índia. Esse estoque fazia com que existisse alguns anos com maiores recebimentos de mercadorias e outros com pouca entrada de medicamentos<sup>109</sup>.

### Gráfico 2.2.3: Série Histórica dos medicamentos aportados em Lisboa e suas quantidades



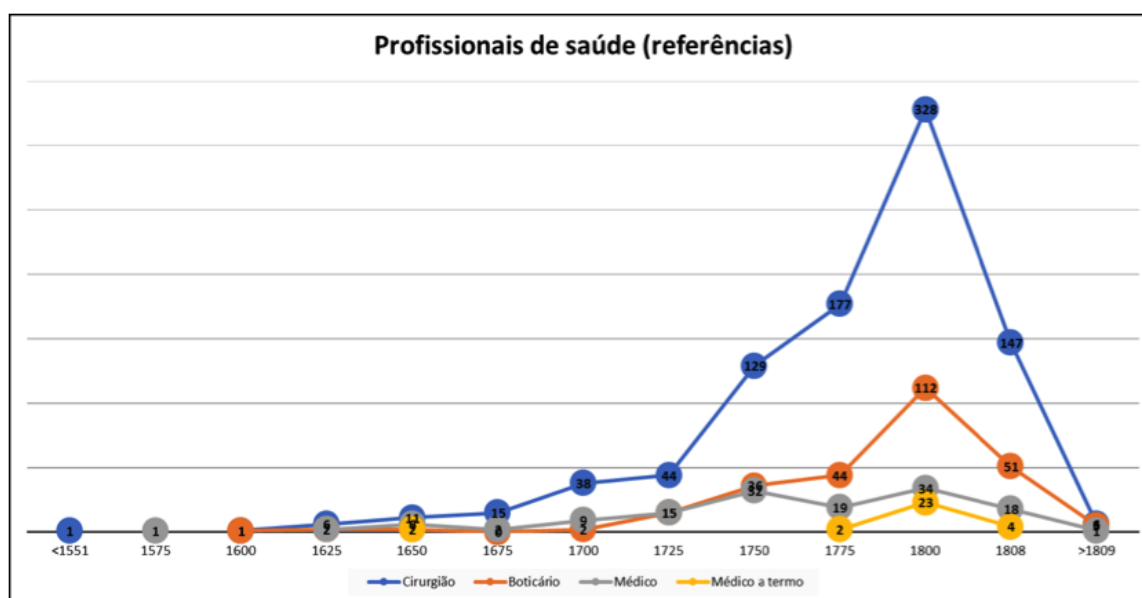
Fonte: ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801. Livros: 17-424. Banco de dados da pesquisa.

Um outro ponto a ser destacado é o fato de que embora o número de boticários

<sup>109</sup> ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801. Receitas de Entrada. Livros: 17-424.

licenciados cresça ao longo do século XVIII, quando se compara o seu quantitativo ao número de cirurgiões licenciados, moradores em territórios americanos ou naturais dos mesmos, percebe-se que desde 1700 o número de cirurgiões é muito superior ao de qualquer outro profissional de saúde, inclusive ao número de boticários. Em comparação com os boticários esses profissionais correspondem a quase o seu triplo se observarmos apenas as licenças registradas nas Chancelarias régias durante o século XVIII. Por essa razão, conforme veremos no capítulo 3 desta tese encontraremos cirurgiões em regiões da América portuguesa fazendo comércio de medicamentos e prescrevendo receitas médicas o que contribui para o interesse dos droguistas estabelecidos em Lisboa no envio de mercadorias de boticas e no estabelecimento de relações com esses grupos sócio profissionais na América.

**Gráfico 2.2.4: Série Histórica dos Boticários da América portuguesa registrados na Chancelaria Régia – Séculos XVI ao XIX**



Fonte: Projeto FCT, Decisão Política, Necessidades Colectivas e Afirmação Profissional: O Hospital de Todos os Santos em Perspectivas. PTDC/HIS-HIS/113416/2009. Baseado nos dados dos fundos: ANTT, Chancelarias régias: Registo Geral de Mercês, Tribunal do Santo Ofício, Desembargo do Paço e AHU – Projeto Resgate.

### 2.2.1 – Um mercador e o fornecimento global de medicamentos

Um importante droguista, da praça mercantil lisboeta, foi João Vigier autor da Farmacopéia Ulissiponense, primeiro manual de química farmacêutica, impresso em língua portuguesa. A edição dessa farmacopéia foi uma iniciativa comercial, pois através da disseminação do conhecimento sobre o preparo dos remédios químicos ele fomentava o consumo das mercadorias, por boticários, de seu armazém. Esse comerciante possuía o nobilitante hábito da Ordem de Cristo e sua fortuna foi avaliada, em 1719, em mais de 40.000 cruzados.

Caso semelhante era dos mercadores Dionísio e Henrique Verney, pai e irmão de Luís Antônio Verney, autor do Verdadeiro Método de Estudar. Não se tem muita informação a respeito da fortuna acumulada pelo patriarca dos Verney, mas Henrique que herdou o ofício de droguista faleceu em 1773 deixando uma fortuna de 77:000\$000 réis.<sup>9</sup>

Um traço comum entre os Vigier e os Verney era o fato de ambos terem ascendência francesa e terem logo na segunda metade do século XVII se estabelecido como droguistas em Lisboa. O tio-avô de Dionísio Verney, seu homônimo, nascido em Lyon em 1650, era um droguista que se estabeleceu em Lisboa em fins do século XVII, e nas primeiras décadas do século XVIII já havia acumulado vasto cabedal no abastecimento de boticas do Reino e conquistas e figurava como um grande negociante dessa cidade tendo negócios como João Vigier<sup>10</sup>.

Com o falecimento de Dionísio Verney, pai de Luís Antônio Verney, o autor do

---

<sup>10</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 313-317.

Verdadeiro Método de Estudar, o negócio passou para as mãos de seu filho Henrique Verney que até 1747 atuou nesse ramo e parou após comprar “*a propriedade do importante ofício de juiz da balança da Casa da Índia, pela apreciável maquia de 8 800 000 réis*”<sup>111</sup>. A loja e os armazéns assim como toda a rede de negócios passaram para as mãos de seus sobrinhos Dionísio e Antônio Chevalier que em 1750 aparecem na documentação da Alfândega de Lisboa como mercadores responsáveis pelo envio de drogas de botica para o ultramar americano<sup>112</sup>.

Segundo José Pedro Sousa Dias, Dionísio Chevalier residia desde 1763 na freguesia de Santa Catarina, em Lisboa, tinha posto de capitão das milícias e possuía duas lojas e dois sobrados, na freguesia de Santos-o-Velho, em Lisboa. Durante o período que fez negócio tinha “*dois caixeiros, três criados e três criadas a seu serviço*” e pagava à Junta de Comércio a quantia de “*8000 réis de décima de maneio pelo que vendia a retalho e ao balcão*”<sup>113</sup>.

Dionísio Chevalier também possuía um boticário trabalhando em uma de suas lojas, preparando os medicamentos que seriam comercializados. O seu exemplo é emblemático pois revela que a função dos droguistas não se limitavam ao fornecimento a grosso aos boticários – também vendiam a retalho em suas lojas abastecendo a população de drogas e medicamentos químicos e galênicos, simples e compostos. No entanto, o grande volume de negócios de Dionísio Chevalier era de responsabilidade da sua Casa Comercial e de seus sócios<sup>114</sup>.

O negócio possuía um caráter familiar já que tinha como membros societários seu

---

<sup>111</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 317.

<sup>112</sup> ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801.

<sup>113</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 318.

<sup>114</sup> ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801.

irmão Antônio e seu sobrinho Dionísio, seu homônimo além de José Gomes Franco outro droguista da praça mercantil lisboeta. As suas relações familiares não abalaram a confiança do Marquês de Pombal em permiti-lo de atuar na provisão de medicamentos das Companhias de Comércio, pois Dionísio era irmão do padre João Chevalier, oratoriano e homem de ciência dedicado aos estudos de astronomia, organizador da biblioteca de Mafra e desterrado de Lisboa em 1760 por alegação de que sua doutrina religiosa e a doutrina oficial do Estado eram divergentes<sup>115</sup>.

Em 1763 Antônio Chevalier comprou 178 libras de Resina de Jatobá do Convento de Nossa Senhora das Mercês de São Luís, no Maranhão, que chegaram em Lisboa em vinte de julho do referido ano pela nau São Lázaro, afim de (re) exportá-la para as nações estrangeiras e suas conquistas<sup>116</sup>. Esse fato evidencia o papel desses homens de negócio como difusores de novas drogas no mercado global, pois essa resina era usada, entre os índios e os coloniais, como remédio para dores no estômago, resfriados e dores de cabeça<sup>117</sup> e em 1794, trinta e um anos após essa referência, ainda não fazia parte do rol de remédios autorizados pela *Farmacopeia Geral do Reino e Domínios de Portugal* a serem vendidos e manipulados pelos boticários licenciados<sup>118</sup>.

A casa mercantil de Dionísio Chevalier e Cia negociava drogas em Portugal, África, América e no Oriente e mantinha conexões com mercadores de drogas nos diversos portos a fim de trazer os gêneros nativos para o mercado europeu, como citamos acima. Por meio das relações estabelecidas com deputados e provedores das Companhias de Comércio, Dionísio Chevalier e seu irmão Antônio conseguiram ser os

---

<sup>115</sup> DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 318.

<sup>116</sup> ANTT, Livro 35, Folha 91. Saídas Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1763.

<sup>117</sup> SHANLEY, Patrícia e MEDINA, Gabriel. *Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica*. Belém: CIFOR, Imazon, 2005. pp. 107.

<sup>118</sup> *Pharmacopea Geral do Reino e Domínios Ultramarinos, 1794, tomo II*.

principais responsáveis pela provisão de gêneros de boticas e tinturaria para os portos de Belém, Pernambuco e Paraíba, Bissau, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, entre outros até a falência das Companhias. Como desencadeamento desse abastecimento pode-se afirmar que era também as lojas e armazéns de Chevalier que faziam chegar até Cuiabá, Vila Bela e outras vilas e arraiais mais interioranos as drogas necessárias aos diversos ofícios e usos nas capitânicas americanas.

O gráfico 2.2.1.1 mostra a evolução do abastecimento feito pela casa comercial Chevalier ao longo dos vinte anos analisados nos livros de entrada e saída das mercadorias nos portos sob o monopólio de transporte das Companhias pombalinas. Nota-se que os droguistas só aparecem na documentação a partir de 1761, pois antes as próprias companhias compravam em Lisboa drogas e enviavam aos demandantes nos portos, não constando dessa maneira o nome do proprietário das mercadorias no porto lisboeta. Por uma questão de aumento da demanda ou por negociações de contrato estabelecidas entre Dionísio Chevalier e os procuradores e deputados das companhias as drogas passaram a ser enviadas em consignação podendo serem pagas com outras mercadorias, no caso drogas nativas, ou de forma monetária mas pagas posteriormente<sup>119</sup>. Outro aspecto que chama atenção é o fato desse processo de negociação tenha uma defasagem de oito anos entre as remessas para os portos americanos e africanos, por meio da documentação analisada não conseguimos mensurar a razão para esse espaço da inserção dos Chevalier nos abastecimentos dos portos da África, mas supomos que o fato da demanda neste continente por drogas

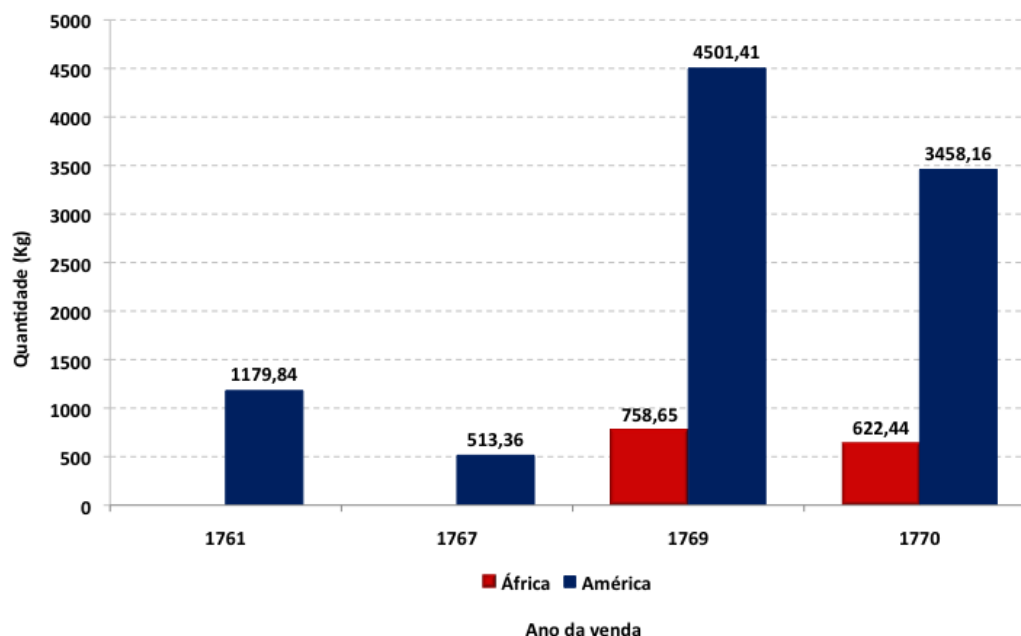
---

<sup>119</sup> ANTT, Livro de Compras da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1755 a 1775. Banco de dados da pesquisa.



importadas ser menor do que na América portuguesa é a razão para essa lacuna<sup>120</sup>.

### Gráfico 2.2.1.1 – Envio de drogas para os portos africanos e americanos de exclusividade das Companhias Gerais de Comércio – 1755 a 1775



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-130.

É importante apontar que embora tivesse uma exclusividade no envio de drogas para as regiões que eram providas em gêneros e escravos pelas Companhias de Comércio pombalinas, Chevalier e Cia continuavam enfrentando a concorrência em portos não controlado pelas mesmas, como era o caso dos portos do Rio de Janeiro, Bahia, Macau, entre outros, participando desse comércio ultramarino junto de outros droguistas estabelecidos em Lisboa, mantendo em suas redes de relações boticários e mercadores específicos de drogas que faziam parte de uma elite mercantil ultramarina,

<sup>120</sup> No capítulo 3 dessa tese atentaremos para a atuação e abastecimento de drogas por parte da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão nos portos de Belém e São Luís e voltaremos a este tópico com mais detalhamento.

que adquira os produtos por meio da aquisição empréstimos com estes droguistas no Reino<sup>121</sup>.

Em Portugal, Dionísio Chevalier e Companhia abasteciam não apenas boticários e pequenos mercadores de drogas dedicando-se apenas a venda de medicamentos. Eles também foram responsáveis diretos pelo fornecimento de produtos de tinturaria para as obras do Real Jardim Botânico da Ajuda. Dionísio Chevalier e Cia, em 1777, “*venderam material diverso destinado sobretudo aos pintores, douradores e estucadores (óleos e vernizes, fezes de ouro, aguaras, alvaiade, gesso mate e grosso, retalho, vermelhão, verdete, preto de Itália, anil de Castela, jalde Lino, flor de anil, sombra de colônia, zarcão, nanquin...)*”<sup>122</sup>. Grande parte desses produtos como o alvaiade, sombra de colônia, vermelhão, entre outros também eram considerados drogas medicinais e entravam no rol de receitas das boticas setecentistas. Dessa maneira o papel dos droguistas era o fornecimento desses produtos quer seja para os boticários quer seja para os profissionais do ramo da tinturaria e pintura.

O gráfico 2.2.1.2 mostra as drogas que foram mais enviadas entre 1755 a 1775 para a África e América via Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba pela casa de comércio de Dionísio Chevalier. Dentre os produtos mais enviados tem-se alvaiade, alvaiade em pó e alvaiade em pedra produto que como vimos anteriormente vigora em listas de pintura como base para fazer o pigmento para tinta branca da mesma maneira que entrava na composição de pomadas e

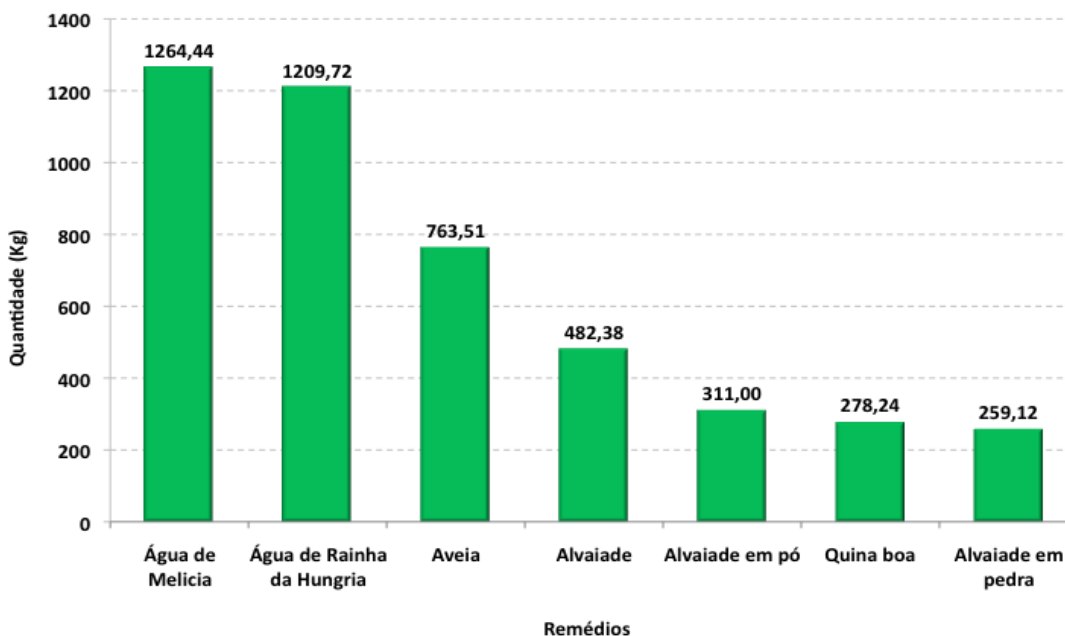
---

<sup>121</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 313-317.

<sup>122</sup> MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho. O Real Jardim Botânico da Ajuda. Entre o Barroco e o Iluminismo. In: FRANCO, José Eduardo e GOMES, Ana Cristina da Costa. Jardins do Mundo. Discursos e Práticas. Lisboa: Gradiva, 2008. pp.: 13.

emplastros medicinais<sup>123</sup>.

### Gráfico 2.2.1.2 – Envio de drogas para os portos africanos e americanos de exclusividade das Companhias Gerais de Comércio – 1755 a 1775



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-130.

Coincidência ou não a Casa Mercantil de Chevalier e Cia faliu logo após o decreto de extinção das Companhias Gerais de Comércio por D. Maria I em 1778<sup>124</sup>. Dionísio faleceu em 1773 deixando uma grande fortuna, mais de 77 contos de réis quase metade em dívidas ativas que continuou a ser operada pelos seus sócios que se tornaram administradores da massa falida da casa comercial<sup>125</sup>.

Um outro ponto que pode ter contribuído para a falência da casa mercantil que

<sup>123</sup> ANDRADE, Antônio Manoel Lopes; MORA, Carlos de Miguel e TORRÃO, João Manuel Nunes. (Coords). Humanismo e Ciência. Antiguidade e Renascimento. Aveiro: UA Editora – Universidade de Aveiro, 2015. pp.: 394.

<sup>124</sup> CARREIRA, António. As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

<sup>125</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 318.

àquela altura (1784) estava sob responsabilidade do sobrinho que tinha o nome homônimo de Dionísio Chevalier, foi o empréstimo contraído por ele com o mercador lisboeta José Domingues no valor de quatro contos e oitocentos mil réis. Este empréstimo havia sido contraído com o fim de edificar casas e fazer algumas obras nas suas lojas comerciais, porém Chevalier deu como hipoteca todos os seus imóveis em Lisboa incluindo um armazém onde guardava as drogas recebidas da alfândega que depois remeteria aos devidos compradores<sup>126</sup>.

Também existe a hipótese de a falência ter ocorrido devido a uma conjunção de fatores entre eles os empréstimos que a própria casa mercantil de Dionísio Chevalier costumava conceder a particulares. O futuro ouvidor da comarca do Rio das Mortes, Alvarenga Peixoto foi um dos devedores mais conhecidos de Dionísio. Entre os anos de 1769 a 1775 Chevalier emprestou 5:324\$130 réis para a sua manutenção em Portugal além de ter sido um dos responsáveis pelo financiamento da ida de Alvarenga para Minas em 1777, auxiliando-o na posse do cargo de ouvidor mor da comarca mineira<sup>127</sup>.

Os empréstimos contraídos e concedidos somados ao cancelamento das atividades das Companhias de Comércio pela Coroa fez com que a casa comercial de Dionísio Chevalier (tio e sobrinho) e sócios entrasse em derrocada aparecendo até a primeira metade do século XIX como devedora que pagaria a seus credores com juros e correções suas dívidas ao longo do tempo, como mostra um edital publicado Gazeta de Lisboa em 1812

A Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação

---

<sup>126</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo dos Falidos, Maço 6, n.º 1, 1788. Execução de sentença em que é autor José Domingues contra o capitão Dionísio Chevalier; ver também: ANTT, Feitos Findos, Juízo dos Falidos, Maço 9, n.º 7, 1790. Autuação da provisão para venda dos bens e propriedades do falido Dionísio Chevalier.

<sup>127</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Estudo Econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfindentes da Comarca do Rio das Mortes. SP, Tese apresentada ao programa de História Social da Universidade de São Paulo, 2008. pp: 267.

convoca novamente a todos os credores da casa falida de Dionísio Chevalier, para que no dia 8 de fevereiro próximo futuro, pelas onze horas da manhã concorram por si ou seus bastantes procuradores à Contadoria da mesma Junta, a fim de nomearem na presença do Deputado Inspetor, e a pluralidade de votos administradores à massa da sobredita casa, em lugar dos que o eram por serem falecidos<sup>128</sup>.

A continuidade de abastecimento, recebimento e pagamento de dívidas da casa mercantil de Dionísio Chevalier ao longo do tempo era possível devido a uma significativa diferença entre a fiscalização empreendida pelas autoridades com os boticários e com os comerciantes de remédios. Os droguistas não eram examinados no ofício que exerciam e por essa razão tinham que solicitar licença à Câmara para abrir sua loja ficando sujeitos a fiscalização dos almotacés e não da Fisicatura-mor. A Fisicatura apenas avaliava os medicamentos quando os mesmos chegavam nos portos e eram embarcados, enquanto as drogas ficavam nos armazéns, e lojas dos droguistas, estocadas elas não eram fiscalizadas. Nesse sentido, as visitas do físico-mor serviam apenas para examinar a não corrupção dos medicamentos e validá-los para o abastecimento o que permitia a continuidade da venda dos gêneros pertencentes a Chevalier e Cia, mesmo após a sua derrocada financeira<sup>129</sup>.

É importante chamar atenção de que a fiscalização não obrigatória da Fisicatura-Mor e posteriormente do Protomedicato gerava tensões entre os droguistas e a instituição como foi o caso de Dionísio Chevalier que em 1782 solicitou à rainha que não mais visitassem as suas drogas e remédios mesmo na Alfândega, já que em suas lojas e armazéns elas não eram mesmo inspecionadas. De acordo com os deputados da Junta do Protomedicato Chevalier alegava que “(...) *por essas visitas era obrigado a*

---

<sup>128</sup> Gazeta de Lisboa, Lisboa: Imprensa Nacional, 1823. pp.: 76.

<sup>129</sup> Em 1782 Dionísio Chevalier (sobrinho) enviou carta à Rainha D. Maria I solicitando que “lhe não sejam visitadas e examinadas as drogas e remédios que despacha em boticas para as naus de vossa magestade como também para as que negoceia para a América”. In: ANTT, Desembargo do Paço. Corte, Estremadura e Ilhas, Maço 1905, nº 62. Lisboa, 05 de dezembro de 1782.

*pagar emolumentos e de demoras de embarques, quando as Naus estavam a partir*”, porém os deputados afirmavam que “(...) *este mesmo suplicante já foi condenado por esta Junta em visita por se lhe acharem em suas chamadas botica, vários remédios viciados e por esta causa se faz muito suspeito em querer fazer as suas expedições para a América sem exames qualificados*”<sup>130</sup>.

Essas disputas entre os droguistas, a Junta do Protomedicato e os boticários vai vigorar por toda a segunda metade do século XVIII, momento em que aquele grupo sócio profissional vai ganhando cada vez mais importância no comércio global e nas relações estabelecidas por eles no Atlântico-sul<sup>131</sup>.

## **2.2.2 – Nas fronteiras do Atlântico: Manoel Gomes Franco e o abastecimento das boticas em Portugal e na América**

Uma outra regulação da Junta do Protomedicato em relação aos droguistas era a concessão de licença para que estes pudessem abrir suas lojas comerciais. Antonio Saunier, mercador de drogas de boticas solicitou à rainha D. Maria I que “*lhe conforme a mesma licença para continuar o seu comércio de drogas*”. A licença foi concedida por 1 ano devendo Saunier renová-la nos anos seguintes com o devido pagamento de

---

<sup>130</sup> Em 1782 Dionísio Chevalier (sobrinho) enviou carta à Rainha D. Maria I solicitando que “*lhe não sejam visitadas e examinadas as drogas e remédios que despacha em boticas para as naus de vossa magestade como tamém para as que negoceia para a América*”. In: ANTT, Desembargo do Paço. Corte, Estremadura e Ilhas, Maço 1905, nº 62. Lisboa, 05 de dezembro de 1782.

<sup>131</sup> Os boticários da praça de Lisboa fizeram uma petição à Junta do Protomedicato em 15 de fevereiro de 1780 solicitando que os droguistas tivessem seus medicamentos examinados alegando que “*Logo os Droguistas deste Reino não vendem nas suas Lojas uma droga que não seja medicinal; e é por isto que a medicina os contempla com uma certa analogia, e os aconselha que sejam tudo quanto for possível instruidos naquela parte da historia natural, que se chama Matéria Médica, afim de evitar a fraude inseparável dos primeiros coletores das drogas simples e que tenham conhecimentos suficientes das preparações químicas destinadas a uns e outros usos; e é tão bem sobre estas obrigações, que recai a anual visitada do Físico-Mor, cuja jurisdição com toda a propriedade os abrange do tempo imemorial*. In: ANTT, Desembargo do Paço. Corte, Estremadura e Ilhas, nº 15, folhas 4-4, documento 47. Declaração de um grupo de boticários de Lisboa. Lisboa, 15 de fevereiro de 1780.

1.440 Réis pela assinatura do secretário da Junta do Protomedicato<sup>132</sup>.

Por conta dessas dificuldades em estabelecer loja de droguista era que esses mercadores muitas vezes se associavam e formavam casas mercantis societárias. Um exemplo disso foi o caso de Manoel Gomes Franco, sobrinho de José Gomes Franco sócio de Dionísio Chevalier (tio e depois do sobrinho). Manoel não tinha loja de droguista, mas possuía uma botica em Lisboa, e fazia comércio com todo o reino de Portugal, Açores e América como um dos revendedores dos produtos de seu tio.

Diferente de José Gomes Franco e do próprio Dionísio Chevalier, Manoel Gomes Franco tinha em Portugal o foco do seu abastecimento. As grandes quantidades de drogas que remetia seguiam para o norte e para o sul do Reino e outras menores encomendas seguiam em direção a diferentes portos da América. Conseguimos averiguar o comércio realizado por Manoel Gomes Franco através de uma fonte muito rara no que diz respeito aos droguistas: o seu livro de contas, que descreve o seu comércio entre os anos de 1798 a 1800 anos que ainda contavam com um grande volume no comércio de medicamentos. Manoel Gomes Franco detalhava bastante as suas contas, apontando informações sobre a profissão daqueles que encomendavam as drogas e as instituições para onde vendia, além de listar se vendia para o capitão de algum barco ou para algum outro particular. Dentre seus compradores estavam boticários, cirurgiões, capitães de navios e instituições religiosas como conventos e mosteiros. Assim como a casa mercantil de seu tio atuava, Manoel Gomes Franco vendia produtos de tinturaria e pintura para além das drogas medicinais<sup>133</sup>.

Este livro embora tenha sido o único encontrado nos revelou ser um exemplo

---

<sup>132</sup> ANTT, Desembargo do Paço. Corte, Estremadura e Ilhas. Maço 1905, nº 62, Documento 49. Junta do Protomedicato. Carta de Licença a favor de Antonio Saunier, mercador de drogas de botica e mais generos de droguistas para conservar sua loja na rua Bela da Princesa por tempo de um ano. Lisboa, 13 de setembro de 1782.

<sup>133</sup> ANTT, Feitos Findos, Livro 155. Livro das minhas contas particulares 1798, 1799 e 1800.

bastante completo dos aspectos mais importantes do comércio de drogas: os devedores de Manoel Gomes Franco, os seus credores, a importância das letras de câmbio para a efetivação do comércio, a forma de transporte e as redes de abastecimento, com foco nos destinatários.

As remessas que seguiam para o Reino iam, em grande parte, para Leiria onde lhe devia “*Manoel José Pereira, boticário da cidade de Leiria, conforme a corrente que lhe mandei, pelo condutor Francisco Oliveira*” dentre os produtos enviados constavam: tamarindos, óleo de vitríolo, sal catártico, jalapa e arsênico. Manoel Gomes Franco cobrava ao seu destinatário pelas garrafas em que iam alguns medicamentos e pelo frete que deveria ser repassado ao condutor. Toda a compra custou 126.190 Réis que contabilizava não só o valor das mercadorias enviadas àquela data (10 de janeiro de 1798), como também dívidas antigas de algumas remessas dos mesmos medicamentos realizadas em meses anteriores o que mostra a relação estabelecida para o abastecimento de fármacos entre o droguista e o boticário em questão<sup>134</sup>.

Em 13 de outubro de 1798 enviou para Viana alguns medicamentos a mando de José Gomes Franco, para um parente de ambos chamado Miguel Gomes Franco. Essa remessa veio direto da Casa da Índia por interferência de José Gomes Franco o que demonstra que este mercador além de ser sócio de Chevalier mantinha uma rede paralela com seus familiares no abastecimento de drogas por todo o Reino já que tinham um parente mercador de drogas em Viana do Castelo. Para esta cidade também seguiam medicamentos a pedido dos Gomes Franco (José e Miguel) para o cirurgião-mor do regimento, além de tintas e broxas que mandava para alguns particulares,

---

<sup>134</sup> ANTT, Feitos Findos, Livro 155. Livro das minhas contas particulares 1798, 1799 e 1800. pp.: 5.



provavelmente pintores, naquela cidade<sup>135</sup>.

### Mapa 2.2.2.1 – Envio de drogas para cidades e vilas em Portugal – 1798 a 1801



Fonte: ANTT, Feitos Findos, Livro 155. Livro das minhas contas particulares 1798, 1799 e 1800

O Mosteiro da Conceição, em Angra – Ilha Terceira, a botica da Santa Casa de Misericórdia de Estremoz, a botica da Misericórdia do Fayal e a botica do Hospital da Ilha Terceira eram seus compradores constantes. Apesar das encomendas não se caracterizarem por serem extensas listas o constante aparecimento dessas instituições no livro de contas de Manoel Gomes Franco demonstra um vínculo regular no abastecimento dessas boticas.

<sup>135</sup> ANTT, Feitos Findos, Livro 155. Livro das minhas contas particulares 1798, 1799 e 1800. pp.: 10.

Um outro ponto interessante que aparece no documento são as encomendas para a América portuguesa. Mercadores de drogas estabelecidos no Rio de Janeiro como José Gonçalves de Oliveira que era natural do Porto e cirurgiões como Rodrigo Pedro Neves estabelecido na Bahia foram os responsáveis pelas encomendas. O irmão de Manoel Gomes Franco cujo nome não é citado no livro era quem encomendava gêneros para Pernambuco já que ele havia se estabelecido na praça de Recife.

Pode-se inferir que as relações familiares mantidas entre José Gomes Franco e seu sobrinho permitia que Manoel focasse seu comércio exclusivamente no Atlântico atuando como reexportador de medicamentos importados de diversas partes do globo que chegava na Casa da Índia, alfandega de Lisboa, em nome de seu tio e de Dionísio Chevalier. Dessa maneira, Manoel Gomes Franco pagava os transportes e impostos de saída do porto de Lisboa apenas em direção à América e Ilhas cobrando posteriormente o valor gasto dos destinatários.

É importante ressaltar que Manoel Gomes Franco assim como seu tio também adquiria letras de câmbio como forma de financiar a compra antecipada dos gêneros já que muitas vezes recebia o pagamento de uma determinada encomenda um ano após o seu envio. Se algo errado acontecesse podia ficar no prejuízo como foi o caso ocorrido com o navio Duque de Bragança que partiu da Bahia, em 1801, em direção à Lisboa e carregava o pagamento de uma carga enviada para esta cidade no ano anterior, no entanto o navio foi tomado pelos franceses logo na chegada do comboio de navios no porto lisboeta<sup>136</sup>.

---

<sup>136</sup> ANTT, Feitos Findos, Livro 155. Livro das minhas contas particulares 1798, 1799 e 1800. pp.: 30.

## Mapa 2.2.2.2 – Envio de drogas para Ilhas e para a América – 1798 a 1801



Fonte: ANTT, Feitos Findos, Livro 155. Livro das minhas contas particulares 1798, 1799 e 1800

De acordo com José Pedro Sousa Dias os droguistas portugueses “(...) não eram tão abastados como os estrangeiros”. No entanto ao que parece o autor não levou em conta as diversas associações construídas por esses homens com os mercadores estrangeiros. Como vimos anteriormente o droguista José Gomes Franco<sup>137</sup> era sócio da casa mercantil de Dionísio Chevalier e tio de Manoel Gomes Franco e do seu irmão que era comerciante de drogas em Pernambuco, e também tio de Miguel Gomes Franco de Viana da Foz de Lima ou Viana do Castelo. Essa rede composta pelos Gomes Franco

<sup>137</sup> De acordo com José Pedro Sousa Dias, José Gomes Franco era natural de Viana da Foz do Lima ou Viana do Castelo e estava estabelecido em Lisboa já em 1764. Ver: DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 325.

demonstra as conexões estabelecidas por esses droguistas portugueses que foram de certa maneira negligenciada pela historiografia que tratou do tema<sup>138</sup>.

### **2.2.3 – Jacome Vallebella e o circuito transnacional europeu**

A presença de comerciantes oriundos da península itálica, sobretudo de Genova, Veneza e Florença, em Lisboa data do período anterior ao domínio espanhol (1580). Porém, no momento da reconquista portuguesa, 1640, esses mercadores se mantiveram na praça lisboeta e ganharam destaque formando casas mercantis que financiaram o comércio ultramarino e as reexportações para mercados não europeus<sup>139</sup>.

De acordo com Antonella Nunziatella alguns genoveses

(...) Crearono un sistema di scambio di mercanzie e servizi finanziari che includeva una vasta gamma di operatori economici in diversi paesi, sia in Europa che nell'oltremare portoghese. Il centro propulsore era Lisbona, snodo dei vari commerci che la compagnia deteneva e crocevia degli interessi di differenti nazioni mercantili impegnate nei traffici commerciali con l'Asia, le Americhe e l'Africa. Nel caso della rete creata dalla suddetta compagnia, nonostante la capitale portoghese fosse la piattaforma da cui si sviluppavano gli affari, l'altro essenziale punto di riferimento era Genova, sia in quanto destinazione finale di transazioni commerciali, sia in quanto luogo di approvvigionamento di merci che venivano poi riesportate verso i mercati europei ed extra-europei<sup>140</sup>.

Seguindo o fluxo de estabelecimento de mercadores da Ligúria, do Vêneto e da Toscana em Lisboa os droguistas, um ramo específico de mercadores como já foi

---

<sup>138</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 324-325.

<sup>139</sup> NUZIATELLA, Antonella Viola Alessandrini. Genovesi e Fiorentini en Portogallo: Reti Commerciali e Strategie Politico-Diplomatiche (1650-1700). In: *Mediterranea*, Ano X, n.º 28, Agosto 2013. pp.: 295-322.

<sup>140</sup> NUZIATELLA, Antonella Viola Alessandrini. Genovesi e Fiorentini en Portogallo: Reti Commerciali e Strategie Politico-Diplomatiche (1650-1700). In: *Mediterranea*, Ano X, n.º 28, Agosto 2013. pp.: 296.

citado, também se estabeleceram na praça mercantil lusa. Um desses pioneiros foi Jacome Vallebella, nascido em Gênova em finais do século XVII, entusiasmado por essa leva de comerciantes genoveses presentes em Portugal já em 1709 estava com seu comércio de medicamentos em pleno funcionamento em Lisboa.

Vallebella iniciou seu comércio sendo comissário da Água de Inglaterra de Jacob Castro Sarmento, entre 1735 a 1753. Essa atividade o fez prosperar o que propiciou que ele mandasse vir de Genova seus sobrinhos Jerônimo Canalle Vallebella e Bartolomeu e Vicente Raggio. A sociedade dos Vallebella era bastante importante em Portugal tendo em 1769, 2 contos de réis em caixa e uma botica avaliada em 1 conto e 700 000 réis, 10 contos em drogas no armazém da Casa da Índia, além de algumas dívidas ativas<sup>141</sup>.

Os droguistas italianos, estabelecidos em Lisboa, tinham uma característica diferente das dos franceses: além das transações comerciais de grande volume, vendiam a retalho em suas lojas. Esse padrão foi seguido pelo seu comprador na América José Rodrigues de Carvalho que durante trinta anos teve botica em Mariana e importava medicamentos do Rio de Janeiro<sup>142</sup>. Figurava constantemente nas listas de crédito de Vallebella tendo contraído com este uma dívida de 3:178\$512 réis<sup>143</sup>.

As famílias Vallebella e Raggio, possuíam três gerações de droguistas e boticários, uma das filhas de Vicente Raggio, Clara Raggio tinha em seu testamento uma botica deixada pelo seu pai e de onde vinha os seus rendimentos mantendo dessa maneira as conexões com o ultramar e boticários do Reino como faziam seu tio-avô e

---

<sup>141</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 319-321.

<sup>142</sup> Em 1749 José Rodrigues de Carvalho aparece na documentação da Casa Setecentista de Mariana como mercador autorizado a ter loja de medicamentos nesta vila. Ver: AHCMM – Livros de registros, provisões e patentes.

<sup>143</sup> ANRJ, Inventário de José Roiz de Carvalho, 1808. Not.: 3603, Maço 289.

seus tios.<sup>144</sup>

Assim como a casa mercantil de Dionísio Chevalier os Vallebella e Raggio forneceram medicamentos para Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, durante o período de 1756 a 1768, mas em quantidades menores que seus concorrentes. Jacome Vallebella era devedor da companhia de Dionísio Chevalier e o abastecimento da Companhia de Comércio talvez tenha sido para abater alguma dívida contraída já que o mesmo aparece muito pouco nas remessas de medicamentos para os portos Americanos de controle das Companhias.

Diferente da sua presença remetendo medicamentos e outras drogas para o Rio de Janeiro, onde as quantidades são bem maiores e as relações com boticários e comerciantes dessa praça de comércio aparece constantemente nas dívidas destes presentes em seu inventário. Como veremos no próximo capítulo, as mercadorias que chegavam no porto do Rio de Janeiro partiam em direção a lugares ainda mais longínquos, como algumas regiões de Minas Gerais. No caso de Jacome Vallebella vê-se bem essa dinâmica: a sua principal relação é com o comerciante e também boticário estabelecido no Rio de Janeiro José Rodrigues de Carvalho que como trataremos no capítulo 3 desta tese tem amplas relações de comércio com as regiões das Gerais<sup>145</sup>.

Assim como seu concorrente e credor Chevalier e Cia, Jacome C. Vallebella possuía como financiadores e parceiros comerciais mercadores de Marselha, de Amsterdam e de Genova sendo que nesta cidade sua relação se dava com a Companhia de Comércio de Genova cujo um dos sócios era João Baptista Velho. Esses vínculos creditícios serão abordados melhor no próximo item, mas é interessante destacar as

---

<sup>144</sup> ANTT, Feitos Findos, Inventário Orfanológico, Letra C, Maço 53, doc. 18. Testamento de Clara Maria Donaudi Raggio. Lisboa 21 de julho de 1825.

<sup>145</sup> ANTT, Feitos Findos, Inventários Orfanológicos, Letra J, Maço 494, nº. 11. Inventário de Jacome Canalle Vallebella, Lisboa, 7 de Junho de 1773.

diversas conexões que esses droguistas possuíam o que propiciava escoar as drogas advindas da America que chegavam na Alfândega com o nome deles da mesma forma que era assim, via essas relações com holandeses, genoveses, espanhóis e franceses que entravam drogas do Oriente, da África além de medicamentos compostos de diferentes laboratórios europeus no porto de Lisboa<sup>146</sup>.

---

<sup>146</sup> ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas, 1755-1801. Livros: 17-424.

### 2.3 – Os droguistas e seu sistema de crédito: Como o comércio era financiado?

So much so that in Spain, the very source and fount of escudos and crowns, scarcely a handful can be scraped together, whereas if you go to Genoa, Rome, Antwerp, or Venice, you will see in the street of the bankers and money-changers, without exaggeration, as many piles of coins minted in Seville as there are piles of melons in San Salvador or in the Arenal<sup>147</sup>.

O texto do frei dominicano Tomás Mercado aponta para uma questão recorrente em todo o período moderno: a circulação monetária e a concentração de moedas cunhadas no mundo ibérico e no seu império ficava nas mãos de banqueiros financistas situados na península itálica e no norte da Europa. Embora o autor escreva sobre o contexto do século XVI e os primeiros momentos do financiamento por negociantes exógenos a Espanha da Carreira das Índias, que partia de Sevilha em direção à América, esse padrão de sistema de créditos e aportes financeiros ainda será vigente, no mundo ibérico, durante toda a segunda metade do século XVIII<sup>148</sup>.

É importante perceber que toda a rede de financiamentos estava relacionada com as diferentes trocas mercantis no âmbito global, pois para comprar escravos na África era necessário possuir têxteis e para comprar especiarias na Ásia era importante possuir prata ou algum artigo estimado naquelas praças comerciais. Cada região no globo tinha a sua moeda de troca preferencial e por essa razão o comércio em larga escala

---

<sup>147</sup>MERCADO, Tomás. *Tratos y Contratos de Mercadores*, Salamanca, 1569. In: GRICE-HUTCHINSON, Marjorie. *The School of Salamanca. Readings in Spanish Monetary Theory, 1544-1605*. Oxford: Clarendon Press, 1952. pp.: 97.

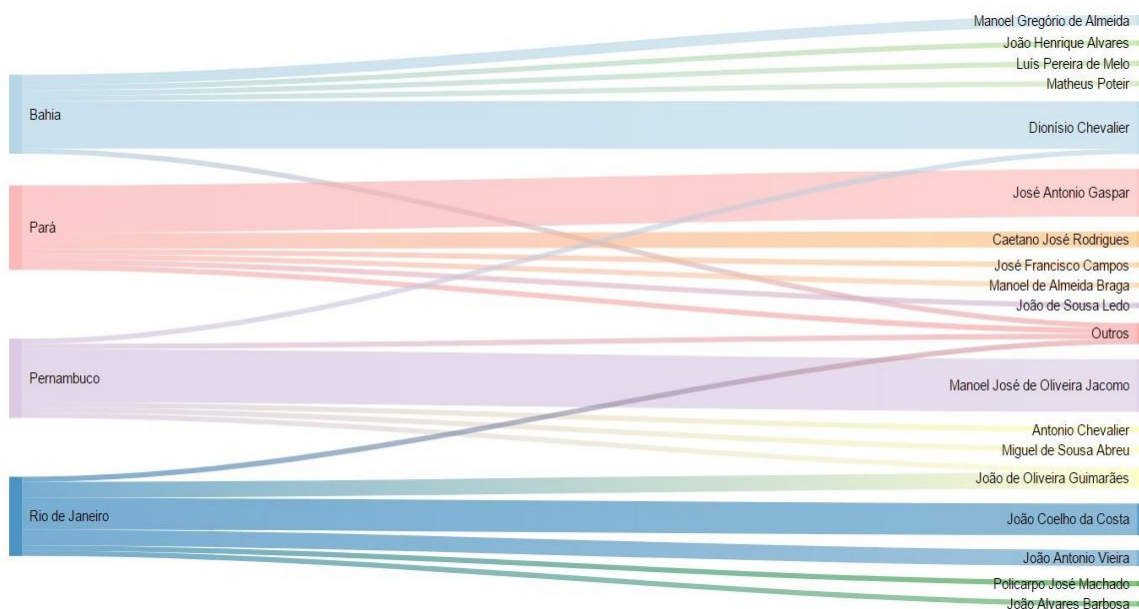
<sup>148</sup> De acordo com diversos documentos encontrados no ANTT sobre as Letras de Risco sacadas ou a serem sacadas. Ver: ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina. Autos civis de ação de proveito que há autor Francisco Alves Faria Penço Airão contra Dionísio Chevalier. Maço 46, nº. 4, caixa: 234, 1787; e, ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina. Execução de sentença em que é autor José Domingues contra o capitão Dionísio Chevalier. Maço 6, nº. 1, 1784.



funcionava em rede conectada em todas as pontas<sup>149</sup>.

O gráfico 2.3.1 mostra a dinâmica de chegada dos produtos medicinais provenientes de diferentes regiões da América: Salvador, Belém, Recife e Rio de Janeiro; ligando as drogas chegadas na Alfândega de Lisboa a quem elas pertenciam. A espessura da linha reflete a quantidade medicamentos vinda de cada região ligadas a quem as recebeu. Exemplo disso é a predominância que teve o droguista Dionísio Chevalier sobre as drogas vindas da Bahia, sobretudo a Ipecacuanha que era um dos principais remédios enviados para Lisboa desse porto. Da mesma maneira tem-se o comerciante de drogas José Antônio Gaspar e a espessa linha que o liga ao porto do Pará; esse comerciante foi o que mais recebeu mercadorias vindas da região Amazônica na Alfândega de Lisboa, mais precisamente na Casa da Índia.

### Gráfico 2.3.1 – Relações entre os Portos de Chegada dos Medicamentos e os Droguistas responsáveis pelo seu comércio – Portos da América portuguesa



Fonte: ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas. Livros: 17-424. Banco de dados da pesquisa.

<sup>149</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. SP: Cia das Letras, 2000.

A cada chegada de um produto americano na Alfândega de Lisboa partia em direção às colônias ultramarinas diversos gêneros do porto lisboeta. Como mostrou o historiador Fernand Braudel a troca é “*a reciprocidade, a cada trajeto de A a B corresponde uma certa volta, tão complicada e sinuosa quanto se queira, de B para A. A troca se fecha então sobre si própria.*”<sup>150</sup> O comércio muitas vezes se dava em forma de consignação onde um tipo de mercadoria pagaria por outra. Por essa razão vemos, ainda no gráfico 2.3.1, o Contratador do Tabaco produzido na Bahia e afilhado do Marquês de Pombal o grande negociante Policarpo José Machado recebendo produtos medicinais advindos do Rio de Janeiro. Esses gêneros, como por exemplo a Ipecacuanha, podiam pagar o tabaco que os comerciantes da praça do Rio de Janeiro compravam para vender em África por escravos. Da mesma maneira, no século XVIII, a ipecacuanha podia seguir em direção ao continente africano para servir como moeda de troca por cativos<sup>151</sup>.

A planta nativa da América fazia parte do rol de Produtos Medicinais de que usam os habitantes da África Ocidental principalmente os de Angola e seus sertões que foi recebido no Real Museu, da Ajuda, em 1784. Era indicada para o mesmo tipo de tratamento que as boticas europeias e americanas vendiam: disenteria e diarreia. Um fator que chama atenção nestes “*Produtos Medicinais (...)*” é o fato da ipecacuanha ser descrita como um gênero utilizado e apreciado pelos habitantes da terra, tendo sido

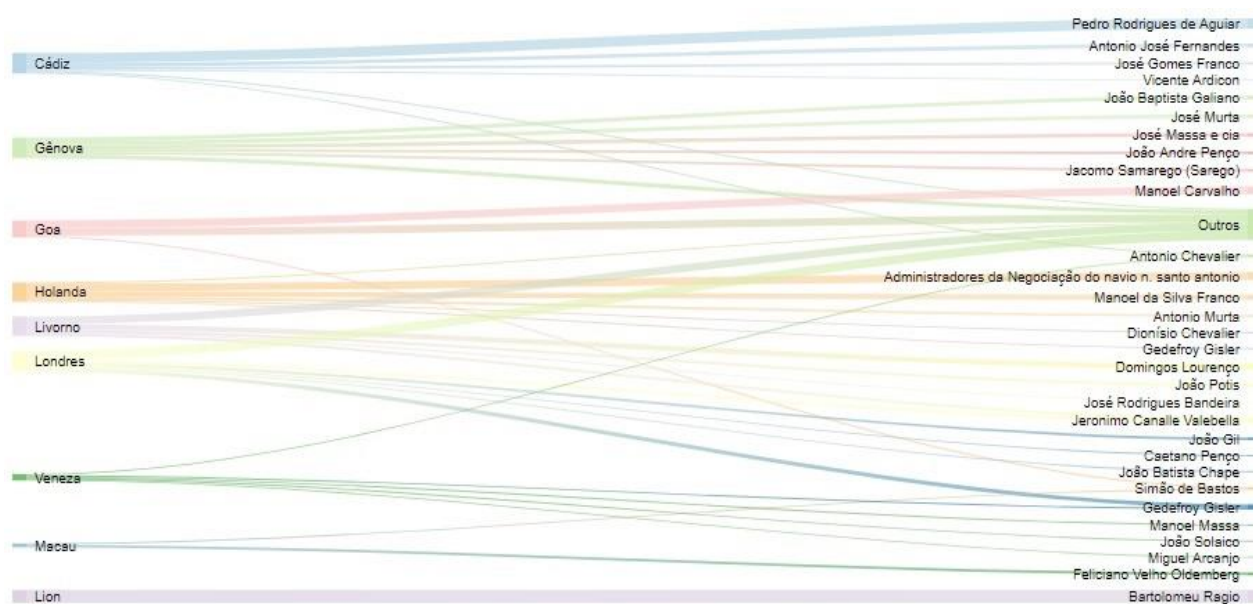
---

<sup>150</sup> BRAUDEL, Fernand. O Jogo das Trocas. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. SP: Martins Fontes, 1998. pp.: 117.

<sup>151</sup> Sobre Policarpo José Machado ver: PEDREIRA, Jorge Miguel. Tratos e Contratos: atividades, interesses e orientações dos investimentos dos negociantes da praça de Lisboa (1755-1822). In: Análise Social, vol. XXXI (136-137), 1996. pp.: 355-379. E, GUGLIELMO, Mariana Gonçalves. As múltiplas facetas do vassalo mais rico e poderoso de Portugal no Brasil: Joaquim Vicente dos Reis e sua atuação em Campos dos Goitacazes (1781-1813). Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2011.

incorporado pela medicina nativa. Não se pode inferir como esse medicamento americano foi absorvido pelos nativos africanos: pode ter sido via jesuítas ou pelas Companhias de Comércio pombalinas já que se sabe que as mesmas promoviam o abastecimento dos produtos americanos nos portos africanos<sup>152</sup>.

### Gráfico 2.3.2 – Relações entre os Portos de Chegada dos Medicamentos e os Droguistas responsáveis pelo seu comércio – Portos Exógenos da América portuguesa



Fonte: ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas. Livros: 17-424. Banco de dados da pesquisa.

A razão principal do comércio em longa distância e o próprio aumento de volume das trocas mercantis globais se deu por conta do crédito. O grande negociante concede crédito por meio de uma letra de câmbio ou de risco, que financiará as viagens e a armação dos navios. Essa letra será mais tarde trocada em alguma outra cidade europeia onde o financista ganhará em juros. Um exemplo desse financiamento das viagens comerciais é o caso citado pelo historiador Fernand Braudel onde o mercador Simon

<sup>152</sup> BNP, Códice 10892. Produtos Medicinais de que usam os habitantes da África Ocidental principalmente os de Angola e seus sertões. Lisboa, 11 de junho de 1784.

Ruiz adiantou dinheiro para alguns mercadores de lã na península itálica do século XVI, para que os compradores do produto o pagassem três meses mais tarde. Essa é uma operação arriscada, pois alguma parte do circuito mercantil pode não se fechar. Porém, foi a forma mais comum de financiamento da compra de produtos e da organização das viagens de alto risco pelos oceanos que os mercadores conseguiram estabelecer<sup>153</sup>.

Há diversos recebimentos de letras de risco pelos droguistas estabelecidos em Lisboa em favor de negociantes holandeses, ingleses, alemães, entre outros ou seus comissários e procuradores como foi o caso de Dionísio Chevalier que devia à Francisco Alves de Faria Penço Airão uma letra de risco na “*quantia de um conto e cento e vinte e quatro mil reis (...) do risco vencido na viagem que fez o navio Campelos a Macau no ano de 1786, com os juros respectivos desde o vencimento que foi em 18 de novembro de 1787 e os mais que se forem vencendo até a real entrega*”. Por alguma razão a Companhia de Dionísio Chevalier não pagou a respectiva letra e por isso Francisco Penço entrou na justiça contra o droguista solicitando o cumprimento do pagamento em audiência<sup>154</sup>. Dionísio Chevalier reconheceu a dívida e disse que iria pagar pois lhe foi adiantado o valor para o

(...) emprego de fazendas que carregamos em o dito navio e pelo risco que o dito navio lhe vai correndo de mar, fogo, corsários, inimigos cujo risco terá princípio desde que o dito navio levantar a sua primeira ancora para positivamente sair de barra em fora desta cidade de Lisboa e seguir sua viagem até dar fundo na dita cidade de Macau e passadas que sejam as vinte e quatro horas principiará o dito risco desde que o dito

---

<sup>153</sup> BRAUDEL, Fernand. O Jogo das Trocas. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. SP: Martins Fontes, 1998. pp.: 57-119.

<sup>154</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina. Autos civis de ação de proveito que há autor Francisco Alves Faria Penço Airão contra Dionísio Chevalier. Maço 46, nº. 4, caixa: 234, 1787.

navio suspender a sua primeira ancora para positivamente sair de qualquer dos pontos onde faça o refresco e seguir sua viagem para este porto de Lisboa onde deverá o dito risco passadas que sejam vinte quatro horas depois de dar fundo o dito navio<sup>155</sup>.

Caso houvesse qualquer incidente e o navio não voltasse ao porto de Lisboa ou as mercadorias não chegassem em outro navio que substituísse o primeiro, a Companhia do droguista teria que pagar o crédito adiantado da mesma maneira. Dionísio Chevalier também devia outra letra de risco que valia 364.855 Réis ao negociante José Domingues referente ao provimento de um navio que partiu para Pernambuco em 1784<sup>156</sup>.

Em todos os inventários post-mortem localizados de alguns mercadores de drogas situados em Lisboa, alguns citados anteriormente, encontra-se dívidas em letras de risco que foram concedidas como empréstimos ou adiantamentos e que deveriam ser pagas pelos inventariantes aos financistas citados na documentação em cumprimento ao contrato estabelecido pelo falecido<sup>157</sup>.

No inventário de Antonio Saunier, um outro grande comerciante de drogas de botica da praça lisboeta, consta dívidas com a Companhia de Amsterdã em razão de uma letra de risco na quantia de 269.297 Reis sacada em 1787. Da mesma forma, devia uma outra letra na quantia de 147.748 Reis à Runer Sechacht de Brime, financista germânico, paga também em 1787<sup>158</sup>.

---

<sup>155</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina. Autos civis de ação de proveito que há autor Francisco Alves Faria Penço Airão contra Dionísio Chevalier. Maço 46, nº. 4, caixa: 234, 1787.

<sup>156</sup> ANTT, Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina. Execução de sentença em que é autor José Domingues contra o capitão Dionísio Chevalier. Maço 6, nº. 1, 1784.

<sup>157</sup> ANTT, Inventários Orfanológicos. Letra A. Maço 204, nº. 16, caixa: 310; Letra J, Maço 494, nº. 11; Letra C, Maço 53, nº. 18.

<sup>158</sup> ANTT, Inventários Orfanológicos. Letra A. Maço 204, nº. 16, caixa: 310.

Percebe-se que o comércio dos gêneros medicinais era dispendioso devido as viagens em longa distância que se fazia para conseguir determinados medicamentos, oriundos da África, Ásia e América. Por esse fato era necessário um grosso cabedal ou o estabelecimento de redes mercantis transnacionais para o financiamento dos produtos ou da própria armação dos navios (pagamento dos marinheiros, do capitão, provisão de alimentos e de medicamentos para a tripulação, entre outras despesas). Dessa forma o ingresso nesse ramo de comércio era dificultado para os pequenos comerciantes ou até mesmo boticários ficando esses grupos como revendedores dos medicamentos trazidos pelos droguistas não somente em razão da necessidade de um volumoso aporte financeiro, mas pelo fato de ser proibido pela Junta do Protomedicato “*ser Droguista e Boticário pelo dolo muitas vezes praticado de meterem as drogas já carunchosas e corruptas, na composição dos remédios, que de algum modo o disfarçam, remetendo-os para a América em grave prejuízo do público*<sup>159</sup>”.

Entretanto alguns poucos droguistas tinham carta para estabelecer botica. A regra geral era que esses comerciantes de drogas tivessem botica aberta, mas contratassem seus oficiais boticários amarrando dessa forma todas as pontas do negócio fornecendo medicamentos no mercado médico local e global, como, por exemplo, o droguista Dionísio Chevalier que não possuía carta de boticário mas tinha botica aberta na rua dos Algibebes, em Lisboa, em 1782, e “(...) *boticário aprovado que lhe prepara as ditas*

---

<sup>159</sup> ANTT, Ministério do Reino, Dionísio Chevalier pretende que não lhe sejam visitadas e examinadas as drogas e remédios que despacha em boticas para as Naus de Vossa Majestade, como também as que negocia para a América. Documento nº. 50, 1782.

*composições nas quais se lhe acham os referidos remédios(...)*<sup>160</sup>”.

Em razão da cadeia mercantil que financiava o comércio de fármacos percebe-se que o mesmo estava ligado a um setor ainda maior da produção comercial da época moderna: o comércio de escravos e de plantações monopolistas como o tabaco, algodão e o comércio têxtil. Observa-se isso a partir dos vínculos creditícios espessos existentes entre os droguistas e os financistas exógenos aos portos lusos, conforme citamos acima. Isto gerava uma múltipla interdependência entre contratadores de *plantations* (no caso do contratador de tabaco recebendo medicamentos vindos do Rio de Janeiro), escravocratas e comerciantes, pois a maior parte dos negócios realizados entre os diferentes portos, no âmbito global, eram executados principalmente na forma de crédito. Nesse sentido, a importação de medicamentos e outras mercadorias da Ásia, África, Europa ou América estavam intimamente ligadas as redes creditícias<sup>161</sup>.

De acordo com o historiador Jesus Bohorquez essa era uma forma corriqueira presente no cotidiano dos mercadores e não estava presente apenas no grande comércio, embora no grande comércio os números das letras emitidas eram mais volumosos.

Como se pode perceber a partir da citação

Dar o recibir crédito era sin duda una de las operaciones recurrentes de la vida cotidiana de los comerciantes: aceptar letras de cambio firmadas por amigos de los que se tenía fondos disponibles como resultado de una operación previamente realizada; girar letras sobre un amigo en otra ciudad para pagar una deuda previamente adquirida, aceptando con ello estar disponible para pagar las deudas de otros; distribuir capitales

---

<sup>160</sup> ANTT, Ministério do Reino, Dionísio Chevalier pretende que não lhe sejam visitadas e examinadas as drogas e remédios que despacha em boticas para as Naus de Vossa Majestade, como também as que negocia para a América. Documento n.º 50, 1782.

<sup>161</sup> BOHORQUEZ, Jesus. Globalizar el Sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y La Habana durante la Era de las Revoluciones. Florença: Tese submetida no European University Institute, 2016. pp.: 346.

sobre diferentes espacios buscando ampliar su red mercantil, y sobre todo, aprovechar las diferencias de precios en los diferentes mercados. El crédito no era, sin embargo, simplemente una operación de grandes comerciantes, así como tampoco lo era de los negocios de larga distancia. Buena parte de las economías locales funcionaban con base en el crédito, donde los pequeños mercaderes entregaban mercancías al fiado<sup>162</sup>.

Em 1790 uma contenda judicial existente entre o boticário José Antonio Lopes e o negociante José Coelho da Silva se mostra tão importante nesse contexto de créditos, dívidas e financiamentos rotativos, já que a perda de uma carga poderia significar um grande prejuízo e poderia atingir toda a cadeia mercantil se uma das pontas não conseguisse cumprir o pagamento<sup>163</sup>.

José Antonio Lopes, boticário com loja no Paço do Boi Formoso, abasteceu a botica do Bargantim Nossa Senhora da Piedade e São José para uma suposta viagem deste a Pernambuco. Toda a mercadoria medicinal custou 46.840 Réis e foi verificada, atestada e aprovada pelo cirurgião do navio Ignácio José de Lobão. O carregamento contava com diversos simples e compostos que eram necessários para a longa viagem até a América. No entanto, o navio não seguia para Pernambuco conforme foi dito ao boticário, mas sim para o Pará e de acordo com o comerciante José Coelho *“a relação da botica dos navios que deste porto de Lisboa saem para o Pará nunca importaram em tanta quantia como de 46.800 Reis somados pelo autor, e pedidos em juízo; o navio do réu é uma galera que segundo a sua proporção e das pessoas da tripulação demanda também uma*

---

<sup>162</sup> BOHORQUEZ, Jesus. Globalizar el Sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y La Habana durante la Era de las Revoluciones. Florença: Tese submetida no European University Institute, 2016. pp.: 346.

<sup>163</sup> ANTT, Feitos Findos. Juízo da Índia e Mina. Autos Civis de que é autor José Antonio Lopes contra José Coelho da Silva. Maço 6, caixa 253, n. 6, 1790.



*pequena botica*<sup>164</sup>. Como pode ser atestado a questão de ir para um determinado porto ou outro se refletia no valor cobrado pelos medicamentos e uma outra reclamação do réu era que “*os gêneros reparativos da dita botica sendo de péssima qualidade por que depois de alguns dias da viagem foram por indignos e corrompidos lançados ao mar*<sup>165</sup>”.

José Antonio Lopes alegava que

a maior parte dos **gêneros e medicamentos declarados eram bons** como atestará o mesmo cirurgião; e **se alguns se destruíram [foi porque] procederam à má condução e acomodação em que foram**, e ainda assim só alguns se perderiam [com] os quais sempre isso acontece por melhores que sejam. Também se corromperiam algumas águas de flores por que como estas só duram um ano e se fazem pela primavera e o navio partiu em novembro não podia levar das novas; porém elas estavam bem conservadas quando o autor as meteu na botica e portanto como o cirurgião que as pediu sabia o que lhes havia acontecer não é imputável ao autor o terem se perdido<sup>166</sup>. (Grifos Meus).

A partir dessa alegação de José Antônio Lopes, o comerciante José Coelho afirmou estar o cirurgião mancomunado com o boticário e querendo se vingar, já que havia sido dispensado dos trabalhos no seu navio, e por esse motivo atestou serem bons os medicamentos corrompidos. E ainda contesta a informação do boticário no que se refere às águas de flores, pois observa que em todas as “*boticas de Lisboa todo ano tem todos aqueles medicamentos já das ervas, já dos compostos e destilações com toda a perfeição e bem mal estaria os navios da carreira da Ásia e das mesmas naus de viagem para Goa que dentro de si leva tantos degredados e enfermos se a sua botica*

---

<sup>164</sup>ANTT, Feitos Findos. Juízo da Índia e Mina. Autos Civis de que é autor José Antonio Lopes contra José Coelho da Silva. Maço 6, caixa 253, n. 6, 1790.

<sup>165</sup>ANTT, Feitos Findos. Juízo da Índia e Mina. Autos Civis de que é autor José Antonio Lopes contra José Coelho da Silva. Maço 6, caixa 253, n. 6, 1790.

<sup>166</sup>ANTT, Feitos Findos. Juízo da Índia e Mina. Autos Civis de que é autor José Antonio Lopes contra José Coelho da Silva. Maço 6, caixa 253, n. 6, 1790.

*empregada pela grandeza e dilatação das viagens se esperasse danificada e corrompida*<sup>167</sup>”.

Em resposta a esta acusação o boticário José Antonio Lopes reafirma que os fármacos fornecidos por ele não estavam corrompidos e que ele não possuía nenhuma ligação estreita com o cirurgião e que o mesmo não desejava se vingar já que não fora dispensado, mas sim *“o dito cirurgião foi quem se despediu em razão de já não querer mais embarcar e de querer apresentar-se para a sua terra para um partido que lá alcançou*<sup>168</sup>”.

Como foi citado anteriormente, essa botica não seria vendida na América, mas sim usada pela própria tripulação do navio na prevenção das enfermidades que poderiam ocorrer durante a viagem<sup>169</sup>. Toda essa confusão em razão da corrupção dos medicamentos e do fato deles terem sido jogados ao mar se dava por conta da dívida que o mercador José Coelho ainda tinha com o boticário, pois a botica foi comprada de forma parcelada, o pagamento seria feito em quatro vezes. Por sua vez, o boticário José Antônio Lopes recorria à justiça para receber o valor total devido já que o mesmo tinha dívidas com diversos droguistas da praça de Lisboa como Antonio Saunier e Vicente Raggio, e estes com as Companhias de Comércio de Amsterdam e de Gênova. Portanto

---

<sup>167</sup>ANTT, Feitos Findos. Juízo da Índia e Mina. Autos Civis de que é autor José Antonio Lopes contra José Coelho da Silva. Maço 6, caixa 253, n. 6, 1790.

<sup>168</sup>ANTT, Feitos Findos. Juízo da Índia e Mina. Autos Civis de que é autor José Antonio Lopes contra José Coelho da Silva. Maço 6, caixa 253, n. 6, 1790.

<sup>169</sup> As naus levavam sempre uma botica para cuidados com a tripulação que sempre sofriam com as longas viagens já que “as condições sanitárias a bordo deixavam tudo a desejar. A pouca água doce que era para beber e não podia perder-se nos cuidados pessoais”. “(...) não havendo sentinas, tinham os passageiros e tripulações de aliviar as suas necessidades fisiológicas nos convés, sendo os dejetos atirados depois para o mar. O pudor, porém, impedia muitos de aí o fazer e os recantos mais escusos do navio eram utilizado para tal. Por aqui se pode imaginar o cheiro fétido reinante, a falta de higiene existente a bordo, e naturalmente as epidemias daí decorrentes. Os animais vivos (galinhas, coelhos, porcos, cabras e vacas), levados para obviar a necessidade alimentos frescos com seus dejetos, transformavam os porões em estrumieras e pioravam ainda mais as condições de higiene. In: SOUSA, Germano. História da Medicina Portuguesa, Durante a Expansão. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013. pp.: 122.

era necessário que a dívida fosse paga para que não causasse danos no sistema de crédito de toda a cadeia mercantil.

É interessante observar essas relações de financiamento e compra das cargas, por que muito se analisa sobre os valores em metais (ouro e prata) que saíam da América em direção à Europa a fim de chegarem em mercados mais longínquos como o asiático, com os quais seriam adquiridas mercadorias. No entanto, percebe-se um trânsito de capitais por meio das letras sacadas, letras de risco, que eram emitidas como antecipação e sacadas em qualquer porto promovendo um maior giro de capitais no financiamento das cargas e da circulação das mesmas<sup>170</sup>.

Nesse sentido, a historiografia que trata do comércio colonial já apontou a existência de um comércio triangular na circulação de produtos. Entretanto o que percebemos é uma rede ainda mais intrincada de trocas mercantis onde o comércio não é apenas triangular. Ele é global e interconectado, ligando todos os gêneros da atividade mercantil produzida em larga escala, não deixando de lado os remédios, apesar de esses serem uma mercadoria bastante especializada e com pouca quantidade na chegada aos portos se comparadas as arrobas de açúcar, aos fardos de tabaco ou aos de couro<sup>171</sup>.

---

<sup>170</sup> HERRERO GIL, Maria Dolores. *El Mundo de los Negocios de Índia*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Sevilla, 2013.

<sup>171</sup> ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. SP: Cia das Letras, 2000.

# Capítulo 3

## **As rotas e caminhos do comércio de medicamentos na América portuguesa**

### 3.1 – A América portuguesa como locus privilegiado do comércio Atlântico no século XVIII

A ocupação da América pelos portugueses, diferentemente da experiência na Índia, trouxe o desafio da conquista territorial e do controle sobre o trabalho dos nativos por meio da introdução da cana-de-açúcar no litoral, a princípio em Pernambuco e São Vicente, em seguida na Bahia e no Rio de Janeiro. Por volta de 1570, as plantações já caracterizavam as paisagens litorâneas de Pernambuco, principal área produtora até o momento da ocupação holandesa<sup>172</sup>.

O texto escolhido para a abertura do encaminhamento das questões nesse capítulo aponta, brevemente, para a existência de diferentes perspectivas da colonização portuguesa entre as partes do seu vasto Império. Embora o historiador Antônio Manoel Hespanha afirme a “*inexistência de um modelo ou estratégias gerais para a expansão portuguesa*” as funções de cada parte do Império eram definidas conforme a utilidade que os portugueses davam a cada uma delas<sup>173</sup>.

Após o fim da União Ibérica (1640), Portugal reconfigurou as atividades coloniais devido à perda que teve de algumas regiões para os Holandeses e, conseqüentemente, da pouca influência que passou a lograr durante o seiscentos nos territórios situados ao Oriente. Esse cenário permitiu o deslocamento dos interesses mercantis para o Atlântico que sempre teve como premissa a conquista territorial, o que garantiu vassalos fieis à coroa lusa nesse momento de recuperação.

O grande crescimento do comércio atlântico favoreceu o protagonismo da América portuguesa, durante o século XVIII, frente às outras conquistas do Império<sup>174</sup>.

---

<sup>172</sup> GESTEIRA, Heloísa M. A América portuguesa e a circulação de plantas. Séculos XVI-XVIII. In: KURY, Lorelai B. Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2014. pp. 32.

<sup>173</sup> HESPANHA, Antônio Manoel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João L. R.; BICALHO, Maria Fernanda; e, GOUVÊA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos: A Dinâmica Imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 169.

<sup>174</sup> A comparação aqui é feita em relação aos domínios na Ásia e África Oriental.

principalmente, por causa das descobertas das minas de ouro e rios repletos de aluvião, no final do século XVII na região das Gerais.

O ouro, de acordo com Charles Boxer, marcou a intensificação do comércio escravista da África Ocidental com os portos da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco ao final do período seiscentista<sup>175</sup> e também contribuiu para um aumento da imigração em diversas regiões brasílicas, principalmente para as que estavam próximas dos caminhos do ouro e dos diamantes (Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) e com menor desenvolvimento para regiões importantes no trato com o gado como foi o caso da Ilha de Marajó, Piauí, Rio Grande do Sul, além do eixo amazônico Belém - São Luís. Esse crescimento populacional impactou diretamente o comércio de toda sorte de víveres já que existia uma demanda crescente pelo consumo de gêneros importados<sup>176</sup>.

É a partir desse contexto histórico que procuraremos observar a dinâmica do comércio de gêneros medicinais que chegavam aos portos brasileiros e seguiam para diversos destinatários no litoral e no interior, incluindo as zonas de sertão onde se destinavam ao provimento de presídios e destacamentos militares, o que abordaremos mais adiante.

A fim de analisar a entrada dos medicamentos nos territórios americanos, consultamos a documentação referente à Balança Comercial portuguesa onde estão discriminadas as entradas e saídas de produtos nos portos de Portugal: Lisboa, Porto, Algarve, Ilha da Madeira, Açores e a chegada de diferentes gêneros de diversas partes do Império: América, África e Ásia além dos produtos provenientes das nações estrangeiras. Com base nesses dados conseguimos identificar os portos que recebiam

---

<sup>175</sup> BOXER, Charles. O Império Marítimo Português, 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 2000. pp. 172.

<sup>176</sup> Idem, Ibidem. 174-177.

drogas de boticas, constando suas respectivas quantidades e o seu preço como pode ser visto na tabela 3.1.1.

**Tabela 3.1.1 – Mapeamento das entradas de drogas de boticas na América portuguesa (1776-1777)**

<b>Drogas de Botica –Partindo de Lisboa</b>						
	Rio de Janeiro	Pará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Bahia
<b>1776</b>	5:327\$960	1:033\$640	784\$770	259\$030	2:780\$660	1:346\$570
<b>1777</b>	1:047\$105	217\$200	592\$500	100\$000	736\$570	1:675\$000

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: Junta do Comércio, Balança de Comércio de Portugal (1776-1777), AHOP.

O Rio de Janeiro e Pernambuco foram os portos que mais receberam remédios importados no período de 1776 e 1777. Os anos constantes na tabela 3.1.1 foram escolhidos para serem analisados, pois a documentação da Balança de Comércio de Portugal tem início no ano de 1776 até 1820 e como as listas de envio de medicamentos pela Companhia de Comércio datam de 1755 até 1778 e as listas de medicamentos que partem do Rio de Janeiro para Minas Gerais vão de 1777 a 1803, escolhemos os anos de 1776 e 1777 como exemplos que englobam o momento do envio de remédios para as capitanias do Norte e do Centro-sul (período que abrange todas as fontes documentais tratadas nessa tese).

Neste capítulo abordaremos a importação de drogas de boticas para a região Norte da América portuguesa, no Estado do Grão-Pará e Maranhão e para o eixo Rio de

Janeiro-Minas Gerais, Centro-Sul, no final do século XVIII e início do XIX. O interesse em abordar o comércio de gêneros medicinais nestas regiões deve-se ao fato de que ambas tiveram a atuação de droguistas no fornecimento de remédios, via Companhia de Comércio ou via droguistas estabelecidos no Rio de Janeiro – nesse aspecto daremos aprofundamento a temas tratados no capítulo anterior, mas agora focalizados para o contexto ultramarino.

Também serão levadas em consideração as relações que o território ao Norte manteve com a América espanhola e conseqüentemente com a Espanha; além disso, será enfatizada a importância adquirida por Minas Gerais, a partir da exploração aurífera e diamantina, movendo a capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Ambas situações se assemelham pela necessidade de expansão das fronteiras para o interior, seja por meio de tratados de demarcações de limites, ou seja, pela conveniência da exploração dos sertões para o apresamento de índios ou pela busca de riquezas.

A relativa correspondência do tipo de colonização que se deu no Estado do Grão-Pará e no Centro-Sul é o que motivou um estudo comparativo dessas duas regiões. Além do fato de que apenas por via do Rio de Janeiro entrava cerca de 46% dos medicamentos importados somados com as entradas no Estado do Grão-Pará e Maranhão esse valor representa 64% de todas as remessas de gêneros medicinais para a América portuguesa, o que é uma amostra significativa para a análise desse comércio.

Outro ponto que deve ser esclarecido é que a região nordeste possui algumas diferenças marcantes: Pernambuco abastecia toda a sua capitania e o interior – Rio Grande do Norte, Paraíba e o Presídio em Fernando de Noronha – e a Bahia abastecia os boticários em Salvador e, provavelmente, algumas regiões no interior. Investigar os caminhos dos medicamentos nessa região somadas a do Centro-Sul e do Estado do Grão-Pará avançaria o tempo de uma tese de doutorado, pois o território nordestino



possuía uma dinâmica diferente das outras duas, contando com a atuação de droguistas e da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba onde ambos abasteciam a região com medicamentos importados<sup>177</sup>. Embora a dinâmica de abastecimento de medicamentos realizada pela Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba tenha seguido o mesmo padrão, no que diz respeito à atuação dos droguistas de Lisboa, a distribuição desses produtos a partir dos portos de Recife, Salvador e Paraíba seguia dinâmicas diferentes e complexas o que não seria possível realizar no tempo de uma tese de doutorado<sup>178</sup>.

É importante deixar claro que buscaremos apontar a especificidade da América portuguesa no que tange ao comércio de gêneros medicinais, a partir da segunda metade do setecentos, que é a presença das ordens religiosas (ordens primeiras) na compra direta efetuada a partir de encomendas de medicamentos importados aos droguistas europeus e a medicalização civil dos colonos, por intermédio das câmaras ou boticas e lojas particulares com a dispensa do receituário médico<sup>179</sup>.

Nesse sentido, abordaremos a questão da entrada e comércio de 64% do total das remessas de medicamentos que partiram de Lisboa em direção à América durante a segunda década da segunda metade do setecentos. No período abordado, o ultramar americano vinha desenvolvendo seu sistema farmacêutico e ampliando sua demanda por gêneros importados devido ao aumento da população colonial, principalmente em razão da descoberta do ouro e da exploração das regiões situadas ao Norte.

---

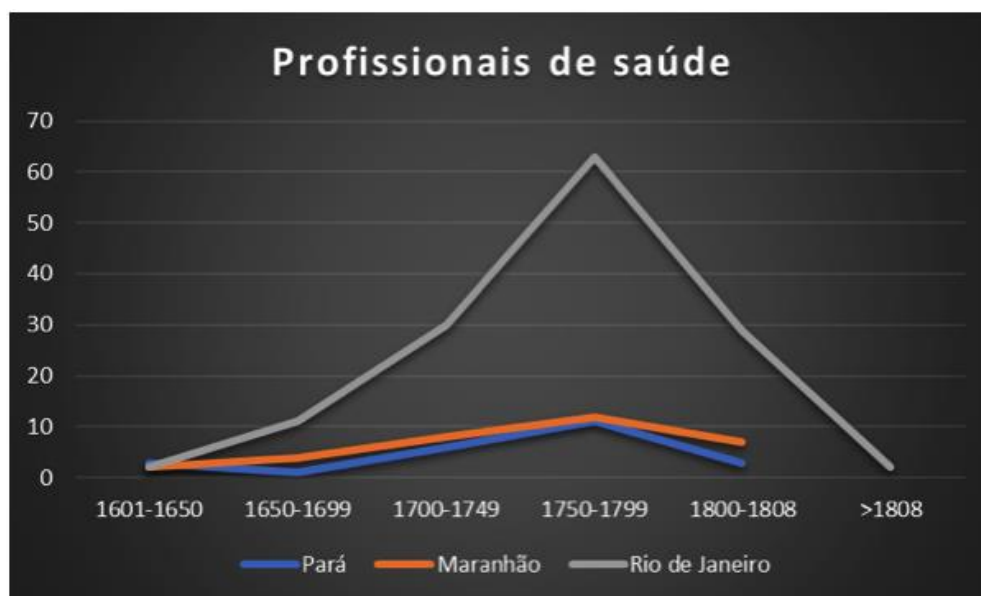
<sup>177</sup> IHGRN, Provedoria Real da Fazenda e Câmara, 1760-1810.

<sup>178</sup> As investigações foram concentradas na distribuição dos medicamentos a parti da atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e as realizadas por droguistas particulares no porto do Rio de Janeiro, avançar pelas capitânicas do Nordeste significava ir a grande parte dos arquivos públicos de algumas cidades à época afim de encontrar informações sobre os destinatários dos medicamentos.

<sup>179</sup> As receitas eram aviadas por cirurgiões ou pelos próprios boticários ou comprava-se remédios compostos diretamente nas boticas. Ver: APM, Coleção Casa dos Contos, Cx. 111-118, 1802-1804.

Durante o século XVIII houve um aumento no número de profissionais ligados à saúde (cirurgiões, boticários e médicos) em toda a América portuguesa como ficou evidenciado no capítulo anterior. O gráfico 3.1.1 mostra especificamente as capitanias que iremos analisar no decorrer deste capítulo: Pará, Maranhão e Rio de Janeiro (importação de medicamentos pelos mercadores do Rio de Janeiro e crescimento do mercado médico nesta capitania); como fica evidenciado existe durante até a segunda metade do século XVIII um aumento quase contínuo no número de profissionais ligados a terapêutica o que contribuiu para um aumento na demanda de importações de medicamentos, fazendo crescer as relações do ultramar americano com os droguistas estabelecidos em Portugal, sobretudo em Lisboa.

**Gráfico 3.1.1 – Profissionais de Saúde no Pará, Maranhão e Rio de Janeiro**<sup>180</sup>



Fonte: Projeto FCT, Decisão Política, Necessidades Colectivas e Afirmação Profissional: O Hospital de Todos os Santos em Perspectivas. PTDC/HIS-HIS/113416/2009. Baseado nos dados dos fundos: ANTT,

<sup>180</sup> Nesta tese por vezes chamamos alguns praticantes da arte médica (boticários, cirurgiões e médicos) de profissionais de saúde pois estamos observando uma compilação de dados a partir de licenças concedidas pela Fisicatura-mor para estes profissionais. Sabe-se que neste período o campo profissional ligado à saúde ainda não era delimitado, mas em razão das fontes serem a concessão de uma autorização para que determinado ofício pudesse ser realizado em qualquer espaço luso (Reino ou ultramar), consideramos essa validação de habilidades como uma concessão para o exercício profissional.

Chancelarias régias: Registo Geral de Mercês, Tribunal do Santo Ofício, Desembargo do Paço e AHU – Projeto Resgate.

A justificativa para a escolha de análise do abastecimento de medicamentos para essas duas regiões da América portuguesa se dá devido ao fato de a incorporação do território situado ao Norte da América portuguesa só ter se efetivado nas primeiras décadas do século XVII, via Coroa espanhola que por se preocupar com a invasão estrangeira, principalmente dos franceses, decidiu integrar essa área ao seu patrimônio colonial estabelecendo o Estado do Maranhão, em 1621, composto pelas capitânicas do Pará, Maranhão, Amazonas, Piauí, parte do Ceará, parte de Mato Grosso e Goiás além dos territórios do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Amealhando esse vasto território, Felipe IV julgou conveniente separar da jurisdição geral do Estado do Brasil, pois acreditava que dessa maneira a administração e o controle do território se daria de forma mais efetiva<sup>181</sup>.

No caso de Minas Gerais, é a partir do final do século XVII que se volta o interesse da Coroa portuguesa e por essa razão a escolha por ambas áreas: Estado do Grão-Pará e Maranhão e Minas justifica-se – o foco do processo colonizador português se dá a partir do século XVII nessas regiões e aumenta durante o século XVIII.

Essas duas áreas estratégicas para a Coroa também apontam formas de abastecimento de fármacos diferenciadas. No Grão-Pará o fornecimento de medicamentos se dava via Companhia de Comércio, por meio do monopólio de droguistas lisboetas – nomeadamente Dionísio e Antônio Chevalier, enquanto que em Minas os droguistas estabelecidos no Rio de Janeiro foram os responsáveis pelo seu provimento, por meio da formação de redes de contato firmadas com boticários, cirurgiões e sobretudo mercadores das Gerais. Os processos diferenciados de

---

<sup>181</sup> DIAS, Manoel Nunes. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Fomento e Mercantilismo. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970. pp. 153.

abastecimento apontam para a diversificação da chegada e dos caminhos percorridos pelos medicamentos importados na América portuguesa e da vontade de consumo destes gêneros pelos coloniais.

### 3.2 – O Estado do Grão-Pará e Maranhão

Em 1751 foi criado o Estado do Grão-Pará e Maranhão (composto pelas capitanias do Pará, Maranhão, Piauí e Rio Negro) em substituição ao antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará com sua fundação datada no ano de 1621. O Estado Maranhão foi criado como unidade administrativa separada do Estado do Brasil e visava garantir os territórios conquistados ao norte para o rei Felipe III<sup>182</sup>. Com capital estabelecida em São Luís, o Estado do Maranhão e Grão-Pará durou até a segunda metade do século XVIII, se reportando diretamente a Lisboa, quando as disputas existentes entre as cidades de Belém e São Luís foram vencidas pela escolha da cidade paraense para ser a sede administrativa do governo já que *“oferecia melhores condições para o enfrentamento dos problemas de fronteira com a Guiana Francesa e o Vice-Reino do Peru, além de possuir uma população mais provida de meios e prestigiada desde a época da expulsão dos holandeses”*<sup>183</sup>.

Essas transformações relacionadas às estruturas da Administração das capitanias do Norte estão ligadas às reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal, durante o reinado de D. José I, que executou medidas como a extinção do cativo indígena e o fomento a produção local balizada nos pilares mercantilistas de comércio através da criação das Companhias de Comércio<sup>184</sup>.

Em 06 de junho de 1755 foi publicado o decreto instituindo a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão a quem Portugal deveria entregar as capitanias do

---

<sup>182</sup> Deve-se ressaltar que neste período Portugal encontrava-se sob o domínio espanhol, através da união das duas coroas.

<sup>183</sup> REIS, Arthur Cesar Ferreira. Estadistas portugueses na Amazônia. RJ: Edições Dois Mundos, 1948. pp. 45. Apud. SANTOS, Fabiano Vilaça dos... pp. 30.

<sup>184</sup> SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2008. pp. 13-14.

Norte “o monopólio da navegação, do comércio externo e do tráfico de negros”<sup>185</sup>. Cabe apontar que as Companhias de Comércio foram criadas com a função de evitar fraudes no comércio de escravos e no escoamento dos produtos coloniais para o reino através do monopólio exercido por estas, pois de acordo com Antônio Carreira foi “a solução que melhor se supôs recaiu precisamente na formação de grandes empresas dotadas de avultados capitais e gozando de privilégios”<sup>186</sup>.

Apesar de sofrer duras críticas e oposição de negociantes coloniais de pequeno e médio porte e dos missionários da Companhia de Jesus criação em razão da adoção do monopólio das vendas dos gêneros coloniais a Companhia de Comércio contou com o apoio de quase todos os governadores e das Câmaras do Maranhão e do Pará, desde o início do século XVIII, pois estes ambicionavam

A criação de uma empresa que se encarregasse do tráfico de escravos africanos, com os quais fosse possível intensificar simultaneamente o apanho das chamadas *drogas do sertão* e o cultivo de gêneros suscetíveis de concorrerem para o desenvolvimento das duas grandes capitanias – a do Maranhão e a do Pará<sup>187</sup>.

O comércio externo era feito diretamente entre Belém e São Luís com Lisboa, mesmo antes da criação da Companhia Geral e de acordo com o viajante Charles-Marie de La Condamine, em 1744, no porto dessas capitanias é

Onde chega todos os anos um grande comboio dá às gentes de recursos facilidade de se proverem de todas as comodidades. Recebem as mercadorias da Europa em troca de gêneros do país, que são, além de algum ouro em pó que transportam do interior das terras ao lado do Brasil, todos os diferentes produtos úteis, quer dos rios que vêm perder-se no Amazonas,

---

<sup>185</sup> AZEREDO, Jesuítas no Grão-Pará. tomo III, pp. 247.

<sup>186</sup> CARREIRA, Antônio. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. O Comércio Monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII. Brasília: Companhia Editora Nacional do Livro, Instituto Nacional do Livro, vol. 1, 1970. pp. 49.

<sup>187</sup> CARREIRA, Antônio. Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. O Comércio Monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII. Brasília: Companhia Editora Nacional do Livro, Instituto Nacional do Livro, vol. 1, 1970. pp. 52.

como das margens deste último: a casca do pau de cravo, a salsaparrilha, a baunilha, o açúcar, o café, e sobretudo o cacau, que é a moeda corrente do país, e que constitui a riqueza dos habitantes<sup>188</sup>.

Entretanto, a criação da Companhia, onze anos após o relato do viajante, foi importante para a regularização das frotas e a sistematização do envio das drogas coloniais, além de como citamos anteriormente, para melhorar a fiscalização das carregações para o Reino, evitando o contrabando. No que diz respeito aos gêneros importados, a empresa mercantil foi responsável por abastecer os colonos de toda sorte de produtos: tecidos, armas, talheres, louças, escravos entre outros itens desejados pelos moradores do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Porém, uma das cargas da Companhia de Comércio era os remédios e estes seguiam para as boticas leigas e religiosas, que abasteciam as vilas, as cidades e o interior com os medicamentos importados da África, Europa e Ásia através de suas frotas anuais.

É preciso demarcar dois movimentos claros de atuação da Companhia: o primeiro diz respeito ao abastecimento das frotas com as drogas do sertão do Amazonas e o segundo se refere à chegada dos produtos importados. Os gêneros estrangeiros funcionavam como moeda de troca e como pagamento para as viagens ao sertão onde se *“costumam dar a cada índio por toda a viagem, que ordinariamente é de seis até oito meses, 12 varas de pano grosso de algodão, três varas de bretanha para camisa; uns calções de baeta ou alguma droga”*<sup>189</sup>.

Os medicamentos importados que vieram nas frotas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará foram fornecidos, nos anos de envio desses gêneros para as

---

<sup>188</sup> LA CONDAMINE, C.M. Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000. pp.112.

<sup>189</sup> DANIEL, João. Tesouro Descoberto no Máximo do Rio Amazonas. RJ: Contraponto, Vol. 2, 2004. pp. 80.

capitanias do Norte 1758-1778, pelos droguistas Antônio Chevalier e Dionísio Chevalier, abordados no capítulo anterior.

Em 1758 a Companhia do Grão-Pará e Maranhão trazia de Lisboa uma pequena quantia de remédios comprada de Antônio Chevalier. No decorrer do tempo, após a expulsão dos padres da Companhia de Jesus, do Reino de Portugal e suas conquistas, e com a amplitude das atividades da empresa mercantil a quantidade de medicamentos enviados torna-se cada vez maior e o negociante responsável passa a ser, quase que exclusivamente, Dionísio Chevalier<sup>190</sup>.

Após a queda do ministério pombalino, os colonos que se encontravam endividados com as companhias e os colonizadores que contraíram débitos por conta da alta dos preços e da escassez de produtos, pressionaram e conseguiram que D. Maria I abolisse o monopólio mercantil dessas empresas. Entretanto, os administradores da extinta Companhia do Grão-Pará e Maranhão conservaram-se no Brasil e mantiveram o comércio dos gêneros dessa região durante todo o final do século XVIII.<sup>191</sup>

Também as relações do droguistas com as capitanias do Norte não cessam após o encerramento das atividades da Companhia de Comércio; o que existe é uma readequação das remessas e dos destinatários sendo a Fazenda Real e o Armazém Real os principais locais de recepção dessas cargas<sup>192</sup>.

---

<sup>190</sup> ANTT, Entradas Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1755-1782.

<sup>191</sup> MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 97.

<sup>192</sup> Documentação do AHU, Resgate, Pará; AHU, reino; AHU, ultramar. Demonstram o envio de cargas de medicamentos para a Fazenda Real e a Botica Real que se instalou na Botica do antigo colégio dos jesuítas em Belém.



### 3.2.1 – A Carga

O consumo dos bens culturais mais legítimos é um caso particular de concorrência pelos bens e práticas raras, cuja particularidade depende, sem dúvida, mais da lógica da oferta – ou, se preferirmos, da forma específica assumida pela concorrência entre os produtores – que da lógica da demanda e dos gostos ou, se quisermos, da lógica da concorrência entre os consumidores<sup>193</sup>.

O texto citado acima constitui uma síntese da ideia de Pierre Bourdieu acerca do consumo marcado pelas heranças culturais. No entanto ela se adequa bem para a interpretação da importância que teve o comércio de remédios importados, na América portuguesa no século XVIII: onde a oferta e a simbologia do consumo vinculado a cultura foi mais representativo do que o próprio objeto que estava sendo consumido; pois, além das referências científico-acadêmicas que os boticários possuíam quando encomendavam mezinhas para suas lojas, há a marca inexorável da cultura.

Quando os boticários, já licenciados, aportavam nas capitâneas do ultramar americano traziam consigo suas boticas e “*uma vez estabelecidos, era os antigos mestres e conhecidos que escreviam a mandar pedir as drogas e os medicamentos para repor as existências*”<sup>194</sup>. Esta atitude estava calcada no corolário médico-farmacêutico apreendidos por esses profissionais e isto se refletia na recusa de “*vários boticários não usarem plantas indígenas por não acreditar nelas*” já que desconfiavam da “*qualidade e eficácia*” das mesmas<sup>195</sup>.

De fato, os usos dos remédios importados foram aumentando à medida que a América foi ampliando sua importância no conjunto do Império português e os

---

<sup>193</sup> BOURDIEU, Pierre. A Distinção. Crítica Social do Julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013. pp. 95.

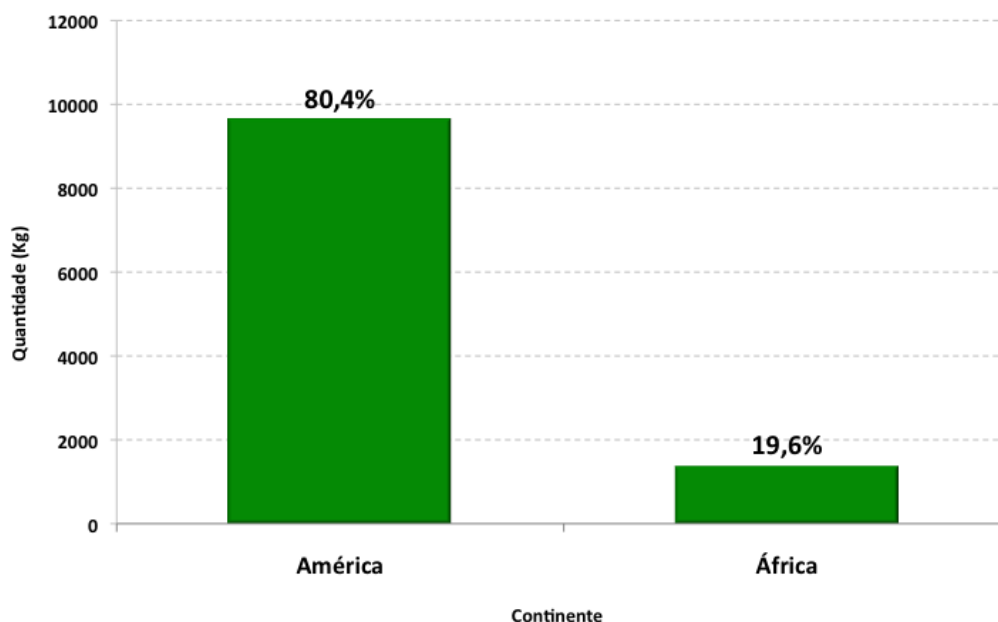
<sup>194</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 159.

<sup>195</sup> MARQUES, Vera R. Beltrão. Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. pp. 198-199

droguistas inseriram-se como principais interlocutores dos boticários nessa região, como foi observado no capítulo anterior<sup>196</sup>.

Indicador do prestígio dos medicamentos importados são o volume das encomendas via Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que levavam para as conquistas do norte da América portuguesa, durante a segunda metade do século XVIII, a terapêutica europeia por meio dos medicamentos a serem utilizados. Como pode ser percebido, no gráfico 3.2.1.1, o continente americano se destaca na aquisição de remédios pela rota da Companhia, tendo recebido 80,4% de todos remédios importados por essa empresa. Esse dado reflete a amplitude do consumo desse gênero na região e a importância estratégica desse território para o Reino, já que parte das remessas seguiam em direção aos destacamentos militares e presídios da região.

**Gráfico 3.2.1.1 – Remessas de remédios por continente (1761-1770)**



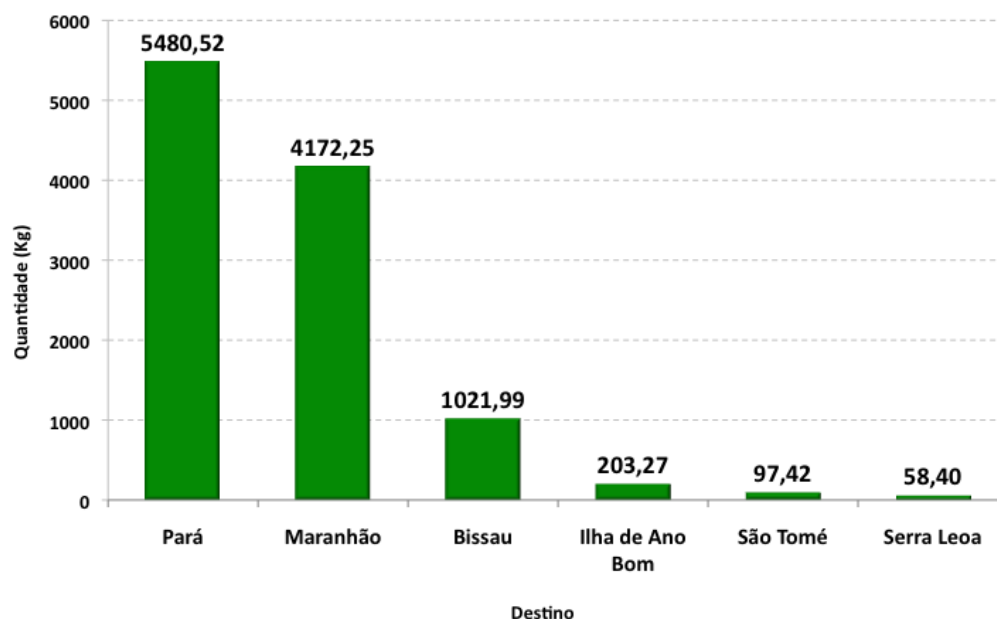
Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90 <sup>197</sup>.

<sup>196</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 161.

<sup>197</sup> No capítulo 2, item 2.2.1, demonstramos a série histórica de envios de medicamentos importados, via Companhia Geral de Comércio, para a América e para a África. Este gráfico repete de certa maneira aquela informação apontando o total enviado em todos os anos de remessa.

O gráfico 3.2.1.2 releva que os locais que obtiveram maior quantidade de remédios importados foram a capitania do Pará e a do Maranhão. No caso do continente africano a região que mais recebeu medicamentos foi Bissau esse dado aponta para o destaque que cada território conquistado possuía no âmbito do Império português, pois Bissau era, dentre as conquistas africanas, a que mais enviava drogas nativas e escravos na carreira da Companhia de Comércio e, portanto, existia uma quantidade maior de colonos lusos nessas terras. Deve-se ressaltar que a Bissau fazia parte da conquista de Guiné e, junto com Cacheu, figurava nos livros da Companhia como área de grande importância no comércio ultramarino<sup>198</sup>.

**Gráfico 3.2.1.2 – Remessas de remédios por destino (1761-1770)**



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

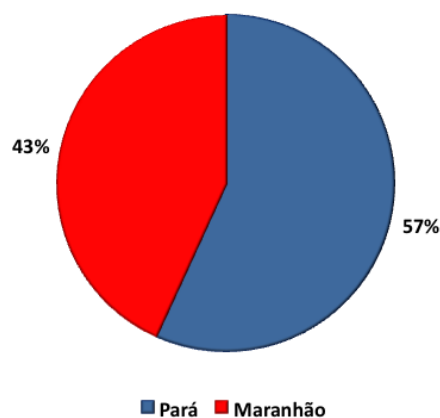
Entre 1761 a 1770, o Pará recebeu 57% dos remédios importados via Companhia Geral de Comércio. Conforme abordamos anteriormente, esse período (1761-1770) foi escolhido para ser quantificado devido ao volume de medicamentos

<sup>198</sup> CARREIRA, Antônio. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. O comércio intercontinental Portugal – África – Brasil na segunda metade do século XVIII. Brasília: Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, vol II: Documentos, 1970. pp. 131.

enviados de Lisboa, pelos droguistas da Casa Mercantil Chevalier. Porém, a documentação de remessas de gêneros, via frota da Companhia, para as conquistas do Império apresentam a entrada de drogas importadas desde 1761 até 1778, com dados rarefeitos a partir da década de 1770<sup>199</sup>.

Os 14% a mais que a capitania do Pará recebeu de produtos de boticas pode ser vinculado ao florescimento da cidade de Belém, como capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão e ao (re) envio desses medicamentos para o interior da capitania. A partir de 1750 há diversas comissões para o alargamento das fronteiras e desde o século XVII destacamentos militares são fundados visando a defesa do território sob o domínio português.

### **Gráfico 3.2.1.3 – Remessas de remédios para o Pará e Maranhão (1761-1770)**



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

A influência da construção de divisões militares para demarcações de limites fronteiriços, consequência do Tratado de Madri (1750), nas importações de remédios se reflete devido à necessidade de cuidar dos corpos dos soldados, índios e vadios que se

<sup>199</sup> ANTT, Entradas Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1758-1770.

estabeleciam nessas regiões longínquas com a finalidade de defesa e ocupação do território<sup>200</sup>. O padrão de composição desse grupo que fazia parte dos destacamentos era de “*um alferes, dois cabos de esquadra, dez soldados pedestres, 28 soldados, um cirurgião*” alguns agregados e um número variável de escravos que precisavam de medicamentos para as doenças e perigos de picadas e mordeduras de animais nessas regiões distantes<sup>201</sup>.

A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão buscou dinamizar o abastecimento das regiões dos sertões paraenses e parte do território da capitania do Mato Grosso. Os presídios e destacamentos construídos desempenhavam tanto a função de defesa militar quanto de estímulo comercial, pois a segurança bélica do território para a coroa lusa estava intrinsecamente relacionada ao estabelecimento de rotas mercantis e por essa razão a construção desses espaços foi financiada pelos lucros da Companhia além do “*pagamento das tropas, a compra de armamentos e fardamentos*” que eram custeados pela empresa até sua extinção, em 1778<sup>202</sup>.

---

<sup>200</sup> O Tratado de Madri foi assinado por Portugal e Espanha em 1750 e ficou acordado que as demarcações da América do Sul teriam como parâmetro o princípio de ocupação efetiva – as terras ocupadas pelos luso-brasileiros, a oeste e no extremo sul do território da América portuguesa ficariam incorporadas ao Império português. Também ficara decidido que Portugal deveria entregar a Colônia de Sacramento para a Espanha que em contra partida cederia o território dos Sete Povos das Missões aos portugueses. Ver: CHAVES, Otávio Ribeiro. A política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: A capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Curitiba, Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Paraná, 2008. pp. 71. Ver também: SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do Império, 1750-1850. In: História da América Latina. América Latina Colonial. Vol. 1. Leslie Bethel (Orgs.). São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

<sup>201</sup> CORREA FILHO, Virgílio. História de Mato Grosso. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 2004. pp. 371.

<sup>202</sup> BASTOS, Carlos Augusto de Castro. No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2013. pp. 168. E, CHAVES, Otávio Ribeiro. A política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: A capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Curitiba, Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Paraná, 2008. pp. 121.

### Mapa 3.2.1.1 – Fortificações Setecentista – Caminho dos Remédios



Fonte: mapa construído baseado nos dados: Rotas do Contrabando e Fortificações Pombalinas. Disponível em: [http://www.retis.igeo.ufrj.br/atlas\\_de\\_frenteira/atlas1/mapafortesxvii.htm](http://www.retis.igeo.ufrj.br/atlas_de_frenteira/atlas1/mapafortesxvii.htm) e no Atlas Digital da Fundação Getúlio Vargas disponível em: <http://atlas.fgv.br/>;<sup>203</sup>

O transporte dos remédios dava-se em canoas que cruzavam os rios Madeira-Mamoré, no Grão-Pará, até a chegada ao rio Guaporé, no Mato Grosso. Essas canoas que enfrentavam todos perigos e riscos do percurso (ataques dos índios, doenças, chuvas e a cachoeira do rio Madeira) eram chamadas de monções do Norte. Este caminho foi descoberto em 1742 pelo negociante Manoel Felix de Lima que buscava se juntar a povoações de espanhóis, e foi efetivado pela coroa em 1752, intensificando o

<sup>203</sup> Agradeço ao pesquisador Luís Carlos Ribeiro Gonçalves, doutorando do Programa Interuniversitário em História (PIUDHist) da Universidade de Évora, pelo auxílio na elaboração dos arquivos para os mapas e na aquisição dos dados referentes aos núcleos populacionais, fortalezas, vias terrestres, vias fluviais e demarcações de fronteiras.

comércio a partir da atuação das frotas anuais da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão<sup>204</sup>.

A fortificação de Tabatinga, localizada no mapa 3.2.1.1, é um exemplo claro da atuação da Companhia na implementação de estabelecimentos para as atuações militares e de comércio. Em 1777 foi acordado que a região de Tabatinga se encontrava em território a ser cedido para os espanhóis, porém o impasse na devolução se dava em razão dos estabelecimentos construídos no local, pois de acordo com a coroa portuguesa a região só poderia ser entregue aos castelhanos se os mesmos “*indenizassem os administradores da antiga Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão pela construção do chamado Palácio da Fronteira de São Francisco Xavier da Tabatinga*”, que se tratava de um armazém comercial da Companhia e alojamento para comerciantes e viajantes sendo, ocasionalmente, residência para autoridades que visitavam aquela fronteira<sup>205</sup>.

O Forte Bragança e do Príncipe da Beira (ambos no mapa 3.2.1.1) seguiram o mesmo padrão de construção da fortificação de Tabatinga: foram financiados com recursos advindos da Companhia de Comércio. Esses estabelecimentos construídos nas regiões limítrofes ao Vice-Reino do Peru visavam um sigiloso comércio de contrabando com as missões de Moxos e Chiquitos e com Santa Cruz de La Sierra<sup>206</sup>. A Companhia Geral de Comércio era financiadora e principal agente nas transações comerciais para aquisição da prata espanhola já que esta consistia como principal moeda de pagamento dos produtos introduzidos pela empresa mercantil nos territórios hispano-americanos e a

---

<sup>204</sup> LAPA, José Roberto Amaral. Economia colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 28-9. e, RODRIGUES, Natalia M. Dorado. A atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no Mato Grosso entre 1755 e 1778. In: XII Encontro de Regional de História, Anpuh, 2006. pp. 5-6.

<sup>205</sup> CHAVES, Otávio Ribeiro. A política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: A capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Curitiba, Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Paraná, 2008. pp. 139.

<sup>206</sup> BASTOS, Carlos Augusto de Castro. No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2013. pp. 176.

Companhia ficava com cerca de 75% de todas as transações feitas com estes povoados<sup>207</sup>.

Em 1775 foi construído o Forte Coimbra, onde hoje se localiza a cidade de Corumbá –MT, com a finalidade de alargar “a área de atuação da Companhia do Grão-Pará, não somente através do contrabando com os povoados espanhóis, como também possibilitar acirrada concorrência através do comércio regular (interno) com os comerciantes do litoral que abasteciam a Vila Real do Cuiabá”<sup>208</sup>.

Em 25 de fevereiro de 1778 foi extinto o monopólio de comércio e a própria Companhia, por decisão régia de D. Maria I, criando uma junta liquidatária composta por dois conselheiros, quatro deputados e um secretário. No entanto, essa junta decide pelo prolongamento das atividades comerciais, mesmo que em regime de livre concorrência, sendo apenas em 1794 sua liquidação efetiva. Pode-se afirmar que os armazéns, os navios e as rotas de comércio estabelecidas pela empresa, por todo o território amazônico e cuiabano, continuaram em plena atividade até fins do século XVIII<sup>209</sup>.

Segundo Otávio Ribeiro Chaves, o Forte Bragança continuou “*servindo de cobertura ao comércio regular com o Estado do Grão-Pará e Maranhão, através da*

---

<sup>207</sup> BASTOS, Carlos Augusto de Castro. No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2013. pp. 190.

<sup>208</sup> AHU, Mato Grosso, 1775. Ofício de Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro, que informa sobre a expedição que seguiu da Vila do Cuiabá para o Fecho do Morro. Vila Bela. Cx. 18, doc. 1108.

<sup>209</sup> A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba apenas são oficialmente extintas em 1914. Ver: CARREIRA, Antônio. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. O comércio intercontinental Portugal – África – Brasil na segunda metade do século XVIII. Brasília: Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro, vol II: Documentos, 1970. E, DIAS, Manoel Nunes. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Fomento e Mercantilismo. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970.



*rota fluvial Guaporé-Madeira*” mesmo após a derrogação do monopólio da Companhia Geral de Comércio<sup>210</sup>.

Como se viu acima as atividades exercidas pela Companhia continuaram por todo o período de fins do setecentos, haja visto que em abril de 1781, um carregamento de remédios, proveniente de Belém seguiu para a Demarcação do Rio Solimões com quatro caixas no valor de 148 040 réis. A carga, em questão, saiu de Lisboa e foi conduzida para Belém no navio Grão-Pará pelo “*capitão da galera Manoel da Silva Thomáz*”<sup>211</sup> que em 20 de abril de 1775 saiu desta capitania rumando para o Reino na mesma embarcação levando “*4 caixotes de urucum de propriedade do mercador Francisco Antônio de Lira Bastos em consignação com a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e seguindo sua frota e escoltas*”<sup>212</sup>.

Em meados do século XVIII havia pequenos povoados ao longo do Rio Solimões, no trecho dos rios Guaporé-Mamoré-Madeira, com uma estrutura instalada no supracitado Forte Bragança que estava incluído numa ampla rede de contrabando orquestrada pela Coroa, o que fazia dela uma rota importante.

Em 04 de abril de 1781 partiu de Lisboa em direção a Belém 5 caixas e 1 frasqueira para a região de Tabatinga e Bragança e outras 4 caixas e 1 frasqueira para o Forte Príncipe da Beira tendo essa relação de drogas botica sido levadas pelo mesmo capitão Manoel da Silva Thomáz e seguido a mesma rota que a Companhia de Comércio fazia a vinte anos atrás<sup>213</sup>.

Os espaços militares continuaram sendo os principais consumidores de medicamentos na rota Pará - Mato Grosso. Em 1782, uma encomenda ainda mais

---

<sup>210</sup> CHAVES, Otávio Ribeiro. A política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: A capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. Curitiba, Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Paraná, 2008. pp. 198.

<sup>211</sup> AHU\_CU\_009, cx. 88, D. 7204. Lisboa 04 de Abril de 1781.

<sup>212</sup> ANTT, Livro 40, Folha 211. Saídas Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1775.

<sup>213</sup> AHU, Ofício, Documentos do Pará, 1782. cx. 88, doc. 7204. Ofício do Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo Meneses para Joaquim Miguel Lopes de Lavre, anunciando a chegada dos navios...

sortida (20 caixas e 4 frasqueiras de remédios) saiu de Belém em direção ao Mato Grosso “*por ordem do senhor Paulo Moreira Jorge*” a ser recebida pelo “*provedor e intendente da capitania*”. Esse carregamento era destinado ao provedor e ficava guardado no Armazém Real até ser conduzido às boticas particulares ou militares. Esses medicamentos ficavam sob a responsabilidade do almoxarife da Fazenda Real, Pedro Antônio Peguda, que os encaminhava, por exemplo, para um destacamento militar<sup>214</sup>.

O processo dos destinos dos medicamentos era: compra pela a botica real, através da aquisição pela Provedoria da Real Fazenda, via Belém, pela rota da Companhia de Comércio, distribuindo em seguida para o Hospital Militar (o primeiro construído na década de 1750)<sup>215</sup>, fortalezas e para as divisões das expedições de demarcação de limites com o fim de fornecer boticas portáteis para tropas, para socorros das epidemias já que não havia na capitania de Mato Grosso um boticário licenciado que fosse encarregado de manipular os medicamentos para as tropas – por essa razão as boticas eram “*compradas prontas*”.<sup>216</sup>

Em 10 de Julho de 1798 o governador da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda e Montenegro, ainda não sabia qual deveria ser o procedimento adotado na aquisição das drogas de botica, em carta enviada a D. Rodrigo de Souza Coutinho questionava de onde poderia comprar os medicamentos e reclamava

a falta de quem os saiba preparar, a qual ainda atualmente se experimenta, porque o boticário que eu vim achar no Hospital Militar, é um soldado do Dragão, que nunca leu na sua vida uma farmacopeia, nem sabe o que quer dizer essa palavra, e em toda a capitania não há um boticário, nem uma única botica, à exceção da referida, a qual se deu o nome impróprio de Botica Real resultando ultimamente a maior despesa da Real Fazenda

---

<sup>214</sup> AHU, Ofício, Documentos do Pará, 1782. cx. 88, doc. 7204. Ofício do Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo Meneses para Joaquim Miguel Lopes de Lavre, anunciando a chegada dos navios...

<sup>215</sup> JESUS, Nauk Maria, 2001. Cita a existência de dois Hospitais Militares em Mato Grosso: um em Vila Bela e outro em Cuiabá. O mais antigo era o de Vila Bela construído na década de 1750 e o de Cuiabá alguns anos após (1775). pp. 133.

<sup>216</sup> JESUS, JESUS, Nauk Maria, Saúde e doença. Práticas de cura no centro da América do Sul. Dissertação (mestrado). Departamento de História da UFMT, Cuiabá, 2001. pp.: 84.

no curativo da tropa, por que parte dos remédios tem vindo da cidade do Pará, aonde não são baratos, nem sempre há bons sortimentos<sup>217</sup>.

O governador continua seu ofício relatando que os negociantes que possuem lojas de secos e molhados, em Vila Bela, compravam drogas nos “*portos marítimos mas as vendiam por preços bem subidos*” e tendo trazido um cirurgião do Rio de Janeiro o administrador solicitava ao Ministro autorização para a compra dos remédios que “o dito cirurgião julga mais apropriado para as moléstias deste clima, as doses que serão precisas para o curativo dos Militares deste Quartel General, e de seus muitos Destacamentos” visando de regularizar o envio das remessas de remédios para a capitania. Também requisitava que os remédios fossem despachados “*por via do Pará todos os anos, por que o calor, anima a umidade deste clima, e parece até que serão capazes de corromper seus princípios*”<sup>218</sup>.

A utilização dos gêneros importados continuava a cargo das instituições oficiais ficando os colonos, segundo Caetano Pinto de Miranda Montenegro, sob os cuidados de “*um notável preto forro, que há nesta capital chamado João Barbeiro*” que algumas pessoas “*ainda reputam o dito preto por um dos mais ilustres discípulos de Hipócrates, sem embargo de não saber ler, nem escrever*” tomando “*certas beberagens e remédios caseiros que são aqui propinados pela mão de um inveterado abuso*”<sup>219</sup>.

---

<sup>217</sup> AHU, Mato Grosso. Ofício do (governador e capitão general da capitania de Mato Grosso) Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao (Secretário de Estado da Marinha e Ultramar) Rodrigo de Souza Coutinho, acusando o recebimento dos gêneros para as demarcações e requisitando o envio de um boticário. Cx. 35, doc. 1798. pp. 1-2.

<sup>218</sup> AHU, Mato Grosso. Ofício do (governador e capitão general da capitania de Mato Grosso) Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao (Secretário de Estado da Marinha e Ultramar) Rodrigo de Souza Coutinho, acusando o recebimento dos gêneros para as demarcações e requisitando o envio de um boticário. Cx. 35, doc. 1798. pp. 5.

<sup>219</sup> AHU, Mato Grosso. Ofício do (governador e capitão general da capitania de Mato Grosso) Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao (Secretário de Estado da Marinha e Ultramar) Rodrigo de Souza Coutinho, acusando o recebimento dos gêneros para as demarcações e requisitando o envio de um boticário. Cx. 35, doc. 1798. pp. 9. Sobre a utilização da medicina nativa no Império português e a atuação de praticantes da medicina nativos ver: WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese Estado da Índia. In: MUKHERJEE, Rila (ed.). Network in the first global age (1400-1800). Nova Deli: Primus,

João Barbeiro era de fato um homem de renome na capitania de Mato Grosso, pois em 1793, cinco anos antes do ofício supracitado, o responsável pelo Forte Príncipe da Beira solicitava ao governador da capitania o envio “*de um escravo por nome João, pertencente à Fazenda Real, bom sangrador, e como aqui se necessita, suplico a V. Exa. se queira servir de mandar para esta repartição o mencionado João Barbeiro*”<sup>220</sup>. Por ter sido escravo de propriedade da Fazenda Real João Barbeiro estava em contato com os medicamentos importados comprados por essa instituição e, se curava parte da população com remédios nativos, devia estar relacionado a algumas questões tais como: os preços dos remédios que foi uma constante reclamação pelos coloniais, a eficácia dos remédios nativos frente aos importados que perdiam grande parte das suas propriedades na grande viagem atlântica<sup>221</sup>.

A dificuldade de aquisição dos medicamentos por parte dos colonos pode ser relacionada também à duração da viagem dos comboios de Belém até Vila Bela, que durava cerca de cinco a seis meses, aos preços desses gêneros cobrados pelos comerciantes e a corrupção dos fármacos embora esse fato não tenha sido mencionado pelo governador de Mato Grosso em seu ofício.

A avaria das cargas se dava em razão das distâncias dos caminhos, pois mesmo os presídios e fortificações localizando-se mais próximos de Belém do que Vila Bela, a viagem não se completava antes de três meses descontando o tempo que a frota leva de Lisboa até o porto de Belém e a saída dos produtos dos portos do Oriente até sua chegada na Europa. Todo esse movimento dos medicamentos podia corromper suas

---

2011. pp.: 146-147; e sobre atuação de profissionais ligados à arte médica em outras atribuições (pelo menos a partir da legislação coeva) ver também: PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 5, n. 2, p.349-374, 1998; e ainda: PIMENTA, Tania Salgado. As artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Físicatura-Mor no Brasil no começo do século XIX. Campinas, Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

<sup>220</sup>APMT, José Pinheiro de Lacerda a João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Forte Príncipe da Beira, 28 de abril de 1793. Manuscrito, Lata 1780 – A.

<sup>221</sup> Ver trabalho de MARQUES, Vera R. Beltrão. Natureza em Boiões. Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

propriedades medicinais ainda que desde as primeiras décadas de quinhentos o transporte e a venda de drogas fizessem parte das preocupações das autoridades, tendo sido criada uma legislação que se ocupava do tema e punia os comerciantes taxando-os e obrigando-os a repor a carga sem prejuízo dos compradores<sup>222</sup>.

Esse procedimento foi um padrão adotado desde as primeiras remessas de remédios e em 1752 foi encaminhada, para o Pará, uma “*relação dos medicamentos em que se reformarão vinte e seis caixas de botica que se mandaram fazer por ordem de Sua Majestade Real, por ordem do Senhor Governador do Estado Diogo de Mendonça Corte Leal, para suprir com outros novos medicamentos os que por antigos se achassem incapazes do uso da Medicina*”<sup>223</sup>. Esses fatos mostram a preocupação das autoridades com a corrupção dos remédios e sua busca para a substituição dos produtos considerados impróprios para o consumo.

E em 1768, em frota da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, foram enviadas para Belém quatro caixas de boticas em substituição às deterioradas pela longa viagem de Lisboa até o Pará. Além desse documento há uma série de outras caixas, frascos, vidros e pacotes que seguiram na carreira da Companhia para a América ou África em substituição às drogas consideradas estragadas ou corrompidas por seus destinatários desde 1758 quando registra-se envios de drogas medicinais pela Companhia em seus livros e balancetes.

Além da reposição dos remédios, a maneira em que os mesmos eram acondicionados também revela uma atenção dos mercadores com a conservação da sua mercadoria, pois estes eram sempre encaixotados, suas caixas lacradas com cera amarela e enroladas em couro, os símlices eram enrolados em papéis ou colocados em

---

<sup>222</sup>ANDRADE, Antônio Alberto de. Drogas do Oriente. In: V centenário do nascimento de Vasco da Gama, 2000. pp. 114. Como se viu no capítulo 2 desta tese muitas vezes os medicamentos eram jogados ao mar, pois corromperam-se durante a viagem.

<sup>223</sup>AHU, Pará. Relação dos Medicamentos... 1762. Cx. 35, doc. 3316.

latas – fossem vegetais, animais ou minerais - e quando os remédios eram líquidos - compostos ou químicos - seguiam sempre em vasos, vidros, frascos entre outras embalagens que eram costumeiramente cobradas à parte pelos mercadores da Companhia de Comércio aos seus interessados<sup>224</sup>.

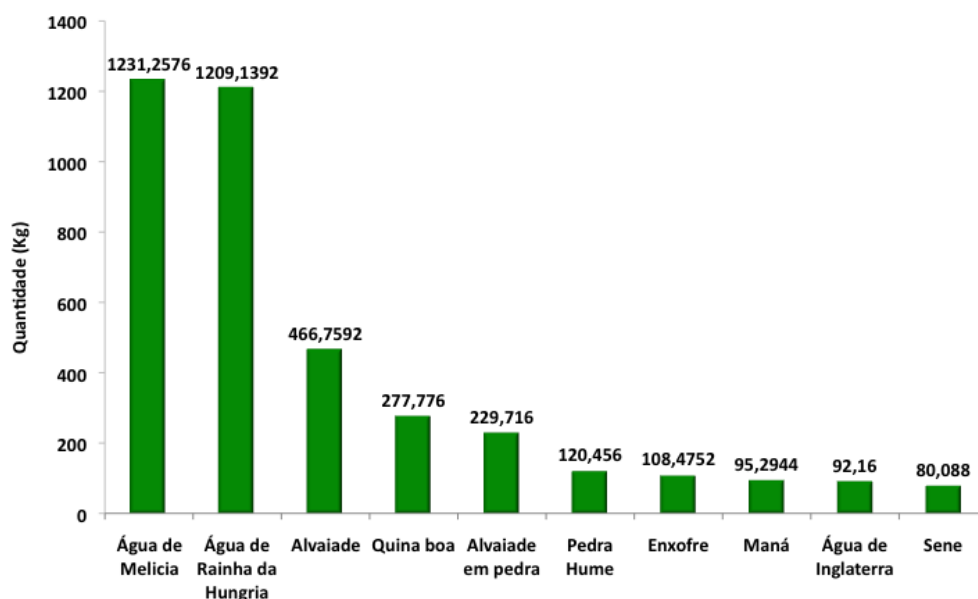
Entre os remédios mais enviados para a América portuguesa, em quantidade, pela frota da Companhia entre os anos de 1760-1770 figuram a Água de Melissa e a Água de Rainha de Hungria, conhecidos também como Espírito de Erva Cidreira e Espírito de Alecrim, respectivamente, principais compostos remetidos para a América. Esses medicamentos tinham como funções a assepsia de feridas e o uso como calmantes (Água de Melissa) e afugentavam piolhos, pulgas, percevejos e toda sorte de pragas (Água da Rainha de Hungria) problemas típicos enfrentados no ambiente colonial.<sup>225</sup>

---

<sup>224</sup> ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775.

<sup>225</sup> SANTOS, Eugenio. O homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário. In: Revista Ler Letras - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.n., 1983. pp. 11.

### Gráfico 3.2.1.4 – Quantidade de remédios para a América portuguesa (1760-1770)<sup>226</sup>



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

Ao traçar um comparativo sobre os remédios remetidos para Belém e para São Luís percebe-se que há diferenças na tipologia dos medicamentos que seguiam para uma ou outra capitania, gráficos 3.2.1.5 e 3.2.1.6. No Pará, os fármacos que seguiam eram a quina, o alvaiade, a Água de Rainha de Hungria e a Água de Inglaterra.

Nos dez anos de remessas sistematizadas foram enviados 270 quilos de quina para o Pará, o que significa 2,7 quilos por ano, enquanto no caso de São Luís tal produto nem aparece na lista dos gêneros mais encomendados para a capitania, gráfico 3.2.1.6. A quina era um febrífugo conhecido e bem reputado entre os doutos lusos, tendo sua origem na América espanhola, fazendo parte do rol de remédios americanos que

<sup>226</sup> A quantificação das informações foi feita em quilograma em razão de uma melhor sistematização e padronização dos dados já que as medidas adotadas nos documentos coevos eram a libra, a onça, a oitava, o alqueire, a arroba e o arrátel. As unidades foram calculadas com base no Regimento dos Preços dos Medicamentos Símplices, Preparados e Compostos. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1795. Para a conversão: DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. pp. 209 e LUNA, Francisco Vidal e KLAIN, Hebert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: *Boletim de História Demográfica*, ano 8, n. 21, 2001. pp. 4.

estavam inseridos nas farmacopeias europeias. Havia a quina encontrada nas capitâneas do Norte, porém, quando vigorava nas listas de remessa, era chamada de quina de segunda e custava bem menos do que a quina boa<sup>227</sup>. De toda forma ambas: quina boa ou de segunda saíam da América e seguiam em direção aos portos europeus (espanhóis e portugueses) para posteriormente voltar ao território americano nas frotas mercantis autorizadas pelas coroas<sup>228</sup>.

O Alvaiade, 185 toneladas remetidas para Belém, era um medicamento químico, simples, que entrava na composição de diversos outros remédios aviados pelos boticários, mas quando utilizado sozinho funcionava como um desinfetante, purificador para as feridas sendo muito usado em cirurgias à época colonial.

A Água da Rainha de Hungria, conforme descrevemos anteriormente, possuía propriedades vermífugas enquanto a Água de Inglaterra, composto que tinha a quina como sua matéria prima primordial, era também um febrífugo de ampla utilização que *“se notabilizara sobremaneira em Portugal e suas colônias por sua ação antimalárica devido à quinina, seu principal princípio ativo”*<sup>229</sup>.

As drogas de botica que foram majoritariamente encomendadas para o Pará tinham uso em doenças enfrentadas pelos caminhos difíceis dos rios e nos destacamentos militares haja vista que a maior encomenda do Forte Príncipe da Beira, em 1781, foi a quina boa, Água de Inglaterra e Água da Rainha de Hungria e no caso

---

<sup>227</sup> Em capítulo mais adiantado a questão dos remédios, sua tipologia, composição, preço será analisado de forma pormenorizada. Nesse capítulo cabe apenas pontuar as cargas que seguiam no Comboio da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão apontando os remédios mais enviados.

<sup>228</sup> Nesta tese não buscamos compreender como se dava esse comércio de forma local, entre capitâneas. É provável que alguns remédios fossem proibidos de circular, mas devia existir um grande comércio local mesmo que na forma de contrabando. Porém, devido as fontes (não) encontradas não nos dedicamos a este comércio, mas sim a circulação regulada e incentivada pelos agentes privados.

<sup>229</sup> As águas, espíritos, vinhos em geral seguiam em vidros e frascos. No caso das remessas da Companhia de Comércio as listas especificavam a quantidade que havia em cada local armazenado: 1 vidro = 6 libras; 1 frasco = 4 libras; a partir desses dados podemos ajustar os valores para quilo. Ver: ANTT, ANTT, Entradas e Saídas da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1758-1778. Ver também: MARQUES, Vera Regina Beltrão. Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. pp. 238.



dos destacamentos de Tabatinga e Bragança, no mesmo ano, os remédios mais remetidos foram a quina boa e a Água da Rainha de Hungria<sup>230</sup>.

No gráfico 3.2.1.6 percebe-se o envio de remédios para São Luís seguiu uma tipologia um tanto quanto diferente já que contava com o maior carregamento de Água de Melissa, quase 1,2 toneladas, que se seguiu na frota da Companhia e acreditava-se ser útil para a limpeza de feridas e como calmante.

A Água da Rainha de Hungria também figurou como um dos maiores carregamentos da Companhia de Comércio, durante todo o período que trouxe boticas nas suas frotas, para uma região: 1,1 toneladas do produto que se utilizava como vermícida, pois acreditava-se que o mesmo afugentava todas as pragas comuns nas regiões coloniais.

O enxofre, remédio químico, muito encomendado pelos colonos no Maranhão também figurava nas listas dos pesticidas bem considerados e serviam para aliviar coceiras e vermelhidão, além se serem incorporados em medicamentos compostos manipulados pelos boticários<sup>231</sup>.

A Pedra Hume foi o fármaco que esteve em quarto lugar, no que diz respeito às quantidades enviadas aos colonos para São Luís, e possuía como função terapêutica a cura das feridas e adstringente vaginal, pois quando misturado a outras drogas como o lírio, cascas de romãs e balaustrias curava a “*virgindade corrupta*” muito embora a Igreja Católica condenasse a prática de “*receitas para curas de hímens dilacerados*”<sup>232</sup>.

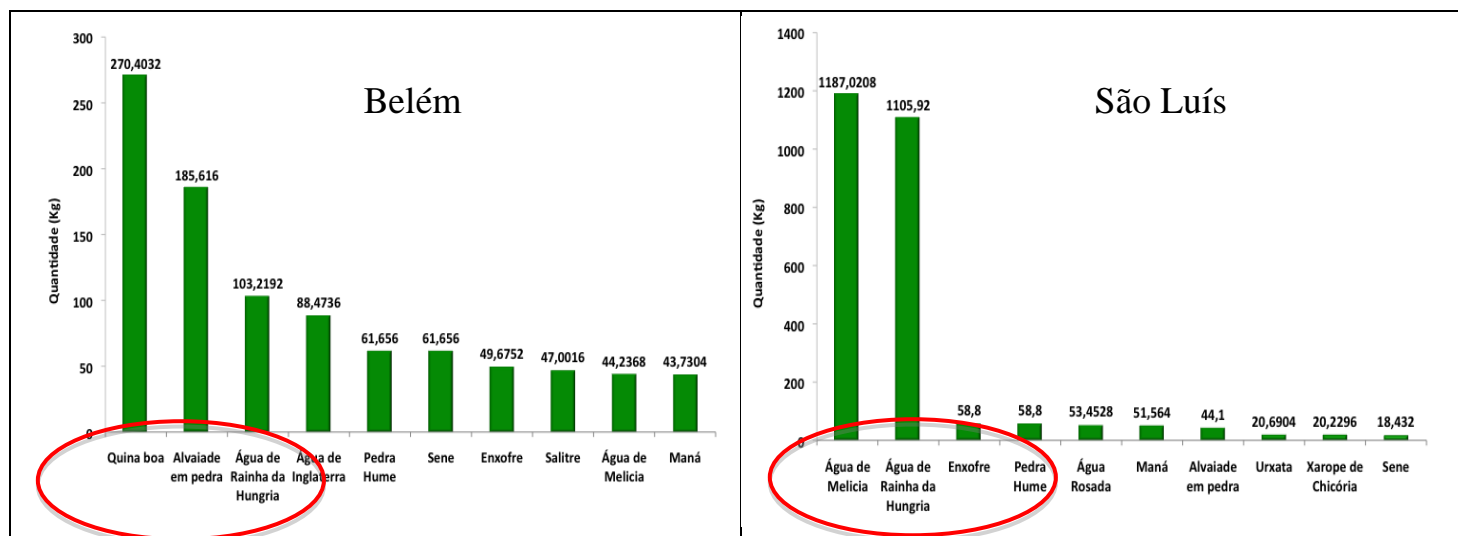
---

<sup>230</sup> AHU, Ofício, Documentos do Pará, 1782. cx. 88, doc. 7204. Ofício do Capitão General do Estado do Pará e Rio Negro, José de Nápoles Telo Meneses para Joaquim Miguel Lopes de Lavre, anunciando a chegada dos navios...

<sup>231</sup> Pharmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal. Tomo II, 1794.

<sup>232</sup> ALMEIDA, Maria Zélia de. Plantas Mediciniais. Salvador: UFBA, 2011. pp. 40. Sobre a Pedra Hume: FURTADO, J.F e FERREIRA, GF.(Orgs). Erário mineral. RJ: Editora FIOCRUZ, 2002. Clássicos Séries.vol. 1 e 2. Disponível em: SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

### Gráficos 3.2.1.5 e 3.2.1.6 – Remédios enviados (1760-1770)



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

A diferença encontrada entre os remédios enviados para as capitânicas do Norte aponta para o fato da capitania do Maranhão receber produtos indicados para o cuidado no dia a dia da região de São Luís e nos arredores do sertão do Piauí (feridas, mordeduras de bichos, coceiras, pragas/vermes). Enquanto as remessas para Belém revelam a importância desta cidade na rota de abastecimentos dos presídios e destacamentos militares já que número de remédios utilizado para febres, sezões, malária entre outras doenças típicas da penetração nos matos era constante e avultoso.

O intenso e contínuo envio de fármacos para as áreas militares, durante a década de 1780, como demonstrou-se anteriormente, aponta para a continuidade das relações comerciais entre Belém e as regiões mato-grossenses, que perduraram mesmo após a extinção da Companhia de Comércio, como afirmou o historiador Kenneth Maxwell

As companhias extintas continuaram a ser forças bem reais, com administradores no Brasil, e até na década de 1780, dedicadas ao comércio. Em Mato Grosso, por exemplo, a cobrança de dívidas continuou assegurada pelo fato dos

comerciantes do interior ainda receberem mercadorias a crédito das companhias extintas<sup>233</sup>.

### **3.2.2 – Destinatários no Estado do Grão-Pará e Maranhão**

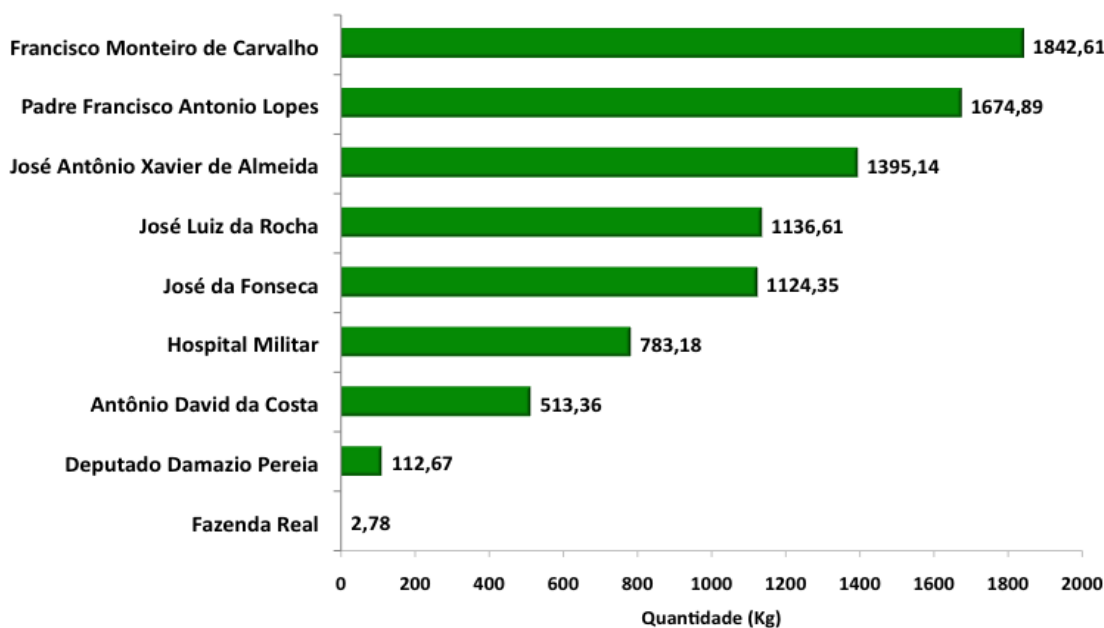
Em 1758, Padre Francisco Antônio Lopes, procurador do convento de Nossa Senhora das Mercês, localizado em Belém, comercializara com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, algumas sacas de cacau e outras tantas arrobas de couros em cabelos para serem levadas e vendidas em Lisboa. Em direção contrária, a Companhia trouxe de Lisboa, do armazém do droguista Dionísio Chevalier, uma grande quantidade de drogas de boticas para seu convento fazendo com que este religioso figurasse como o segundo maior destinatário de remédios que vinham na carreira da Companhia pombalina, como pode ser observado pelo gráfico 3.2.2.1<sup>234</sup>.

---

<sup>233</sup> MAXWELL, K. Marquês de Pombal: o paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp.95.

<sup>234</sup> Fundada como Real, Celestial e Militar Ordem de Nossa Senhora das Mercês e Redenção dos Cativos, em Barcelona no século XIII, por São Pedro Nolasco tendo como seu principal padroeiro São Raimundo Nonato chegou em Belém em 1639 no tempo do domínio Filipino. Os primeiros mercedários vieram do Vice-Reino do Peru, partindo da cidade de Quito no Equador fazendo parte de uma expedição exploratória do Rio Amazonas, comandada pelo posterior capitão-mor do Pará Pedro Teixeira. Após dez meses de viagem chegaram em Santa Maria de Belém trazendo ornamentos, cruzes de prata e algumas imagens que os ajudariam a fundar o convento, tudo isto doado pelo bispo do Equador. Sobre isso ver: MOTT, Luiz. Travessuras de um frade sodomita no convento das Mercês de Belém do Pará (1652-1658). In: Revista Estudos Amazônicos, vol. IV, nº 2, 2009. pp. 12; e, FERRAZ, Eugênio. Convento dos Mercedários de Belém do Pará, Breve Histórico e Registro de sua recuperação. BH: Editora C/Arte, Casa da Moeda do Brasil, 2000. pp. 35.

### Gráfico 3.2.2.1 – Destinatários dos remédios (1760-1770)



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

Os remédios recebidos pelo Padre Francisco Antônio Lopes serviam para o abastecimento da botica do Convento de Nossa Senhora das Mercês em Belém e que funcionava da mesma forma que a botica do Colégio da Companhia de Jesus: abastecia a capitania de produtos medicamentosos, por meio da venda, ao mesmo tempo em que fornecia à população assistência medicamentosa gratuita. Ainda faltam fontes que revelem a atuação desse Convento sob a perspectiva da assistência, porém o interesse desse trabalho é abordar o seu papel como destinatário de remédios e sua atuação na circulação desses gêneros na região do Grão-Pará.

A botica do Convento de Nossa Senhora das Mercês coexistiu com a botica do Colégio inaciano, que, de acordo com o historiador da Companhia de Jesus Serafim Leite, era a única da cidade até o período da expulsão dos padres do Império português

em 1759<sup>235</sup>. Também é importante ressaltar a interação existente entre os inacianos e os mercedários, pois quando os padres da Companhia de Jesus aportaram em Belém, em 1652, instalaram-se num terreno pertencente à Ordem de Nossa Senhora das Mercês, onde fundaram uma pequena capela coberta de palha. Quando os inacianos se posicionaram contra a escravização dos índios por parte dos colonos, sofreram grande perseguição por parte destes e foram abrigados no Convento dos mercedários afim de protegerem-se contra as atitudes hostis que culminaram no incêndio da sua ainda pequena igreja<sup>236</sup>.

Apesar da íntima relação entre os mercedários e os inacianos não encontramos documentos que demonstrem a troca de mercadorias e remédios por parte destas ordens no século XVIII ou a qualquer tempo de sua mútua existência em Belém, no Estado do Grão-Pará. Também não há informações sobre a formulação de medicamentos na botica do Convento de Nossa Senhora das Mercês da mesma forma que eram elaboradas nas boticas dos Colégios da Companhia de Jesus. Pelo volume de remédios trazidos na carreira da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão para o convento, a Ordem dos mercedários fez a opção pela importação de fármacos prontos, de boticas completas, ao invés de buscar produzir fórmulas secretas com a utilização da flora nativa, como se deu entre os inacianos<sup>237</sup>.

---

<sup>235</sup> LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo IV, Livro III, Cap. III. RJ: Civilização Brasileira, 1939. pp. 189.

<sup>236</sup> MOTT, Luiz. Travessuras de um frade sodomita no convento das Mercês de Belém do Pará (1652-1658). In: Revista Estudos Amazônicos, vol. IV, nº 2, 2009. pp.16.

<sup>237</sup> Há uma vasta bibliografia que tem procurado tratar do tema das boticas nos Colégios da Companhia de Jesus na América portuguesa: SÃO BENTO, Viviane Caminha. Trigas e emplastos: os medicamentos das boticas jesuítas no auxílio do cotidiano na América portuguesa. In: Revista História-Cultura, Franca-SP, v. 3, n. 2, 2014. MAIA, Patrícia Albano. Práticas Terapêuticas Jesuítas no Império Colonial Português: Medicamentos e Boticas no século XVIII. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2012. LEITE, Bruno Martins Boto. Mezinhas Antigas e Modernas: A invenção da Triga Brasílica pelos jesuítas do colégio da Bahia no período colonial. In: Anais da SBHC, 13º Seminário Nacional de História das Ciências e da Tecnologia, 2012, em: <<http://www.13snhct.sbhct.org.br/site/anaiscomplementares>>

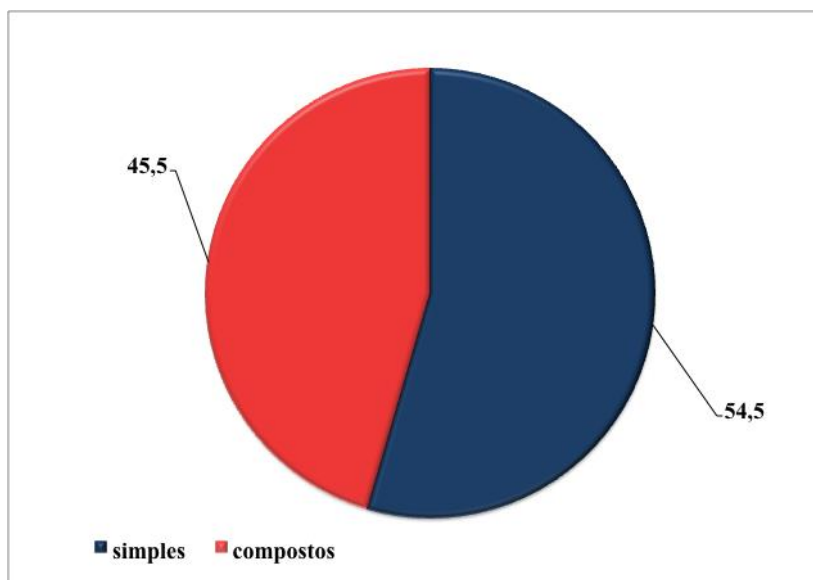
O gráfico 3.2.2.2 apresenta um número preponderante de remédios simples importados o que aponta para o fato da existência de um irmão boticário nas dependências do convento dos mercedários que certamente manipulava drogas e fazia receitas compostas em suas dependências. Esta afirmativa se dá devido à importação de almofarizes e potes de maceração de fármacos – grãos – que foram importados pelos mercedários via carreira da Companhia de Comércio. Não descartamos a possibilidade de haver repasses das encomendas para outros boticários da capitania ou de outras capitanias.

Entre os 54,5% de drogas simples importadas, pelo Convento Nossa Senhora das Mercês durante 12 anos (1758-1770), estão presentes medicamentos químicos que estavam no rol de algumas receitas compostas, mas no geral eram prescritos sem maiores composições aos doentes, como é o caso do Mercúrio e do Antimônio Diaforético. Estes dados nos revelam que as drogas compostas de origem vegetal, química, animal ou mineral eram as preferidas do Prior do Convento nas listas de medicamentos que saíam dos armazéns dos irmãos droguistas Chevalier já que esses medicamentos eram prontos para o consumo e não necessitavam de muita técnica para mistura ou de entendimentos acerca das fórmulas das receitas<sup>238</sup>

---

<sup>238</sup> Refiro-me aos irmãos Dionízio e Antônio Chevalier, droguistas atuantes na praça mercantil de Lisboa e domínios coloniais portugueses durante a segunda metade do século XVIII. Levando em conta a atuação da família Chevalier no ramo do medicamento pode-se afirmar que eram atuantes desde o século XVII.

**Gráfico 3.2.2.2– Tipologia dos Remédios remetidos ao Convento de Nossa Senhora das Mercês em Belém para o Padre Francisco Antônio Lopes (1758-1770)**



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

Entre os participantes do processo de recepção de remédios importados pela Companhia do Grão-Pará e Maranhão, desperta a atenção a figura de Damazio Pereira, que colaborou com a circulação de medicamentos pelas capitanias do Pará e do Maranhão. Este foi o único caso, que conseguimos apreender, de um destinatário em Belém que remete para São Luís diversas caixas de botica no ano de 1760 a 1763<sup>239</sup>. Damazio Pereira, natural de Portugal, era sócio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (possuía 10 ações da empresa), foi vice-provedor e deputado da Junta da Administração da Companhia, tendo sido eleito no ano de 1760, fazendo parte do

<sup>239</sup> ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livro 71, folha 81, 1760-1763.

chamado corpo político, constituído pelo Provedor, por oito deputados e um secretário, saídos dentre os “homens de negócio da praça de Lisboa e um artífice da Casa dos Vinte Quatro”, apoiados por três conselheiros proveniente do “corpo do comércio em quem concorram as mesmas qualificações, posto que não tenham a do capital na Companhia<sup>240</sup>.

Em 1761 o deputado Damazio comprou de Dionísio e Antônio Chevalier, droguistas da praça de Lisboa, 1 frasqueira e 4 caixas de “*várias drogas simples e compostas de botica*” para ser remetida ao Maranhão ao Convento de Nossa Senhora das Mercês de São Luís<sup>241</sup>.

Contrariamente ao que ocorreu no Pará, os mercedários chegaram no Maranhão após a instalação dos padres da Companhia de Jesus que em 1622 aportaram nessas terras via expedição de Reconquista do território pelos portugueses chegados de Pernambuco com alguns índios para fundar sua primeira missão em Açagoába, hoje Vinhais. Os membros da Ordem de Nossa Senhora das Mercês se instalaram em terras maranhenses definitivamente em 1734, mas tendo partido do Pará fundaram em 1654 um convento em São Luís e em 1659 um outro em Alcântara<sup>242</sup>.

Os mercedários, da mesma forma que os jesuítas, ocuparam o território, catequizaram índios e no ano de fundação do novo bispado do Maranhão (1677) figuravam junto com os inacianos, carmelitas e membros do Convento de Santo Antonio como uma das Ordens que fundamentavam a criação da diocese<sup>243</sup>.

De acordo com a historiadora Pollyanna Mendonça a história Eclesiástica do Maranhão ainda está por ser escrita e como o intuito deste trabalho é abordar o

---

<sup>240</sup> CARREIRA, Antônio. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII. Brasília: Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro. 1970, vol. 1. pp. 240.

<sup>241</sup> ANTT, Livro 71, Folha 81. Entradas Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão 1761.

<sup>242</sup> MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Ordens Religiosas e Transgressão no Maranhão Colonial. In: Revista Tempo, n. 32, 2012. pp. 119.

<sup>243</sup> MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Ordens Religiosas e Transgressão no Maranhão Colonial. In: Revista Tempo, n. 32, 2012. pp. 120.



comércio de drogas medicinais não nos dedicaremos a tentar completar essa lacuna da historiografia, deixaremos essa tarefa para trabalhos futuros. Porém, podemos afirmar, mediante aos poucos estudos que existem sobre a Ordem dos Mercedários, que estes foram parceiros constantes da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, durante a atuação da empresa, e que possuíam boticas e hospedarias para o tratamento de seus membros e do restante da população, incluindo os índios por quem estes religiosos ficaram responsáveis<sup>244</sup>.

Não cabe aqui atribuir maior ou menor importância a Ordem em relação aos Colégios da Companhia de Jesus e nem desabonar a proeminência da Botica do Mar<sup>245</sup>, na atuação da circulação de remédios no Maranhão, mas o volume dos medicamentos importados por esses Conventos durante a segunda metade do setecentos, via Companhia de Comércio, deve ser ressaltado como uma marca de sua contribuição para o consumo desses gêneros pela população, além das iniciativas dos inicianos.

É interessante notar que o Convento de Nossa Senhora das Mercês de São Luís não figurou como destinatário direto dos remédios importados pela Companhia, mas aparece como remetente de drogas nativas para essa frota. Os mercedários do Maranhão receberam os medicamentos estrangeiros via Belém, por meio de encomendas realizadas pelo deputado Damazio que organizava essas carregações por que tinha “*mais propensão ou conhecimento*”<sup>246</sup>.

Os constantes conflitos de interesses dos religiosos com os administradores do Estado fizeram com que em 1794 o bispo “D. Manoel de Almeida Carvalho portasse a

---

<sup>244</sup> MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Ordens Religiosas e Transgressão no Maranhão Colonial. In: Revista Tempo, n. 32, 2012. pp. 116.

<sup>245</sup> Sobre a Botica do Mar: SÃO BENTO, Viviane Caminha. Trigas e emplastos: os medicamentos das boticas jesuítas no auxílio do cotidiano na América portuguesa. In: Revista História-Cultura, Franca-SP, v. 3, n. 2, 2014. pp. 306.

<sup>246</sup> DIAS, Manoel Nunes. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Fomento e Mercantilismo. Belém: Universidade Federal do Pará, vol. 1, 1970. pp. 265

Bulla de Supressão do Convento e Hospício dos Religiosos Mercedários do Pará, datada de 1787”<sup>247</sup>. Os trinta e cinco anos que separam a expulsão dos jesuítas do Reino de Portugal e seus Domínios para a dos Mercedários evidenciam o ganho de espaço de atuação que esses clérigos lograram por toda a década de 1760 em diante, preenchendo uma brecha deixada pelos jesuítas. Contudo é clara a atuação concomitante que existiu, conforme se mostrou, na ação dos mercedários e dos inacianos até a expulsão desses últimos o que é possível afirmar mediante os envios de remédios via Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1758.

Os espaços institucionalizados como o Hospital Militar de Belém e a Fazenda Real também figuram entre os compradores regulares na frota da Companhia de Comércio de remédios importados. Esses locais eram pontos consumidores e distribuidores dessas drogas para a população em caso de epidemias e repassavam os medicamentos para outros postos e espaços destinados ao socorro das tropas. A Fazenda Real exercia também, via atuação do seu ouvidor, a função de envio dos produtos naturais para Lisboa pela Companhia de Comércio já que possuía monopólios em relação aos paus e madeiras amazônicos e que deveriam seguir para a Europa além de contratos realizados com empreiteiros para a exploração das matas<sup>248</sup>.

Desvinculado das instituições do Estado português e das atividades missionárias, exercidas pelas Ordens Religiosas, encontrava-se Antônio David da Costa em 1765. Sócio de Lourenço Belfort, comerciante irlandês estabelecido em São Luís, que possuía grande influência na política e comércio local da capitania, pois era um grande

---

<sup>247</sup> FERRAZ, Eugenio. Convento dos Mercedários de Belém do Pará. Breve Histórico e Registro de sua recuperação. Belo Horizonte: C/Arte, 2000. pp. 40-41.

<sup>248</sup> AHU, Pará, Ofício do governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro (João Pereira Caldas) para o intendente dos Armazéns Reais e Ribeira da Cidade de Belém do Pará (Matias José Ribeiro), sobre o término do contrato de corte das madeiras da capitania, arrematando ao empreiteiro João Gonçalves Calheiros, e autorizando que aquele contrato passe para a administração do atual empreiteiro do estaleiro da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, Pedro de Azevedo Bagunte. Cx. 79, Doc. 6567.

negociante e havia sido almotacel (1744, 1750 e 1750), vereador (1753 e 1759) e juiz diversas vezes, além de sócio minoritário da Companhia (possuía 5 ações)<sup>249</sup>.

Em carta dirigida aos deputados da Companhia de Comércio, em 1772, Lourenço Belfort agradece pela boa aceitação dos gêneros que remete a metrópole. Ele foi o principal fornecedor de algodão e arroz da capitania do Maranhão para as frotas da empresa, tendo sido pioneiro na plantação de arroz da Carolina do Norte na região. Um fato que chama atenção é que Antônio David da Costa não aparece apenas enviando produtos das suas “fábricas”, mas comprando medicamentos da Companhia. Como homens ricos da região esses indivíduos possuíam amplas conexões e abasteciam as boticas locais com esses gêneros importados.

Outro ponto interessante é que a sociedade de Antônio David da Costa e Lourenço Belfort era mais próxima das artes médicas do que pode se supor, pois Belfort casou duas de suas filhas com cirurgiões-mores da capitania e possuía uma diversidade de investimentos, para além das plantações de arroz e algodão. Lourenço Belfort e seu sócio possuíam diversos ramos de investimento por que visavam o controle e o comando da sociedade local, além de terem construído laços financeiros com a Companhia de Comércio que se revelaram mais tarde em dívidas pendentes dos seus filhos, genros e aparentados com esta empresa em fins do setecentos<sup>250</sup>.

Os sócios Antônio e Dionísio Chevalier, irmãos, os quais abordamos anteriormente, foram os droguistas que abasteceram todo esse grupo de destinatários na capitania de Belém e São Luís. A provisão de remédios comprados através da

---

<sup>249</sup> MOTA, Antônia da Silva. A Dinâmica colonial portuguesa e as Redes de Poder Local na capitania do Maranhão. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007. pp. 21. Sobre a sociedade de Antônio David da Costa e Lourenço Belfort: ANTT, Entradas e Saídas pela Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. 1758-1778.

<sup>250</sup> MOTA, Antônia da Silva. A Dinâmica colonial portuguesa e as Redes de Poder Local na capitania do Maranhão. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007. pp. 36.

carregação da Companhia de Comércio era bastante diversificada e volumosa o que demonstra que os armazéns dos referidos droguistas eram bastante sortidos já que listamos, a cada caixa de botica enviada, mais de duzentos tipos diferentes de medicamentos no seu interior (cada remessa seguia em média com duas ou três caixas de botica afora as frasqueiras e caixotes). Conforme afirmamos, esse negócio se dava em caráter monopolista e a sociedade Chevalier conseguiu abocanhar o abastecimento, nada pequeno, das regiões do norte da América portuguesa além das de Guiné (Bissau e Cacheu), São Tomé e Ilha de Ano Bom.

Quanto a indivíduos como Francisco Monteiro de Carvalho, José Antônio Xavier de Almeida, José da Fonseca e José Luiz da Rocha que participaram desse movimento de compra de remédios, via Companhia de Comércio, ainda não conseguimos descortinar sua atuação: se eram negociantes, donos de lojas de ferragens, boticários, funcionários régios ou caixeiros interessados no repasse via interiorização dos medicamentos. A trajetória desses homens ainda é uma incógnita, mas através da tabela 2 pode-se verificar o local onde estavam situados, os anos de recepção de drogas e se fizeram envio das chamadas drogas do sertão para a Companhia.

**Tabela 3.2.2.1– Características dos Destinatário dos Remédios (1758-1778)**

Destinatário	Capitania	Anos de recebimento	Envio de drogas do Sertão
Francisco Monteiro de Carvalho	Pará	1767, 1768, 1769, 1770, 1771	Não
José Antônio Xavier de Almeida	Maranhão	1770, 1771	Não
José Luiz da Rocha	Maranhão	1768, 1769, 1770	Não
José da Fonseca	Maranhão	1768, 1769, 1770	Não
Damazio Pereira	Pará	1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1767, 1768, 1769, 1770	Não
Antônio David da Costa	Maranhão	1767, 1768, 1769, 1770	Sim
Hospital Militar	Pará	1770, 1771, 1772	Não
Fazenda Real	Pará	1765, 1766, 1767, 1768, 1769, 1770, 1771, 1772, 1773, 1774, 1775, 1776	Sim
Antônio Lino	Pará	1757, 1758, 1759, 1760, 1761, 1762, 1763, 1764, 1765, 1767, 1768, 1769, 1770	Sim

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

A partir da década de 1760 há um aumento significativo no envio de remédios, via Companhia, para Belém e São Luís. As carregações de 1757, 1758 e 1759 possuem um número pequeno de medicamentos enviados (apenas 2 caixas em cada ano) e volume reduzido se compararmos com o período de 1760-1770. O mesmo acontece após 1770 onde percebe-se uma desaceleração do envio das drogas.

Como é constatado, por meio da tabela 3.2.2.1, grande parte dos destinatários não enviavam drogas nativas para as frotas da Companhia, pois essa atribuição ficava a

cargo dos administradores da Companhia de Comércio, dos administradores do Estado do Grão-Pará e Maranhão e para os religiosos restando pouco espaço para negociantes independentes venderem sua carga diretamente para a empresa mercantil.

Em abril de 1775 o administrador da Companhia de Comércio no Estado do Pará, Antônio Coutinho de Almeida afirmou ter comprado de diversos moradores da capitania do Rio Negro e de várias partes do Pará um caixote com várias amostras de anil, reunindo todo produto produzido aquele ano, na capitania, para enviar pela frota anual da empresa a ser vendida em leilão ao negociante Antônio da Cunha Marinho em Lisboa a 22 de dezembro do mesmo ano<sup>251</sup>.

Essa era uma das atribuições dos administradores da Companhia, identificada por Antônio Carreira nos estatutos da mesma

um dos administradores se encarregará das fazendas nos armazéns da Companhia, do cuidado da sua arrecadação e bom estado de venda das mesmas fazendas e da compra dos gêneros da produção daquele Estado. Semelhantemente se encarregará o outro administrador da inspeção da cobrança de tudo o que se estiver devendo à Companhia e igualmente terá inspeção da contadoria, expedição das cartas e cuidado da marinha<sup>252</sup>.

As tarefas descritas dizem respeito as funções que cada administrador da empresa mercantil deveria seguir, porém era comum – como foi o caso de Antônio Coutinho de Almeida – um indivíduo fizesse o papel de fornecedores de produtos, comprador de gêneros importados e cobradores de dívidas para a Companhia<sup>253</sup>.

---

<sup>251</sup> Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livro 40, folha 468, 1775.

<sup>252</sup> CARREIRA, Antonio. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. O comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII. Brasília: Companhia Editora Nacional, Instituto Nacional do Livro. 1970, vol. 1. pp. 161

<sup>253</sup> APMT. Correspondência de Antonio Coutinho de Almeida a Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Lata 1775, Fazenda, nº 116. Apud, RODRIGUES, Natalia M. Dorado. A atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no Mato Grosso entre 1755 e 1778. In: XII Encontro de Regional de História, Anpuh, 2006. pp 10.

### 3.3 – Centro-Sul: A Praça Mercantil do Rio de Janeiro

O porto do Rio de Janeiro recebia frotas anuais que partiam de Lisboa, desde o seiscentos, possuindo o *status* de principal cidade da região Centro-Sul. A capitania fluminense tinha grande importância comercial na produção de açúcar e nas trocas comerciais, tanto lícitas quanto ilícitas, com a região do rio do Prata. Mas, somente no século XVIII é que o Rio de Janeiro toma para si a posição de principal praça mercantil do Ultramar devido à mudança do foco do comércio de Portugal para o Atlântico.<sup>254</sup>

Um dos principais fatores que propiciaram essa ascensão foi o *rush* da mineração. A primeira década do setecentos foi marcada pela consolidação do povoamento das regiões mineradoras as quais necessitavam de um eficiente sistema de abastecimento de toda sorte de gêneros que partiram, prioritariamente, da cidade do Rio de Janeiro. Até 1720 o porto de Salvador foi o mais importante da América portuguesa, porém, com a ativação dos fluxos mercantis advindos do ouro, as embarcações de todas as regiões americanas convergiram para a praça carioca, pois esta funcionava como um grande centro de redistribuição das mercadorias chegadas de Portugal, para as demais praças do Sul da América portuguesa.<sup>255</sup>

O intenso fluxo comercial e a crescente preocupação da coroa com a proteção militar resultaram na transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, deslocando o eixo econômico colonial da América portuguesa para o Centro-Sul. Essa mudança político-administrativa reafirmou o caráter central que a capitania vinha assumindo, desde o final do século XVII, como catalisadora de toda a região.<sup>256</sup>

---

<sup>254</sup> FRAGOSO, Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). RJ: Civilização Brasileira, 2001. pp.: 321.

<sup>255</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos J. Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. pp.: 81-82.

<sup>256</sup> BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII. RJ: Civilização Brasileira, 2003, pp.: 84-85 .

Segundo a historiadora Júnia Furtado, a importância da região mineradora para o Império português fez com que aumentasse significativamente o fluxo de mercadorias do Reino e de outros Estados europeus para a América, pois, entre os anos de 1740 e 1750, de todos os navios que aportaram em Lisboa 39% estavam diretamente ocupados com o comércio brasileiro. Esses carregamentos lisboetas chegavam nos meses de julho e agosto, ocorrendo uma intensa movimentação na cidade do Rio de Janeiro de onde partiam as remessas, fixando uma prática constante de comércio, já que no início do ano saíam os carregamentos em direção a Portugal alimentando o movimento de circulação de produtos nos portos.<sup>257</sup>

Minas Gerais foi o *locus* privilegiado do comércio de mercadorias advindas do Rio de Janeiro devido aos lucros provenientes do ouro que atraíram diversos ramos do trato mercantil para as regiões mineradoras. Os carregamentos que passaram pelos registros de passagem, espécie de postos de pedágio nos antigos caminhos – do Rio de Janeiro para as regiões mineradoras - encontramos um grande volume de uma mercadoria, em especial: os gêneros medicinais ou chamados gêneros de botica.

A capitania fluminense foi um cenário privilegiado para o estudo da economia do medicamento, tendo recebido entre os anos de 1776 e 1777, 46% das cargas de boticas que entraram nos portos da América portuguesa. Esse fato está relacionado a centralidade dessa capitania e a existência de uma intrincada rede de relações mercantis, que englobava todo o Atlântico português.

O afluxo do ouro levou um aumento das disponibilidades de produtos importados e do poder dos colonos em pagar por serviços sanitários, mas não pode ser somente a exploração do ouro a explicação para o aumento no volume das importações

---

<sup>257</sup> FURTADO, Junia Ferreira. Homens de Negócio. A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas setecentistas. SP: HUCITEC, 1999. p. 95; e, NOVAES, Fernando A. Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. SP: HUCITEC, 1970.



de remédios a partir da segunda metade do século XVIII. A ampliação do acesso à profissão de boticário – já abordado nesta tese -, à expansão da colonização a partir da interiorização dos territórios coloniais e à ocupação das fronteiras fizeram com que o mercado médico colonial tivesse mais demanda por medicamentos importados. Estes fatores somados as medidas empreendidas pelo Marquês de Pombal e com a expulsão dos jesuítas do Império português abriram um precedente para a articulação dos mercadores reinóis com os estabelecidos na América no ramo do medicamento.

Durante o período de 1777 a 1803 foi constante o envio de fármacos do Rio de Janeiro para Minas Gerais. O fornecimento das drogas era realizado por comerciantes que negociavam exclusivamente gêneros de boticas. O percurso realizado até que chegassem aos arraiais mineiros era longo e dispendioso, o que necessitava da conformação de uma estrutura mercantil que, durante a segunda metade do século XVIII, ficou a cargo dos droguistas<sup>258</sup>.

O século XVIII foi o momento em que a infraestrutura institucional, em torno da qual se desenvolvem as relações mercantis, estava satisfatoriamente desenvolvida. E é também, ao longo desse século, que surge uma estratificação social entre os comerciantes, havendo dessa forma uma hierarquização dos variados grupos mercantis existentes culminando com a formação de uma elite de homens de negócio.<sup>259</sup>

No que diz respeito aos comerciantes de drogas estabelecidos na América portuguesa, mais precisamente na cidade do Rio de Janeiro, podemos afirmar, de acordo com a análise dos seus inventários e processos matrimoniais, que foi um grupo composto

---

<sup>258</sup> ALMEIDA, Danielle Sanches de. Entre lojas e boticas: O comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2009.

<sup>259</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo V. Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa. De Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Dissertação de Doutorado em Sociologia apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995. p. 40.

essencialmente por mercadores. De acordo com as categorias sociais do século XVIII, identificadas por Antônio Jucá Sampaio, mercadores eram todos aqueles que possuíam vínculo com o comércio interno sem conexão com o grande comércio ultramarino. Nesse sentido, os mercadores de remédios foram os responsáveis pela compra e revenda de medicamentos através da rede que estabeleceram com droguistas em Portugal e com redes de comércio interno para Minas Gerais<sup>260</sup>.

Durante os anos de 1777 a 1803 contamos 29 droguistas (tabela 3) na capitania fluminense que remeteram medicamentos para Minas. Danielle Sanches de Almeida considerou que droguistas americanos eram os indivíduos que recorrentemente estiveram no papel de fornecedores exclusivos de medicamentos durante, pelo menos, dois anos consecutivos. Deve-se apontar que as cargas de fármacos que eles remetiam à Minas possuíam uma frequência mensal, o maior volume se concentrava nos meses iniciais do ano (fevereiro a abril), o que demonstra que esses mercadores eram proprietários de armazéns ou até mesmo de boticas onde podiam guardar e manipular de forma propícias as drogas.<sup>261</sup>

**Tabela 3.3.1 - Comerciantes de remédios no Rio de Janeiro (1777-1803)**

<b>Quantidade de remédios enviados pelos mercadores</b>	
<b>Mercadores</b>	<b>Quantidade (em Kg)</b>
Antonio Roiz de Carvalho	4.720,95
Gaspar Barbosa Lima	480,6
José Roiz de Carvalho	324,45
Diogo Vieira de Azevedo	261,45
José Antonio dos Santos	239,85

<sup>260</sup> SAMPAIO, Antônio Carlos J. Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

<sup>261</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, 1777-1803. Cx. 32-160.

Antonio Pereira Ferreira	135
Domingos Ferreira Pereira	112
Pedro José Roiz Sá	111,15
Francisco José da Silva	101,70
João de Castro Guimarães	94,05
José Gomes de Azevedo	93,15
João Antonio Pessoa	87,3
Francisco Machado Macedo	76,05
José Gomes	64,8
José P. de Lima	60,75
Leandro Pereira Bahia	57,6
José Marques da Costa	49,5
José Gomes Pupelon	49,5
Francisco Pereira de Mesquita	48,15
João Batista Machado	48,15
João Ferreira de S. Poço	48,15
João Viana Gomes	36,45
Domingos Ferraz Alvares	29,7
Antonio Fernandes de Carvalho	23,4
Manoel José Coelho	22,5
Manoel Fernandes de Azevedo	22,05
Manoel da Costa	13,95
Manoel Caetano Pinto	9
Domingos Miz Roiz	5,4

**Fontes:** ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Documentos Avulsos, Cx. 38-132. Registro de Entradas. Listas de Carregação de remédios.<sup>262</sup>

<sup>262</sup> Outras 50 listas transcritas não possuem datas ou o nome do comerciante.

Nem todos os encarregados de enviar medicamentos eram comerciantes exclusivos de remédios. Francisco Pereira Mesquita, negociante de grosso cabedal e aparece na lista feita pelo Conde de Resende entre os maiores comerciantes da praça mercantil carioca foi um comerciante esporádico. Faleceu no ano de 1826 deixando uma fortuna acumulada no valor de 125:193\$286 réis o que significava um enorme montante, visto que o valor da arrecadação dos dízimos do Brasil por Portugal era de 74 contos de réis (isto no ano de 1769). Figurava entre os 12 maiores consignatários coloniais na rota Rio de Janeiro – Portugal e era proprietário de embarcações, possuindo controle sobre o crédito oficial e particular da praça mercantil do Rio de Janeiro.<sup>263</sup>

Esse negociante participava de todos os ramos da economia colonial, inclusive no do medicamento, mas não se pode categorizá-lo como droguista em razão da presença eventual que teve no ramo se comparado aos mercadores que tinham os medicamentos como mercadoria exclusiva. A motivação para sua participação nesse ramo do comércio pode ser explicada pelo fato de possuir galeões e de ser um dos maiores correspondentes de comerciantes portugueses na América, sendo atraído pelo lucro que o medicamento poderia render-lhe.

Manoel Caetano Pinto foi outro grande homem de negócio que aparece nas remessas de medicamentos e que também estava na relação do Conde de Resende<sup>264</sup>. De origem portuguesa, falecendo em 1838, deixou um patrimônio avaliado em 288:591\$556 réis.<sup>265</sup> Esse montante fora adquirido a partir das diversas redes que formou enquanto era sócio de companhias marítimas de seguro e diretor do Banco do Brasil - concedia crédito para grande parte dos mercadores da praça carioca e de outras capitanias. Assim

---

<sup>263</sup> ANRJ, Carta do Conde de Resende para D. Rodrigo de Souza Coutinho (30 de setembro de 1799). Correspondência dos vice-reis. Cód. 68, vol. 15, pp. 134; e, ACMRJ, 1792, Dispensas e Processos Matrimoniais. Loc. 41385, Cx. 2201.

<sup>264</sup> ANRJ, Casa dos Contos, Avulsos, cx. 86.

<sup>265</sup> ANRJ, Inventário de Manoel Caetano Pinto, 1825. Not.: 2829, Maço: 0699; e, ACMRJ – loc. 32114, cx. 1942; e, ANRJ, Carta do Conde de Resende para D. Rodrigo de Souza Coutinho (30 de setembro de 1799). Correspondência dos vice-reis. Cód. 68, vol. 15, p. 134.

como Francisco Pereira de Mesquita, figurava como grande consignatário do comércio entre o Rio de Janeiro e Portugal, sendo proprietário de embarcações.<sup>266</sup>

Manoel Caetano Pinto enviou remédios apenas durante o ano de 1798. A presença desses homens de negócio no abastecimento de remédios pode ser explicada pelo fato de eles terem sido consignatários de outros negociantes, ou seja, eram indivíduos aos quais os comerciantes portugueses remetiam mercadoria para venda ou depósito. Desse modo como Manoel Caetano Pinto representava o livreiro português Francisco Rolland no Rio de Janeiro, certamente representou o interesse de algum droguista da praça lisboeta.

Na América portuguesa, diferente do que ocorreu em Lisboa, não foram os grandes negociantes que monopolizavam o trato mercantil interno, mas sim o pequeno capital composto por mercadores e comissários que realizavam o abastecimento das capitanias. A elite mercantil foi responsável pelo comércio atlântico deixando a (re) distribuição dos gêneros importados a cargo de comerciantes locais, com pouco cabedal.

Diogo Vieira de Azevedo foi um droguista na América portuguesa. Este mercador era dono de uma botica localizada na rua Direita, mas afirmava em seu testamento ser exclusivamente comerciante de drogas, não possuindo licença para manipular remédios. Entre seus doze escravos encontrava-se um tal Joaquim de Angola, prático da farmácia, também chamado de auxiliar de boticário, que trabalhava no balcão de sua botica atendendo à população e que provavelmente compunha algumas fórmulas vendidas, mas não possuía carta de licença para atuar na profissão<sup>267</sup>.

O capitão Azevedo também era proprietário de uma galera denominada Indiana – avaliada em 10 contos de Réis – que contava com carregamentos de remédios que

---

<sup>266</sup> A respeito da atuação de homens de negócio como diretores do Banco do Brasil ver: SILVA, Maria Beatriz N. da. *Ser Nobre na Colônia*. SP: UNESP, 2005. p. 301.

<sup>267</sup> ANRJ, 1801. Inventário de Diogo Vieira de Azevedo. Not.: 9858, Maço: 594.

seriam descarregados no porto a época da sua morte o que revela para sua participação direta na aquisição de remédios em Lisboa, pois não foi encontrado nenhuma dívida entre esse comerciante e os droguistas reinóis.

Os medicamentos eram produtos cobiçados e faziam parte da composição das fortunas dos mercadores, pois mesmo após a morte dos seus proprietários poderiam ser vendidos para outro interessado. Esse foi o caso de Diogo Vieira Azevedo, após seu falecimento, sua botica foi arrematada pelo tenente João Luís da Silva, que tal como Diogo não tinha licença de boticário e dedicava-se exclusivamente à mercancia.

Os remédios enviados por esse mercador eram em sua maioria compostos preparados. Entre seus pertences estavam obras de importantes autores da medicina e farmácia no século XVIII, o que é curioso haja vista este homem não possuir licença de boticário. As *Farmacopéia Tubalense* (1735 e 1751), *Farmacopéia Dogmática* (1772), *Farmacopéia Geral de Portugal* (1794), *Farmacopéia Londinense* (ed. revisada 1746), *Farmacopéia College Rege* (1754), *Farmacopéia Collegii Regalis Medicorum Londinenses* (1791), os *Segredos Medicinai do Curvo* (1785), *História Anatômica* (1600) e o *Novo Dispensatório* (s.d.) foram os livros de farmácia que pertenciam a sua botica. Essas obras refletem a tipologia dos remédios importados, que circularam entre as boticas ultramarinas: fármacos conhecidos e difundidos pela farmácia européia, sendo os medicamentos de segredo os mais procurados pelos comerciantes.

Antônio Roiz de Carvalho foi o maior provedor de medicamentos para capitania mineira, enviando, de 1777-1803, cerca de 180 quilos de medicamentos por ano, constando em cada remessa, em média, 40 tipos diferentes de remédios. Era proprietário de uma botica localizada na rua da Quitanda e foi capitão-mor na cidade do Rio de Janeiro, figurando como credor em alguns inventários dos destinatários dos

medicamentos. O volume de suas remessas e a regularidade do envio permite afirmar que foi um dos maiores droguistas da praça mercantil fluminense<sup>268</sup>.

Antônio Roiz de Carvalho possuía uma casa de comércio já que enviava suas cargas com a sua marca cunhada à margem das listas e assim como Diogo Vieira de Azevedo não tinha licença de boticário sendo exclusivamente comerciante de remédios.

Em 1792 aparece como remetente de medicamentos para Minas Gaspar Barbosa Lima, que durante nove anos enviou drogas exclusivamente para Sabará o que denota o seu interesse nessa vila – provavelmente possuía negócios para além do abastecimento de remédios ali. Infelizmente não localizamos fontes que nos mostrassem informações sobre a composição de seu patrimônio e de suas relações sociais.

José Rodrigues de Carvalho foi um caso semelhante ao de Gaspar. Droguista estabelecido na praça fluminense em 1782, ano em que rompeu a sociedade de sua loja de botica com Paulo Rodrigues Ferreira, se estabeleceu definitivamente no Rio de Janeiro, ficando responsável pelo abastecimento de medicamentos exclusivamente para Mariana. Cabe apontar que já em 1751 José Rodrigues Ferreira processou o boticário Luis dos Santos Gato cobrando uma dívida de “311 896 (trezentos e onze mil oitocentos e noventa e seis réis) procedidos de uma remessa de remédios enviada do Rio de Janeiro”, o que demonstra que sua conexão com o porto carioca era antiga o que favoreceu sua transferência para esta cidade a partir do crescimento de seu negócio na importação de fármacos<sup>269</sup>.

A sociedade em Mariana não foi desfeita por conta de brigas, pois mesmo depois de encerrada a divisão da botica o droguista continuou encaminhando remédios do Rio de Janeiro para seu antigo sócio em Mariana. José Rodrigues de Carvalho decidiu

---

<sup>268</sup> Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. 59, pp. 320.

<sup>269</sup> AHCSM, Ações Cíveis, 2º ofício. Auto 438, cx. 13492.

dedicar-se com exclusividade ao ramo do medicamento estando mais próximo dos armazéns, das frotas de carregação, da alfândega e de seu parceiro comercial, os Vallebella, ficando em uma cidade portuária<sup>270</sup>.

Assim como a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estabeleceu uma ligação quase que monopolista com os droguistas da Casa Mercantil Chevalier, José Rodrigues de Carvalho possuía relações exclusivas com o droguista Jerônimo Canalle Vallebella. Deve-se chamar atenção para o fato de não existir um monopólio firmado em contrato, não localizamos nenhum contrato de exclusividade entre Dionísio Chevalier e Cia e as Companhias de Comércio ou de José Rodrigues de Carvalho com Vallebella. No entanto, o abastecimento quase único, observada durante anos, de uma casa mercantil com uma instituição ou com um particular nos leva a compreender que algum tipo de relação exclusiva era tecida, mesmo que fosse em forma de dívidas e créditos<sup>271</sup>.

Estes casos ilustram a forma como se teceram as redes de relações entre os agentes responsáveis pelo comércio de abastecimento da capitania mineira. Possuíam conexões e dívidas com os condutores responsáveis por levar as mercadorias para o interior da colônia e, concomitantemente, faziam negócios com outros agentes de diversas praças mercantis e com abastados comerciantes estabelecidos em Portugal.<sup>272</sup>

As dívidas ativas e os créditos contraídos pelos droguistas no ultramar estavam ligados ao adiantamento de mercadorias, já que o comércio de remédios não tinha um retorno imediato, embora o lucro fosse grande. A partir da comparação dos preços dos

---

<sup>270</sup> COELHO, Ricardo Ribeiro. O universo social das artes de curar: um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (século XVIII). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, 2012. pp. 108.

<sup>271</sup> Sobre esse tema ver o capítulo 2 desta tese.

<sup>272</sup> CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.p. 437; e, HESPANHA, Antônio Manoel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: MATOSO, J. História de Portugal. O Antigo Regime, vol. 3, 1993.



produtos que entraram na alfândega do Rio de Janeiro, entre 1766 e 1799, com o preço que esses comerciantes revendiam em suas boticas pode-se afirmar que o lucro era de 25% a 60% acima do valor taxado nos armazéns alfandegários e ao compararmos os valores portuários com os cobrados em Minas Gerais, no mesmo período, os acréscimos chegam a 200% acima dos preços iniciais<sup>273</sup>.

O tempo demorado da viagem e o risco de que os produtos importados chegassem estragados tendo que refazer a carga sem ônus para o comprador, obrigou que os investimentos realizados pelos comerciantes tivessem altos custos. Por essa razão são poucos profissionais de saúde – físicos, cirurgiões e boticários - que se dedicavam ao abastecimento em grande escala dos medicamentos.

Antônio Pereira Ferreira, boticário português, com loja aberta na rua Direita no Rio de Janeiro, abasteceu de gêneros de botica a comarca de Vila Rica em 1792<sup>274</sup>. Este proeminente boticário fazia parte da Real Junta do Protomedicato<sup>275</sup> no cargo de examinador, possuindo como função avaliar as habilidades dos aprendizes de boticários, reprová-los, conceder licenças e enviar remédios para as boticas que não conseguiam crédito com os droguistas.

Antônio Pereira Ferreira evidencia que os boticários, no caso da relação Rio de Janeiro - Minas Gerais, foram esparsos na distribuição de drogas, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, mas não desapareceram totalmente do cenário da economia do medicamento. Tendo uma atuação tímida, pouco participante e modesta em números de remédios enviados, os profissionais da cura continuaram atuando em conjunto com os droguistas na provisão de gêneros de botica na América portuguesa.

---

<sup>273</sup> Sobre os lucros dos remédios ver: RIBEIRO, Márcia M. A Ciência nos Trópicos. Arte médica no Brasil do século XVIII. SP: HUCITEC, 1997.

<sup>274</sup> ANRJ, Casa dos Contos, Avulsos. Cx. 96.

<sup>275</sup> Anais da Biblioteca Nacional, vol. 59, pp. 341.

Assim o fez o cirurgião Florêncio Francisco dos Santos Franco que atuava diretamente na revenda do medicamento para outros comerciantes e agentes da cura em Minas. Encomendou grandes quantidades de medicamentos dos droguistas da capitania carioca, atuando como comissário dos mesmos, ao fornecer medicamentos à vendeiros, boticários, cirurgiões, físicos e aos doentes que ele mesmo tratava nas Gerais.<sup>276</sup>

Teve importante papel de fornecedor em diversas capitanias mineiras, principalmente remetendo pequenas quantidades de remédios a particulares que lhe suplicavam, como foi o caso de Josefa Maria de Almeida que “*solicitava remédio para o tratamento de sua doença*”<sup>277</sup>, de Manuel Antônio da Silva, que lhe pagou a quantia de “*34\$060 réis pelos remédios remetidos*”<sup>278</sup> e de José de Faria Pereira que lhe pediu envio de medicamentos para “*o tratamento da doença do filho de uma escrava*”.<sup>279</sup>

Chegou em Minas Gerais em fins do século XVIII e, após alguns anos peregrinando nos arraiais da capitania negociando medicamentos, foi eleito cirurgião-mor do Regimento de Cavalaria de Vila Rica e comissário e delegado da Repartição de Cirurgia da mesma capitania. Em 1808 foi nomeado cavaleiro da Ordem de Cristo e, oito anos após essa honraria, figurava como Irmão na Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica<sup>280</sup>.

A ascensão social alcançada por Florêncio Francisco dos Santos Franco é marcada pela sua arrematação dos dízimos das Gerais no primeiro quartel do século XIX, porém isto não o fez abandonar o comércio, logo após a arrematação continuou cuidando de sua clientela de proprietários de cavalos e potros, tratando dos animais tal

---

<sup>276</sup> BNRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos. MS: I-10, 29,004; I-10,29, 008; e, I-10,27,009.

<sup>277</sup> Idem. MS: I-10, 29, 001.

<sup>278</sup> Idem. MS: I-10, 29, 008 .

<sup>279</sup> Idem. MS: I-10, 31, 001.

<sup>280</sup> Idem. MS: I-27, 06, 001.

qual como fosse um veterinário, enviando medicamentos importados para suas moléstias<sup>281</sup>.

Florêncio teve uma atuação comum como cirurgião na América portuguesa já que estes atuaram em diversas atividades relacionadas à economia, como o comércio, o engenho de açúcar, o cuidado de fazenda de gados e o trato africano entre outras formas de enriquecer que não estivesse ligada exclusivamente à profissão médica.<sup>282</sup> Devido à escassez da presença de físicos formados em universidades os cirurgiões ocupavam esse papel no tratamento dos enfermos como fica claro, através da documentação da Câmara de Vila Rica, em 1776, na solicitação do cirurgião José Pereira dos Santos de um mandado de pagamento referente aos seus serviços prestados quando havia atuado como médico do partido da Câmara.<sup>283</sup>

Os condutores que saíam do Rio de Janeiro com grande quantidade de medicamentos indo em direção dos arraiais mineiros também foram personagens de grande importância para a circulação dos fármacos. A historiografia atribui a esse segmento social a condição de atravessadores ou viandantes, pois esses homens enfrentavam a extenuante viagem através dos caminhos<sup>284</sup>.

Homens como Manoel Inácio Roiz, Custódio Gomes de Serqueira, João de Souza Ribeiro, João Esteves Pessoa e Estevão Anastácio eram alguns dos muitos indivíduos que levavam os remédios para Minas Gerais. Sua existência e atuação contínua viabilizou todo o consumo de drogas e outros produtos importados no interior

---

<sup>281</sup> Idem. MS: I-26, 35, 067.

<sup>282</sup> WISSENBACH, Gomes Ferreira e os símplices da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil colônia. In: (Org.). FURTADO, Junia F. O Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. vol. 1, p. 122.

<sup>283</sup> CMOP, Banco de dados, 26.06.1776. Cx. 50, Doc. 16.

<sup>284</sup> CHAVES, Cláudia. Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas setecentistas. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999; FURTADO, Junia Ferreira. Homens de Negócio. A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas setecentistas. SP: HUCITEC, 1999; e, FRAGOSO, João L. R. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

da América. Com auxílio de mulas e carroças os condutores levaram embrulhos e inúmeras caixas contendo arrobas e quartéis de remédios que possuíam destino certo quando chegavam à capitania mineira, como podemos constatar no bilhete junto do carregamento que o mercador Antônio Roiz de Carvalho enviava para Sabará em 1792:

Atesto que os gêneros acima declarados remeto para a vila do Sabará a Manoel de Paiva Moreira por sua conta e risco pelo condutor João Esteves Pessoa e vão em uma caixa, um fardinho e um barril com a marca a margem o que se necessário for juro aos santos evangelhos.<sup>285</sup>

Alguns condutores compravam remédios dos comerciantes do Rio de Janeiro e revendiam em Minas por conta própria, sem encomenda prévia, o que lhes devia gerar algum lucro no repasse desses gêneros. Antônio Borges Rodrigues proeminente boticário em Mariana que aparece nos anos de 1790 como um dos destinatários de drogas que partiam do Rio de Janeiro, atuou nas décadas de 1740-1750 como caixeiro do seu tio Paulo Rodrigues Ferreira, sócio do droguista José Rodrigues de Carvalho como abordamos acima<sup>286</sup>.

Todo esse grupo de indivíduos juntamente como os droguistas foram os protagonistas na circulação dos medicamentos no ultramar e não se pode compreender a emergência de uma medicina aparatada por instituições do Estado, que começa a florescer no final do século XVIII e início do XIX, sem deixar de observar importância que esses agentes tiveram na economia do medicamento e na difusão dos remédios pouco ou muito conhecidos pelos coloniais.

---

<sup>285</sup> ANRJ, Casa dos Contos, Avulsos, cx. 102.

<sup>286</sup> COELHO, Ricardo Ribeiro. O universo social das artes de curar: um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (século XVIII). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, 2012. pp. 125

### 3.3.1 - Da Carga

Minas Gerais foi um local privilegiado no destino das frotas de medicamentos devido ao crescimento do número das licenças expedidas para boticários a partir da segunda metade do século XVIII, a construção do Hospital Militar, da compra de medicamentos através das câmaras que tomaram para si essa atribuição, além da construção de diversos presídios e destacamentos militares nos sertões da capitania<sup>287</sup>.

A Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica era pouco atuante no que diz respeito a assistência aos enfermos e apenas nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX percebemos a ocupação, por essa instituição, do lugar que ficou relegado a câmara vilarriquenha desde o início da colonização das Minas, mesmo assim com pouca escala de alcance haja vista a constatação de Saint-Hilaire sobre a Misericórdia, na segunda década do oitocentos

Existe em Vila Rica um hospital civil mantido pela irmandade da Misericórdia; mas este estabelecimento atesta a mais deplorável das negligências. Não é para lamentar que na capital de uma região que se diz cristã, e onde tantas somas se despendem para construir igrejas inúteis não se tenha ainda pensado em oferecer um asilo conveniente à pobreza sofredora? E se os particulares são tão indiferentes ao cumprimento desse dever, não é para espantar que os governos não tenham tomado a menor disposição para suprir o seu pouco zelo?<sup>288</sup>

Em Minas Gerais não era a “instituição primeira” voltada para a assistência dos pobres e dos enfermos que proveu à população de medicamentos, mas sim as câmaras e

---

<sup>287</sup> FRANCO, Renato. Pobreza e Caridade Leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2011; SOUZA, Laura de M. Desclassificados do Ouro – a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 111; e, MARQUES, Vera R. Beltrão. Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. p. 205-206.

<sup>288</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975. p. 71-73. Sobre a pouca atuação da Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica ver: FRANCO, Renato. Pobreza e Caridade Leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2011.

os particulares: comerciantes, cirurgiões e boticários o que marcou o caráter civil desse comércio. Exemplo disso foi o ofício de “*Manoel Teixeira Sampaio, boticário, morador na Vila do Ribeirão do Carmo, solicitando provisão que o autorize a receber a quantia de 150 mil réis, para fornecer os medicamentos necessários aos presos e pobres da vila*”<sup>289</sup>.

Os remédios encomendados para Minas eram transportados tais como as especiarias, ou seja, em: fardos, caixas e cestos, e empilhados no porão das embarcações. Quando aportavam na América portuguesa esperavam a liberação da alfândega, ficando acondicionados em armazéns onde caso não estragassem ou passassem livre pela ação dos órgãos fiscalizadores partiam em lombo de burro para Gerais.<sup>290</sup>

Os comerciantes dividiam a mercadoria que chegava nos portos em quantidades exatas dos remédios enviados, ou seja, os fármacos eram pesados em libras medicinais, onças e oitavas para depois serem embalados e encaixotados como fez Antônio Roiz de Carvalho em 13/01/1797 em uma remessa levada por Francisco José Correia Braga, separando sua mercadoria em “*três caixas e um fardo*.”<sup>291</sup>

As cargas partiam do Rio de Janeiro e percorriam o Caminho Novo que superou o Caminho do Sertão no momento em que a Coroa portuguesa proibiu a circulação de víveres nessa região temendo os constantes descaminhos do ouro, a evasão do fisco, das entradas, dos dízimos e do gado. O viajante que seguia pelo Caminho Novo chegava em Minas em torno de 16 dias, esse trajeto era chamado de variante da terra firme que seguia o vale do rio Santana contornando os baixos alagadiços da Baixada Fluminense o que encurtou o caminho em quatro dias (em relação ao Caminho Velho). Durante todo o

---

<sup>289</sup> AHU, Minas Gerais, 1721. Projeto Resgate, Loc. A721, 12, 12 – Requerimento de Manoel Teixeira Sampaio...

<sup>290</sup> BOXER, Charles. O Império Marítimo português (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 2001. p. 215.

<sup>291</sup> ANRJ, Casa dos Contos, Documentos Avulsos, Cx. 102.

percurso existiam roças para atender a passagem das tropas que seguiam em direção às Gerais.<sup>292</sup>

Entre os limites dos distritos existiam os Registros, que eram estabelecimentos fiscais que visavam arrecadar os direitos de entradas pertencentes a Coroa portuguesa. Esses postos fiscais eram guardados por destacamentos militares que controlavam o escoamento da produção aurífera e cobravam taxas, não fixas, sobre a entrada de pessoas, animais e gêneros. Por esses registros passaram as listas de remessas de remédios que deveriam ter sua carga declarada e taxada por conta de quem os tivessem encomendado.<sup>293</sup>

Todas as cargas de remédios eram transportadas para Minas pelos condutores que, como abordamos anteriormente, levavam barris, vidros, caixas, caixotes e embrulhos dependendo do tamanho da carregação. As caixas e os caixotes eram cobertos “*pregados e encerados*” para melhor conservação o que demonstra uma constante preocupação com a manutenção da qualidade dos mesmos.<sup>294</sup>

As remessas foram, em sua maioria (80%), encomendadas pelos boticários, cirurgiões ou comerciantes de Minas, diretamente aos mercadores estabelecidos no Rio de Janeiro, como foi o caso da receita de gêneros medicinais que enviou Diogo Vieira de Azevedo, em 10 de agosto de 1792 para Vila Rica, “*em duas caixas e um fardinho para o boticário Manoel Coelho Pereira*” custando, essa carga 109 000 réis e outras duas caixas, em 07/05/1796, para o mesmo boticário, no valor de 128 300 réis o que significava uma quantia superior ao preço estipulado para a compra de um escravo

---

<sup>292</sup>ELLIS, Miriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. In: Revista de História, vol.17, n. 36, São Paulo, 1958. p. 431- 432; e, ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1990. pp. 119.

<sup>293</sup> ELLIS, *op. cit.* p. 436; e, BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 137. A documentação analisada faz parte dos carregamentos taxados no Registro do Caminho Novo. ANRJ, *op. cit.* Cx. 68-132.

<sup>294</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos. Cx. 32-160.

jovem, que custava 100 000 réis à época.<sup>295</sup>

Uma outra parte das remessas (20%) eram de propriedade dos próprios caixeiros e condutores que compravam os medicamentos por conta própria dos comerciantes na capitania carioca e revendiam em Minas, como fez Antônio de Sá em 06 de maio de 1794 quando comprou um volumoso carregamento do mercador Antônio Roiz de Carvalho levando “*para quem de direito pertencer por conta e risco do condutor*”. Segundo Mafalda Zemella, essa foi uma prática comum entre os tropeiros que “*compravam nas vilas e cidades do litoral gêneros, fazendas e utensílios de toda a espécie e os levava para o interior, ganhando sobre a venda porcentagens exorbitantes*” o que os propiciavam enriquecer.<sup>296</sup>

Os remédios tinham como destino as boticas particulares, as dos destacamentos militares, as dos presídios, as da Santa Casa de Misericórdia e as do Hospital Militar para provê-los. Os medicamentos partiam do Rio de Janeiro com destino certo e o abastecimento era realizado para toda a capitania, em locais como: Sabará, São João Del Rei, Vila Rica, Tijuco, Barbacena, Caeté, Pitangui, Serro, Inficionado, Brumado, São José Del Rei, Mariana, entre outros, o que demonstra uma disseminação do consumo de fármacos importados no final do século XVIII.<sup>297</sup>

Os droguistas coloniais priorizaram a carga de medicamentos compostos, em sua maioria, os compostos químicos, químicos-galênicos – mistura de símplices com químicos - e os compostos vegetais. De acordo com o gráfico 9 entre todos os remédios destinados a Minas 75% eram compostos e 25% símplices. Isto se explica pela difusão que as formulações secretas (tinturas, águas, elixires, tônicos, pílulas, essências, xaropes, unguentos, espíritos, sais, entre outros) adquiriram no continente americano e

---

<sup>295</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cx. 68.; Sobre preço de escravos ver: ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1990.

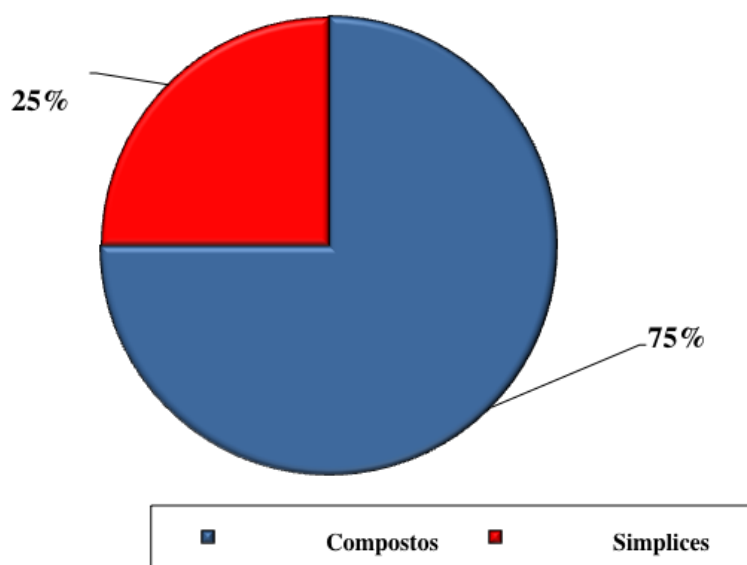
<sup>296</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Docs Avulsos. Cxs. 76 e 102.

<sup>297</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Docs Avulsos. Cxs. 76 e 102.



pela aceitação das mesmas entre os profissionais ligados à arte médica e entre os colonos, de forma geral, no ultramar<sup>298</sup>.

### Gráfico 3.3.1.1– Tipologia dos Remédios remetidos para Minas Gerais (1777-1803)



**Fonte:** ANRJ, 1777-1803, Coleção Casa dos Contos, Avulsos. Cxs. 32-160.

Os medicamentos compostos eram preparados à maneira do que hoje se denominaria “produção em série”, diferente do modo de manipular medicamentos individualmente, focado em cada doença e para cada sintoma relatado pelo doente, normalmente vendidos e preparados pela botica mais próxima de sua casa. Os compostos seguiam um padrão específico de preparação sendo depois distribuídos inclusive para outros países, como foi o caso da Água de Inglaterra, que Jacob de Castro Sarmiento tinha o privilégio de deter sua formulação. Como as fórmulas de segredo eram de

<sup>298</sup> A respeito dos meses de embarque de drogas para a América ver: DIAS, José Pedro Sousa. Drogueiros, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p.156.

conhecimento exclusivo de quem as idealizava e possuíam autorização da Coroa para a manutenção do segredo, não eram manipuladas em botica, mas em um laboratório privado. Tornavam-se conhecidas pelo nome comercial, dado pelos seus preparadores e vinham acompanhadas de uma bula indicativa. Alguns compostos eram tão familiares devido a sua popularização por meio das farmacopeias e tratados farmacêuticos que era fácil seu uso e conhecimento pelos boticários<sup>299</sup>.

Outro aspecto a ser considerado é que os comerciantes de medicamentos importavam menos símplies pela facilidade que tinham em estragar nos deslocamentos, o que aumentava as suas chances em ter perdas financeiras já que os mercadores deveriam repor os remédios estragados. Além do mais, no final do século XVIII, há um aumento na aplicação terapêutica das plantas e animais brásílicos pelos boticários que muitas vezes substituíram os gêneros importados como Diogo Vieira de Azevedo que no inventário de sua botica, em 1801, continha “10 libras de cravo do maranhão, 14 libras de cacau e 39 libras de ipecacuanha”. O encurtamento das viagens dos fármacos é um dado relevante, mas não pode ser considerada a única explicação para a utilização dos remédios nativos, pois de qualquer forma os mercadores adquiriam os produtos em Lisboa, salvo a via do contrabando.<sup>300</sup>

Em relação aos remédios mais enviados para os arraiais mineiros podemos observar, de acordo com a tabela 4, que o Maná foi periodicamente enviado, quase todos os anos consultados havia esse produto nas listas, seguido pela Salsaparrilha.

Com exceção do Sal Catártico todos os medicamentos com maior quantidade de

---

<sup>299</sup> MARQUES, Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. pp. 164; e, MARQUES, Vera R. Beltrão. Remédios secretos – saberes e poderes. Trabalho apresentado no 49º Congresso Internacional de Americanistas. Problemas urbanos e de saúde no Brasil. Quito, jul. 1997. Acessar: <http://antropologia.com.ar/congressos>.

<sup>300</sup> Símplies eram drogas naturais, sem composição e que poderiam entrar na composição dos medicamentos. Ex: maná, sene, açafão, canela (vegetais); Sobre os remédios ver: EDLER, Flávio Coelho. Boticas & Pharmacias. Uma História Ilustrada da Farmácia no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

remessa são simples vegetais, pois em quantidades individuais as plantas dominaram o universo das cargas, mas no somatório geral e na diversidade de remédios foram os compostos que vigoraram nas carregações.

O Maná era um vegetal bastante conhecido indicado para purgar os humores trazendo o equilíbrio do corpo e revigorando a saúde, além de ser componente em diversas receitas aviadas nas boticas servido para quase todo tipo de doença, como relatou Luis Gomes Ferreira em 1735, quando descreveu o caso do alferes Gervásio Barbosa que *“estando sufocado com um acidente de asma, sarou com dois vomitórios e uma purga de maná”* além das diversas aplicações que indica para o medicamento relatando que *“nas enfermidades do peito o maná é admirável remédio e tem o principiado, pelo menos nessas Minas, aonde tem provado maravilhosamente nessas doenças”*<sup>301</sup>.

Do tempo do tratado médico de Luís Gomes Ferreira (1735) aos envios de medicamentos dos droguistas do Rio de Janeiro para Minas Gerais tem-se uma passagem de pelo menos 42 anos e a persistência do maná como um dos remédios mais enviados para as Gerais deve-se a fama costumeira que esse produto adquiriu nos arraiais do interior do Centro-Sul.

A Salsaparrilha foi um medicamento encontrado pelos espanhóis, no século XVI, e levado para a Europa a esse tempo. As propriedades medicinais deste produto se relacionava ao tratamento da sífilis e de afecções cutâneas, muitas vezes advindas da primeira, sendo utilizada como sudorífero e depurativo na forma de pílulas e pós para formar uma mistura consistente – chamada eletuário - que normalmente era misturado

---

<sup>301</sup> FURTADO, Junia F (Org.). O Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. Vol. 1, pp. 222.

ao mel<sup>302</sup>.

**Tabela 3.3.1.1: Quantidade de medicamentos mais enviados para Minas Gerais (1777 e 1803)**

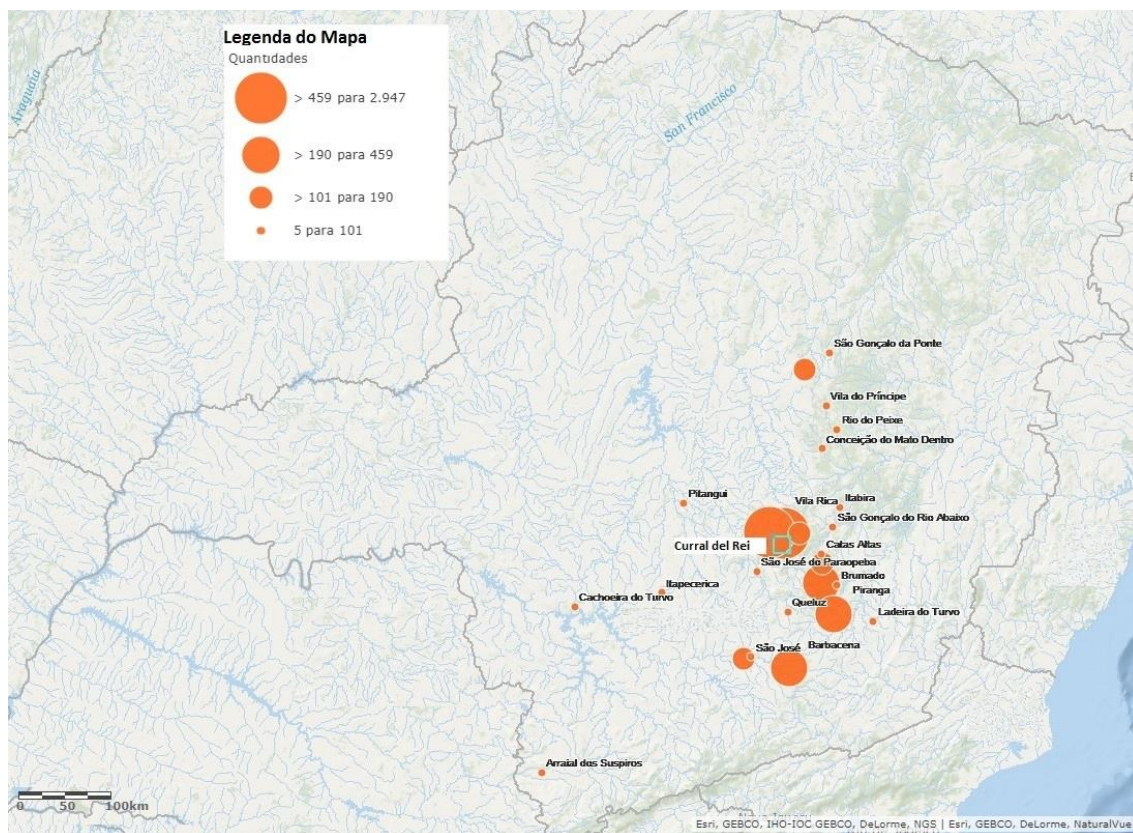
Ano	Remédios				
	Maná	Salsaparrilha	Sene	Sal Catártico	Alfazema
1777	-	-	-	-	-
1789	65	99	41	65	42
1790	57	15	-	17	8
1791	206	57	108	18	27
1792	204	47	71	26	105
1793	62	5	7	24	4
1794	804	322	295	251	132
1796	55	6	8	-	-
1797	77	63	43	60	18
1798	151	6	48	26	22
1800	69	45	-	-	54
1801	111	60	62	22	30
1803	-	-	-	-	32
Sem informação	69	30	25	58	16
Total	1.930	755	708	567	490

Fonte: ANRJ, 1777-1803, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cxs. 32-160.

O gráfico 3.3.1.1 ilustra os destinos que receberam maior quantidade de medicamentos durante o período de 1777 a 1803, dentro da capitania mineira. Sabe-se que os remédios comprados no Rio de Janeiro seguiam para regiões mineradoras de fronteira e para espaços militarizados como foi o caso dos gêneros que seguiam na carreira da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

<sup>302</sup> MEDEIROS, Maria Franco Trindade; SENNA-VALLE, Luci de; e, ANDREATA, Regina Helena Potsch. Histórico e o uso da Salsaparrilha (*Similax spp*) pelos boticários no Mosteiro de São Bento. In: Revista Brasileira de Biociências, vol. 5, supl. 1, Porto Alegre, 2007. pp. 28.

### Mapa 3.3.1.1: Cidades, vilas e Arrais Mineiros - destinos dos medicamentos (1777 - 1803)



Fonte: ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Documentos Avulsos, Cx. 32-160.

Sabará (ao lado do arraial chamado Curral del Rei) foi a vila que mais recebeu remédios pelo fato da região do Rio das Velhas, ser a maior de Minas Gerais, o que a tornava um espaço (re) distribuidor desses gêneros entre a comarca. Também faziam parte da jurisdição do Rio das Velhas a vila de Pitangui, o arraial do Brumado, do Paraopeba e os julgados do Papagaio, São Romão e Paracatu. Essas áreas estavam divididas entre as que possuíam lavras e roças férteis, como era o caso de Paraopeba e outras, como São Romão, que tinham sua localização encravada os sertões das Gerais, abrigando presídio para defender a região dos ataques de índios bravios.

Vila Rica aparece como a segunda maior receptora de remédios, no final do século XVIII, o que se explica pelo fato dessa vila contar com a presença botica da Fazenda Real que provia os destacamentos militares, presídios, hospitais militares e a

Santa Casa de Misericórdia de medicamentos, além de boticas particulares, que vendiam os medicamentos para população que possuía recursos.

Os Hospitais Militares foram criados para o tratamento de soldados doentes. Junto ao hospital se localizava a Botica Real que teve como administrador, do final do século XVIII até a primeira década do século XIX, o boticário Antônio da Costa Coelho que comprava remédios do Rio de Janeiro para prover as boticas do referido hospital e dos presídios e destacamentos militares mineiros. A Botica Real pertencia à Fazenda Real e as cargas de remédios que saíam para o cuidado dos soldados eram listadas, assinadas e autorizadas pelo escrivão ou pelo inspetor da Junta da Real Fazenda.<sup>303</sup>

A manutenção do Hospital Militar se dava através de descontos do soldo dos oficiais e dos soldados das tropas de dragões. Um cabo de esquadra recebia, em 1734, “(...) de soldo inteiro quatrocentos e vinte e quatro réis por dia de que se lhe abatem trinta e cinco réis para a farda e treze réis e meio para o hospital (...)”.<sup>304</sup> Em 1738, era descontado, para o Hospital Militar, do soldo recebido pelo capitão de companhia, 40 réis diários.<sup>305</sup> A estada dos soldados no hospital era controlada pelas autoridades, de modo que o governador das Minas ordenava, em 1754, que o cirurgião ou médico não prolongasse a estada no hospital: “(...) quando entender em sua consciência ele não necessita pois deve sair do dito hospital, ainda que não esteja capaz do serviço, a convalescer no seu quartel (...)”.<sup>306</sup> Também, que o comandante do destacamento “(...) visite todos os dias os soldados que estiverem no hospital e examine se estes soldados por conveniência própria, os conserva o dito cirurgião ou médico nele (...)”.<sup>307</sup> O cirurgião que atendia aos soldados recebia uma quantia retirada “(...) dos soldos de

---

<sup>303</sup> ANRJ, 1804-1809. Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cxs. 27-54.

<sup>304</sup> APM, SC 33, folha 17.

<sup>305</sup> APM, SC 62, folhas 51-51v.

<sup>306</sup> APM, SC 69, folha 123.

<sup>307</sup> APM, SC 23, fl. 148.

*todos os soldados das duas tropas de dragões, o que é suave para os ditos soldados, muito conveniente por terem onde se curarem (...)*”. Entretanto, os custos com o hospital também eram cobertos pela Fazenda Real, conforme apontava o Rei D. João V dizendo que pela sua “(...) *real piedade ordenasse que o hospital se pagasse de minha real fazenda a maioria que fosse necessário tirando dos soldados o mesmo que até o momento se tira (...)*”<sup>308</sup>.

A Santa Casa de Misericórdia estava presente em Vila Rica desde o segundo terço do século XVIII. Essas instituições contavam uma farmácia subsidiária ao seu hospital que o abastecia de remédios. A Misericórdia de Vila Rica era abastecida pela botica da Fazenda Real que comprava medicamentos importados via Rio de Janeiro que repassava à instituição os produtos para o curativo dos colonos. Segundo o historiador Renato Franco, a Misericórdia vilarriquenha, do ponto de vista assistencial, não exerceu função de grande envergadura, conforme mencionamos anteriormente, permanecendo a incumbência das Câmaras o pagamento de médicos, cirurgiões e boticários do partido para atender aos pobres, porém mesmo pouco atuante a Santa Casa de Vila Rica receitou e cuidou de diversos enfermos, inclusive escravos em finais do setecentos.<sup>309</sup>

Barbacena e da vila de São João Del Rei eram regiões escoadoras do comércio entre Minas Gerais e Goiás e entre Minas e Cuiabá. O grande número de tropas que partiram em direção ao sertão fazia desses arraiais um ambiente de paragem, sendo os mesmos abastados por essa razão. O envio de parte dos gêneros medicinais para Barbacena e para São João Del Rei revela uma interiorização e circulação ainda maior do comércio de remédios, devido ao papel de entreposto comercial que essas regiões possuíam para as áreas do interior da América portuguesa. Certamente havia

---

<sup>308</sup> APM, SC 23, fls. 26-26v.

<sup>309</sup> FRANCO, Renato. Pobreza e Caridade Leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2011 p. 15.

profissionais da arte médica que atendiam à população nesses arraiais, entretanto, o volume das remessas e a existência de pesquisas que revelavam um contato dessas regiões com outras do interior nos permite afirmar que parte dos remédios seria revendida para mercados ainda mais longínquos.<sup>310</sup>

O Serro Frio era a cabeça da comarca homônima que tinha no arraial do Tijuco, futura cidade de Diamantina, seu principal ponto de extração de diamantes. Nessa área se estabeleceram os contratadores de diamantes, membros da elite que tinha a incumbência de contratar médicos e boticários para a região, além da manutenção de um hospital para cuidar dos escravos e uma botica para o receituário dos medicamentos para os doentes. A partir de 1771, com a monopolização da exploração dos diamantes, a manutenção da saúde da população do Tijuco passa a ser responsabilidade da Intendência dos Diamantes.

As boticas foram locais privilegiados na recepção de remédios importados, mas estes também podiam ser vendidos nas lojas de miúdos, de ferragens ou por mercadores donos de botica com a devida autorização da Câmara e da Fisicatura-Mor, pois alguns arraiais não contavam com a presença de boticários.<sup>311</sup>

As remessas de remédios não possuíam um período determinado para serem enviadas para Minas, podendo o carregamento sair de janeiro a dezembro o que evidenciaria um excelente funcionamento do processo de importação de medicamentos e de fornecimento dos mesmos para a capitania mineira, sendo está um local de atração

---

<sup>310</sup> LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1824. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992; e, ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais – memória histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. pp. 128.

<sup>311</sup> ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1990. pp. 161-165; e, FURTADO, Júnia F. Boticários e Boticas nas Minas do Ouro. Farmácia, Ofício e História. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005. pp. 36.



para o envio desse produto.

### 3.3.2 – Destinatários dos Remédios

Em Minas Gerais os destinatários dos medicamentos tiveram papel fundamental na promoção da ampliação da compra desses gêneros pelos diversos arraiais e instituições, pois diferente do que ocorreu na região norte da América portuguesa que a Companhia de Comércio era a responsável direta na provisão de remédios para os postos militares e instituições médicas em Minas essa tarefa ficou a cargo dos compradores dos medicamentos aos droguistas no Rio de Janeiro.

**Tabela 3.3.2.1: Destinatários dos remédios entre 1777-1803**

<b>Destinatários</b>	<b>Função</b>	<b>Capitania</b>
Capitão Valentim José dos Santos	Capitão	Sabará
Antonio Borges Roiz	Boticário	Mariana
Manoel Paiva Moreira	Não identificada	Sabará
Filho de Maria e Antonio Borges de Carvalho	Boticário	Mariana
Manoel de Paiva Mécia	Não identificada	Sabará
Roque João Pessoa	Não identificada	Sabará
Tomazia Rosa dos Santos	Não identificada	Piranga
Capitão Manoel Afonso Pedroso	Capitão-mor	Sabará
Manoel Coelho Pereira	Boticário	Vila Rica
José Joaquim Perpétuo	Cirurgião	Tijuco
Martinho Roiz da Costa	Padre	Rio do Peixe
José Antonio da Cruz Ferraz	Boticário	Barbacena
Diogo Lopes de Moraes	Não identificada	Mariana
Miguel Francisco Vieira	Mercador	Sabará
Francisco Roiz de Carvalho	Mercador	Piranga

Joaquim Lopes dos Santos	Não identificada	Queluz
Joaquim Coelho de Sousa	Capitão	São João Del Rei
Antonio da Costa Coelho	Boticário, Administrador da	Vila Rica
Manoel da Silva de Azevedo	Não identificada	Mariana
Manoel do Nascimento Leal	Não identificada	Vila Rica
João Bastos Xavier	Não identificada	São Gonçalo
Joaquim Bento de Lima	Não identificada	Serro
João Manoel Ambrósio de Magalhães	Não identificada	Tijuco
Capitão José Antonio da Rocha Franco	Capitão	Sabará
Domazo Pacheco Ribeiro	Não identificada	Sabará
Bento José Machado	Não identificada	Conceição do Mato Dentro
Joaquim Coelho Pereira	Boticário	Vila Rica
José Antonio da Cruz e Souza	Não identificada	Vila Rica
José Antonio Ferreira	Mercador	Sabará
Manoel Dias de Freitas	Mercador	São Gonçalo
João C. Gonçalves	Não identificada	Piranga
Francisco José Correia Braga	Não identificada	Sabará
Pedro Latherdisa França	Cirurgião	Sabará
Antonio Alves França	Capitão	Sabará
Antonio Ferreira da Silva	Não identificada	Sabará
Francisco Faria Moreira	Não identificada	Mariana
José Anastácio da Rocha Franco	Não identificada	Sabará
Antonio Francisco da Silva	Não identificada	Sabará
Antonio de Sá	Mercador	Não identificado
Manoel dos Santos de Toledo	Não identificada	Não identificada
Francisco Lourenço Borges	Mercador	Sabará
Antonio Barroso Pereira	Capitão	Queluz
José Dias Martins	Não identificada	Mariana
Francisco Martins	Não identificada	Não identificado
Luís José de Abreu	Não identificada	Não identificado

Antonio Coelho de Oliveira	Não identificada	Não identificado
José Velho de Lima	Não identificada	Não identificado
Antonio Nunes da Rocha	Mercador	Não identificado
Manoel Nunes	Mercador	Não identificado
João Fernandes	Capitão	Não identificado
João Xavier Gonçalves	Mercador	Não identificado
José Monteiro	Padre	Tijuco
Manoel Soares do Amaral	Cirurgião	Não identificado
Bernardo Ambrósio Medeiros	Não identificada	Não identificado
Alexandre de Farias Barros	Não identificada	Não identificado
Manoel Pessoa Guimarães	Tenente	Não identificado
José Nunes	Boticário	Sabará
Isidoro de Castro	Alferes	Não identificado
Manoel Pessoa de Albuquerque	Não identificada	Não identificado
Antonio Gonçalves Cortes	Mercador	Não identificado
Antonio Ferreira Carneiro	Mercador	Não identificado
Bento José de Macedo	Não identificada	Não identificado
Antonio Correia Burgos	Capitão	Não identificado
Manoel Pessoa de Araújo	Mercador	Arraial do Raposo
João Ferreira Pacheco	Mercador	
<b>Total</b>		<b>14.040</b>

**Fonte:** Banco de dados referente ao carregamento de remédios que partiram do Rio de Janeiro, ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, 1777-1803, Cxs. 32-160.

José Joaquim Perpétuo era cirurgião e “*exercia publicamente a arte farmacêutica*” por mais de 12 anos na vila do Príncipe. Em 1782, ano da criação da Junta do Protomedicato, solicitou uma nova autorização do físico-mor para continuar com sua botica aberta, pois “*havia sido examinado e aprovado pelo Comissário e Sub-Delegado do Físico-mor destes Registros e suas Conquistas no ano de 1768*” podendo sua carta de exame ser encontrada nos livros de Registros da Câmara da dita vila. Seu

requerimento tinha o objetivo de mantê-lo de acordo com “*as novas ordens de Vossa Majestade*” afastando quaisquer transtornos relacionados à fiscalização de sua botica. José Joaquim Perpétuo atuava efetivamente como licenciado em farmácia e as encomendas de remédio que fazia no Rio de Janeiro seguiam todas para o abastecimento de sua loja na vila do Príncipe.<sup>312</sup>

Martinho Roiz da Costa e José Monteiro eram padres e atuavam como boticários em Minas (tabela 7) o que era uma prática costumeira, de acordo com a historiadora Júnia F. Furtado dos três boticários que atuavam na Comarca do Serro Frio, em 1736, todos eram padres. Essa presença de religiosos na arte farmacêutica pode ser explicada devida antiga tradição das boticas conventuais e da dedicação dos clérigos no auxílio dos enfermos.<sup>313</sup>

Perfil diferente possuía José Nunes, boticário estabelecido em Sabará, que contribuiu para uma circulação ainda maior dos medicamentos. Apareceu na relação dos homens mais ricos da capitania, arrolada em 1756, a pedido do Conselho Ultramarino e sua ascensão social e econômica foi promovida pelo comércio, pois sendo apenas proprietário de botica não atingiria esse patamar. A importância de Sabará como centro distribuidor de gêneros para a comarca do Rio das Velhas contribuiu para a expansão e extensão de seus negócios.<sup>314</sup>

A crioula forra Tomazia Rosa dos Santos, moradora do arraial do Piranga, em Mariana comprava medicamentos do Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, para

---

<sup>312</sup> AHU, 1782, Manuscritos Avulsos de MG. Cx.118, Doc. 5, Requerimento de José Joaquim Perpétuo, morador com sua botica...

<sup>313</sup> FURTADO, Junia Ferreira. Homens de Negócio. A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas setecentistas. SP: HUCITEC, 1999. p. 250.

<sup>314</sup> AHU, 1756, Manuscritos Avulsos de MG. Cx. 70, Doc. 41, Carta de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio...

auxiliá-la na cura de suas parturientes<sup>315</sup>. De acordo com o historiador Ramon Fernandes Grossi, as parteiras ocupavam um papel fundamental no mundo das curas, pois o momento do parto era um domínio feminino e apenas em casos graves a mulher requeria a presença de um cirurgião<sup>316</sup>.

Francisco Lourenço Borges era comprador de medicamentos dos mesmos droguistas estabelecidos no Rio de Janeiro, porém seu intuito era de repasse desses gêneros. Francisco era comerciante, estabelecido na vila de Sabará, e tinha como patrimônio: imóveis em Queluz, fazenda em Paraopeba, sete escravos, 26 bestas, 12 vacas, três éguas, seis potros e dinheiro corrente. Esse mercador comprava gêneros de botica, no Rio de Janeiro de Antônio Roiz de Carvalho, João Viana Gomes, Gaspar Barbosa Lima, entre outros, para vender em sua loja de secos e molhados. Em 1824 determinou em seu testamento que fosse paga a quantia de 28\$000 réis aos herdeiros de Antônio Roiz de Carvalho por conta de uma dívida contraída na compra de remédios. Também declarou que andou “*negociando nestas Províncias de Minas Gerais e na Corte do Rio de Janeiro*” e que carregou “*várias remessas de dinheiro e fazendas para uma e outra Província*”, o que pela quantidade de muares que possuía atuava no transporte de gêneros entre essas regiões na condição de caixeiro, fato que sublinha que não eram apenas os envolvidos diretamente nas práticas curativas os interessados nas encomendas dos fármacos.<sup>317</sup>

Um expressivo comprador de medicamentos foi Valentim José dos Santos. Era Capitão da Segunda Companhia de Ordenança do distrito do Curral Del Rei, termo da vila de Sabará, sendo cliente de Gaspar Barbosa Lima e Antônio Roiz de Carvalho.

---

<sup>315</sup> Casa Setecentista de Mariana, Inventário de Tomazia Rosa dos Santos, 1801.

<sup>316</sup> GROSSI, Ramon F. O universo da cura na Capitania das Minas Gerais (1750-1808). In: Revista da Faculdade de Letras História, Porto, III série, vol. 6, 2005. pp. 181.

<sup>317</sup> Museu Regional de São João del Rei. 1824, Testamento de Francisco Lourenço Borges. Cx. 14. Transcrito por Adriana Aparecida Nolasco e disponível em: <http://geosites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>

Valentim foi responsável pelo cuidado da saúde de seus oficiais no assentamento militar que comandava, sendo sua responsabilidade a compra de remédios importados para a Segunda Companhia de Ordenança do distrito do Curral Del Rei, o que demonstra a abrangência desse comércio e a existência de uma demanda por esses produtos em locais afastados dos termos das vilas, por mais irregulares que fossem os comboios.

A partir da década de 1760 iniciaram, em Minas Gerais, ações para conhecer, explorar e ocupar os sertões intermédios. Para isso instalaram-se presídios<sup>318</sup> e ao redor dessas reduções de índios e povoamentos de colonos. De acordo com o historiador Erivaldo Fagundes Neves “Sertão” foi para o colonizador, estabelecido no litoral, até o século XIX

um espaço vazio no imaginário da sociedade colonial, indomado, selvagem, terra de índios bravos, do medo, em oposição à “região”, ao “espaço social ocupado”. Seria o lugar da desordem e da rebeldia, ou da outra ordem, e a cidade, o espaço privilegiado de atuação do elemento colonizador, onde se entabulariam as relações mais significativas entre os diferentes grupos sociais, portanto, o universo síntese da ordem social<sup>319</sup>.

Nesse sentido os sertões de Minas eram regiões que figuravam fora das zonas mineradoras, das rotas comerciais e dos aglomerados urbanos e essa ideia perdurou ao longo do século XIX, como evidenciou o naturalista Saint-Hilaire

O nome de Sertão ou Deserto não designa uma divisão política de território; não indica senão uma espécie de divisão vaga e convencional determinada pela natureza particular do território e, principalmente, pela escassez de população. O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da

---

<sup>318</sup> Presídio era uma unidade militar composta por uma guarnição de soldados pedestres. Pedestre era um tipo de soldado que não tinha vínculo com regimento militar, destacado para ronda nas vilas ou nos matos, quase sempre sobre o comando de um militar com vínculo. Ver: ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: Expansão Territorial de Minas Gerais na Direção do Litoral. In: Fronteiras, vol. 10, n. 17, Dourados – MS, 2008.

<sup>319</sup> NEVES, Erivaldo Fagundes. Sertão Recôndito, Polissêmico e Controvertido. In: KURY, Lorelai B. (Org.). Sertões Adentro: Viagem nas Caatingas Séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. pp. 36.

Mantiqueira ou, pelo menos quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte da comarca do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro do Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco. Essa imensa região constitui assim cerca de metade da Província de Minas Gerais, e se estende aproximadamente, desde os 13° até os 21° de latitude; mas não se deve pensar que o sertão se restrinja à Província de Minas Gerais; prolonga-se pelas da Bahia e Pernambuco, e a Província de Goiás, pela qual se continua, não é ela toda senão um deserto<sup>320</sup>.

Em 1769, Dom José Luís de Meneses, Conde de Valadares, mandou ocupar as terras no entorno dos presídios de Cuité, Pomba, Abre Campo e Peçanha, enviando vadios e perturbadores da ordem pública que mandou recolher nas vilas e arraiais da capitania visando o controle de determinados territórios indígenas e ampliar o conhecimento sobre o território<sup>321</sup>.

Os presídios mineiros eram postos localizados estrategicamente para salvar o território e contavam com a presença de alferes, Capitães-mores, índios, prisioneiros acusados de vadiagem e de outros tipos de delitos e por estar situado em região de sertão precisava de botica com medicamentos para curar seus membros de ataques de feras e de índios bravios<sup>322</sup>.

O mapa 3 aponta alguns presídios e destacamentos existentes ao longo do território mineiro, nomeadamente aqueles para onde se enviou remédios. Os medicamentos saíam da Botica da Real Fazenda, situada em Vila Rica, e partiam em direção ao sertão – para as instituições militares – onde enchiam as boticas de gêneros importados.

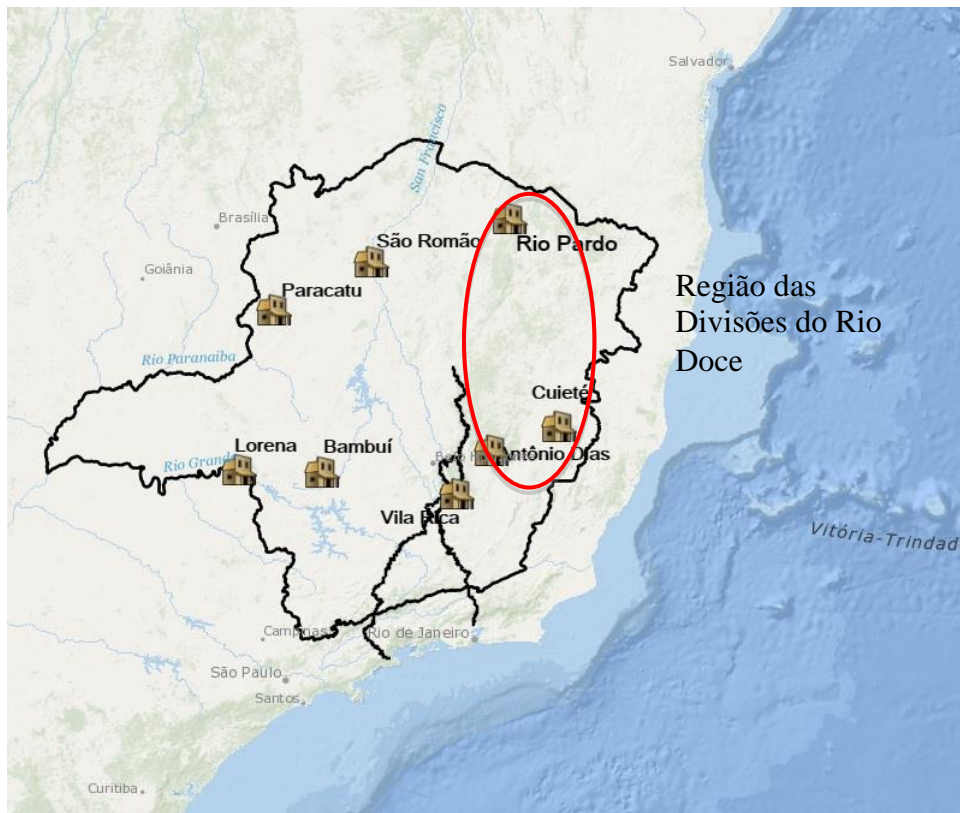
---

<sup>320</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975. p. 307.

<sup>321</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: Expansão Territorial de Minas Gerais na Direção do Litoral. In: Fronteiras, vol. 10, n. 17, Dourados – MS, 2008. pp. 72.

<sup>322</sup> SOUZA, Laura de M. e Desclassificados do Ouro – a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 204.

### Mapa 3.3.2.1 – Destacamentos e Fortificações Setecentistas em Minas – Rota dos Remédios

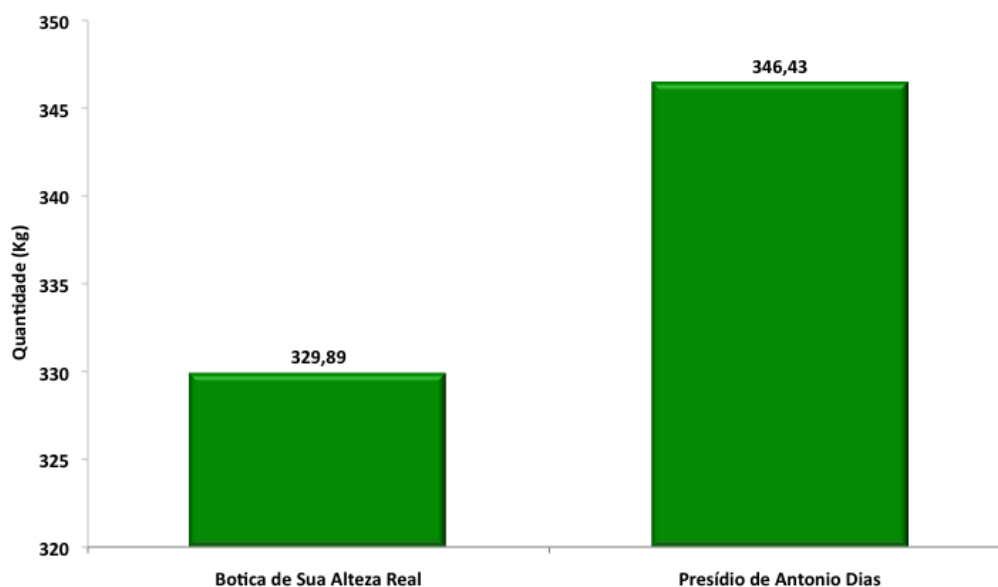


Fonte: ANRJ, Casa dos Contos, Avulsos, 1801-1807. Cx. 26-56.

O mapa acima ilustra os presídios e destacamentos mineiros. Nota-se que o Presídio de Antônio Dias, localizado na comarca de Sabará, foi de onde partiram a maior quantidade de gêneros enviados aos outros espaços militares. Esse presídio recebia da Botica da Fazenda Real, de Vila Rica, os medicamentos que seriam enviados pelas frotas rumo ao interior. O deslocamento dos fármacos de Vila Rica para Antônio Dias mostra uma concentração das atividades ligadas ao abastecimento de outros presídios e destacamentos por conta deste, isto se dava pelo fato da sua localização facilitar o acesso aos caminhos rumo as Demarcações do Rio Doce e dos espaços militarizados localizados na fronteira com a capitania de São Paulo, como por exemplo os destacamentos de Lorena e Bambuí.



### Gráfico 3.3.2.1 – Abastecedores dos Presídios Minas Gerais (1801-1807)



Fonte: ANRJ, 1801-1807, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cxs. 26-56.

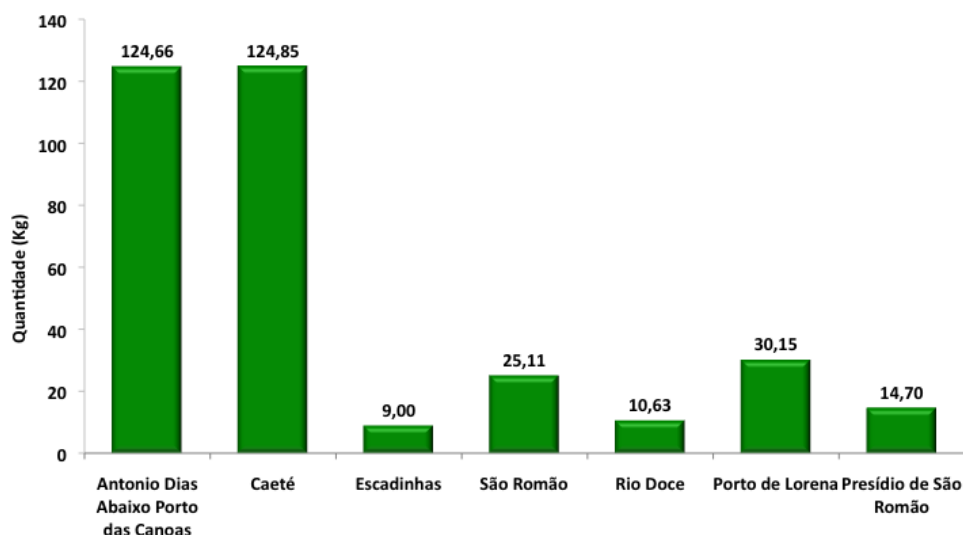
O presídio de Caeté ou Cuieté localizado próximo a Vila Rica e a Mariana, foi criado, por ordem do governador Luiz Diogo Lobo da Silva na década de 1760, com a intenção de recuperação de riqueza devido ao esgotamento das áreas tradicionais de exploração aurífera. Também havia um mito que na região do Cuieté existia uma serra de esmeraldas, crença que tinha sua origem no século XVI e XVII. Após sucessivas tentativas de exploração das minas de Cuieté e da abertura de uma estrada que ligasse esse sertão à Vila Rica o governador D. Rodrigo de Meneses que havia ido pessoalmente visitar essa região mandou encerrar os trabalhos de exploração. Porém o presídio foi mantido como posto avançado de defesa contra os índios botocudos, já que era situado próximo a Mariana e Vila Rica sendo sua ocupação e vigilância capaz de impedir incursões indígenas<sup>323</sup>.

<sup>323</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: Expansão Territorial de Minas Gerais na Direção do Litoral. In: Fronteiras, vol. 10, n. 17, Dourados – MS, 2008. pp. 76.

O presídio do Cuieté, construído desde 1760, era um estabelecimento bem guarnecido e por essa razão recebeu uma grande quantidade de remédios por meio da Botica Real, além de estar situado próximo das regiões mineradoras o que facilitava o seu abastecimento.

O presídio de Antônio Dias, também chamado de porto de canoas, já que partiam embarcações por meio dos diferentes rios que o cortavam, recebeu quase a mesma quantidade de fármacos que o de Cuieté. Embora não estivesse próximo a regiões mineradoras e não servisse de “tampão” para as invasões indígenas nos arraiais auríferos tinha a função, como foi descrito, de repassar os medicamentos recebidos pela Botica Real.

**Gráfico 3.3.2.2 – Espaços militares destinatários dos Remédios em Minas Gerais (1801-1807)**



Fonte: ANRJ, 1801-1807, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cxs. 26-56.

A descentralização do envio de medicamentos da Botica Real de Vila Rica no abastecimento dos presídios se dava por que era através da Botica Real que o Hospital

Militar de Vila Rica e a Santa de Misericórdia da mesma vila conseguiam se prover de medicamentos.

Assim como os presídios situados em regiões ao norte e oeste da América portuguesa, os presídios mineiros também consumiram em sua maioria medicamentos compostos e seus preferidos eram: Água de Rainha da Hungria, Água de Inglaterra e Água de Melissa, que tinham propriedades curativas para feridas, propícias para cirurgias ou febrífugas como foi descrito anteriormente.

**Tabela 3.3.2.2: Remédios enviados para os presídios e destacamentos mineiros – em mais quantidade (1801 - 1807)**

Remédio	Quantidade (em quilos)
Água da Rainha de Hungria	63,07
Água de Inglaterra	33,18
Água de Melícia	25,80
Maná	24,88
Cevada	18,09
Quina	16,24
Salsaparrilha	14,05
Aguardente do Reino	11,06
Sene	8,99

Fonte: ANRJ, 1801-1807, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cxs. 26-56.

Os oficiais militares comparam medicamentos diretamente do Rio de Janeiro, como foi o caso citado do alferes Valentim José dos Santos, porém era atribuição da Provedoria da Real Fazenda a aquisição dos remédios para provimento da Real Botica que, por sua vez, abastecia o hospital e os destacamentos militares. Era função do administrador da Real Botica a compra dos medicamentos importados afim de (re) distribuí-los entre os espaços encravados no sertão.

Antônio da Costa Coelho, boticário e administrador da Botica da Real Fazenda, em Vila Rica, foi o responsável por reenviava os medicamentos comprados do

Rio de Janeiro aos destacamentos militares em Minas e a instituições médicas na capitania mineira<sup>324</sup>.

Em 28 de setembro de 1804 enviou remédios e utensílios de botica em “*duas caixas para entregar ao comandante José Luís Saião para este as remeter para o destacamento do Cuieté ao cabo Floriano José de Souza Rosa para o curativo dos soldados (...)*”.<sup>325</sup>

Entre os anos de 1804 e 1809 partiram carregamentos de drogas da Botica da Real Fazenda para diferentes destacamentos militares em São Romão, Paracatu do Príncipe, Antônio Dias Abaixo, Cuieté, Sertões de Bambuí, Destacamento de Malhada, Destacamento da Segunda Divisão do Rio Doce, Presídio de Lorena, entre outros destacados no mapa 3<sup>326</sup>.

Antônio da Costa Coelho figura entre os indivíduos que compravam remédios diretamente dos droguistas do Rio de Janeiro, conforme mostra a tabela XX. Porém, a demanda do abastecimento dos presídios e destacamentos superava as frotas encomendadas na capitania carioca pela Botica Real fazendo com que alguns remédios fossem adquiridos de outros boticários de Vila Rica como foi o caso dos “*gêneros de botica que se remeterão para o destacamento de Cuieté comprados a Joaquim Coelho Pereira em 21 de Setembro de 1803 por conta da Real Fazenda*” e também dos “*gêneros de botica que se remeterão para o destacamento de Porto das Canoas em 21 de Setembro de 1803 por conta da Real Fazenda comprados a Joaquim Coelho Pereira*”.

Joaquim Coelho Pereira era boticário em Vila Rica e desde 1780 aparece nas

---

<sup>324</sup> MATHIAS, Herculano. Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969. p. 112.

<sup>325</sup> ANRJ, 1804, Coleção Casa dos Contos, Avulsos. Cx. 27. Receita dos remédios e drogas...

<sup>326</sup> ANRJ, 1804-1809. Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cxs. 27-54. Receitas ...

listas de destinatários de remédios importados dos droguistas do Rio de Janeiro. A aquisição de drogas via Fazenda Real aquecia ainda mais o mercado das drogas de botica em Minas que era favorecido, por si próprio, devido a corrida pelo ouro que gerou um considerável aumento populacional na região.

O Hospital Militar era abastecido, como foi abordado anteriormente, pela Botica Real que, por meio “*do boticário Administrador da Botica da Real Fazenda desta capitania Antônio da Costa Coelho, em todo o mês de dezembro do Ano de 1807, com as Receitas aviadas para os enfermos do Hospital Militar, e da Santa Casa da Misericórdia, Receitas de particulares, e gêneros vendidos à vista*”, mantinha conta aberta nessas instituições, ou seja, dívida ativa, onde no ano de 1807

Importava a quantia de Cinquenta e três mil cento e setenta e oito reis. A saber as do Hospital Militar abatida a terça parte, 20 386; as do Hospital da Santa Casa abatida a terça parte, 14 640; e receitas de particulares abatida a terça parte, 14 852; e de gêneros vendidos à vista 3 300; que todas unidas fazem a quantia de Cinquenta, e três mil centos, e setenta, e oito reis, que parece se lhe deve levar em conta, e deliberar-se nas respectivas do Hospital da Santa Casa, e do Boticário com o rendimento a vista.<sup>327</sup>

A elevada margem de lucro que vinha da venda dos medicamentos causou um hábito entre os boticários de abater a terça parte (um terço) no valor das receitas e dos remédios comprados pelos doentes ou por outras instituições como foi o caso das contas do Hospital Militar e da Santa Casa de Vila Rica, citados acima<sup>328</sup>.

O consumo de medicamentos nos Hospitais Militares e, principalmente, na Santa Casa de Misericórdia se dava por colonos que pagavam pela medicalização e por escravos destes. Manoel, escravo de Jacinta, consumiu duas onças de ponta de veado e

---

<sup>327</sup> APM, SC, Cx. 73, Doc. 12, fol. 7.

<sup>328</sup> ALMEIDA, Danielle Sanches de. Entre lojas e boticas: O comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2009. pp. 122.

três onças de infusão de sene, em 1807, comprados na botica da Santa Casa de Vila Rica. O mesmo ocorreu com João, escravo do tenente João Raimundo que teve receitado “*duas oitavas de cremor tártaro e nitro puro em pó a ser administrado em seis doses para combater dor nos ossos*”<sup>329</sup>.

Os destinatários dos diversos arraiais mineiros, que receberam remédios do Rio de Janeiro, promoveram uma circulação ainda maior desses gêneros no interior da América portuguesa, fazendo existir uma ampla rede que conectava os receptores dos fármacos ao destino final dos mesmos. Boticas de particulares, boticas militares, lojas de ferragens, de secos e molhados proveram a população de Minas Gerais de remédios a partir da encomenda que esses homens realizaram além das instituições oficiais como a Santa Casa e o Hospital Militar que embora não aparecesse nas listas como destinatários diretos receberam em Minas Gerais, em finais do século XVIII e início do XIX, quantias consideráveis de medicamentos importados<sup>330</sup>.

Da mesma forma a atuação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão buscou introduzir em pontos longínquos – os presídios e fortificações – medicamentos importados de Portugal. Neste capítulo, procuramos analisar as formas de abastecimento dos produtos importados nas capitânicas do Norte e na relação Rio de Janeiro-Minas Gerais não nos concentrando apenas na chegada das drogas nos portos e nos mercadores portuários. Procuramos compreender a dinâmica do abastecimento de drogas na América portuguesa – pelo menos no que diz respeito as capitânicas observadas – apontando a característica dos diversos agentes implicados neste empreendimento e a formação de redes mercantis ao longo do Atlântico Sul.

Um outro ponto que se buscou destacar, embora com menor ênfase, foi a

---

<sup>329</sup> APM, SC, Cx. 76, Doc. 12. Folhas 5-6.

<sup>330</sup> Há uma série de listas de medicamentos enviados por Antônio da Costa Coelho para o Hospital Militar e a Santa Casa que estão transcritas, mas ainda não foram sistematizadas e analisadas. In: APM, SC, Cx. 76, Doc. 12. 20 folhas.

presença da medicina nativa seja pelo fato da população procurar alguns indivíduos como o caso de João Barbeiro ou pela adoção de alguns produtos da terra ainda não validados pela medicina europeia, para o tratamento de doentes<sup>331</sup>.

---

<sup>331</sup> Alguns autores já trataram do tema do uso concomitante de práticas nativas e práticas europeias para o tratamento de doentes em territórios coloniais ao longo da Época Moderna. Entretanto buscou-se neste capítulo analisar a interiorização do abastecimento dos fármacos e a formação de uma rede mercantil profunda que começava em Lisboa e se conectava com todo o Império português e com outras nações estrangeiras. Sobre o tema do uso de práticas nativas no Império português ver: WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese Estado da Índia. In: MUKHERJEE, Rila (ed.). Network in the first global age (1400-1800). Nova Deli: Primus, 2011; ver também: WALKER, Timothy. Enduring Echoes of Garcia de Orta: the Royal Hospital Gardens in Goa and Envolving Hybridization in Portuguese Colonial Medical Culture. In: COSTA, Palmira Fontes da (ed.). Medicine, Trade and Empire. Garcia de Orta's on the Simple and Drugs of India (1563) in context. Londres e NY: Routledge, 2015. pp.: 221.

## **Capítulo 4**

### **Usos e abusos dos remédios: uma análise do processo de circulação de uma planta do Brasil para a Europa**



## 4.1 – A trajetória das plantas americanas no comércio – o caso da Ayapana

Alviano: Que bisalho é esse, Sr. Brandonio, que estais revolvendo dentro nesse papel? Porque, segundo o considerais com atenção, tenho para mim que deve ser de diamantes ou rubís. Brandônio: Nenhuma coisa dessas é, senão uma lanugem que produz aquela árvore fronteira de nós em um fruto que dá do tamanho de um pêssego, que semelha pròpriamente a lã. E porque m'a trouxe agora há pouco a amostrar uma menina, que o achou caída no chão, considerava que se podia aplicar para muitas coisas. (...) Brandonio: Parece-me certamente que servira para enchimentos de travesseiros, almofadas, e ainda para colchões, e que também, se for fiada, se poderá dela fazer panos, posto que chapéus tenho por sem dúvida, que se farão muito bons. Alviano: Boa graça é essa; pois, quando isso prestara para esse efeito, não era possível estar tanto tempo escondido sem os homens o haverem experimentado. Brandonio: Essa razão não conclui para se deixar de entender que pode muito bem esta lã ou lanugem prestar para o que diga, porque muitas coisas há ainda, assim de frutos como de minerais, por descobrir, que os homens não alcançaram sua propriedade e natureza. Alviano: Isso entendo eu pelo contrário; porque o mundo é tão velho e os homens tão desejosos de novidades, que tenho para mim que não há nele coisa por descobrir, nem experiência que se haja de fazer de novo que já não fosse feita. Brandonio: Enganai-vos nisso sumamente, Sr. Alviano, porque ainda há muitas coisas por descobrir e segredos não achados que para diante se hão de manifestar<sup>332</sup>.

Desde os primeiros tempos da ocupação portuguesa na América existiu uma preocupação por parte de alguns oficiais régios, médicos, cirurgiões, letrados, entre outros indivíduos de descrever essa natureza e procurar extrai dela o melhor proveito possível quer para o comércio, para as manufaturas ou para a medicina. A citação acima diz respeito à observação que o senhor de engenho Ambrósio Brandão fez, no século XVII, sobre prováveis aplicações de um fruto de uma árvore chamando atenção de

---

<sup>332</sup> BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. Diálogos das Grandezas do Brasil. Recife: Ed. Massangana, 1997. pp.: 4-5. [data do original:1618]

Alviano para o desconhecimento que alguns coloniais tinham de certos gêneros americanos que poderiam ter grande utilidade caso fossem (re) conhecidos.

De acordo com o historiador Oswaldo Munteal Filho, durante o século XVIII houve uma “reconquista dos territórios ultramarinos através do mundo natural”, onde os filósofos-naturalistas junto ao aparato do Estado que se movimentava para conhecer esse universo visando aumentar as suas riquezas comerciais<sup>333</sup>.

Nesse contexto, não era apenas Portugal que desejava voltar a conhecer as potencialidades de suas possessões coloniais, pode-se afirmar que toda a Europa um momento utilitário buscando dessa forma conhecer o mundo em todos os seus aspectos naturais. Por essa razão, em 1801, o periódico científico inglês *Philosophical Magazine* publicou algumas notícias referentes à planta *Aypana* que foi apresentada na Classe de Ciências Físicas do Instituto Nacional Francês. Nestas observações foi revelado que diversos jornais científicos davam notícias das funções milagrosas da erva *Aypana* que era originária do Brasil, mas havia sido cultivada com sucesso na Ile de France, atual Ilhas Maurício<sup>334</sup>.

Nesta descrição são dadas informações sobre a planta, revelando que a *Aypana* cresce na margem direita do Rio Amazonas e foi encontrada entre 1796-1797 por Augustine Baudin, que partiu em 1792-1793 da França em direção a Caiena a fim de fazer uma viagem pelo Hemisfério Sul. Ao chegar ao Brasil, via Guiana, ouviu falarem sobre a *Aypana* onde num primeiro momento considerou uma história fabulosa ou ao menos exagerada no que dizia respeito as virtudes da planta. Porém, diversas curas foram realizadas com a planta durante sua estada na região, confirmadas por pessoas de

---

<sup>333</sup> MONTEAL FILHO, Oswaldo. O Império dos Sentidos. A Natureza Americana nas Viagens de um Ouidor Luso-Brasileiro. In: *Varia História*, n.º 21, 1999. pp.: 333-334.

<sup>334</sup> VENTENAT, C. Observations respecting the Ayapana. Read in the Class of Physical Science of French National Institute on the 14 th, of Fructidor, year 10. In.: *Philosophical Magazine*, Vol XII, pp.: 376.

bastante crédito como Inácio Ferreira Bitencourt da Câmara, considerado por Baudin como sendo pupilo de Jussieu.

Inácio Ferreira Bittencourt da Câmara era formado em medicina pela Universidade de Montpellier, sócio correspondente da Sociedade Real de Ciências da mesma cidade, da de Medicina e Agricultura de Paris e da Academia Real de Lisboa. Possuía relações com o Abade Corrêa da Serra – reconhecido e afamado naturalista - e era sobrinho do desembargador, na Bahia, João Ferreira Bittencourt e Sá. A sua presença nos ambientes acadêmicos europeus permite inferir a possibilidade de ele ter tido algum tipo de relação com Jussieu e com outros botânicos e médicos europeus.

Em 1787 Charles l’Héritier de Brutelle enviou uma carta relatando que estava escrevendo uma obra sobre a Genciana e queria a contribuição do botânico Domingos Vandelli. Nesta correspondência, o cientista francês e controlador das Águas e Florestas do Reino de França, pede para que Vandelli proteja e auxilie Inácio Ferreira B. da Câmara no seu retorno ao Brasil afirmando que o mesmo seria útil em pesquisas sobre a flora colonial. O Dr. Câmara levava com ele, para Lisboa, a obra de Brutelle para a contribuição de Vandelli e ficava a cargo de explicar para o professor de botânica da Universidade de Coimbra o que era necessário da sua contribuição na obra<sup>335</sup>.

Todo esse movimento de trocas de informações e conexões sócio profissional propiciava que Inácio Ferreira Bittencourt da Câmara tivesse se aproximado, via recomendações, dos homens de ciência na França contribuindo para, além das atuações consulares, a obtenção de informações sobre os gêneros coloniais, suas potencialidades comerciais e usos pela população colonial.

As atividades exercidas por Inácio Ferreira B. da Câmara já são bastante

---

<sup>335</sup> MUHNAC-UL, AHMUL, AHMB, CE/ R. H.30, H.31. Correspondência de Charles L’Héritier para Domenico Vandelli sobre remessas de sementes e plantas.

conhecidas e presentes no debate historiográfico acerca dos homens de ciências, ou ilustrados, e seu papel no universo colonial. Dentre as características similares da trajetória de vida desses homens estão presentes a ocupação de cargos administrativos, políticos e judiciários em conjunto com o trabalho nos gabinetes de estudos produzindo relatórios sobre as experiências realizadas com a flora nativa<sup>336</sup>.

De acordo com a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva as instruções enviadas por D. Rodrigo de Souza Coutinho ao vice-rei, e conseqüentemente aos governadores das diferentes comarcas da América portuguesa, revelam a necessidade que o ministério sentia de possuir informações muito exatas e individuais de cada região, para que se desse início a um trabalho que se pudesse chegar ao conhecimento. As informações que deveriam ser reveladas e eram consideradas muito necessárias versavam sobre os habitantes e suas ocupações, casamentos, nascimentos, óbitos, mercadorias para importação e exportação, produções típicas de cada capitania, os preços dos gêneros, e o número de navios que entravam e saíam dos portos<sup>337</sup>.

Nesse sentido, esse contato estabelecido entre Câmara e Baudin, no que diz respeito aos usos indicados para tratamentos com a Aypana, nos remete a uma frase citada por um coletor de espécies, José Joaquim Roiz (do qual iremos tratar no próximo item), sobre esta planta quando diz que ela *“já foi conferida e analisada por pessoas curiosas da cidade da Bahia e Pernambuco que dizem conferem com a mesma que foi descoberta no Japão”*. O Dr. Câmara ficava na Bahia e em Ofício de 28 de maio de

---

<sup>336</sup> KURY, Lorelai. Homens de Ciência. Varela, Alex Gonçalves. Naturalista e Homem Público: A trajetória do Ilustrado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1796-1823). E, ver também: PEREIRA, Rodrigo Osório. O Império Botânico: As políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808). Belo Horizonte, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 que tratou especificamente da atuação de Inácio F. da Câmara.

<sup>337</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um grande inventário da Natureza: políticas da Coroa em relação ao Brasil na segunda metade do século XVIII. In: GESTEIRA, Heloisa M.; CAROLINO, Luís Miguel.; e, MARINHO, Pedro. (orgs). Formas do Império. Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. RJ: Paz e Terra, 2014. pp.: 51.

1797, o governador D. Fernando José de Portugal reforçou a informação de que ele havia enviado para a Corte uma remessa de plantas vivas, um herbário e algumas sementes e raízes, a quem havia proposto uma pensão anual de 600\$000 Réis para que ele pudesse se dedicar exclusivamente aos trabalhos botânicos<sup>338</sup>.

Na tabela abaixo pode-se verificar os medicamentos enviados por Inácio Ferreira B. da Câmara para o Jardim Botânico da Ajuda afim destes serem examinados e experimentados. As indicações medicamentosas das plantas versavam sobre doenças de pele, respiratórias, venéreas e hepáticas causas que junto com as febres eram recorrentes entre a causa mortis da maior parte dos escravos e homens livres (brancos, pardos e negros) no ultramar o que justifica o uso recorrente feito pelas populações locais desses produtos<sup>339</sup>.

De acordo com o historiador Bruno Fernandes Barreiros tais doenças também eram uma das principais causadoras de óbitos no Reino o que gerava um interesse ainda maior na elaboração de experimentos para o tratamento dessas enfermidades. Além disso, o procedimento realizado pelo Dr. Inácio Câmara estava em conformidade com as expectativas metropolitanas para os oficiais régios coloniais<sup>340</sup>.

---

<sup>338</sup> AHU\_CU\_005-01, cx. 89, D. 17359 rolo 85, Ofício do governador D. Fernando Jose de Portugal ao ministro de estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a remessa de plantas vivas, de um herbário e de sementes e raízes colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para quem propunha uma pensão anual, de modo que pudesse se dedicar a trabalhos botânicos.

<sup>339</sup> COSTA, Iraci del Nero da. As populações de Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica. In: Revista Almanack, nº 2, 2011. E ver também: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A Arte de Curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. RJ: Vício e Leitura, 2002.

<sup>340</sup> BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública. Lisboa, Tese apresentada à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, para a obtenção do grau de doutor em História, Filosofia e Patrimônio, 2014. pp.: 54.

**Tabela 4.1 – Medicamentos enviados por Inácio Ferreira da Câmara para o Jardim Botânico da Ajuda, Bahia, 1798**

<i>Remédio</i>	<i>Partes Indicadas</i>	<i>Aplicação</i>	<i>Onde se encontra</i>
Pentandria Monoginea	Fruto	Recomenda comer 10 ou 12 bagas pela manhã para as moléstias do peito;	É um arbusto e encontra-se em lugares secos e arenosos;
	Folhas	Pisadas devem-se aplicar sobre as úlceras;	
	Raiz	Deve ser macerada e tomada em sua totalidade contra obstruções do fígado, inflamação da próstata e moléstias do rim e da bexiga;	
Solano Bombo	Folhas	Devem ser cozidas. Usadas contra as tumefacções e dematosas das pernas e testículos;	Encontrada nos quintais dos habitantes;
	Raiz	Deve ser macerada e tomada em sua totalidade contra as gonorréias rebeldes;	
Lantana Camara	Flores	O lambador feito das flores usa-se nas enfermidades do peito	Nasce nas terras secas;
Lantana Camara	Folhas	Cozimento para banhos. Os banhos fortalecem os membros enfraquecidos.	Nasce nas terras secas;
		Devem ser cozidas. As folhas cozidas são aplicadas em doenças cutâneas, colocando-as sob a parte inflamada;	

Casena Índica	Folhas		Nasce nas terras secas;
	Raiz	Faz uma tisana a partir do cozimento da raiz. Usa-se contra febres;	

Fonte: AHU\_CU\_005-01, cx. 89, D. 17359 rolo 85, Ofício do governador D. Fernando Jose de Portugal ao ministro de estado dos negócios da marinha e domínios ultramarinos D. Rodrigo de Souza Coutinho, sobre a remessa de plantas vivas, de um herbário e de sementes e raízes colecionadas por Inácio Ferreira da Câmara, para quem propunha uma pensão anual, de modo que pudesse se dedicar a trabalhos botânicos.

De acordo com Rodrigo Osório, Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt enviava diversas remessas de plantas para “*aumentar os catálogos*” do Jardim Botânico da Ajuda. Entretanto, ainda segundo o autor, o Dr. Câmara não acreditava na estratégia de desenvolver uma política sobre ervas da Capitania somente a partir dele. Por essa razão, compartilhou “*com alguns contemporâneos a ideia de que este trabalho deveria ser desenvolvido a partir de uma ação conjunta entre naturalistas e administradores régios*<sup>341</sup>”. Por pensar na Humanidade em geral, no melhoramento do conhecimento sobre as plantas e espécies ou por querer retribuir algum favor é que Inácio Ferreira da Câmara Bittencourt presenteou Augustine Baudin com exemplares da Ayapana.

A tabela 4.1 que ilustra as primeiras remessas feitas por Inácio para à Ajuda visava, a pedido do governador da Bahia, num futuro pedido de pensão à Coroa. A justificativa que o governador relatou era o fato de Bittencourt residir “*na Comarca dos Ilhéus, onde vivia em um engenho com sua mulher e filhos*”, não tendo assim “*meios para subsistir nesta cidade, como se faz necessário para a remessa das plantas*”. Julgava oportuno então que “*Sua Majestade ordenasse que, pela Junta da Real Fazenda, se lhe desse anualmente a pensão de 600\$000 rs, pouco mais ou menos*”, pois Bittencourt poderia ficar “*encarregado de escolher, descrever e dispor as plantas que*

<sup>341</sup> PEREIRA, Rodrigo Osório. O Império Botânico: As políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808). Belo Horizonte, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. pp.: 297-298.

*daqui se hão de remeter e fazer tudo o mais que for necessário a este respeito*<sup>342</sup>”.

Dom Fernando José de Portugal, que governou a Bahia de 1788 a 1801, é um exemplo de agente do império que seguindo as diretrizes formuladas pelo Reino cumpriam à risca a proposta de fazer conhecida a flora, fauna, colonos e território das capitanias a fim de impulsionar e dinamizar as possessões coloniais, por meio das ciências naturais - sobretudo a botânica.

De acordo com a tese de Rodrigo Osório Pereira, “*estes homens não exerceram a história natural na condição específica de naturalistas, dispendo de tempo, estrutura e reconhecimento para tal, mas sim, exerceram, dentro da estrutura clientelar de uma sociedade de antigo regime práticas convencionais de barganha a partir de seus feitos naturalísticos*”<sup>343</sup>. Nesse sentido, D. Fernando José de Portugal e outros tantos oficiais régios como governadores, ouvidores, juízes de fora, médicos de partido das Câmaras, entre outros, tiveram o papel de articuladores dos naturalistas através da intervenção nas suas nomeações e gerenciando algumas de suas funções, sendo um exemplo claro a nomeação de Inácio Ferreira Bittencourt da Câmara para o cargo de diretor do Jardim Botânico de Salvador<sup>344</sup>.

Após a intervenção do governador para a nomeação de Inácio Ferreira B. da Câmara, a Coroa autorizou que o mesmo recebesse a referida pensão no ano 1799. O naturalista, portanto, deveria ficar responsável por “*remeter para o Real Jardim Botânico todas as plantas vivas e secas, que aqui (Capitania da Bahia) houver e de cuidar efetivamente no estabelecimento e direção*” do jardim da Bahia. Apesar da determinação de Coutinho sobre a instalação da instituição datar de 1798, nos anos

---

<sup>342</sup> AHU, Bahia, Caixa 85, Doc. n.º 16661 e 16662. Ofício do Governador D. Fernando José de Portugal para Luís Pinto de Souza. Salvador, 1798.

<sup>343</sup> PEREIRA, Rodrigo Osório. O Império Botânico: As políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808). Belo Horizonte, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013. pp.: 124-125.

<sup>344</sup> Idem. Ibidem.



1800, o governador respondeu-lhe não ter “*sido possível até agora comprar-se o terreno para ele, por falta de meios em razão das extraordinárias e indispensáveis despesas que tem ocorrido*”. O principal problema enfrentado pelo diretor do jardim nos primeiros anos de sua instalação foi encontrar uma localidade adequada e disponível para sua implantação.

A criação do cargo de diretor do Jardim Botânico da Bahia se insere numa diversidade de medidas que foram implementadas pelo governo português, com o objetivo de modernizar as técnicas empregadas para o aprimoramento da nascente botânica no ultramar a fim de melhor conhecer a natureza colonial. Seguindo as medidas instituídas pela Coroa, a partir do advento do Iluminismo e das reformas inspiradas nesse movimento, prospectar a flora colonial era um dos motores que poderiam gerar riquezas para a metrópole por meio de uma possível ampliação da participação do Estado português como fornecedor de produtos medicinais para o pujante mercado médico europeu do século XVIII, sobretudo em finais do século<sup>345</sup>.

Por vezes as atividades conferidas aos homens de ciências no ultramar americano não era apenas a coleta ou a descrição dos produtos nativos, mas sim a aplicação dos gêneros nos tratamentos conferidos aos doentes. Ângela Domingues aponta que “*dependendo da formação, eficiência e competência dos governadores, a informação e experiência com novas espécies podiam ser realizadas entre capitanias*” e segue afirmando que apesar da Coroa ser beneficiária direta dos resultados desses experimentos, Lisboa e as suas instituições principais não centralizavam completamente esse processo. É importante ressaltar que embora as instituições principais ligadas à ciência em Portugal não centralizassem o processo de aclimação eram elas que

---

<sup>345</sup> VARELA, Alex Gonçalves. Naturalista e Homem público: A Trajetória do Ilustrado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1796-1823). In: KURY, Lorelai; e, GESTEIRA, Heloisa. (Orgs). Ensaio de História das Ciências no Brasil. Das Luzes à Nação Independente. RJ: ED. UERJ, 2012. pp.:183.

conferiam legitimidade ao gênero descrito, pois todos os relatos de recolha e descoberta de novas espécies, contendo ou não detalhamento sobre os usos pelos colonos e/ou pelos índios continha em sua descrição final uma indicação para que se fizessem, no Reino, experimentos necessários e se comprovem o que os físicos, naturalistas, boticários, cirurgiões e homens ligados a ciência botânica haviam observado no ambiente colonial<sup>346</sup>.

Em 4 de Março de 1788 o governador de Pernambuco enviou para Lisboa uma remessa de plantas e raízes que ele afirma ter solicitado ao Corregedor da comarca de Alagoas a recolha desses gêneros que os moradores daquela região utilizavam para o curativo de suas doenças. Como no fim dessa lista constava uma indicação do próprio governador “*para que Vossa Excelência possa mandar fazer as provas e experiências que lhe ditar a sua alta compreensão e ver se poderá o Reino tirar utilidade das plantas que a providência cria nesta conquista*”. Pode-se afirmar, a partir do exposto, que existia uma centralização na legitimação e na normatização conferida aos medicamentos coloniais, visto que as autoridades metropolitanas não se importavam com o fato dos moradores da capitania de Alagoas terem utilizado por muito tempo e obterem resultados exitosos, por exemplo, com a Jurubeba ou com a Orelha de Onça<sup>347</sup>. O interessante para Coroa era saber da existência dessas plantas, o seu uso e a sua indicação terapêutica afim de autorizar seu uso de maneira oficial e propor uma normatização dos nomes dos medicamentos para que se dispersem as variações regionais de um mesmo produto.

Bernardino Antonio Gomes ao descrever Observações Botânicas sobre Plantas do

---

<sup>346</sup> DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do setecentos. In: História, Ciência e Saúde, Vol. VIII (Suplemento), 2001.pp.: 828.

<sup>347</sup> Plantas listadas em 1788 e remetidas pelo Corregedor da Comarca de Alagoas, José de Mendonça de Matos Moreira, para o governador da capitania de Pernambuco. Ver: AHU, Mapa das Raízes e Ervas que se valem os moradores dessa comarca para o curativo de suas moléstias em que experimentam saudáveis efeitos. Pernambuco, 1788.

Brasil aborda algumas questões fundamentais para a compreensão da disseminação e conhecimento das plantas nativas entre os colonos na América portuguesa, apontado a existência de venda em boticas das capitanias de alguns medicamentos nativos como era o caso da Batata de Purga no Rio de Janeiro<sup>348</sup>. Nesta mesma obra o autor chama atenção para a utilização da Erva de Cobra – nome muitas vezes associado à erva Ayapana, insistindo para que os “(...) professores que a tiverem à mão a queirão experimentar; segundo parece não há risco na experiência e pode ser que o resultado encha de satisfação em glória quem a fizer<sup>349</sup>”.

#### **4.1.1 – Virtudes das plantas, virtudes indígenas**

Durante o século XVIII, na América portuguesa, pode-se afirmar que a observação e a prática nas entradas pelos sertões eram o pré-requisito na busca por novos medicamentos além dos contatos com a população local indígena ou colonial. A partir desse contexto surgem figuras ainda pouco estudadas pela historiografia das ciências como os chamados experimentados no sertão ou apenas experimentados. Homens sem diploma, longe das universidades europeias, mas com uma vasta experiência prática no conhecimento da flora, fauna, território, língua e cultura dos povos indígenas ameríndios.

---

<sup>348</sup> GOMES, Bernardino Antonio. Observações Botânico-Médicas sobre algumas plantas do Brazil, escritas em Latim, e em Portuguez, e oferecidas à Academia Real das Sciencias. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1783.

<sup>349</sup> GOMES, Bernardino Antonio. Observações Botânico-Médicas sobre algumas plantas do Brazil, escritas em Latim, e em Portuguez, e oferecidas à Academia Real das Sciencias. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1783. pp.: 22. Quando o autor se refere à experiência que deveria ser feita com as plantas ele está falando sobre a aplicação dessas plantas medicinais no tratamento de doentes nos hospitais. Nesta mesma obra Bernardino Antonio Gomes revela que aplicou alguns medicamentos americanos no tratamento de doentes no Hospital da Armada, em Lisboa, e cita como exemplo a casca de Barbatimão que havia sido receitada no Hospital Geral de Londres. Nesta parte da tese quando lançarmos mão da expressão experimentar plantas estaremos fazendo referência a esse tipo de experiência empírica de observar a partir do tratamento de doentes a eficácia de uma planta.

Dentro desse contexto José Joaquim Roiz era um exemplo desse tipo de prático, pois experimentado nas viagens pelos sertões de Pernambuco e da Bahia na busca por tesouros medicinais, compreendendo bem as produções indígenas da região as trouxe para o porto de Recife e fez com que elas logo aportassem em Lisboa. Entretanto quem foi José Joaquim Roiz?

No ano de 1791, José Joaquim Roiz havia sido preso junto com Custódio José Guimarães, em Pernambuco, pelo governador Tomás José de Melo e enviados para o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, por cometerem crime de vadiagem tendo o referido governador ordenado que “*o Doutor Juiz de Fora que lhe fizesse perguntas judiciais para vir em conhecimento da verdade do que se me havia representado e achando por elas que hum e outro haviam feito furtos nessa cidade e serem de péssima conduta, os remeto a Vossa Excelência*<sup>350</sup>”.

Segundo a historiadora Laura de Melo e Souza os vadios eram os desclassificados sociais que existiam por todo os países e contra eles pesava toda a legislação repressiva nascida nos séculos XVI e XVII e que continuava vigorando pelo século XVIII. Motivo de preocupação das autoridades estava vinculada à ideia de inutilidade que essa categoria carregava em si pesando sobre a sociedade o ônus de manter, procriar e subsistir esses homens. Com o efeito de solucionar esse tipo de questão as autoridades propunham o emprego desses homens em algo útil para a sociedade sendo os mesmos capazes de executar funções alternativas ou complementares à dos escravos “tirando dos ombros” da sociedade o peso da vadiagem<sup>351</sup>.

No caso de José Joaquim Roiz percebe-se claramente essa questão. Considerado

---

<sup>350</sup> BNRJ. Ms. II – 32,33,16. MELO, Tomás José de. Offício, a D. Fernando José de Portugal, comunicando ter enviado presos, para a Bahia, dois vadios José Joaquim Roiz e Custódio José Guimarães, que viviam do alheio.

<sup>351</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. RJ: Edições Graal. pp.:104-105.

vadio pelas autoridades pernambucanas foi enviado à Bahia, sua capitania de origem, e depois aproveitado pelas autoridades locais para *entradas* pelos sertões de Pernambuco na busca de tesouros verdes, o que de acordo com a referida autora

A eliminação dos vadios pela sua expulsão da capitania significava a supressão de uma gente onerosa e indesejável, mas esta possibilidade aparecia imediatamente associada ao emprego dos desclassificados em algo útil, mostrando muito bem a oscilação em que se viam envolvidas as autoridades<sup>352</sup>.

Embora saiba-se pouco sobre a trajetória de José Joaquim Roiz pode-se inferir que ele conhecia os caminhos, a língua e parecia estar acostumado a tratar com indígenas, já que no seu relato não se percebe nenhum estranhamento acerca do comportamento étnico-tribal, o que aponta que o mesmo devesse vagar pelos sertões de Pernambuco procurando abrigo, comida ou até mesmo fugindo de possíveis problemas com autoridades e habitantes locais, já que o mesmo foi acusado de “viver do alheio”. Como muitos desclassificados no seu tempo, é possível que tenha tido a sua sentença perdoadada pelos governadores e foi enviado mais uma vez para Pernambuco a fim de pesquisar a produção nativa de quina no Brasil – que parecia ser o principal interesse da Coroa e dos comerciantes de drogas em Portugal<sup>353</sup>.

Sabe-se, por meios de documentos coevos, que o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal foi um incentivador na procura de novos produtos com valor comercial e/ou medicinal na colônia e visava incrementar o patrimônio do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda e dos laboratórios da Universidade de Coimbra com espécies nativas do Brasil e para isso a utilização desses tipos desclassificados conhecedores do interior era condição primeira para a localização e descrição da origem e prováveis

---

<sup>352</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. RJ: Edições Graal. pp.:107.

<sup>353</sup> José Joaquim Roiz descreve em documento que suas primeiras entradas no sertão se deu a fim de encontrar quina devido a encomenda do comerciante Jacome Raton que era também deputado da Junta do Comércio de Lisboa. Ver: AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana.

aplicações dessas plantas.

Nesse sentido, de acordo com o relato do capitão de milícias reformado Manoel José da Silva Castro, natural e morador da cidade de Pernambuco, no ano de 1801 seu sócio José Joaquim Roiz “*muito observador e prático dos sertões da capitania de Pernambuco, e de suas indígenas produções*” conseguiu descobrir, transportar e trazer ao conhecimento de todos a preciosa erva chamada *Ayapana* que é “*especial contra os venenos, e muitas enfermidades que lhe tinha sido muito recomendada pelo deputado Jacome Raton para naturalizá-la, e propagá-la neste Reino*”. A mesma carta mostra que o Ministro e Secretário de Estado da repartição da Marinha e Domínios Ultramarinos lhe entregou 400 réis para que se pudesse trazer as amostras de várias qualidades de quina, que José Joaquim Roiz conhecia e sabia que nascia espontaneamente nos sertões pernambucanos, tendo enviado para o Jardim Botânico da Ajuda mais de quarenta arrobas da referida planta. Seu sócio prossegue referendando o experimentado nos sertões e indicando à Junta do Comércio que sendo do interesse régio José Roiz poderia apresentar a quina viva para que se pudesse aclimatar em Portugal assim como muitas outras plantas<sup>354</sup>.

Esse atestado de boa-conduta que Manoel José da Silva Castro faz para José Joaquim Roiz revela a utilidade que este experimentado tinha para o seu “sócio”, como o primeiro se refere, pois esse relato endereçado à Junta do Comércio pedia uma pensão para o antigo capitão de milícias em troca dos bons serviços prestados à Coroa por meio dessa sociedade, além de solicitar financiamento para novas incursões pelos sertões alegando-se não possuir mais recursos e evidenciando o fato do seu parceiro – no caso José Joaquim Roiz – não possuir recurso algum para propiciar tal empreitada. Para tanto Manoel José da Silva Castro chama atenção para a importância que essas entradas

---

<sup>354</sup> ANTT, Ofício. Junta do Comércio, Maço 67, caixa 214.

tinham para empresa colonial naquele momento onde os recursos naturais possuíam enorme valor se comprovada sua utilidade comercial, podendo esses homens, dessa forma, se conectar a extensa rede de comércio global de medicamentos.

No entanto a relação de um capitão de milícias com um tipo desclassificado pode parecer um tanto quanto pouco usual, porém é importante ressaltar que os capitães-mores ficavam responsáveis pelo emprego e reabilitação desses vadios para a sua utilização em diversas funções de importância para a Coroa, como por exemplo, nas regiões de fronteira, nos presídios, nas entradas pelos sertões, na composição dos corpos de milícia, entre outros fins. Dessa maneira é provável que o capitão de milícias reformado Manoel José da Silva Castro tenha empregado José Joaquim Roiz nas entradas pelo sertão por saber que o mesmo era um experimentado no assunto e por sua função ser a de fazer com que o ônus dessa categoria social se revertesse em utilidade para o Reino<sup>355</sup>.

Em 1801, acabara de trazer ao conhecimento da Junta do Comércio a *Erva Ayapana* que era especial no uso contra os envenenamentos e outras enfermidades e tinha sido bastante recomendada pelo comerciante e deputado da Junta de Comércio do Reino, Jacome Ratton, para que esta fosse naturalizada e propagada em Portugal<sup>356</sup>.

Tendo chegado em 1804 no Real Jardim Botânico da Ajuda e no Real Museu mais do que 40 caixas contendo a planta (suas folhas, raízes, sementes e algumas mudas de pequenas árvores) o percurso que a *Aypana* seguiu desde sua localização até as instituições de ciência não foi simples. Alguns anos antes José Joaquim Roiz fez um

---

<sup>355</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. RJ: Edições Graal. pp.:107-108.

<sup>356</sup> Sobre o uso, o comércio de plantas nativas e a aclimação em hortos próximos a hospitais em regiões ultramarinas do Império português ver: WALKER, Timothy. Stocking Colonial Pharmacies: Commerce in South Asian Indigenous Medicines from their Native Sources in the Portuguese Estado da Índia. In: MUKHERJEE, Rita. (Ed.). Networks in the First Global Age (1400-1800). Nova Deli: Primus Press, 2011.

interessantíssimo relato do seu encontro com esta planta nos sertões de Pernambuco – numa de suas viagens à dita região à procura de quina. De acordo com o experimentado nos sertões

Os habitantes e nacionais das matas da capitania da Bahia e Pernambuco, que a conhecem a denominam erva santa, por lhe terem descoberto vinte e tantas virtudes pela aplicação que dela tem feito em diversas enfermidades e ataques repentinos bem como para mordedura de cobras de todas as qualidades e de qualquer outro bicho por mais venenosos que sejam. Trabalhando já os roceiros das matas daqueles continentes livres do grande susto e perigo que antes tinham pela numerosa quantidade de escravos que morriam mordidos pelas cobras e por outros bichos por terem pronto remédio na virtude desta preciosa erva que a providência e a natureza liberalmente lhes oferece<sup>357</sup>.

A descoberta das propriedades medicinais desta erva pelos naturais do sertão foi feita por meio da observação do meio ambiente em que viviam: olhando as atitudes dos animais que quando feridos por uma cobra corriam no mato e buscavam as folhas dessa planta como foi o caso, citado por José Joaquim Roiz, de um tipo de lagarto chamado Tijuaçu, muito comum nos sertões da Bahia que quando era mordido por uma cobra corria para dentro da floresta e mastigava as folhas e raízes da *Ayapana* e logo voltava a lutar contra a mesma que ficava fraca, sem forças e logo morria. Esse relato aponta para a importância que a observação do meio natural teve para os colonos na América, tal como era importante o contato com os indígenas e suas práticas medicinais.

Nesta mesma extensa narrativa sobre as propriedades da *Ayapana* José Joaquim Roiz revela que durante as suas andanças pelos sertões de Pernambuco ele havia parado na aldeia Badabuãa, localizada nas margens do rio Piencó, onde observou um índio tapuio com Mal de São Lázaro ser curado pelo seguinte modo

---

<sup>357</sup> AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana. pp. 1.



Fizeram-lhe uma pequena casa de palhas de uma árvore denominada carnaúba, e no meio dela formaram um girau de varas, alto do chão e com anteparas a roda, nele deitaram o enfermo untando-o todos os dias com Óleo de Copaíba, tendo um fogo lento por baixo do dito girau de dia e de noite<sup>358</sup>.

O dito índio tapuio já seguia o curso de quinze dias nesse processo quando José Joaquim Roiz o encontrou nesta estufa construída pelos pajés da aldeia, onde os índios mais velhos levavam sempre muitos molhos de *Ayapana* onde se fez uma espécie de colchão onde o enfermo ficava deitado, suando por conta do fogo e virava-se de um lado para o outro roçando o corpo no colchão de folhas de *Ayapana*, da mesma forma que não bebia outra coisa além de um chá feito com as folhas da mesma planta e comia sempre carne de anta ou de cobra do tipo Jararaca.

---

<sup>358</sup>AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana. pp.: 4-5.

### Mapa 4.1.1 – Regiões de Circulação da Ayapana



Fonte: Fonte: AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana.

Durante as observações do tratamento dedicado ao índio com Mal de São Lázaro José Roiz pontuou uma questão bastante importante: a dificuldade dos índios mais velhos em quererem revelar os segredos de suas curas e os remédios que usavam a um elemento exógeno ao grupo. Pois durante o processo de infusão das folhas de *Ayapana* e de construção do colchão de folhas para o doente, dois índios mais velhos que cuidavam dessa questão perguntaram-lhe se ele conhecia essa erva e se sabia para que servia e quando ele revelou que nada sabia a respeito daquele tratamento os índios se mostraram satisfeitos e lhe deram algumas indicações sobre possíveis usos dessa planta e para que servia, mas nunca mostraram onde ela se encontrava nas matas e nem o nome da dita

planta. Como se pode perceber, mesmo com a relutância inicial por parte dos anciões da aldeia, José Roiz conseguiu descrever os segredos mantidos no processo de cura e no tratamento concedido pelos possíveis pajés ou xamãs.

Como bem evidenciou a historiadora Juciene Apolinário ao descrever as andanças do naturalista Domingos Alves Branco Muniz Barreto, pelos sertões de Ilhéus, o fato de o saber indígena ser “escutado” contribuiu para a circulação desses saberes na Corte portuguesa e “*para a estruturação da história natural em um período de efervescência dos interesses naturalistas*”<sup>359</sup>.

Essas andanças pelos sertões era impelida pela necessidade sentida pelos colonos que “*faltos de todo o recurso e dessa quase imunidade que só pode nascer de uma onerosa aclimação, os europeus e seus descendentes mais próximos lutavam com dificuldades em face ao meio hostil*” e ao buscar recursos e soluções para os problemas mais comuns do dia a dia, como por exemplo, a relação desses homens com os insetos habitante do clima tropical esses homens recorriam aos índios que por sua pré-existência no ambiente colonial já estavam adaptados e haviam produzido “expedientes engenhosos” contra toda sorte de questões, inclusive medicinais<sup>360</sup>.

Outra questão que é pontuada por José Joaquim Roiz é a utilização por populações locais ameríndias de remédios absorvidos pela medicina europeia como o Óleo de Copaíba que na Europa, durante o século XVIII, foi utilizado como cicatrizante, diurético e indicado para desobstrução de brônquios e vias urinárias. No caso “tapuia”, o óleo tinha claramente um papel cicatrizante, pois utando o enfermo com o referido remédio pretendia-se que ele ajudasse a cicatrização das suas feridas. A relação entre a apropriação dos saberes ameríndios pelos jesuítas e posteriormente pelas instituições

---

<sup>359</sup> APOLINÁRIO, Juciene R. Plantas nativas, índios coloniais: usos e apropriação da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai B. (Org). Usos e Circulação de Plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. RJ: Ed. Andrea Jakobsson, 2013. pp.: 35.

<sup>360</sup> HOLANDA, Sérgio. Caminhos e Fronteiras. SP: Companhia das Letras, 1994. pp.:96.

médico-farmacêuticas europeias é repleta de absorção e ressignificação desses saberes, mas no que diz respeito à Copaíba parece que a questão da cicatrização permaneceu nos descritivos das indicações medicamentosas da planta nas Farmacopeias europeias.

A circulação de gêneros externos entre as tribos é algo que chama atenção durante todo o período colonial, pois de acordo com o historiador Sergio Buarque de Holanda “*elementos importados, cujo emprego se generalizou acentuadamente, inclusive entre os índios, como ocorreu por exemplo com a aguardente de cana, que servia misturada a certas ervas e outras mezinhas, para aumentar-lhes o poder curativo*”<sup>361</sup>.

Neste caso específico da tribo “tapuia” do interior da capitania de Pernambuco compreende-se que se tenha contato com o Óleo de Copaíba já que esta árvore estava presente por quase todo o território nordeste e regiões do Estado do Grão-Pará e Maranhão, porém o emprego do óleo da mesma forma que é indicada nas farmacopeias e tratados médicos coevos é um indicativo de que esse conhecimento circulou e que houve absorção via contato com outras tribos e/ou com colonos europeus, colonos nascidos na América ou até mesmo com escravos que sabendo as “*regras da utilização do medicamento*” haviam transferido esse conhecimento<sup>362</sup>. Os jesuítas também utilizaram em grande quantidade o óleo nas suas boticas e foram os principais responsáveis pela sua difusão na Europa. Esse conhecimento dos inácianos, observado a partir do contato com a medicina nativa, circulou entre os colonos chegando até recantos mais longínquos<sup>363</sup>.

Após o contato com a erva Ayapana e o com o índio doente, José Joaquim seguiu

---

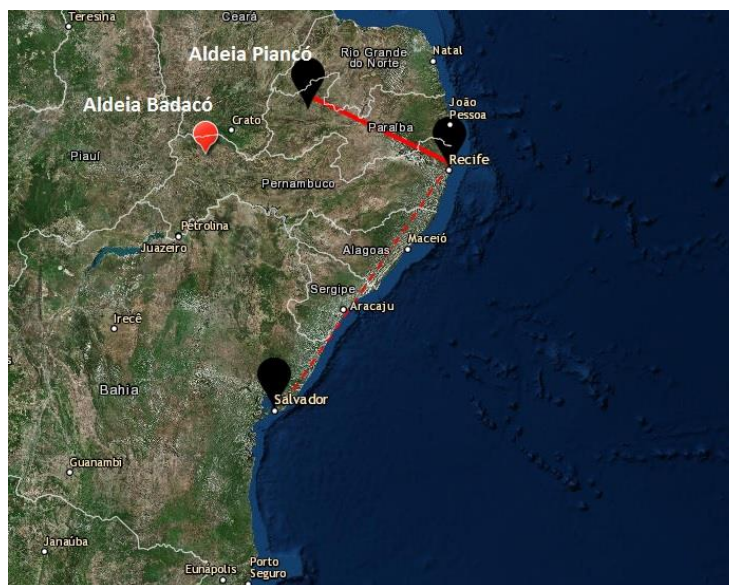
<sup>361</sup> HOLANDA, Sérgio. Caminhos e Fronteiras. SP: Companhia das Letras, 1994. pp.:78.

<sup>362</sup> Utilizo aqui a expressão regra de utilização para referir a toda explicação e descrição existente quanto a profilaxia e utilização de uma planta medicamentosa, a saber as localizadas em tratados médicos, farmacopeias e jornais médicos sobretudo publicados no século XVIII.

<sup>363</sup> Bruno Boto Martins revela que o padre Anchieta já em 1560 descreve em carta a copaíba e seus usos medicinais pelos nativos. Ver: MARTINS, Bruno Boto L. Verdes em que vosso tempo se mostrou. Das boticas jesuíticas da província do Brasil, séculos XVII e XVIII. In: Kury, Lorelai (Org). Usos e Circulação de Plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX. RJ: Andrea Jakobson Estúdio, 2013. pp. : 85.

o curso de sua viagem atrás da Quina deixando o referido índio para trás e após três meses de peregrinação pelos sertões pernambucanos, durante seu retorno à casa, passou pela mesma aldeia propositalmente e teve a curiosidade de questionar sobre o que havia acontecido com aquele doente, cheio de chagas. Os pajés revelaram que ele havia se curado e já tinha partido para uma outra aldeia distante oito léguas, denominada Badacó, afim de se certificar da veracidade dos fatos José Joaquim Roiz foi averiguar a história tendo chegado na Aldeia Badacó e lá encontrou o índio que ele conhecera moribundo completamente curado. O impacto da cura do índio fez com que ele se interessasse ainda mais em descrever as indicações medicamentosas da *Aypana* bem como chamasse atenção das autoridades lusas para aquela “*excelente erva que já foi conferida e analisada por pessoas curiosas da cidade da Bahia e Pernambuco que dizem conferem com a mesma que foi descoberta no Japão e sendo assim é digna de ser conservada em vasos de ouro*”<sup>364</sup>.

#### Mapa 4.1.2 – Caminhos percorridos por José Joaquim Roiz



Fonte: AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana.

<sup>364</sup> AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana. pp. 8.

José Joaquim Roiz era um típico go-between, um intermediário, um grande elo entre o comércio empreendido pela metrópole e a floresta, a terceira parte estabelecida no contato do colonizador com a colônia. O seu interesse era primeiramente a tradução dos saberes ameríndios e a descrição de tesouros que pudessem ser aproveitados para a melhoria de vida da população, através do emprego desses gêneros no tratamento curativo, e no e na ampliação e enriquecimento do comércio metropolitano global, além de informar acerca de novos produtos para os comerciantes estabelecidos no ultramar ou no Reino com o intuito de conseguir algum pagamento em troca da informação fornecida.

Alida Metcalf afirma que “*the contact between Europe and America was a dyadic relationship between two very different cultural groups, Europeans and Native Americans (...), but go-betweens, as third parties, influenced the relationship that emerge in fundamental ways*<sup>365</sup>”. Nesse sentido, os intermediários funcionavam como agentes negociadores da paz, do trato mercantil, do conhecimento do território e da ampliação dele, sendo dessa forma presença constante em diversas situações.

No caso de José Joaquim Roiz, um vadio, desclassificado, era utilizado nas entradas pelo sertão do Brasil afim de prospectar novas espécies de flora para que elas fossem posteriormente identificadas nas instituições científicas portuguesas. É importante ressaltar que essa identificação se dava a partir da comparação com plantas já conhecidas ou com base em relatos, escritos por médicos, cirurgiões, oficiais régios entre outros, dos usos de uma planta e a sua eficácia em determinados tratamentos. José Joaquim Roiz não foi uma exceção, mas a sua categoria de intermediário foi regra não apenas na expansão da colonização europeia no globo, a partir do século XVI, com as grandes descobertas, mas esteve presente desde o primeiro contato entre culturas

---

<sup>365</sup> METCALF, Alida. *Go-Betweens and the Colonization of Brazil. 1500-1600*. Austin: University of Texas Press, 2005. pp.: 19.

diferentes na história da humanidade<sup>366</sup>.

Por ser um excelente agente intermediário José Joaquim Roiz possuía uma importante rede de relações que começava ou terminava no seu sócio, capitão de milícias reformado, chegando até o médico botânico Inácio Ferreira da Câmara que também possuía sua própria e complexa rede mantendo conexões com a Europa fora do eixo Lisboa-Coimbra.

Como já foi descrito anteriormente José Joaquim Roiz escreveu para o Deputado da Junta do Comércio de Lisboa Jacome Ratton descrevendo espécies de plantas para serem investigadas e naturalizadas em Portugal. No entanto, ao mencionar que esta planta era a mesma que havia sido descoberta no Japão nos permite identificar relações de trocas de saberes entre as diversas regiões do globo. Nesse sentido, uma questão desperta muito interesse: como uma planta originária da América e conhecida e estimada no Japão poderia despertar o interesse de um experimentado nos sertões brasílicos?

---

<sup>366</sup> Sobre esse assunto ver: SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lissa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James. (Orgs). *The Brokered World. Go-betweens and Global Intelligence, 1770-1820*. UK : Science History Publication, 2009.

### 4.1.2 – *Plantas iguais, Nomes diferentes*

La place de l'aya-pana n'a pas été difficile à dé terminer: dès qu'elle a montré sa fleur, elle a dû être placée parmi les composés, dans la syngénésie de Linnaeus , et dans l'ordre des corymbifères de Vaillant et de Jussieu. On n'a pas eu plus de peine à reconnoître qu'elle faisoit partie du genre Eupatoire; (...) Le genre Eupatorium lui-même contenant une cinquantaine d'espèces, n'est pas plus circonscrit dans ses propriétés générales. La plus commune qui habite l'Europe, a eu, comme l'ayapana, un moment de vogue<sup>367</sup>. (grifos meus)

A leitura do texto acima nos revela o gênero ao qual se enquadra a Ayapana: Eupatorium, classificado pelo botânico Sueco Carl Von Linné, no século XVIII, tendo sido chamada de Eupatorium Ayapana por Etienne-Pierre Vantemat, a partir das experiências que realizou com a espécie em Paris, em 1801. A classificação botânica das plantas e a posterior identificação química foram fundamentais para o sucesso das expedições científicas na apreensão da natureza colonial já que era uma forma de sistematização da realidade levada para os gabinetes europeus. Dessa maneira os naturalistas conseguiram “(...) to undertake a variety of operations with the species while maintaining authority over it as a single, historically continuous entity<sup>368</sup>”.

De acordo com Antonio Lafuente e Nuria Valverde, esse sistema permitiu que os naturalistas europeus obtivessem um controle da flora e fauna ultramarinas já que “Linnaeus’s system was efficient since among its merits was its ability to disregard local circumstances, such as climate and soil conditions, without renouncing its claim to

---

<sup>367</sup> Dictionnaire des Sciences Naturelles dans lequel On traite méthodiquement des differens êtres de la nature, considerés soit en eux-mêmes, d’après l’état actuel de nos connoissances, soit relativement a l’utilité qu’en peuvent retirer la médecine, l’agriculture, le commerce et les arts. Par Plusieurs Professeurs du Jardin du Roi, et principales Écoles de Paris. Paris: Le Normant et Strasbourg: F. G. Levrault Editeur, 1816. pp.: 361.

<sup>368</sup> SPARY, E. C. Of Nutmegs and Botanists. The Colonial Cultivations of Botanical Identity. In: SCHIEBINGER, Londa e SWAN, Claudia. Colonial Botany. Science, Commerce and Politics in the Early Modern World. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007. pp.: 188.



be describing a natural, or universal, order<sup>369</sup>. No entanto, em fins do século XVIII ainda havia uma grande discussão, entre os acadêmicos e homens de ciências, sobre a adoção ou não do sistema de Lineu, pois nem todos estavam certos da escolha dessa metodologia para apreensão do mundo natural<sup>370</sup>.

Um outro ponto que deve ser apontado é que o sistema de Lineu não era dominado pela ampla gama de atores que estavam responsáveis pela coleta de plantas medicinais no mundo colonial, já que esses homens eram intermediários e mantinham contato com a cultura nativa e com circuitos europeus não acadêmicos – não tendo nenhuma formação botânica que lhes permitissem classificar as plantas dentro de um esquema lineano<sup>371</sup>.

Por essa razão, os vegetais, muitas vezes, saíam dos territórios ultramarinos com seus nomes nativos locais. Um exemplo ilustrativo deste fato são as relações de remessas de plantas medicinais enviadas da capitania da Paraíba, Alagoas e dos sertões de Pernambuco para Lisboa onde todas as listas continham uma erva chamada por seus habitantes de Contra-Erva<sup>372</sup>.

---

<sup>369</sup> LAFUENTE, Antonio; e, VALVERDE, Nuria. Linnaean Botany and Spanish Imperial Biopolitics. In: SCHIEBINGER, Londa e SWAN, Claudia. Colonial Botany. Science, Commerce and Politics in the Early Modern World. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007. pp.: 136.

<sup>370</sup> LAFUENTE, Antonio; e, VALVERDE, Nuria. Linnaean Botany and Spanish Imperial Biopolitics. In: SCHIEBINGER, Londa e SWAN, Claudia. Colonial Botany. Science, Commerce and Politics in the Early Modern World. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007; e, MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as Eupatorium Ayapana: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: The Journal of Asian Studies, n. 73, 2014. pp.: 65.

<sup>371</sup> AHU, Reino, Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06 de agosto de 1804. Atestado da Erva Ayapana dos Sertões do Brasil.

<sup>372</sup> Ver AHU\_CU\_015, cx. 191, D. 13199. Recife, 14 de janeiro de 1796. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, ao secretário de estado dos negócios estrangeiros e da guerra e interinamente da marinha e ultramar, Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre a ordem para recolher, acondicionar e remeter para o Real Jardim Botânico todas e quaisquer plantas com valor medicinal ou econômico, declarando onde nasce e qual o uso que pode ser dado. Todas as capitanias enviavam remessas de plantas com características medicinais ou para aproveitamento econômico seguindo diretrizes metropolitanas de investigação do universo ultramarino com vocação comercial. Deve-se atentar para o fato de que não só a América portuguesa, mas possessões lusas da África e da Ásia participaram desse movimento sistemático de envio de espécies para Lisboa, a partir da segunda metade do século XVIII. Ver também: MARQUES, Vera B. Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista.

Na “Relação das Plantas Medicinais que vão em um caderno estampadas e plantadas em quatro caixões, cada qualidade com seus números próprios e cada pé com sua baliza e sinal”, enviada pelo escrivão da Fazenda Real da Paraíba a Lisboa, a erva chamada de Batatinha era descrita como sendo também nomeada pelos moradores da capitania de Contra-Erva ou Caapiá. Da mesma maneira, nessa região, a planta Pagimirioba também era chamada de Fedegoso. Já no “Mapa das Raízes e Ervas que se valem os moradores das Alagoas” o Fedegoso era também conhecido como Crista de Galo e a Contra-Erva como Orelha de Onça<sup>373</sup>. As aplicações desses medicamentos também variavam. Em que pese o fato de a Contra-Erva ser sempre descrita como possuidora de características febrífugas, ao menos nas descrições observadas, o Fedegoso tinha indicações diferentes conforme a região: em Alagoas os habitantes usavam para “febres ardentes” e na Paraíba era “muito usado em cozimentos e banhos nas moléstias que pecam em qualidade seltica<sup>374</sup>”.

Alexandre Rodrigues Ferreira em sua expedição pela região Amazônica, quando descreveu a Ayapana<sup>375</sup>, em 1784, afirmou que “uns a chamam Erva Milagrosa, outros Contra-Erva e obsequiosamente todos a Erva do Ouvidor”. Em Belém e arredores a Ayapana era indicada como antídoto contra picada de cobras e mordida de outros bichos venenosos, sendo uma Contra-Erva bem diferente das com propriedades antifebris

---

Campinas: Ed. Unicamp, 1999; O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli. RJ: Dantes Editora, 2008.

<sup>373</sup> AHU\_CU\_015, Caixa 162, Documento 11625. Recife, 04 de Março de 1788. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Marinho de Melo e Castro, remetendo mapa e amostra das plantas e raízes medicinais utilizadas na comarca de Alagoas; AHU\_CU\_015, cx. 163, D. 11689. Recife, 08 de Maio de 1788. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Marinho de Melo e Castro, remetendo diversas amostras vegetais de uso medicinal, procedentes da Paraíba e um abecedário das aplicações dessas plantas; AHU\_CU\_015, cx. 168, D. 11875. Recife, 05 de fevereiro de 1789. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Marinho de Melo e Castro, remetendo amostra de plantas medicinais provenientes da Paraíba e Alagoas.

<sup>374</sup> AHU\_CU\_015, cx. 168, D. 11875. Recife, 05 de fevereiro de 1789. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Marinho de Melo e Castro, remetendo amostra de plantas medicinais provenientes da Paraíba e Alagoas.

<sup>375</sup> Ainda neste capítulo trataremos da descoberta de Ferreira em 1784 e da confusão formada por isso frente à divulgação dos franceses.

descritas nas capitâneas ao nordeste da América. De acordo com a narrativa de Ferreira essa erva havia sido trazida do sertão do Pará, por um cabo de esquadra, e introduzida e popularizada por iniciativa do Ouvidor Mathias José Ribeiro nos quintais dos colonos para o tratamento dessas moléstias, por essa razão também era conhecida entre a população de a Erva do Ouvidor<sup>376</sup>.

Bernardino Antonio Gomes quando identificou a Contra-Erva também a indicou para tratamentos contra febres e para cura de picadas de animais venenosos o que nos leva pensar se a Ayapana não era comercializada sob o nome Contra-Erva já que Ferreira a identificou sendo chamada como tal pelas populações coloniais. Outro ponto que deve ser chamado atenção e já foi mencionado neste capítulo é a identificação de Bernardino Antonio Gomes de uma outra planta nativa chamada Erva de Cobra. De acordo com Gomes essa erva era um *Eupatorium* mesma classificação botânica que recebeu a Ayapana no momento de sua identificação. É importante chamar atenção para o fato de que a população, de modo geral, tanto a europeia quanto a ultramarina não levava em conta a nomenclatura botânica ou diferentes denominações de uma mesma planta, mas sim os seus usos e aplicações. Porém, saber que tanto a Erva de Cobra quanto a Contra Erva fossem sinônimos da Ayapana é importante para compreendermos que essa planta - que em princípio era desconhecida pelos portugueses - na verdade circulava e era comercializada, sendo inclusive enviada para boticas europeias<sup>377</sup>.

As múltiplas designações recebidas pela Ayapana não parecem ter sido uma prática apenas do universo luso. Quando da sua chegada a Ile-de-France, o mesmo

---

<sup>376</sup> AHU\_CU\_013, cx. 95, D. 7559. Pará, 20 de Abril de 1786. Representação do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, Martinho de Souza e Albuquerque e para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, com a descrição de uma planta descoberta no sertão denominada Ayapana ou “*Eupatorium* de Lineu”, usada pelos índios como antídoto ao veneno de algumas cobras.

<sup>377</sup> GOMES, Bernardino Antonio. *Observações Botânico-Médicas sobre algumas plantas do Brazil, escritas em Latim, e em Portuguez, e oferecidas à Academia Real das Sciencias*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1783.

ocorreu durante a sua aclimação no Sub Continente Indiano<sup>378</sup>. De acordo com Projit Mukharji, existem duas versões sobre a introdução dessa planta na região: 1) O capitão inglês da Companhia das Índias Orientais, E. Blake a trouxe da Ile-de-France ou da Ile-de-Reunion, para Madras no ano de 1801 e de lá seguiu para baía de Bengala, onde foi disseminado o conhecimento sobre a planta e plantadas sementes da mesma por toda a região; e, 2) a outra hipótese é que esta erva teria sido introduzida entre 1580 e 1610, quando havia uma feitoria portuguesa em Dhaka com três igrejas católicas lideradas por padres dominicanos portugueses e estes a teriam introduzido com outro nome, talvez Contra Erva, e somente séculos depois foi identificada como sendo a Ayapana<sup>379</sup>.

#### Mapa 4.1.2.1 – Aparecimento e notícias sobre a Ayapana no Oceano Índico



Fonte: MILLIN, A. L. Magasin Encyclopédique ou Journal des Sciences, des Lettres et des Arts. Paris: Chez Fuchs, 1802. pp.: 77.

<sup>378</sup> Sobre a chegada da Ayapana na Île-de-France e Ile-de-Reunion ver: MARODON, Claude Alphonse. Contribution à l'étude de Eupatorium Ayapana Ventenat de Île de la Reunion. Montpellier, Thèse de Doctorat présentée à la Faculté de Pharmacie, 2011.

<sup>379</sup> MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as Eupatorium Ayapana: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: The Journal of Asian Studies, n. 73, 2014. pp.: 81.

Caso qualquer uma das hipóteses seja verdadeira pode-se afirmar que a Ayapana não foi absorvida pela cultura médica indiana com esse nome. A planta brasílica foi confundida com a erva Vishalyakarani que era atribuída pela medicina indiana como sendo o medicamento responsável pela cura do deus hindu Lakshmana, história que fazia parte da mitologia contida no livro sagrado Ramayana. Apenas em fins do século XIX a Ayapana foi revelada para o mundo hindu, pois foi composto um comitê para catalogação de todas as plantas verdadeiramente nativas da Índia, onde se chegou à conclusão que a Vishalyakarani era na verdade a Ayapana, ou melhor, o *Eupatorium Ayapana*, de origem brasileira.

As consequências dessa investigação se revelaram bastante complexa para os sábios partícipes do comitê e para “*those seeking to revive traditional medicine at the time also ignored the plant, most probably owing to its alleged Brazilian origins*”<sup>380</sup>. E ela apenas continuou sendo empregada no receituário Ayurvédico tradicional e da medicina popular hindu para conter hemorragias porque “*numerous other, lay Bengalis, however, continued to use and extol the virtues of the plant*”<sup>381</sup>. Esta permanência da Ayapana ou Vishalyakarani foi recuperada num momento posterior, na década de 1930, para o tratamento contra o Cólera, momento que houve novas investigações no campo da medicina tradicional Ayurvédica para essa doença<sup>382</sup>.

---

<sup>380</sup> Em 1896, o governo indiano britânico, sob a pressão de um movimento nacionalista e de alguns setores do médicos, criou um comitê (IDC – Indigenous Drugs Commmitte) para investigar as plantas medicinais da Índia britânica, a planta chamada Vishalyakarani foi indicada para investigação por um Kaviraj de Calcutá. Depois de algumas pesquisas iniciais, para a surpresa do comitê, a planta foi identificada como o *Eupatorium Ayapana* - uma erva brasileira, supostamente introduzida no sul da Ásia pouco mais de cem anos antes. Ver: MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as *Eupatorium Ayapana*: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: *The Journal of Asian Studies*, n. 73, 2014. pp.: 64-70.

<sup>381</sup> Ver: MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as *Eupatorium Ayapana*: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: *The Journal of Asian Studies*, n. 73, 2014. pp.: 64-70.

<sup>382</sup> MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as *Eupatorium Ayapana*: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: *The Journal of Asian Studies*, n. 73, 2014. pp.: 68. Em 1937 foi publicado na revista *Nature* o trabalho de B.B. Sarkar e P. K.

A valorização ou desvalorização de uma planta tinha implicações não apenas médicas e farmacêuticas, mas também culturais e comerciais. Por essa razão, havia uma disputa no que diz respeito à característica nativa da espécie e, quando isto não era possível, era exaltada sua equivalência na aplicação terapêutica. Dessa forma, em finais do século XVIII na já citada “*Relação das Plantas Medicinais...*” o autor descrevia que a quinaquina ou Casca Peruviana era “(...) *vulgar nos sertões de Pernambuco e seus habitantes a julgam de mais eficaz virtude que a do Pará (...)*”, afirmando com isso ser mais vantajoso explorá-la do que conseguir canoas para viagens através dos sertões da Amazônia<sup>383</sup>.

Ao que parece em finais do século XVIII e início do século XIX momento, em Portugal, de expansão da história natural e da busca por novos produtos, houve um movimento entre os homens de ciências de visitar algumas plantas que haviam sido descritas por naturalistas holandeses seiscentistas ou pelos missionários das diferentes ordens religiosas. Nesse sentido, há um grande interesse pela quina, pela ipecacuanha, pela jalapa, entre outros medicamentos já introduzidos nos cânones médicos coevos. Bernardino Antonio Gomes apontou que “*apesar da raiz de ipecacuanha ser usada na Europa perto de dois séculos, e apesar de ser contada no catálogo dos grandes remédios, de que tem feito aquisição a medicina, tem sido até agora desconhecida aos botânicos a verdadeira planta de que se colhe*<sup>384</sup>.” E ainda prossegue afirmando que

(...) na Bahia mostraram-me uma planta sem flor com o nome de Ipecacuanha, que me pareceu ser a Viola Itoubou d’Aublet, mas cuja raiz era muito diferente do Cipó; no Rio de Janeiro

---

Bose no isolamento das substancias Ayapin e Ayapanin que tinham caráter hemoestático. Ver: MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as Eupatorium Ayapana: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: *The Journal of Asian Studies*, n. 73, 2014. pp.: 76.

<sup>383</sup> AHU\_CU\_015, cx. 168, D. 11897. Recife, 03 de Março de 1799. Ofício do governador da capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Marinho de Melo e Castro, remetendo plantas medicinais da Paraíba ao Reino, no navio Serra.

<sup>384</sup> GOMES, Bernardino Antonio. Memórias sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil ou Cipó das nossas Boticas. Lisboa: Tipologia do Arco do Cego, 1801. pp.: 4.

mostraram-me a raiz de outra planta com o nome de Poaia grossa (nas capitâneas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas chamam a Ipecacuanha de Poaia), que não pude examinar; elas eram muito mais grossas e com os regos ou rugas transversais muito mais remotas que no Cipó, todavia um pouco semelhante e também emética (....)<sup>385</sup>.

Por essa razão para garantir a veracidade do relato das plantas expostas, alguns documentos, como a “*Relação das Plantas Medicinai...*”, não apenas enviava listas nominais e descritivas das espécies, mas também enviava junto delas um caderno com as estampas das plantas arroladas. Assim os responsáveis pelo recebimento do material poderiam comparar as diferentes estampas para, por exemplo, averiguar se, por exemplo, a quina de Pernambuco era semelhante a já conhecida e estabelecida, originária do Peru.

Nesse sentido, as imagens construídas das plantas foram uma estratégia para impulsionar a sua identificação botânica, pois nessas remessas seguiam a planta seca e viva para que fossem realizados novos testes com doentes que assegurariam que elas tinham as mesmas propriedades das já conhecidas. A centralidade metropolitana deveria funcionar como uma visão geral de todo o Império assinalando plantas semelhantes, porém com nomes diferentes ao redor do globo. Por essa razão, o recurso visual foi bem conhecido por naturalistas e mercadores sendo utilizado para comparar duas plantas que cresciam em diferentes regiões ou possuíam o mesmo nome mas tinham aparência diferente<sup>386</sup> já que era comum a venda de diferentes plantas na Europa sob a mesma denominação, particularmente as que tinham sua origem em terras distantes<sup>387</sup>.

De acordo com Daniela Bleichmar, o boticário e botânico espanhol Juan de

---

<sup>385</sup> GOMES, Bernardino Antonio. Memórias sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil ou Cipó das nossas Boticas. Lisboa: Tipologia do Arco do Cego, 1801. pp.: 5.

<sup>386</sup> BLEICHMAR, Daniela. Visible Empire. Botanical Expeditions & Visual Culture in the Hispanic Enlightenment. Chicago: University of Chicago Press, 2012. pp.: 123.

<sup>387</sup> BLEICHMAR, Daniela. Visible Empire. Botanical Expeditions & Visual Culture in the Hispanic Enlightenment. Chicago: University of Chicago Press, 2012. pp.: 125.

Cuéllar ao chegar em Manila, em 1786, enviou algumas amostras da planta chamada canela pelos habitantes das Filipinas para Madri em conjunto com algumas imagens da planta a fim de a comparar com as da China e da possessão holandesa. A sua atitude visava que quando a planta e as imagens chegassem a Madri elas poderiam ser constatadas como sendo mesmo a canela e dessa forma seriam aproveitadas pelo Império espanhol quebrando o monopólio da Companhia das Índias Orientais holandesas<sup>388</sup>.

Muito embora não tenha existido essa comparação promovida pelo botânico espanhol, a Ayapana também contou com algumas representações: a primeira foi a descrita pelo naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1784, e a segunda pelo botânico francês Etienne-Pierre Ventenat, em 1801. Quando comparadas entre si elas revelam poucas semelhanças e muitas diferenças, pois uma planta foi desenhada com suas folhas e flores, e a outra desenhada por José Joaquim Freire, apenas com suas folhas. Essa diferença na representação pode ser explicada, talvez, em decorrência do período do ano no qual a planta foi retratada, num momento florescimento da planta e em outra sem florescimento<sup>389</sup>.

---

<sup>388</sup> BLEICHMAR, Daniela. *Visible Empire. Botanical Expeditions & Visual Culture in the Hispanic Enlightenment*. Chicago: University of Chicago Press, 2012. pp.: 123.

<sup>389</sup> Falaremos no item a seguir desse capítulo sobre a querela envolvendo a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira e sua descrição da Ayapana e a descrição realizada por Etienne-Pierre Ventenat.



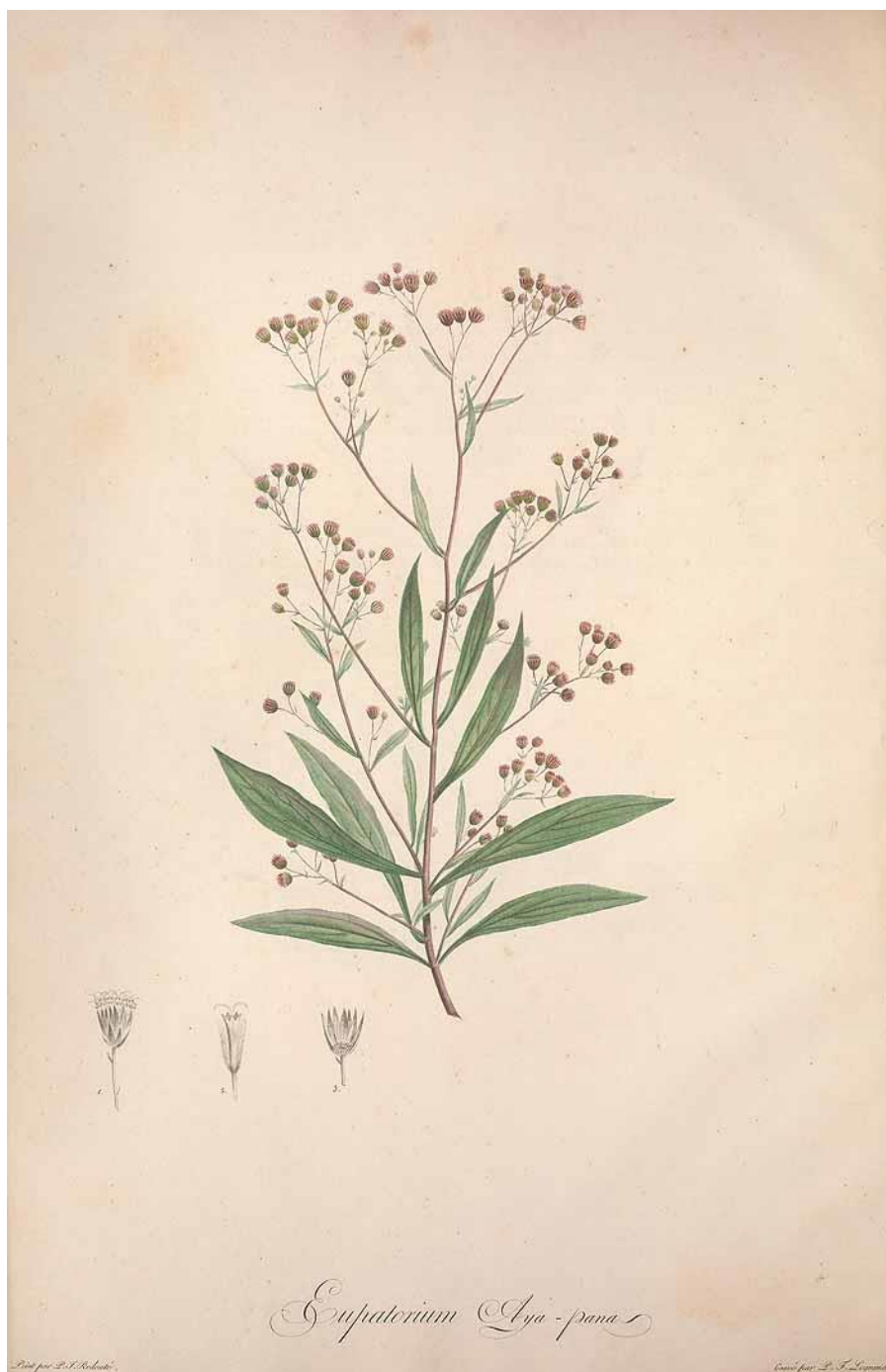
**Imagem 4.1.2.1 – Ayapana por José Joaquim Freire**



Fonte: BNRJ. FREIRE, José Joaquim. Imagens da Expedição Científica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Rio Negro, s/d. Iconográfico, BN digital.

Em < <https://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/123456789/282315>>

**Imagem 4.1.2.2 – Ayapana por Etienne-Pierre Ventenat**



Fonte: VENTENAT, E.P. Jardin de la Malmaison. Paris, 1803.

Nesse sentido, a recolha das plantas dos sertões, a preparação das suas descrições, a anexação de imagens e o seu acondicionamento em caixas, vasos, sacos para o envio a Ajuda eram formas uso e de produção de conhecimento numa instância local, conhecimento produzido por coloniais fora dos circuitos científicos da Europa, que não tinham como meta a classificação de novas espécies ou a identificação de outras já conhecidas<sup>390</sup>.

Portanto, a nomenclatura diferenciada atribuída a cada planta não foi uma preocupação durante o período estudado. O investimento em reconhecer uma planta estava ligado à sua aplicação terapêutica e a possibilidade desse gênero medicinal se tornar objeto de comércio.

### ***4.1.3 – Ayapana no centro da cobiça político-científica***

Em 8 de Junho de 1803, D. Rodrigo de Souza Coutinho envia uma carta-resposta a Domingos Vandelli falando sobre a Ayapana

Restituo a V.Mce. todos os papeis, planta, e desenho da erva denominada Ayapana que me enviou no seu Oficio de 4 do corrente e lhe recomendo muito particularmente que logo a faça gravar, e publicar com a descrição que deram os franceses, e com a nota que mostra que o Doutor Alexandre Rodriguez Ferreira a tinha mandado para Lisboa, e acertado com o seu gênero Eupatorium; cuja descoberta botânica pode com razão reclamar, e a teria perfeitamente contestado, se então logo ajuntasse ao desenho e planta seca a sua descrição, o que de certo lhe daria muita honra, enquanto a simples remessa, sim prova que ele a mandou, mas também indica a sua negligencia como Botânico<sup>391</sup>. (grifos meus)

---

<sup>390</sup> As remessas enviadas por médicos-botânicos coloniais comumente seguiam a nomenclatura botânica lineana. Ver: remessa de Inácio Ferreira da Câmara, AHU, sobre produção do conhecimento ver: BURKE, Peter. Uma História do Conhecimento. De Gutenberg a Diderot. RJ: Zahar, 2003. pp.: 72.

<sup>391</sup> Carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho para Domingos Vandelli (8 de junho de 1803). Apud.: BRIGOLA, João C. P. Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. pp.: 197.

Uma das descrições da planta dada pelos franceses a que D. Rodrigo de Souza Coutinho se refere deve ter sido a realizada, em 1801, numa aula na Académie des Sciences e noticiada na revista *La Décade – Philosophique, Litterarie et Politique*, onde Étienne Ventenant fez uma demonstração botânica a seus alunos sobre uma planta que ele atribuía grandes propriedades e que até aquele momento não havia sido publicada na Europa nenhuma descrição. De acordo com o professor de botânica

cette plante croit dans l'Amérique méridionale, sur la rive droite du fleuve des Amazones, ou elle est connue sous le nom d'Ayapana. Les habitans de cette contrée la regardent depuis longtems comme un excellent sudorifique et un puissant alexipharmaque. Le capitaine Augustine Baudin transporta cette plante à Ile-de-France, l'an 7 de la Republique, et si l'on en croit les renseignements qui ont été communiqués a plusieurs personnes, l'Ayapana jouit déjà, dans cette colonie française, d'une aussi grande célébrité que dans son pays natal.

Étienne-Pierre Ventenat foi um importante botânico francês e membro dessa classe no *Institut National des Sciences et des Arts*, que a partir de 1795 abarcava a Academia de Ciências dentre outras academias fundadas no período anterior a Revolução. Era bastante conhecido nos circuitos científicos em razão das suas colaborações na obra de Charles Louis L'Héritier de Brutelle, publicada em 1792, além de ter se dedicado ao plantio de gêneros exóticos nos jardins do palácio de La Malmaison tendo publicado no ano de 1803 uma obra chamada *Jardin de La Malmaison*, na qual descreve as aplicações de diversas plantas, entre elas a Ayapana, que pela primeira vez havia sido sistematizada e descrita para divulgação científica<sup>392</sup>.

Em 12 de dezembro de 1801 o já referido Capitão Augustine Baudin escreveu uma carta para Antoine Laurent de Jussieu dizendo que havia introduzido a Ayapana, planta do Pará que cresce na margem direita do Rio Amazonas, na Ile-de-France e na Ile de la Réunion, em 1798, logo que este deixou o Brasil tendo conseguido as mudas e

---

<sup>392</sup> VENTENAT, Étienne-Pierre. *Jardin de la Malmaison*. Paris: De l'Imprimerie Crapellet, 1803.

sementes por meio do médico-botânico Inácio Ferreira da Câmara que lhe relatou as qualidades da planta. As virtudes da planta que Baudin descreve nesta carta é desta ser um excelente antídoto contravenenos vindos de flechas contaminadas, mordidas de serpentes ou de qualquer outro animal venenoso e de ser, também, um remédio escorbútico e sudorífero<sup>393</sup>.

A data da correspondência do Capitão Baudin para Jussieu e a data da aula no *Institut de France* coincidem e não é por acaso: assim que o *Jardin des Plantes*<sup>394</sup> recebeu as remessas dessa espécie com a carta que descrevia as suas virtudes, foi acionada uma rede de outros jardins botânicos existentes em toda a França e territórios ultramarinos, dentre eles o *Jardin de la Malmaison*, para que se fossem feitos plantios e experiências com o novo gênero. De acordo com a revista científica *Magasin Encyclopédique*<sup>395</sup>, as sementes da Ayapana foram dadas a François André Michaux, médico-botânico, correspondente da Academia de Ciências de Paris e que havia dado parte das sementes que recebera ao também botânico Jacques Philippe Martin Cels, membro da Academia de Agricultura de Paris, para que o mesmo fizesse experiências com a afamada planta.

No caso específico do plantio no Jardin de la Malmaison, sabe-se que a Imperatriz Josephine Bonaparte, residente no Palácio de la Malmaison, recebeu pessoalmente de Antoine L. de Jussieu as sementes e exemplares secos da Ayapana e entregou para Étienne Ventenat fazer os plantios e experimentações devidas já que ele era o responsável pelos jardins desse palácio<sup>396</sup>. O mesmo botânico dividiu algumas folhas da planta que havia recebido com o médico e professor de matéria-médica da Faculté de

---

<sup>393</sup> MNHN, Ms. 192. Paris, 1801. Letter de Antoine Baudin par Antoine Jussieu.

<sup>394</sup> Nome do Jardim Botânico de Paris. Antoine Laurent de Jussieu era sobrinho do famoso naturalista Joseph de Jussieu e a essa época era diretor do Museu Nacional de História Natural de Paris.

<sup>395</sup> MILLIN, A. L. *Magasin Encyclopédique ou Journal des Sciences, des Lettres et des Arts*. Paris: Chez Fuch, VIII annee, Tome 13, 1802. pp.: 82.

<sup>396</sup> *Dictionnaire des Sciences Naturelles*. Par Plusieurs Professeurs du Jardin du Roi, et des Principales Écoles de Paris. Paris: Le Normant, 1816. pp.: 359.

Médecine de Paris, Jean-Louis Marie Alibert, para que este fizesse experiências da virtude medicamentosa da planta no Hôpital Saint Louis<sup>397</sup>.

Se voltarmos à leitura da memória conferida por Ventenat, no Instituto de Ciências, observaremos que ele diz que irá abordar alguns casos de sucesso experimentados com o vegetal americano para que os alunos pudessem conhecer a maneira de se administrar a planta, da mesma forma, ele descreveu as formas e as características botânicas dessa espécie para seus alunos.

Je pourrais en citer un très grand nombre; mais comme il n'est pas prudent de certifier des faits dont on n'a pas été témoin, je pense qu'il faut attendre que des observations suivies et faites par d'habiles médecins confirment les vertus de l'Ayapana. S'il est permis de révoquer en doute les vertus de l'Ayapana, les caractères botaniques de cette plante sont si simples et si faciles à saisir, qu'il ne peut y avoir la moindre incertitude sur sa classification. Elle est évidemment congénère de l'EUPATORIUM de Linneus. Sa tige droite, très rameuse, d'un brun foncé, est haute d'un mètre, et i de la grosseur d'une plume à écrire. Ses feuilles, presque sessiles, en lances, très entières, et relevées de trois nervures, sont opposées dans la partie inférieure de la tige et des rameaux, et alternés dans la partie supérieure. Ses fleurs, d'un pourpre vif, sont disposées en corymbes terminaux<sup>398</sup>

Todos os casos de sucesso relatados por Étienne Ventenat, em 1801 diziam respeito às experiências realizadas na Ile-de-France quer pelo próprio Capitão Augustine Baudin quer por Jean Nicolas de Céré<sup>399</sup>, diretor do *Jardin Royale de Pamplermousses*, relatados nos jornais médicos da própria ilha, pois de acordo com um jornal médico, publicado em 1802, os grãos plantados em Paris ainda não haviam

---

<sup>397</sup> MILLIN, A. L. Magasin Encyclopédique ou Journal des Sciences, des Lettres et des Arts. Paris: Chez Fuch, VIII annee, Tome 13, 1802. pp.: 83. Jean-Louis Marie Alibert era medico no Hôpital Saint Louis e fez pesquisas importantes na área de dermatologia, sendo o fundador da Escola de Dermatologia da Faculdade de Medicina de Paris, tendo escrito diversos textos sobre doenças de pele e seus tratamentos. Ver: ALIBERT, Jean-Louis. Clinique de l'hôpital Saint-Louis ou traité complet des maladies de la peau Paris : Cormon et Blanc, 1833.

<sup>398</sup> La Décade. Philosophique, Littéraire et Politique, 1801. An XI de la Republique Française, 1º Trimestre, 30 vendémiaire. pp.: 137. In: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb327543836/date>

<sup>399</sup> DELEUZE, J.P.F. Notice sur M. de Céré. In: Annales du Muséum D'Histoire Naturelle, par Les Professeurs de cet Établissement. Paris: Chez G. Dufour et Compagnie, Tome 16, 1810. pp.: 332.

crescido e os botânicos da cidade esperavam ansiosos pela chegada de alguns pés vivos que viriam do Jardim Botânico da Ile-de-France, para que se fossem feitas experiências necessárias para averiguação do seu estatuto de planta medicinal<sup>400</sup>.

É importante chamar atenção para o fato de que Paris em fins do século XVIII era um polo de concentração dos fluxos de saberes e redes científicas ligada à expansão e ao progresso colonial. De acordo com o historiador François Regourd, esse afluxo de produtos e produções para a capital francesa tem seu início a partir do que ele chama de a formação de uma “Máquina Colonial”, instituída com as políticas de Colbert em fins do século XVII, marcando o desenvolvimento dos meios intelectuais e profissionais a partir da institucionalização e composição de uma burocracia atenta e aberta à entrada de novidades de proveniência estrangeira<sup>401</sup>.

Entretanto os anos a seguir à Revolução têm como marco o chamado “grand moment muséologique”<sup>402</sup> em razão da criação ou restabelecimento de três grandes instituições museais: o Museu Nacional de História Natural (1793), o Museu Central das Artes (1794) e a Biblioteca Nacional (1795)<sup>403</sup>. A partir da criação do Museu de História Natural há um afluxo sem precedentes de coleções sobretudo de zoologia para Paris. A aclimação de plantas exóticas no Jardin des Plantes se relaciona aos efeitos dos primeiros momentos que a Revolução causou nas relações comerciais acordadas com outras nações europeias. A dificuldade imposta ao comércio a partir do

---

<sup>400</sup> MILLIN, A. L. *Magasin Encyclopédique ou Journal des Sciences, des Lettres et des Arts*. Paris: Chez Fuch, VIII annee, Tome 13, 1802. pp.: 82-83.

<sup>401</sup> REGOURD, François. *Le lieux de savoir et d’expertise coloniale à Paris au XVIIIe siècle: institutions et enjeux savants*. In: BANDAUI, Anja; DORIGNY, Marcel et VON MALLINCKRODT, Rebekka. (Ed.). *Les mondes coloniaux à Paris au XVIIIe Siècle. Circulation et Enchevêtrement des Savoirs*. Paris: Karthala, 2010. pp.: 47-48. Ver também: REGOURD, François e MCCLELLAN, James E. *The Colonial Machine: French Science and Overseas Expansion in the Old Regime*. Turnhout: Brepols, 2011.

<sup>402</sup> PICKSTONE, John V. *Museological Science? The Place of the Analytical/Comparative in Nineteenth-Century Science, Technology and Medicine*. In: *History of Science*, n. 32, 1994. pp.: 111-138.

<sup>403</sup> LACOUR, Pierre-Yves. *Colonies et Collections D’Histoire Naturelle*. In: BANDAUI, Anja; DORIGNY, Marcel et VON MALLINCKRODT, Rebekka. (Ed.). *Les mondes coloniaux à Paris au XVIIIe Siècle. Circulation et Enchevêtrement des Savoirs*. Paris: Karthala, 2010. pp.: 51-52.

estabelecimento de um governo revolucionário fez com que a França encontrasse interdições inclusive no comércio com suas próprias colônias, emergindo daí a necessidade de um afluxo de plantas coloniais para responder a demanda interna de consumo.<sup>404</sup>

O Jardim Botânico de Paris, conhecido como *Jardin des Plantes*, ficava, a partir de 1793, sob a sombra do Museu de História Natural que se beneficiou enormemente da chegada sem de espécimes provenientes de toda parte do mundo colonial devido a manutenção de jardins botânicos nas colônias francesas. O Museu realizava então um dos principais projetos revolucionários de construir, dentro da perspectiva do sonho enciclopédico, um “abrigo do mundo” reunindo todas as espécies em um espaço único. A partir de então, de acordo com o historiador das ciências Pierre Yves Lacour, “Paris se constitue en capitale européenne des sciences naturelles” e, portanto, é ali que a Ayapana tem os seus casos de sucesso relatados<sup>405</sup>.

Após a divulgação da supracitada aula na revista *La Décade*, a mesma descrição conferida à Ayapana foi disseminada por toda a Europa tendo sido publicada dois anos mais tarde no jornal médico escocês *Philosophical Magazine*, onde foram abordadas as diversas experiências que estavam sendo feitas com a planta por diferentes médicos a fim de comprovar suas virtudes contra-venenosas. É nesse contexto de experimentos diversos feitos com essa espécie e publicados em jornais médicos europeus, sobretudo franceses e ingleses, que referenciavam a sua origem como sendo das margens do rio Amazonas, no Brasil, é que surge a carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho para Domingos Vandelli, já citada nesta parte do trabalho.

---

<sup>404</sup> LACOUR, Pierre-Yves. Colonies et Collections D’Histoire Naturelle. In: BANDAU, Anja; DORIGNY, Marcel et VON MALLINCKRODT, Rebekka. (Ed.). Les mondes coloniaux à Paris au XVIIIe Siècle. Circulation et Enchevêtrement des Savoirs. Paris: Karthala, 2010. pp.: 62.

<sup>405</sup> LACOUR, Pierre-Yves. Colonies et Collections D’Histoire Naturelle. In: BANDAU, Anja; DORIGNY, Marcel et VON MALLINCKRODT, Rebekka. (Ed.). Les mondes coloniaux à Paris au XVIIIe Siècle. Circulation et Enchevêtrement des Savoirs. Paris: Karthala, 2010. pp.: 71-72.



Como ficou evidenciado essa era uma resposta a um ofício enviado por Vandelli para o Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho falando das descobertas e descrições elaboradas pelos franceses sobre a Ayapana e afirmando que esta planta já havia sido descrita tempos idos pelo naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, ou seja, era uma reivindicação da descoberta da planta e até mesmo uma (re) afirmação do direito de propriedade sobre a mesma, pois na década de 1780 no tempo das suas viagens pelo Rio Negro e Amazonas, o naturalista soube da disseminação entre a população local do Pará de uma planta com propriedades milagrosas chamada pelos indígenas de Ayapana.

Em 15 de março de 1784, Ferreira endereçou uma representação ao governador do Pará, Martinho de Souza e Albuquerque, que foi reenviada, em 1786, ao Ministro e Secretario de Negócios Estrangeiros Martinho de Mello e Castro, onde relatava a existência de inúmeras plantas de interesse medicinal e econômico no sertão da capitania, como o Puxuri e o Cravo Fino, chamando atenção para os perigos que se tinha que enfrentar para conseguir sua extração e comércio, sendo necessária a aclimação das mesmas em Belém e em seus arredores para que melhor proveito o Estado e os coloniais tirassem do seu cultivo<sup>406</sup>. A partir desse trecho o naturalista reporta que, sem muito cuidado, fiscalização ou rigor científico, está se propagando

(...) nos quintais dos curiosos a Ayapana que parece ser uma espécie nova do *Eupatorium* de Lineu; trouxe do sertão o cabo de canoa Álvaro Sanches de Brito a quem uma gentia sua amasia descobriu os préstimos que ela tinha. Ele nesta cidade a comunicou ao Ouvidor Geral Mathias José Ribeiro, que por aqui a distribuiu e recomendou a alguns curiosos; e daqui a remeto para Lisboa com a relação das suas virtudes, donde vem

---

<sup>406</sup> AHU, Pará, 20 de abril de 1786. Cx. 95, D.7559. Representação do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o Secretário de Estado e da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, com a descrição de uma planta descoberta no Sertão denominada Ayapana ou *Eupatorium* de Lineu, usada pelos índios como antídoto ao veneno de algumas cobras.

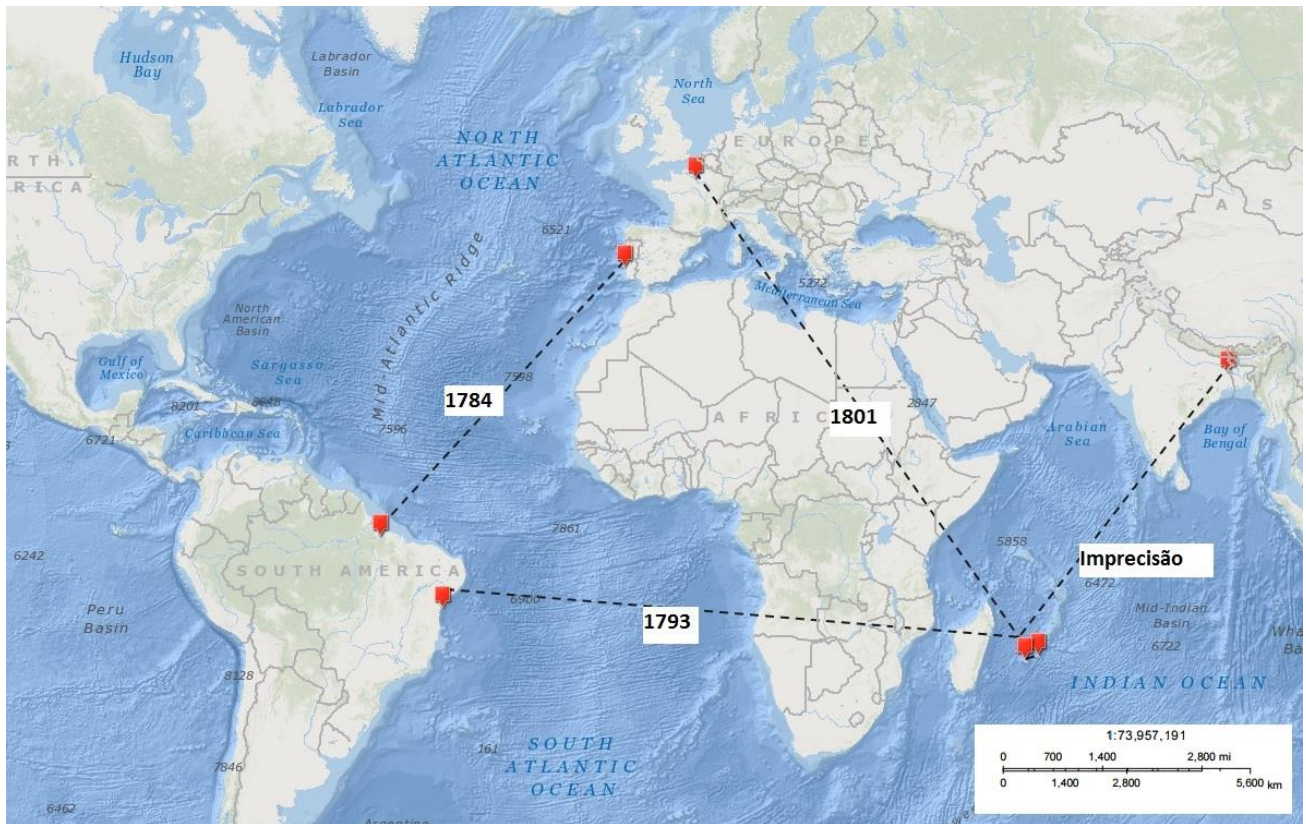
que uns a chamam Erva Milagrosa, outros Contra-Erva, e obsequiosamente todos a Erva do Ouvidor. Tem-se experimentado ser o mais forte antídoto, contra o veneno das cobras; e o primeiro que fez a experiência dizem ter sido o médico Bento Vieira Gomes<sup>407</sup>.

A partir dessa representação, de março de 1784, pode-se perceber que Alexandre Rodrigues Ferreira havia enviado para Lisboa amostras da planta e a descrição de suas virtudes, porém em dezembro do mesmo ano e em abril de 1785 ele enviou outros relatos de usos pelos coloniais com a planta e descreveu mais atentamente as virtudes e os benefícios que a medicina poderia tirar dela. É possível que a existência de três relatos, ou como o naturalista chama, de três relações sobre a existência, virtudes e experiências realizadas com a planta possa ter confundido os responsáveis pelo recebimento das recolhas no Museu e Jardim Botânico da Ajuda. Outro fato que pode ter contribuído para o não reconhecimento da planta é a questão de ela ter sido enviada para Lisboa numa carregação de 1784, como descrito acima, constando nessa remessa da planta viva apenas uma lista de valores curativos atribuídos ao vegetal, enquanto que as descrições em que constavam a consolidação de todas as observações realizadas, em diferentes momentos da viagem de Ferreira, chegaram dois anos depois.

---

<sup>407</sup> AHU, Pará, 20 de abril de 1786. Cx. 95, D.7559. Representação do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira para o governador e capitão general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque e para o Secretário de Estado e da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, com a descrição de uma planta descoberta no Sertão denominada Ayapana ou Eupatorium de Lineu, usada pelos índios como antídoto ao veneno de algumas cobras. pp.: 1.

### Mapa 4.1.3.1 - Circulação da Ayapana



**Fonte:** Fonte: MILLIN, A. L. Magasin Encyclopédique ou Journal des Sciences, des Lettres et des Arts. Paris: Chez Fuchs, 1802. pp.: 77; e AHU, Pará, 20 de abril de 1786. Cx. 95, D.7559. Representação do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira...

Todo esse movimento de coleta e envio de espécimes seguia indicações precisas estabelecidas nas instruções de viagens que foram publicadas ao longo do século XVIII e XIX, incluindo textos que versavam sobre a prática da coleta e o transporte das plantas<sup>408</sup>. Em Portugal, Domingos Vandelli escreveu em 1779 o texto *Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar*, que embora tenha permanecido manuscrito orientou seus alunos-discípulos nas viagens empreendidas. Outra obra

<sup>408</sup> Kury, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens. Séculos XVIII – XIX. In: Kury, Lorelai (Org). Usos e Circulação de Plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX. RJ: Andrea Jakobson Estúdio, 2013. pp.: 276 e Kury, L. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). Revue d'Histoire des Sciences, 51 (I), 1998. pp.: 65-91.

importante, para as instruções de viagem, foi a publicada pela Academia de Ciências de Lisboa que provavelmente contou com a colaboração de Vandelli, em 1781, que abordou a questão prática de como os naturalistas deveriam enviar os produtos coletados para que se constituísse, em Portugal, um Museu Nacional. De acordo com a historiadora Lorelai Kury, é possível inferir a partir dos títulos citados nessas obras, sobretudo a de 1781, que os naturalistas lusos e/ou luso-brasileiros conheciam e utilizavam as instruções que circulavam globalmente, incluindo as obras de Lineu<sup>409</sup>.

O malsucedido caso de envio da Ayapana por Ferreira pode está relacionado com sua falta de conhecimento em relação as descrições das plantas nativas. De acordo com as “Viagens Filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras (...)” manual de Vandelli sobre as observações que deveriam ser feitas durante as viagens filosóficas, o naturalista “(...) deve ter lido e levado mesmo em sua companhia, a flora dos países por onde for, que lhe possa servir de guia no conhecimento das plantas”, como no caso da America portuguesa a única obra impressa que eles podiam levar era a de Piso e Marcgraf porque foram poucos os impressos sobre a região eles podiam contar apenas com “a observação e a experiência”<sup>410</sup>.

É importante chamar atenção também para o contexto que Ferreira vivenciava quando enviou seu relato sobre a existência da Ayapana para Lisboa, sendo um momento em que a expedição estava fixada em Belém (entre março e outubro de 1784), “*neste período, os viajantes realizaram algumas excursões às proximidades de Belém,*

---

<sup>409</sup> Kury, Lorelai. Plantas sem fronteiras: jardins, livros e viagens. Séculos XVIII – XIX. In: Kury, Lorelai (Org). Usos e Circulação de Plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX. RJ: Andrea Jakobson Estúdio, 2013. pp.: 280. Sobre as instruções de viagens ver: PEREIRA, Magnus R. M.; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da (Org.) . Os Naturalistas do Império; O conhecimento científico de Portugal e suas Colônias (1768-1822). RJ: Versal Editores, 2016 e PEREIRA, M. R. M.; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da . ?Naturalia, Mirabilia et Monstrosa?. El envío de manuales y de circulares al virreinato del río de la plata para instruir a la recolección de productos naturales, en el siglo XVIII. HIB: Revista de Historia Iberoamericana, v. 07, 2014. pp.: 74-88.

<sup>410</sup> PATACA, Ermelinda. Ermelinda. Terra, Água e Ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Campinas, Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2006. Pp: 65-77.

*seguindo sempre percursos fluviais. As atividades dos viajantes se concentraram especialmente em estudos que requeriam a fixidez, como agricultura e urbanização*<sup>411</sup>”.

Ainda de acordo com a historiadora Ermelinda Pataca, a primeira fase da expedição, que começou em dezembro de 1783, foi um tempo de adaptação à nova terra em que Ferreira escreveu diversas cartas sobre o seu estranhamento no que diz respeito ao clima, aos mosquitos, as fábulas que corriam no universo mental colonial sobre os perigos e males da floresta Amazônica, local que a expedição enfrentaria em breve<sup>412</sup>. Da mesma forma, escrevia sobre os espaços econômicos, culturais e sociais da cidade de Belém onde a expedição teve uma estadia mais alongada devido o atraso na partida para a viagem à Capitania do Rio Negro por conta da falta de canoas<sup>413</sup>.

As preocupações de Alexandre Rodrigues Ferreira naquele momento versavam sobre o encontro colonial e o enfrentamento prático com as adversidades da floresta tropical, ficando longe do pensamento da pós-coleta. O naturalista estava envolvido por uma avalanche de novidades do meio ultramarino tendo por isso enviado a planta seca com alguns exemplares vivos da mesma e, como as condições das viagens atlânticas estavam longe de serem as ideais para a sobrevivência dos vegetais quando da sua chegada a Lisboa.

Dessa forma, o Real Museu e o Jardim Botânico da Ajuda funcionavam como um ambiente de concentração onde o que era coletado na viagem deveria ser enviado para esse centro e a partir de então gerar uma sistematização do conhecimento no gabinete. Porém as dificuldades em se fechar um ciclo dessa natureza, de acumulação, eram difíceis já que “mesmo os elementos que conseguem aguentar a viagem podem deixar

---

<sup>411</sup> PATACA, Ermelinda. Ermelinda. Terra, Água e Ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Campinas, Tese apresentada ao Instituto de Geociências, 2006. pp.: 253.

<sup>412</sup> PATACA, Ermelinda. Ermelinda. Terra, Água e Ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Campinas, Tese apresentada ao Instituto de Geociências, 2006. pp.:254-255.

<sup>413</sup> PATACA, Ermelinda. Ermelinda. Terra, Água e Ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Campinas, Tese apresentada ao Instituto de Geociências, 2006. pp.: 253.

de ter significado nos porões dos museus que estão sendo construídos nos centros, por que não chegaram com contexto suficiente<sup>414</sup>”. Além da dificuldade dos naturalistas luso-brasileiros em contar com manuais sobre a flora e fauna brasileira ou, por exemplo, de memórias impressas da Academia de Ciências que os permitisse conhecer e descrever com melhor qualidade uma planta<sup>415</sup>.

A recolha deveria passar por alguns processos até se tornar objeto de produção científica, como apontou o historiador João Brigola

A apropriação do objeto de história natural, ou seja, a transformação dos entes naturais - recolhidos, preparados e remetidos pelo coletor - em produtos científicos através do trabalho de gabinete efetuado pelo naturalista no interior dos estabelecimentos museológicos (...) implicaria uma divisão do labor científico baseada no princípio de que a viagem filosófica correspondia apenas a uma primeira fase, essencial mas inacabada, e que a organização do campo do saber naturalista só seria plenamente assegurada pelas operações museológicas de estudo - com imprescindível divulgação de resultados junto da comunidade científica<sup>416</sup>.

Esse ponto parece ter sido uma questão recorrente em Portugal, pois parte dos objetos recolhidos, nas colônias e no próprio Reino, não se transformaram em resultados para a divulgação entre a comunidade científica. Este fato pode ser explicado devido a dificuldade existente entre grande parte das instituições lusas em estabelecer científicos com a comunidade científica da Europa<sup>417</sup> e a própria falta de organização que existia na Ajuda. Lorelai Kury, apontou que as coleções do Cabinet de Lisbonne não estavam bem organizadas “(...) principalmente no que se refere à indicação do lugar onde os indivíduos foram coletados”. Sendo provável que “uma parcela significativa

---

<sup>414</sup> LATOUR, Bruno. *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. SP: Ed. UNESP, 2011. pp.: 350.

<sup>415</sup> Sobre essa discussão ver: Kury, Lorelai B. *A filosofia das viagens: Vandelli e a história natural*. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. RJ: Dantes, 2008. pp.: 80-81.

<sup>416</sup> BRIGOLA, João. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. pp.: 249-250.

<sup>417</sup> BRIGOLA, João. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. pp.: 268-269.

das peças tenha sido separada dos manuscritos e desenhos que as acompanhavam<sup>418</sup>”.

O naturalista Brotero sempre reclamava das atividades botânicas (não) exercidas no Jardim e Museu da Ajuda

(...) sei que neste Jardim da Ajuda não há quem entenda de cultura de plantas, nem pessoa que ao menos seja semibotânico. O brasileiro Alexandre (...) jejuia em botânica. Vandelli trata a botânica de puerilidade frívola, como há cinco anos me escreveu em uma sua carta, e cuida só hoje em dar planos políticos ao Príncipe e ver se assim chega a ter vinte e quatro mil cruzados, porque mais da metade desta soma já a percebe de renda anualmente<sup>419</sup>. (grifos meus)

Embora essa carta revele uma certa antipatia de Brotero com Ferreira e Vandelli aqui retorna-se ao ponto da carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho para o botânico italiano: a afirmação de que Ferreira seria um botânico negligente<sup>420</sup>. Não foi discutido e nem será discutida nessa tese a trajetória de Alexandre Rodrigues Ferreira no seu retorno à Europa após as expedições na América e nem as suas funções como administrador do Real Jardim Botânico da Ajuda, mas nos importou chamar a atenção para a questão da falta de conhecimento botânico de Ferreira devido à ausência de publicações sobre a América portuguesa e a ausência de circulação destas publicações com outros centros como a França ou a Inglaterra<sup>421</sup>.

Por esse motivo não se pode estranhar que tenha sido via Junta do Comércio que as informações sobre as potencialidades de algumas espécies da flora ultramarina

---

<sup>418</sup> KURY, Lorelai B. As Coleções, a invasão francesa e o Brasil. In: O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli. RJ: Dantes, 2008. pp.: 254.

<sup>419</sup> Carta de Brotero para o Abade Correia da Serra (20 de Fevereiro de 1801), Apud. BRIGOLA, João. Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. pp.: 269.

<sup>420</sup> MHNL, Carta de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para D. Vandelli (8 de Junho de 1803). In: Livro De Registro dos Decretos, Portarias, Avisos, e outras Regias Determinações, que baixam ao Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu, e Casa do Risco (1791-1810). Inv. N.º 55. 147.

<sup>421</sup> Sobre a trajetória de Alexandre Rodrigues Ferreira ver: BRIGOLA, J. Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003; PATACA, Ermelinda. Arte, Ciência e Técnica na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 a outubro de 1784. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências, 2001.

chegassem e chamassem atenção das autoridades em detrimento das remessas enviadas a Ajuda. Da mesma maneira as buscas por gêneros de interesse comercial podiam contar com apoio financiador da instituição de comércio para descoberta e envio das espécies. O próprio Domingos Vandelli era Deputado da Junta do Comércio<sup>422</sup> e indicou na “Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco”, que

O Dr. Alexandre Ferreira, administrador do jardim, laboratório, museu e da casa do risco, oficial da secretaria de ultramar cujo grande merecimento deu bastantes provas além das outras qualidades das quais é dotado depois de ter concluído a história das suas viagens do Brasil deveria S. Majestade aproveitá-lo para deputado na real junta do comércio tendo vastos conhecimentos da ciência econômica e política das produções das colônias e do seu comércio<sup>423</sup>. (grifos meus).

Nesse sentido, Alexandre Rodrigues Ferreira poderia estar mais ocupado com a seleção dos produtos naturais que poderiam tornar-se mercadorias de alto valor no mercado global, o que revela a importância da Junta como instituição vocacionada para a promoção de novos gêneros, inclusive medicinais, voltados ao comércio. O documento citado, aponta, para uma das principais questões abordadas neste capítulo: as relações das instituições comerciais e dos próprios agentes mercantis com a descoberta de novos produtos.

A Junta de Comércio, criada em 1755, atuava como um ente centralizador dos assuntos mercantis, dos ofícios comerciais e das manufaturas existentes em Portugal, por meio da concessão de licenças e da promoção de iniciativas rentáveis para o

---

<sup>422</sup> CARDOSO, José Luís. Vandelli - A História Natural ao serviço de uma estratégia econômica. In: CARDOSO, José Luís. **Ciência em Portugal**: personagens e episódios. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e65.html>>

<sup>423</sup> ANTT, Ministério do Reino, Maço 444, Caixa 555. Relação da origem e estado presente do Real Jardim Botânico, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco. s/d. Presume-se ter sido escrita após 1794 já que Vandelli cita a morte do jardineiro Matiazzi falecido neste ano.



progresso econômico do Reino àquele momento<sup>424</sup>. Essa característica e função da Junta estava relacionada ao “(...) papel social e econômico que os homens de negócio assumiram na conjuntura de meados do século XVIII<sup>425</sup>” que propiciou à instituição uma centralização das decisões primordiais do Estado no tocante a economia.

Em 1803, D. Rodrigo de Sousa Coutinho enviou uma carta para Domingos Vandelli com “um caixote de Ayapana viva que chegou da Bahia no melhor estado<sup>426</sup>” para que o botânico introduzisse e experimentasse no Jardim Botânico da Ajuda, haja vista as suas utilidades medicinais. Foi a partir do recebimento desta carta que Vandelli reclamou a propriedade da descoberta do vegetal a Alexandre Rodrigues Ferreira, o que suscitou a ira do Ministro<sup>427</sup>. No entanto, D. Rodrigo de Souza Coutinho havia recebido esse carregamento de Jacome Ratton, deputado da Junta de Comércio de Lisboa que havia se empenhado “nos meios de adquirir alguns pés vivos da mesma com o fim de a naturalizar nestes climas de Portugal, e generalizá-la quanto me fosse possível a bem da humanidade” tendo feito “diversas encomendas (...) a várias pessoas e por muitas partes (...)”<sup>428</sup>.

Embora as expedições científicas tenham feito parte da política ilustrada do Estado português para o (re) conhecimento do território imperial e aproveitamento das

---

<sup>424</sup> Ver: MONTEIRO, Nuno G. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: Poder Simbólico, Império e Imaginário Social. In: Almanack braziliense, nº 2. SP, Novembro de 2005; BRAGA, Nilza L. X. Silveira. O Status Social dos Homens de Negócio no Império português na Segunda Metade do Século XVIII e Início do XIX: O caso do negociante portuense Elias Antonio Lopes no contexto da vinda da Corte joanina para o Rio de Janeiro em 1808. In: Revista 7 Mares, nº 3. Niterói, Outubro de 2013; e, PEDREIRA, Jorge. Os homens de Negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social. Lisboa: Dissertação de doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, 1995.

<sup>425</sup> BRAGA, Nilza L. X. Silveira. O Status Social dos Homens de Negócio no Império português na Segunda Metade do Século XVIII e Início do XIX: O caso do negociante portuense Elias Antonio Lopes no contexto da vinda da Corte joanina para o Rio de Janeiro em 1808. In: Revista 7 Mares, nº 3. Niterói, Outubro de 2013. pp.: 78.

<sup>426</sup> MUHNAC-UL, AHMB, CN/103. Correspondência de Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) para Domingos Vandelli.

<sup>427</sup> Documento tratado no início deste item. Ver: Carta de D. Rodrigo de Souza Coutinho para Domingos Vandelli (8 de junho de 1803).

<sup>428</sup> ANTT, Junta do Comércio. Maço 10, Caixa 38, Documento 13. Ofício de Jacome Ratton (06 de agosto de 1804).

produções nativas para a melhoria da balança comercial do Reino foi por meio da Junta do Comércio e das iniciativas impulsionadas pelos comerciantes que, muitas vezes, se deu a inserção de novos gêneros medicinais nas experimentações científicas e no cenário mercantil promovendo dessa forma uma ampla circulação.

É a partir das notícias trazidas seja pelos jornais científicos franceses, seja pelos comerciantes reinóis – conhecedores da história da planta milagrosa da América – que uma quantidade abundante pedidos para procurar a Ayapana no seu habitat natural chegariam até D. Rodrigo de Souza Coutinho, como foi o caso da viagem do naturalista Sieber para o Pará<sup>429</sup>, requisitada em 1801, pelo conde Hoffmannsegg, seu mecenas. No momento em que o viajante já se encontrava na América portuguesa, Hoffmannsegg trocou correspondências com o Ministro português sobre a Ayapana afirmando que

(...) devemos tentar transplantá-la para a Europa, e experimentar as suas grandes virtudes sobre todas as enfermidades; os resultados só podem ser importantes para a humanidade, mesmo que ela seja específica apenas contra um mal. Mas o que sabemos sobre as suas virtudes quando usada internamente? Contra a raiva? A febre amarela? Os venenos? Ou em cataplasma, contra o cancro?<sup>430</sup>

Nota-se a partir desta carta que o conde Hoffmannsegg e D. Rodrigo estavam cientes das experiências realizadas com a planta na Europa já que de acordo com o conde alemão ela poderia ser específica “apenas contra um mal”, mas insistia na necessidade de se fazer novos testes e procurar aplicações em doenças graves e sem cura àquela altura<sup>431</sup>.

---

<sup>429</sup> Literary Magazine and American Register. Varieties, Literary and Philosophical, including notices of works in hand, domestic and foreign. Philadelphia: T&G.Palmer, vol. 5, 1806. pp.: 261.

<sup>430</sup> Apud. OLIVEIRA, Nuno Gomes. A Flore Portugaise e as viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801). Lisboa: Chiado Editora, 2015. pp.: 138.

<sup>431</sup> O Conde Johann-Centurius Von Hoffmannsegg apos a sua viagem científica realizada em Portugal, entre 1797 a 1800, manteve uma forte ligação científica com o lugar o que lhe proporcionou alguns privilégios como o envio do seu ajudante Sieber à América. Ver: BRIGOLA, João. O Coleccionismo Científico em Portugal nos finais do Antigo Regime (1768-1808). In: KURY, Lorelai B. e GESTEIRA,

Embora essas correspondências apontem para uma ampla troca de conhecimentos via diplomacia, pois os assuntos ali tratados eram parte de uma política de Estado, elas revelam também um caráter utilitário da espécie a ser investigada, como afirmou Gruzinski a “*difusão dessas novidades passa por sua comercialização. A mobilização ibérica tanto é questão de rentabilidade quanto de interesse científico, ou de curiosidade*”<sup>432</sup>. Ao que parece, nos finais do século XVIII, essa passagem pela via comercial não era apenas uma característica ibérica, mas sim mundial enquadrada no universo do enciclopedismo e do utilitarismo. Haja vista as observações sobre a planta, Ayapana, publicada num jornal medico de Nova York, no início do século XIX, que diz

(...) Could not some means be fallen upon to effect their introduction? Perhaps it would be well to insert a short account of them in the different newspapers in the sea-port towns through out the United States, requesting, at the same time, captains of vessels, and others, trading to any of the ports of South America, to make inquiry after them, and, if possible, to procure some living plants. The person who shall be the means of introducing either of these plants, will probably do an essential service to his country<sup>433</sup>. (grifos meus).

Diversos agentes contribuíram para o ingresso das plantas medicinais na circulação global: jesuítas, médicos, boticários, cirurgiões, oficiais régios, capitães de fragatas ou capitães de Marinha, como Augustine Baudin e o inglês comandante Blake<sup>434</sup>, ou por grandes negociantes como o caso de Jacome Ratton, entre outros. A similaridade encontrada na atuação desses indivíduos, durante a inserção dos gêneros medicinais no mercado médico, foi a característica política no ato de promover o “bem

---

Heloisa. (Orgs). Ensaio de História das Ciências no Brasil: das Luzes à Nação Independente. RJ: EdUERJ, 2012. pp.: 137-138.

<sup>432</sup> GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo. História de uma Mundialização. BH: Editora da UFMG; SP: Edusp, 2014. pp.: 88.

<sup>433</sup> MITCHILL, Samuel L. and MILLER, Edward. Medical Repository and Review of American Publications on Medicine, Surgery and the Auxiliary Branches of Science, vol. 1. NY: T&J. Swords, 1804. pp.:19.

<sup>434</sup> Capitão de Navio da Cia das Índias Orientais, quem supostamente levou a Ayapana para sua introdução em Bengala, na Índia. Ver: MUKHARJI, Projit B. Vishalyakarani as Eupatorium ayapana: Retro-botanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: The Journal of Asian Studies, n°. 73, 2014. pp.: 72.

da humanidade” e, simultaneamente, econômica na promoção do bem da Balança Comercial do Estado. A atuação mercantil em conjunto com ação das rede de relações políticas foi o motor impulsionador da procura por produtos medicinais, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII.

Cabe apontar que embora diferentes agentes tenham introduzido vegetais com uso medicinal e os encaminhado para experimentação, nos laboratórios da Ajuda ou de Coimbra, é apenas com a normatização, o conhecimento da extração das espécies e os resultados dos experimentos realizados que ocorre o seu ingresso efetivo, em grande quantidade, nos circuitos comerciais. Ainda segundo Serge Gruzinski “*a chegada das drogas exóticas no mercado europeu e sua adoção no seio das farmacopeias ocidentais despertam uma grande curiosidade e atiçam os interesses comerciais (...)*”<sup>435</sup>, pois o cumprimento de todas as etapas de reconhecimento da planta (padronização e classificação das espécies, experimentação, indicação da extração) contribuiu para que certos gêneros medicinais ingressasse nos cânones médico-farmacêuticos coevos aumentando a procura por parte dos profissionais das artes médicas e, conseqüentemente, o seu consumo em grande escala.

---

<sup>435</sup> GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo. História de uma Mundialização. BH: Editora da UFMG; SP: Edusp, 2014. pp.: 88.

## **4.2 – Os meios propagadores do conhecimento das fórmulas e a utilização de novos medicamentos: receitas, tratados e farmacopeias**

O papel do Estado moderno nas questões relacionadas à saúde da população foi sempre discreto e limitado, exceto em épocas de epidemias. No final do século XVI e início do XVII medidas político-sanitárias começaram a ser adotadas pela Inglaterra e França, alarmadas com as epidemias que assolavam seu território. No entanto, somente no século XVIII é que se desenvolveu a medicina social que valorizou o papel do médico e se preocupou com o conjunto do corpo social, propiciando aos poderes públicos de diversas regiões europeias conceber o bem-estar físico da população como um dos deveres do Estado. Nesse período o Estado passou a intervir de maneira autoritária sobre o espaço urbano, assumindo a cidade e seus habitantes como objeto a ser medicalizado.

Ao longo do século XVIII, Portugal implementou uma série de reformas administrativas, políticas, econômicas e educacionais, criando e ampliando os espaços de institucionalização e produção do saber médico, e diminuindo a influência da Igreja Católica no que está relacionado ao pensamento e ao saber da época. Entre as mudanças empreendidas está uma intensificação do controle e da fiscalização das práticas médicas no Reino e em seus domínios.<sup>436</sup>

A partir das reformas empreendidas pelo Marquês de Pombal é que se teve início uma mudança na compreensão da medicina e da farmácia, a partir de um processo de retomada do controle e da fiscalização do ensino e das práticas dessas ciências pelo Estado assentes na Universidade de Coimbra. Almejando este objetivo, o ministro de D.

---

<sup>436</sup> PITA, João R. Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836). Coimbra: Minerva, 1996. pp.: 39-40; e, ROSEN, George. Uma história da saúde pública. SP, ed. Unesp/ Hucitec/ Abrasco, 1994. pp.: 113.

José I promoveu um plano ambicioso para reformar esta instituição de formação, enquanto se empreendiam reformas importantes em Portugal e em suas conquistas.<sup>437</sup>

As reformas da educação possuíam três objetivos principais: trazer o ensino para o controle do Estado; secularizar o discurso dos professores de Coimbra; e equiparar o currículo de Coimbra com o das outras universidades européias. As novas normas procuravam formar um corpo de funcionários ilustrados que iriam ocupar cargos administrativos por todo o Império português e na hierarquia da Igreja reformada.<sup>438</sup>

O centro do processo da reforma foi, como citamos, a renovação da Universidade de Coimbra em 1772. Para esse fim, em 1770, foi criada por decisão régia a Junta de Providência Literária que tinha a função de avaliar o estado da Universidade, comunicando ao monarca as suas observações e sugerindo modificações dignas de sua valorização. Como resultado desse levantamento realizado pela Junta, foi redigido o *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*, em 1771, que segundo o historiador João Rui Pita seu texto possuía um teor anti jesuíta e estimulava a institucionalização das ciências e dos cursos científicos. Um dos capítulos desse Compêndio trata da medicina, enquanto que a farmácia não foi abordada como profissão, mas sim como disciplina integrante à ciência médica e imprescindível à formação dos físicos.<sup>439</sup>

Entre as medidas adotadas para reformular o estatuto da Universidade estavam a atualização da faculdade de medicina fazendo voltar o estudo de anatomia por intermédio da dissecação de cadáveres, a adoção do estudo de higiene, das descobertas

---

<sup>437</sup> MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo. SP: Paz e Terra, 1997. pp.:95.

<sup>438</sup> MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo. SP: Paz e Terra, 1997. pp.: 105-110.

<sup>439</sup> O Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra estava dividido em duas partes. O capítulo III da segunda parte é dedicado à medicina. Apud. PITA, op. cit. p. 41.

de Harvey relacionadas à circulação do sangue, das teorias de Albinus em anatomia, das de Boerhaave em patologia e as de Van Swieten em farmacologia.

Os novos estatutos da Universidade previam a fundação, em 1772, do Dispensatório Farmacêutico, que se tratava de um estabelecimento destinado a promover o ensino a médicos e boticários e a preparar medicamentos tanto para os doentes do hospital da Universidade como para doentes externos. Junto com o Dispensatório, o Laboratório Químico, o Hospital e o Jardim Botânico foram importantes para a formação dos médicos.

Para conduzir esta reforma foi então criada a *Congregação da Faculdade de Medicina*. Composta pelo reitor e pelos seus lentes, entre as suas atribuições estava a promoção do ensino da medicina e a gestão das novas infraestruturas, e também deveria encontrar os meios mais adequados para promover o controle da profissão médica em Portugal<sup>440</sup>, devendo a partir das missões que até então eram assumidas pelo Físico-mor do reino<sup>441</sup>.

Até mesmo parte das estruturas montadas pelo Marquês de Pombal, na Universidade de Coimbra, demoraram a funcionar, pois as ciências são afirmadas através de paradigmas que são derrubados ao longo do tempo, dando origem a novas

---

<sup>440</sup>LEMOS, Francisco de, *Relação geral do estado da Universidade: 1777*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1980, p. 76.

<sup>441</sup> A experiência médica portuguesa tinha como referência o legado de Galeno, Hipócrates e Avicena que nortearam o pensamento médico-farmacêutico e, embora sua influência dominante tenha diminuído com a reforma da Universidade, seus textos nunca desapareceram do ensino, como provam os tratados de medicina e farmácia coevos. A teoria hipocrática estabelecia que o corpo humano se constituía por quatro humores básicos: sangue, biles amarela, biles negra e a fleuma, cada um desses humores possuía o centro regulador de sua dinâmica e seu desequilíbrio acarretava a doença por falta ou excesso dos mesmos. O médico grego Galeno concebia que o homem se enquadrava em quatro temperamentos: sangüíneo, colérico, fleumático e melancólico, e estes eram acompanhados das qualidades: quente, fria, úmida e seca, onde seu desequilíbrio no organismo era curado com seus contrários, ou seja, medicamentos quentes eram aplicados quando a doença estava ligada ao desequilíbrio do humor frio. Para isso ver: RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos. A arte medica no Brasil no século XVIII*. SP: Ed. Hucitec, 1997. pp.: 26-27.

verdades que mudam num processo de longa duração e não simultaneamente a assinatura de um decreto.<sup>442</sup>

Por essa razão uma série de medidas pensadas no momento das Reformas Pombalinas foi executada tempos depois como foi o caso da publicação de uma *Pharmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal* (1794), que abordaremos mais adiante, onde ficava estipulado que remédios poderiam ser vendidos e a indicação de uso para cada um deles.

Como consequência das reformas pombalinas, no governo de D. Maria I, foi criada a Junta do Protomedicato, em 1782, que substituiu a figura do físico-mor e do cirurgião-mor, por uma junta profissional que tinha como objetivo tornar o processo menos personalizado. Esta nova instituição pretendeu realizar uma fiscalização mais rigorosa das profissões curativas e tinha por função o registro de boticários, cirurgiões, médicos e curandeiros e a fiscalização da atuação dos infratores.<sup>443</sup>

Também era competência dos comissários do físico-mor a liberação de licenças para a abertura de lojas de boticas e a fiscalização dos comerciantes de drogas que antes tinham facilidade na concessão das “(...) *cartas de aprovação para a instalação desse tipo de comércio*” o que indicava uma das possíveis consequências da “(...) *redução da qualidade dos medicamentos, sendo no século XVIII, em 1744 e 1782, promulgadas*

---

<sup>442</sup> ANDRE, João Maria. Renascimento e Modernidade: do poder da magia à magia do poder. Coimbra, Minerva Coimbra, 1987. pp.: 75-97. Sobre este tema ver também: FREITAS, Ricardo Cabral de. Os sentidos e as ideias: trajetórias e concepções médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração luso-brasileira (1776-1823). RJ, Tese apresentada ao Programa de pós graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2017.

<sup>442</sup> Em 1600 é determinado que apenas cristãos velhos podem ser nomeados médicos dos tribunais, por exemplo.

<sup>443</sup> ABREU, Eduardo. A physicultura mor e o cirurgião mor dos exércitos no reino de Portugal e estados do Brazil. In: Revista do IHGB, vol. 63, 1901.. pp.: 154-306.



*duas legislações que tentavam ordenar a fiscalização do comércio de drogas e a prática dos boticários”.*<sup>444</sup>

Para conseguir que suas lojas funcionassem, os boticários precisavam de uma licença que regulamentasse sua abertura, concedida pela Real Junta, mediante realização de um exame. Na medida em que as visitas fossem sendo realizadas, uma nova certidão, chamada continuação, era expedida e também tinha a função de licença, tal qual a primeira certidão, chamada de abertura. A inspeção do físico-mor dava conta do asseio, limpeza e boa conservação dos utensílios e dos medicamentos, os quais, se em mau estado, eram jogados fora. Os visitantes deviam ainda remeter regularmente à Junta um mapa das boticas e lojas visitadas. No caso de serem encontrados medicamentos deteriorados, as penas poderiam ser severas, uma vez que estes seriam apreendidos e imediatamente destruídos, podendo ainda ser suspenso o boticário do exercício de sua profissão. Havia também uma tabela de preços estipulada pelo físico-mor do Reino que daria conta do valor máximo a ser cobrado por determinado medicamento, e o boticário que cobrasse um valor superior estaria passível de ser multado em até oito vezes a importância do medicamento vendido.<sup>445</sup>

As preparações dos fármacos seguiam uma regulação de médicos e boticários que decidiam revelar os segredos de suas formulações em publicações como às farmacopeias. No entanto, o século XVIII foi considerado por João Rui Pita como o século das Farmacopéias. Em Portugal, essas coleções de fórmulas e preceitos para a preparação de medicamentos foram publicadas durante todo o período setecentista e já traziam receitas com plantas brasileiras.<sup>446</sup>

---

<sup>444</sup> ABREU, Eduardo. A physicultura mor e o cirurgião mor dos exércitos no reino de Portugal e estados do Brazil. In: Revista do IHGB, vol. 63, 1901..

<sup>445</sup> História da Farmácia Brasileira, *op cit.* p. 174.

<sup>446</sup> CARNEIRO, Henrique. Filtros, Mezinhas e Triagas – As drogas no mundo moderno. SP: Xamã, 1994. e, PITA, João R. Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836). Coimbra: Minerva, 1996.

Após 1700 foi publicada em Portugal uma série de livros dedicados à arte da farmácia. Entre essas obras podem ser listadas: *Farmacopeia Lusitana* de D. Caetano de Santo Antônio (1711), *Farmacopeia Ulissiponense* de João Vigier (1716), *Farmacopeia Tubalense* de Manoel Rodrigues Coelho (1735) e *Farmacopeia Dogmática* do frei beneditino João de Jesus Maria (1772), sendo a de maior repercussão a do boticário Manoel Rodrigues Coelho que já abordava, àquele tempo, a aplicação de medicamentos químicos em diversas receitas.

A abundância de livros dedicados à arte farmacêutica setecentista é vista com preocupação pela coroa. A sua atenção vai por isso recair tanto no controle da publicação destas obras, como na promoção de uma farmacopeia oficial produzida em contexto acadêmico. Em 1772 a redação desta obra é entregue à congregação médica da Universidade de Coimbra, com a perspectiva de criar um regimento para a todos os boticários do reino que se sobrepusesse a todas as outras obras.

Publicada apenas em 1794, a *Pharmacopeia Geral para o Reino e Domínios de Portugal* tinha como objetivo bloquear a proliferação de formulários, normatizando a produção de medicamentos, a padronização da utilização do arsenal terapêutico, e coibir a falsificação de fórmulas medicamentosas. Apesar desses esforços, essa farmacopéia foi publicada sem aprovação unânime da comunidade médica, em boa medida nascida das tensões cada vez mais visíveis entre a Universidade e a recém-criada Junta do Protomedicato<sup>447</sup>.

Nascida para cumprir o vazio de poder deixado no controle da medicina pelo Físico-mor, a Junta do Protomedicato procurara desde cedo retomar atribuições como a padronização dos remédios e o exercício da atividade farmacêutica. É nesse intuito que

---

<sup>447</sup> Sobre a questão da Farmacopeia Geral e sobre a atuação da Junta do Protomedicato frente ela ver: ABREU, Laurinda. Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gandiva, 2103. pp.: 344- 362.

mesmo antes de 1794, surgem as primeiras propostas para a revisão das obras existentes, como a *Farmacopeia Lisboense*, de Manoel Henrique de Paiva em 1785.

Na Universidade, apesar de não terem publicado de imediato uma farmacopeia os lentes compuseram as primeiras obras farmacêuticas para o curso de medicina, a exemplo dos compêndios medico-farmacêuticos que pretendiam funcionar como uma base formativa para o ensino do conhecimento farmacêutico em Coimbra<sup>448</sup>.

No que diz respeito a autoria da *Pharmacopeia Geral*, o historiador João Rui Pita, afirma que Francisco Tavares foi o responsável pela obra. Segundo o autor, a Congregação da Faculdade de Medicina de Coimbra deveria ficar encarregada da elaboração da primeira farmacopeia oficial portuguesa tendo como encarregados pela elaboração os dois lentes de medicina: Francisco Tavares e Joaquim de Azevedo.

Joaquim de Azevedo era professor da cátedra de Matéria Médica e Farmácia enquanto Francisco Tavares ensinava na cadeira de Instituições Médico-Cirúrgicas, mas já havia passado pela disciplina de Azevedo. Para João Rui Pita o fato de Joaquim de Azevedo não ter publicado nenhuma obra relacionada à medicina ou à farmácia, nem mesmo os compêndios da Universidade faz de Francisco Tavares o nome mais do que indicado para ter sido o responsável pela elaboração da obra já que este autor tem diversas publicações referentes à farmácia e a medicina, seu pai era boticário e possuía boas redes de contato dentro do aparelho da administração médico-farmacêutica luso<sup>449</sup>.

Embora o historiador faça uma excelente análise da *Pharmacopeia Geral* (1794) e do Compêndio de Matéria-Médica publicado, em latim, por Francisco Tavares em 1786 para comprovar que ambos contêm partes idênticas no que tange à preparação dos

---

<sup>448</sup> ABREU, Laurinda. Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes. Lisboa: Gandiva, 2103. pp.: 352.

<sup>449</sup> PITA, João Rui. Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836). Coimbra: Minerva História, 1996. pp.: 207-209.

fármacos, há uma obra localizada na Biblioteca Nacional de Lisboa que revela a verdadeira autoria ou parte dessa verdade que é a *Pharmacopeia Naval* de Manoel Henriques de Paiva<sup>450</sup>.

Na sua *Pharmacopeia Naval*, de 1807, Paiva revela que em 1792 o então Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho convocou uma junta de médicos para se debruçarem sobre uma farmacopeia geral onde se pode ler “*eu nesse tempo me achava encarregado de ordem superior junto com o Dr. Francisco Tavares da composição da Pharmacopeia Geral do Reino, do ensino de elementos de botânica e de química proporcionados à capacidade de praticantes de farmácia (...)*”<sup>451</sup>. A partir deste ponto fica claro que apesar do Dr. Francisco Tavares ter participado da autoria da *Pharmacopeia Geral* esta não foi escrita apenas por ele ou melhor não foi um desdobramento do seu *De Pharmacologia Libellus*, de 1786. Da mesma forma que não se pode dizer que é uma cópia da *Pharmacopeia Lisbonense* de Manuel Henriques de Paiva já citada anteriormente.

Não se pode afirmar que a composição da *Pharmacopeia Geral* de 1794 ficou nas mãos apenas destes dois autores. Talvez tenha havido outros médicos que colaboraram para a inserção de produtos que fossem conhecidos pelos boticários do Reino e do Ultramar. O que parecia ser a tarefa mais complicada dessa farmacopeia: abarcar os conhecimentos de todo o Império português e normatizar as práticas médico-farmacêuticas a partir do Reino.

Deve-se ressaltar que a Farmacopeia Lisbonense foi republicada em 1802 e a esta altura teve como finalidade preencher algumas lacunas deixadas pela farmacopeia oficial de 1794, acrescentando alguns medicamentos e receitas da Europa, Ásia, África

---

<sup>450</sup> PITA, João Rui. *Farmácia, Medicina e Saúde Pública em Portugal (1772-1836)*. Coimbra: Minerva História, 1996. pp.: 207-209.

<sup>451</sup> BNL, Códice: 10936. PAIVA, Manuel Hernquies de. *Farmacopeia Naval*. Lisboa: Imprensa Régia, 1807. pp. 4.

e América negligenciadas. Paiva incluiu, entre os fármacos do Brasil, os seguintes medicamentos: almecega, goma elemi, óleo de copaíba, cacau, café, cajueiro, ipecacuanha branca, flor de ipecacuanha, espiguela, gengibre, guaiaco (pau-santo), jaborandi, jalapa, laranjeira azeda e laranjeira doce, limão azedo, mamona, batata de purga, pimenta negra, pimentão, rom, salsaparrilha, sassafrás, tamarindos, tabaco (erva santa). Ainda em 1809, o Regimento expedido por D. João VI chama a atenção pela pequena quantidade de medicamentos brasílicos persistindo a importação dos gêneros de botica que vinham em sua maioria de outras regiões, como a Ásia, África e Europa.<sup>452</sup>

Essas obras de referências, de fins do século XVIII e início do século XIX, revelam que mesmo com os esforços empreendidos pelas autoridades nas pesquisas sobre as propriedades e utilidades da flora e da fauna no Brasil, ainda preponderava, entre os profissionais da saúde, o que revelava uma certa desconfiança em relação à eficácia dos gêneros nativos.<sup>453</sup>

De acordo com Samir Boumediene “l’inscription d’un remède dans une pharmacopée n’implique ni que son usage fut jusqu’alors inexistant, ni qu’il fut ensuite automatique. La pharmacopée donne une vis officiel ou una vis personnel qui n’est representatif que de l’entité qui en est l’auteur”<sup>454</sup>. Nesse sentido a farmacopeia pode ser identificada como um primeiro canal por onde se difunde e se legitima uma droga, mas

---

<sup>452</sup> PAIVA, Manoel Henriques de. *Farmacopéia Lisbonense ou Coleção dos Simples, Preparações e Composições Mais Eficazes e de Maior Uso*. Lisboa: Oficina Patriarcal de João Procópio Correia da Silva, 1802; Sobre a questão das farmacopéias ver: PITA, João Rui. *Farmácia, Medicamentos e Saúde Pública em Portugal (1876-1935)*. Algumas questões e problemas. Seminário apresentado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra, 2003. pp. 3-4.

<sup>453</sup> FURTADO, Júnia F. *Boticários e Boticas nas Minas do Ouro*. Farmácia, Ofício e História. BH: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005. pp. 39.

<sup>454</sup> BOUMEDIENE, Samir. *Avoir et savoir : l’appropriation des plantes médicinales du Nouveau-monde par les Européens (XVIIe-XVIIIe siècles)*. Lyon, *Memoire de Máster II, Lettres et sciences humaines* : Lyon, 2009. pp.: 106.

não significa que todos os medicamentos utilizados pelas populações estejam nas farmacopeias, na verdade boa parte deles não estava.

Para que um medicamento seja inserido em uma farmacopeia ele precisa além de convencer o autor da obra da sua eficácia ter um reconhecimento da comunidade médica da sua utilização. Numa farmacopeia para o Reino e conquistas, como foi o caso da obra portuguesa de 1794, essa tarefa era ainda mais difícil pois deveria levar em conta medicamentos reconhecidos por médicos e boticários portugueses e de todas as outras conquistas.

Um outro ponto que é importante destacar é a questão da escala de alcance do remédio: um medicamento pode ser reconhecido, empregado e válido oficialmente, sendo por exemplo vendido em boticas. Porém, para ingressar na farmacopeia ela deveria ter seu uso comprovado e reconhecido pelas autoridades no Reino e a partir daí fazer parte do receituário médico para que houvesse ampliação do seu consumo em uma escala maior do que a local. Deve-se chamar atenção para o fato da Ayapana ter entrado na Pharmacopée Française de 1826, mas não ter ingressado nos cânones farmacêuticos oficiais portugueses ou brasileiros (ela só ingressa na Farmacopeia Brasileira em 1927) o que revela que para a comunidade científica luso e brasileira ou ainda em fins do século XVIII luso-brasileira ela ainda não tinha sido reconhecida com esta nomenclatura e portanto não sendo identificada como a mesma planta utilizada nas colônias francesas no receituário médico de todas as conquistas lusas<sup>455</sup>.

Como pontuamos anteriormente a Ayapana poderia ter sido também chamada de Erva da Cobra (por esta ser um Eupatorium) ou de Contra-Erva (como descreveu Alexandre Ferreira). De acordo com Bernardino Antonio Gomes, a Erva da Cobra era

---

<sup>455</sup> JOURDAN, A. J. L. Code Pharmaceutique ou Pharmacopée Française. Paris: Chez Corby, Chez Béchet Jeune, Chez Crevot, Chez Gabon et Chez Fournier, 1826.

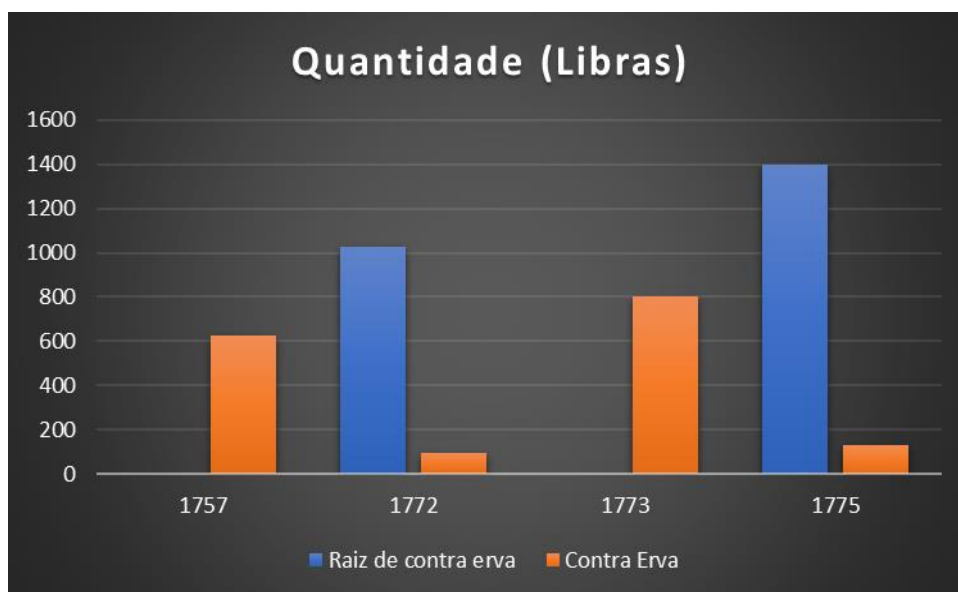
desconhecida nas boticas européias (com esta nomenclatura), mas bastante usada desde o tempo da Companhia de Jesus na America portuguesa, sobretudo no Rio de Janeiro. No caso da Contra Erva, nome dado a várias espécies de plantas medicinais, inclusive à Ayapana também era conhecida entre os boticários e médicos coloniais e foi bastante nas boticas portuguesas, sendo gênero de exportação para a Casa da Índia durante toda a segunda metade do século XVIII<sup>456</sup>.

O gráfico 4.2.1 mostra a exportação de Contra-Erva para o porto de Lisboa entre os anos de 1757 a 1775 tempo em que ela aparece listada nas remessas de plantas que saíam da América em direção a Portugal. Deve-se apontar que os portos de saída da planta eram o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco o que vai ao encontro da hipótese desta poder ser a Ayapana já que esta planta foi dada pelo Dr. Inácio F. da Câmara à Augustin Baudin via Salvador e foi encontrada pelo coletor José Joaquim Roiz em Pernambuco e, posteriormente, referenciada por Bernardino Antonio Gomes no Rio de Janeiro.

---

<sup>456</sup> Bernardino Antonio Gomes chama atenção para o fato de existirem diversas espécies de plantas nomeadas de Contra Erva. O autor aponta para a necessidade dos médicos conhecerem as diferentes espécies por que elas diferem nas quantidades a serem receitadas aos doentes.

### Gráfico 4.2.1 – Entrada de Contra-Erva e Raiz de Contra-Erva na Alfândega de Lisboa



Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90

Outro ponto interessante que desperta atenção é o fato dessa mesma planta (Contra-Erva) aparecer nas remessas da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, mas não para entrada nos portos americanos, mas sim para os portos africanos sobretudo Bissau, onde o droguista Dionísio Chevalier foi o responsável pelo seu envio. Este foi o único porto africano em que a Contra-Erva vinda do Brasil apareceu como droga enviadas pela Companhia de Comércio. Esta planta também ficava entre as mais caras, por libra, que chegava no porto de Lisboa (preços em Réis)<sup>457</sup>.

Deve-se apontar que esta mesma Contra-Erva poderia ser uma outra planta chamada Caapiá, que é uma Dorstenia, e não a Aypana que era um Eupatorium, porém essas questões botânicas não faziam parte das preocupações do agentes mercantis. No

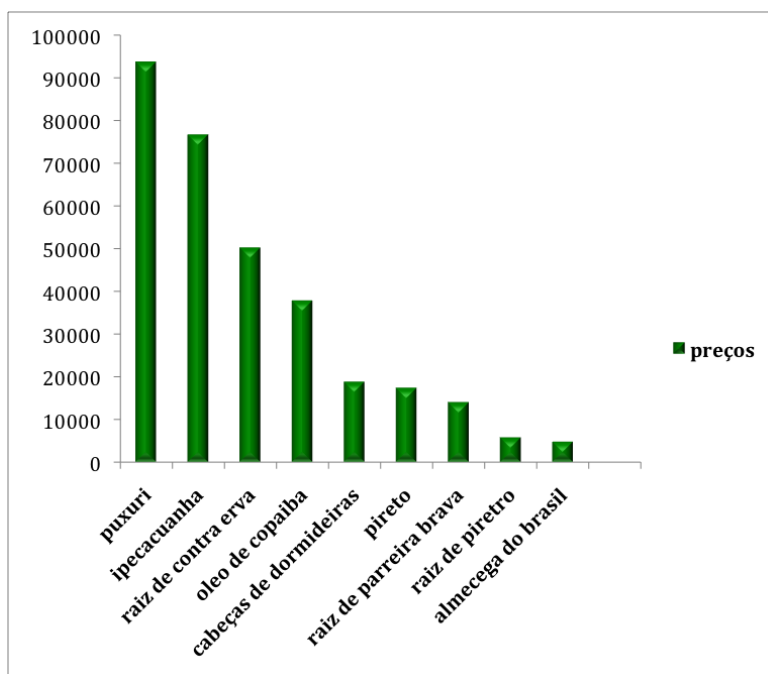
<sup>457</sup> Sobre o comércio e os usos de medicamentos do ultramar do Oriente para o Ocidente e das colônias americanas para o Sul e Sudeste Asiático ver: WALKER, Timothy. Remedies from the Carreira da Índia: Asian Influences on Portuguese. Medicine during the Age of Enlightenment. In: The Portuguese Studies Review, vol. 9, nº. 1-2, 2001.



âmbito comercial se usava apenas o nome corrente, mais abrangente da planta, que no caso era Contra-Erva. Como essa nomenclatura poderia ser concedida a diversas espécies não conseguimos apreender se ela era de fato a Ayapana ou não. Apenas nos chama atenção o fato do nome Ayapana não aparecer entre os remédios presentes nas boticas lusas ou americanas, mas a referida planta ser chamada pelas populações locais também como Contra-Erva ou Erva da Cobra e estes nomes estarem presentes, o que revela que poderia ser a mesma erva.

O uso mais indicado para a Aypana era sempre o seu chá feito a partir das suas folhas ou a maceração das mesmas para serem colocadas em alguma ferida, mas também podia-se usar a sua raiz para produzir um chá que supostamente teria o mesmo efeito da bebida feita com suas folhas<sup>458</sup>.

#### Gráfico 4.2.2 – Preços dos remédios brasílicos na Alfândega de Lisboa

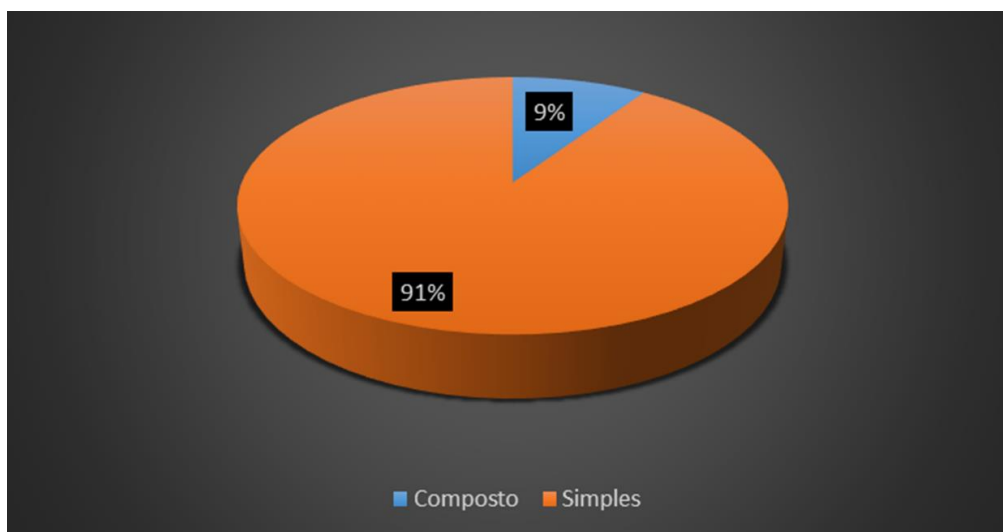


Fonte: Banco de Dados da Pesquisa, Fundo: ANTT, Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Livro de Compras e Receitas da Companhia, 1755-1775. Livros 26-90.

<sup>458</sup> MARTIUS, K. F. Von. Systema de Materia Medica e Vegetal Brasileira. RJ: Laemmert, 1854.

É importante ressaltar que ao analisarmos as entradas de medicamentos na Alfândega de Lisboa, entre os anos de 1755 a 1801, percebemos o ingresso abundante de remédios simples 91% de todos os gêneros medicamentosos que entraram na Casa da Índia em Lisboa eram produtos que poderiam ser preparados e não estavam totalmente prontos para o consumo, eram produtos para revenda ou para composição de fórmulas. Essa questão chama atenção para o fato da existência de uma elaboração por parte dos boticários portugueses de medicamentos compostos próprios já que o consumo de preparados importados era pouco, apenas 8% das importações durante quarenta e cinco anos.

#### Gráfico 4.2.3 – Entrada de Medicamentos na Alfândega de Lisboa

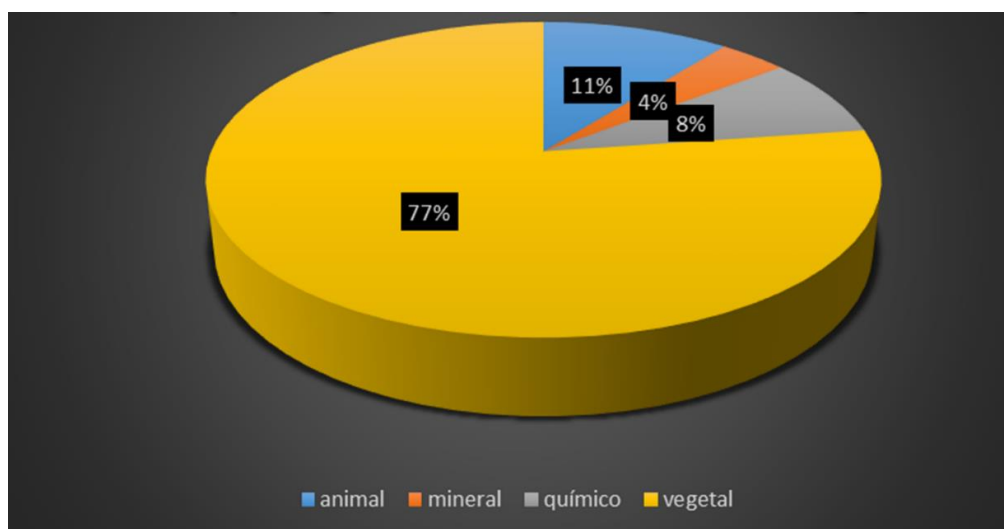


Fonte: Banco de dados da Pesquisa, ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, 1758-1810.

Em relação a tipologia dos medicamentos que ingressaram na Alfândega de Lisboa, observa-se que 77% eram drogas vegetais e apenas 8% eram químicas. É interessante notar a permanência maciça da utilização e comércio de remédios galênicos (77%) mesmo após a Reforma de Coimbra. Os remédios compostos e simples tinham um número reduzido de remédios químicos importados enquanto que o emprego de

animais ou partes deles no comércio de produtos medicinais parecia maior (11% das entradas de medicamentos eram de dentes, cornos, unhas, entre outras partes de animais).

**Gráfico 4.2.4 – Tipologia dos Medicamentos na Alfândega de Lisboa**

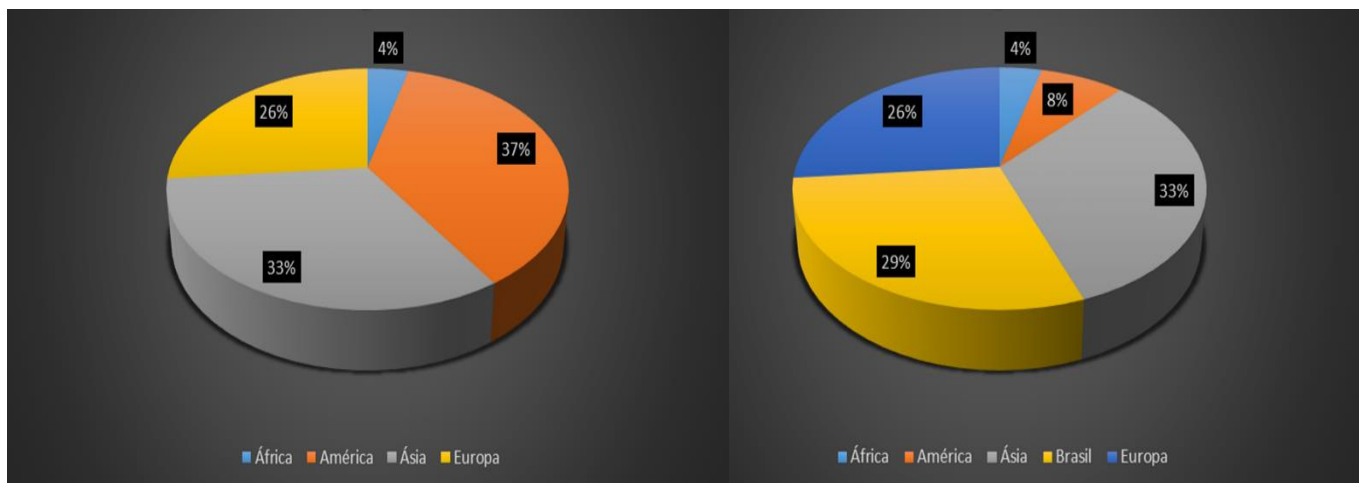


Fonte: Banco de dados da Pesquisa, ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, 1758-1810.

No que diz respeito a origem desses medicamentos a Ásia (33%) e a América (37%) foram os continentes que mais contribuíram com a entrada de medicamentos na Alfândega de Lisboa o que evidencia um amplo ingresso de gêneros exóticos no mercado médico português. Outro ponto de que deve ser evidenciado é que quando se observa de que parte da América são oriundas a maioria das plantas medicinais que ingressam na Casa da Índia constata-se que 29% delas são do Brasil o que faz sentido quando se pensa a Alfândega como um local não apenas de recepção de mercadorias, mas de negociação para reexportação. Nesse caso, boa parte das plantas medicinais da América portuguesa que aportavam em Lisboa eram revendidas para casas comerciais

holandesas, inglesas, dinamarquesas e até mesmo russas, pois remédios como a Ipecacuanha já eram amplamente difundidos no receituário médico europeu<sup>459</sup>.

### Gráficos 4.2.5 e 4.2.6 – Entrada de Medicamentos na Alfândega de Lisboa



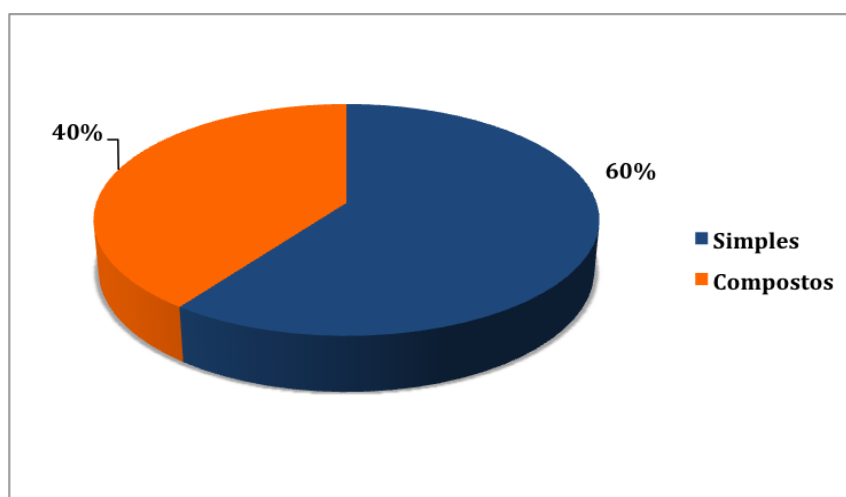
Fonte: Banco de dados da Pesquisa, ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, 1758-1810.

Diferente das tipologia dos medicamentos encontrados nas entradas na Alfândega de Lisboa os de remédios que chegavam no porto do Rio de Janeiro e seguiam para as diversas vilas da Capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, tinham como característica a entrada de um grande número de remédios compostos. 40% das importações de remédios eram medicamentos preparados. Embora a maioria dos remédios importados continuassem a ser simples (60%) quando comparados ao número de compostos que chegaram em Lisboa, os importados para a América foram em número significativamente maior. Isto pode ser explicado pelo fato de algumas fórmulas medicinais serem um privilégio comercial de alguns boticários lusos, como era o caso da Água de Inglaterra, o que obrigava os boticários, médicos e cirurgiões coloniais importá-la. Uma outra questão que se pode levantar é o fato da carregação de

<sup>459</sup> AHOP. Balança Comercial de Portugal 1776-1810.

medicamentos que saía do Rio de Janeiro em direção à Minas Gerais ser enviada por droguistas estabelecidos no porto carioca e como esses homens eram dedicados ao comércio era mais fácil importar remédios compostos do que prepará-los<sup>460</sup>.

### Gráfico 4.2.7 – Medicamentos que saíram do Rio de Janeiro para Minas Gerais

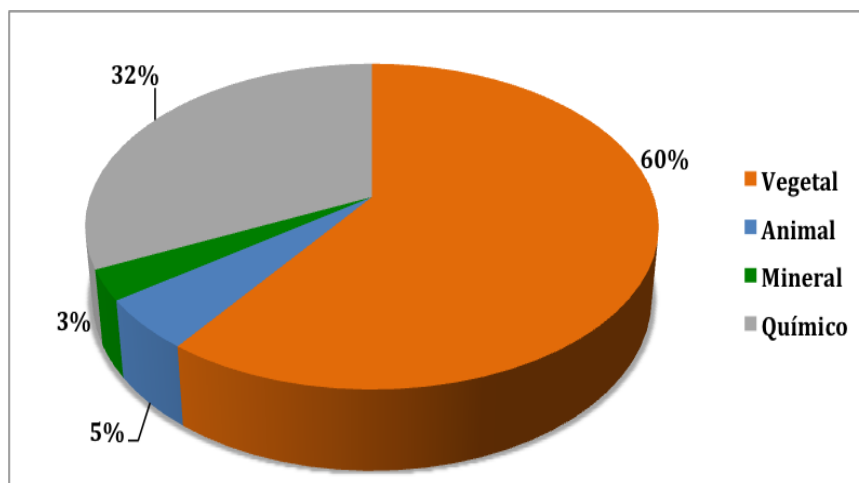


Fonte: Banco de dados da Pesquisa, ANRJ, Casa dos Contos, Documentos Avulsos, 1750-1801.

Outra questão interessante é o número elevado de medicamentos químicos que os droguistas do Rio de Janeiro enviaram para Minas Gerais: 32% de todos os remédios enviados eram “químicos”. Apesar da maior parte dos remédios serem simples mas de origem vegetal (60%) – como mostra o gráfico abaixo - o número de químicos chama atenção. Pode-se inferir que isto se deva por conta do elevado número de preparações compostas que normalmente contavam em suas fórmulas com sais, mercúrio, entre outros produtos classificados de químicos pelas farmacopéias e tratados medico coevos.

<sup>460</sup> Nem todos os droguistas estabelecidos no Rio de Janeiro possuíam botica, como foi visto no capítulo 3 desta tese.

### Gráfico 4.2.8 – Tipologia dos Medicamentos que saíram do Rio de Janeiro para Minas Gerais



Fonte: Banco de dados da Pesquisa, ANRJ, Casa dos Contos, Documentos Avulsos, 1750-1801.

É importante ressaltar que a maioria da composição de todos medicamentos era considerada, pelas teorias médico-farmacêuticas coevas, como químico-galênica, ou seja, eram formulações que misturavam drogas vegetais, animais e minerais não metálicos para obter óleos, emplastros, pós, espíritos, sais e magistérios entre outros compostos que aliavam as ideias da antiga e nova farmácia.<sup>461</sup>

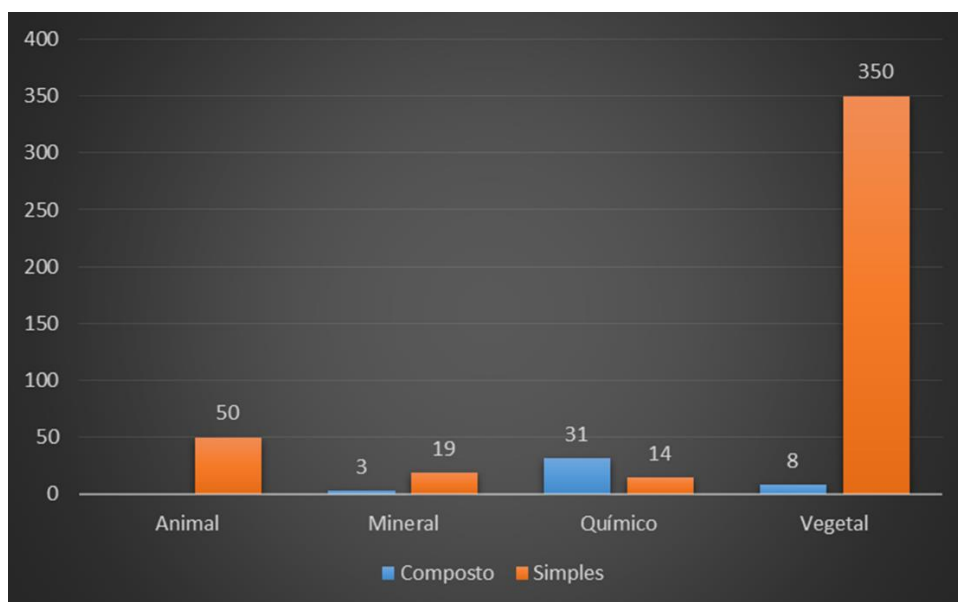
A respeito da farmácia química pode-se dizer que ela surgiu em oposição à farmácia galênica que se baseava na teoria de Hipócrates e Galeno e seu arsenal terapêutico era composto, basicamente, por espécies vegetais e animais. Com a descoberta da destilação química houve um aumento na produção de medicamentos, o que barateou o seu preço. O uso de elementos como: mercúrio, sal e enxofre foi bastante divulgado durante todo o século XVI permitindo com que fosse desenvolvido pelos boticários, principalmente holandeses, o início de um importante mercado de medicamentos químicos.<sup>462</sup>

<sup>461</sup> DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.pp.:134-144.

<sup>462</sup> COOK, Harold J. *Matters of Exchange. Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age*. NY: Yale University Press, 2008.pp.: 140.

Em Portugal foi somente a partir do final do século XVII que esse tipo de remédios começou a circular através da importação, pois a grande maioria das boticas não possuía instalações e equipamentos necessários para a manipulação dos fármacos cabendo aos laboratórios da Itália, Hamburgo, Holanda e Inglaterra o seu provimento, porém de acordo com o gráfico 4.2.4 percebe-se que ao fim do século XVIII essa não era mais a situação encontrada em Portugal já que os medicamentos químicos eram minoria entre os gêneros chegados nas Alfândegas da mesma maneira que os medicamentos compostos.

**Gráfico 4.2.9 – Tipologia dos Medicamentos que entraram na Alfândega de Lisboa, 1758-1810**

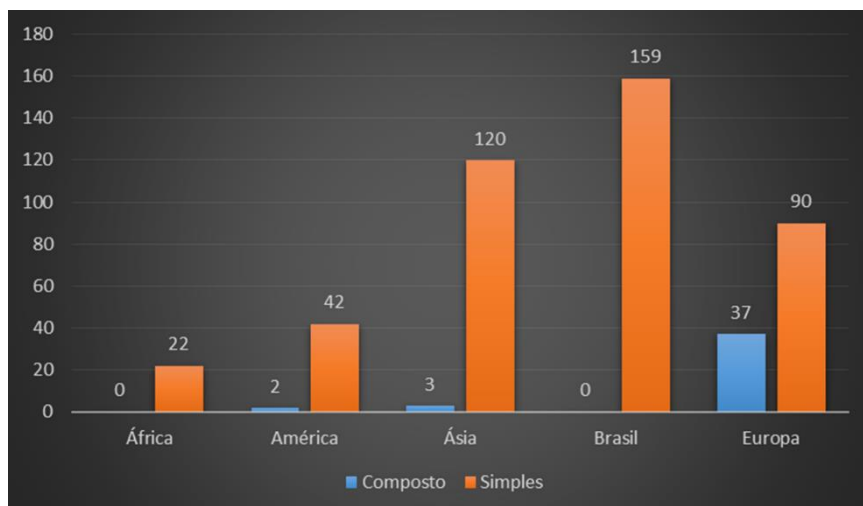


Fonte: Banco de dados da Pesquisa, ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, 1758-1810.

As dificuldades técnicas dos boticários lisboetas e a concessão de privilégios por parte da Coroa sobre algumas fórmulas medicamentosas fez com que se importassem medicamentos que contavam com suas as formulações químicas mantidas em segredo,

sendo esses remédios comercializados por alguns agentes monopolistas como foi o caso de Jacob de Castro Sarmiento com a Água de Inglaterra<sup>463</sup>.

#### Gráfico 4.2.10 – Tipologia dos Medicamentos que entraram na Alfândega de Lisboa, 1758-1810



Fonte: Banco de dados da Pesquisa, ANTT, Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, 1758-1810.

Outro importante indivíduo que difundiu os medicamentos químicos, em Portugal, foi o médico João Curvo Semedo (1635-1719), também formado em Coimbra. Diferente de Jacob de C. Sarmiento, Semedo conciliava as formulações químicas com as galênicas no tratamento das moléstias, tendo sido sua grande contribuição para a farmácia lusa a defesa acérrima e a popularização de alguns medicamentos químicos, principalmente do antimônio e dos pós de Quintílio.<sup>464</sup>

Embora a farmácia química tenha tido propagadores influentes, no início do Setecentos, o consumo desses fármacos somente cresceu a partir do final do século XVIII, por conta das transformações do ensino e da prática dessa disciplina pelos boticários e com o aumento da publicação de tratados médicos e de farmacopeias. Como

<sup>463</sup> DIAS, José Pedro Sousa. Drogistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007..pp.: 64.

<sup>464</sup> SEMEDO, J. C. Polianteia medicinal. Lisboa: Of. de Antônio Pedrozo Galram, 1727.



pode ser notado a partir do gráfico 4.3.7 as importações de remédios compostos químicos eram pequenas e se concentravam na Europa o que demonstra uma certa permanência no ingresso de formulas preparadas monopolizadas, os chamados remédios de segredo.

Pode-se afirmar que a ação normatizadora empreendida pelo Estado português colaborou, no século XVIII, no que diz respeito ao comércio de remédios, essencialmente para a ampliação das remessas de medicamentos importados em escala global, por meio da ampliação do consumo de fármacos integrados à concepção oficial da medicina seja de quais parte do mundo fossem.

## Conclusão

Dans cette ville de Séville, la porte et l'escale de toutes les Indes occidentales, nous savons [de ces choses médicales], plus que dans toute autre partie de l'Espagne, puisque toutes ces choses viennent d'abord à elle, où elles sont connues par de meilleures relations et par une plus grande expérience, j'ai pu en faire conjointement l'expérience et l'usage, depuis trente ans que je soigne dans cette ville (...) <sup>465</sup>

Sem nunca ter saído de Sevilha, Nicolás Monardes fundou sua legitimidade na recolha e descrição dos fármacos americanos a partir da sua experiência no porto Andaluz. É no porto, nesse “espaço-entre”, espaço intermediário entre a colônia e a metrópole que se estabeleceu a confiança da esfera comercial com a médica.

O naturalista espanhol prosseguiu na sua descrição das Coisas das Índias Ocidentais relatando os tipos de vantagens oferecidas pelo porto de Sevilha: a questão da obtenção de informação a respeito de gêneros medicinais americanos que poderiam ser aplicados no tratamento de certas doenças na Europa, por meio de viajantes, navegantes, mercadores, missionários, soldados, entre outros; seguidas da possibilidade de encontrar esses produtos frescos e em primeira-mão o que lhe permitiria construir um conhecimento aprofundado no que toca ao comércio do produto e sua qualidade, além de poder testá-los em seus pacientes <sup>466</sup>.

Da mesma forma que Monardes, outros profissionais ligados à arte médica desde do século XVI até fins do século XVIII, aprendiam com os mercadores dedicados ao comércio do medicamento os segredos da identificação dos remédios. Partindo dessa

---

<sup>465</sup> MONARDES, Nicolas. Dos Libros: el uno trata de todas las cosas q[ue] trae[n] de n[uest]ras Indias Occide[n]tales..., Seville, Sebastian Trugillo, 1565, non folioté. Apud. BOUMEDIENE, Samir. L'acclimatation portuaire des saviors sur le Lointain. In: BERNALDO, Pilar González et PÉREZ-HILAIRE, Liliane. (Org.). Les Savoir-Mondes. Mobilités et circulation des saviors depuis le Moyen Âge. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. pp.: 136.

<sup>466</sup> BOUMEDIENE, Samir. L'acclimatation portuaire des saviors sur le Lointain. In: BERNALDO, Pilar González et PÉREZ-HILAIRE, Liliane. (Org.). Les Savoir-Mondes. Mobilités et circulation des saviors depuis le Moyen Âge. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. pp.: 136.

premissa já abordada pelo historiador Samir Boumediene, este trabalho buscou analisar o comércio dos gêneros medicinais entre Portugal e a América bem como entre este e as outras nações européias.

Para isso levamos em consideração observar a formação e a composição do mercado médico global e local, onde os agentes comerciais metropolitanos, os chamados droguistas se articularam com demais mercadores ou casas mercantis europeias compondo dessa maneira um grupo promotor de circulação seja nos produtos importados vindos para a América ou seja nos gêneros americanos que iam para a Europa.

Ao longo deste trabalho também buscou-se chamar atenção para a articulação desses comerciantes reinóis com os estabelecidos nos portos americanos, quer esses fossem seus comissários – deve-se apontar que boa parte não era – quer fossem compradores e compusessem uma cadeia de créditos e dívidas que aquecia e articulava o mercado médico lusitano e também europeu.

Dessa maneira, em razão da sua ocupação efetiva e oficial mais tardia – fins do século XVII -, escolhemos observar as dinâmicas de abastecimento dos portos do Estado do Grão-Pará e Maranhão e do Rio de Janeiro, sobretudo na sua conexão para Minas Gerais. No caso das capitânicas do norte a principal atuação de abastecimento era realizada via Companhia Geral de Comércio que concedia abertura aos droguistas lisboetas, principalmente à Casa Mercantil Chevalier, para a provisão das boticas e lojas de vendas de medicamentos em Belém e em São Luis. No caso da capitania do Rio de Janeiro, nos interessou perceber a relação privilegiada que a capitania de Minas Gerais obteve nas remessas de medicamentos que aportavam naquela cidade. Os droguistas, boticários e outras categorias sócio-profissionais vinculados ao ramo do abastecimento de medicamentos e drogas tinham em Minas seu local privilegiado para o envio dos

produtos. Isto pode ser explicado em razão do ciclo do ouro e da oportunidade que esses homens viam numa capitania que necessitava ser abastecida e, no geral, a população podia pagar pelos víveres importados.

Um ponto de conexão, no que diz respeito, ao abastecimento das duas regiões escolhidas é o fato da interiorização, onde nesta ida para os sertões os lugares que solicitavam encomendas serem os presídios e fortalezas, espaços fronteiriços onde geralmente contava com a presença de cirurgiões e/ou boticários para o tratamento das tropas.

A análise quantitativa das fontes ligadas ao comércio mas com foco nas drogas – fossem as de boticas ou as que serviam para a medicina e a tinturaria – mostrou o volume das remessas no âmbito global e local, sublinhado os droguistas responsáveis por esse envio e recepção, da mesma maneira os destinatários na América portuguesa e os destinos que muitas vezes eram instituições como, por exemplo, a Santa Casa de Misericórdia de Vila Rica e o Hospital Militar da mesma vila.

A fim de compreender os diversos sentidos do comércio buscamos observar uma planta chamada Ayapana e seu ingresso e difusão nos circuitos médico-botânico europeus. Quando o deputado da Junta do Comércio, um reconhecido negociante da praça mercantil de Lisboa, solicitou a um coletor na América que este buscasse produtos medicinais como a Quina e a Ayapana para que a Junta ficasse sabendo onde existiam esses produtos e os comerciantes pudessem tirar maior proveito no seu comércio, observamos aí uma interferência dos comerciantes portugueses no aproveitamento de novos produtos, ocupando, de certa maneira, o lugar dos jesuítas que foram os responsáveis pela introdução de uma série de notícias sobre medicamentos americanos na Europa – em que pese a questão do segredo da Companhia de Jesus.

O percurso que a Ayapana teve no circuito global e, em razão disso, a briga que

existiu entre o naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira com os botânicos franceses pelo reconhecimento de sua descoberta a tempos idos nos leva a crer que o universo mercantil estava apartado das discussões médico-botânicas da época só se preocupando com a oferta e com a demanda, já que se a Ayapana e a Contra-Erva fosse a mesma planta – como abordamos – ela era há muito tempo comercializada da América para a Europa.

Da mesma forma que a interferência do comerciante Jacome Ratton na tentativa de conhecer a Ayapana que ganhou fama entre os franceses – já que a mesma estava sendo comercializada na França e se sabia que ela era originária do Brasil – aponta para uma posição muito mais ativa desses comerciantes na inserção de novos produtos, ou pelo menos, tentativa de inserção de novos produtos do que imaginávamos.

Nesse sentido, buscamos apontar que o comércio de medicamentos e seus agentes em Portugal estavam muito mais conectados as notícias do mercado médico global e local e às necessidades de consumo desse mercado do que as instituições de ciência com as suas congêneres na Europa. As redes formadas por esses droguistas e o sistema de dívidas e créditos obrigava-os a compreender a droga que valia mais, que era mais procurada e a partir de quem deveria ser encomendada.

Voltamos à citação inicial desta conclusão: o aprendizado das plantas que teve Nicolas Monardes no porto de Sevilha, no século XVI. Ainda em fins do século XVIII é pelo porto e os seus agentes mercantis, pelo menos no que diz respeito à Portugal, que se conhecem, (re) conhecem e se difundem novos conhecimentos.

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes Primárias Manuscritas**

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Coleção Casa dos Contos, Documentos Avulsos. Caixas 27, 28, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Inventários

Maço 434 Notação 8384 Antônio Pereira Ferreira 1798  
Maço 594 Notação 9858 Diogo Viera de Azevedo 1801  
Maço 433 Notação 8379 Francisco Pereira Mesquita 1826  
Maço 901 Notação 7456 José Antônio dos Santos 1823  
Maço 289 Notação 3603 José Roiz de Carvalho 1808  
Maço 376 Notação 6638 Manoel Caetano Pinto 1838  
Maço 463 Notação 6531 Pedro José Roiz de Sá 1822

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

Dispensas e Processos Matrimoniais

Caixa 1192 Documento 6542 Antônio Pereira Ferreira 1776  
Caixa 3071 Documento 74723 Diogo Vieira de Azevedo 1778  
Caixa 2201 Documento 41385 Francisco Pereira Mesquita 1792  
Caixa 2648 Documento 57802 José Antônio dos Santos 1805  
Caixa 3225 Documento 79496 José Roiz de Carvalho 1771  
Caixa 1942 Documento 32114 Manoel Caetano Pinto 1798

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Minas Gerais.  
Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Bahia.  
Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Mato Grosso.  
Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro.  
Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Pará.  
Arquivo Histórico Ultramarino, Brasil, Pernambuco.

Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, documentação não encadernada.

Caixa (Documento):11(16), 13(40), 14(35), 16(86), 18(42), 18(46), 27(02), 35(68), 36(40), 38(08), 38(26), 38(41), 39(24), 39(34), 42(02), 43(24), 45(23), 45(39), 46(17), 47(41), 47(44), 48(22), 48(23), 48(50), 49(48), 50(16), 50(34), 51(09), 51(48), 51(57), 52(44), 53(29), 54(17).

Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial. Caixas 23 (Rolo 5 – Gaveta G3), 33 (Rolo 7 – Gaveta G3), 32 (Rolo 7 – Gaveta G3), 44 (Rolo 9 – Gaveta G3), 45 (Rolo 9 – Gaveta G3), 60 (Rolo 12 – Gaveta G3), 62 (Rolo 12 – Gaveta G3), 69 (Rolo 14 – Gaveta G3), 269 (Rolo 56 – Gaveta G3).

Biblioteca Nacional, Seção Manuscritos, Coleção Casa dos Contos, Documentos Avulsos. Cartas, Requerimentos, Ofícios - 1798-1815.

I-32,33,008; I-30, 09,034; I-10, 29,004; I-10, 21,003; I-10, 27,009; I-10, 29,001, I-10,28,010; I-10, 29, 006; I-10, 29, 008; I-26, 02, 002; I-10, 31,001; I-10, 31, 003; I-27, 16, 038; I-10, 31,003; I-27, 22, 006; I-27, 22, 120; I-26, 19, 003; I-10, 32, 006; I-26, 05, 006; I-27, 22, 006; I-27, 06, 019; I-47,22, 008; I-27, 06, 001; I-27, 16, 040; I-27, 22, 027; I-27, 22, 058; I-27, 22, 002; I-10, 34, 014; I-26, 35, 067; I-26, 36, 069; I-26, 36, 071

#### **Fontes Primárias Manuscritas**

##### **Academia de Ciências de Lisboa – Manuscritos Série Azul**

**BROTERO, Félix de Avelar.** *Reino Vegetal Portuguez ou Flora Portugueza contendo os fundamentos dos Methodos de Tournefort, Linneo, e Jussieu, as classes, ordens, generos, especies, e variedades de plantas indigenas, e exoticas mais cultivadas e naturalizadas, distribuidas pelo sexo das flores conforme o Systema Linneano com seus caracteres genericos, e especificos, nomes scientificos, e triviaes, lugares onde nascem, tempo em que florecem, seus usos, e propriedades nas Artes, economia rural, e Medicina.* [Volume I] , [S.l., s.d.].

**RIBEIRO, João Pedro.** *Plantas do Certão do Gram Pará* / [S.l., s.d.].

##### **MEMÓRIAS ECONÓMICAS E FÍSICAS**

SILVEIRA, Francisco Jozé da e SILVA, Vicente Gomes da. *Descrição Botânica das Quineiras descobertas na Capitania do Rio de Janeiro.*– [S.l.], 1805 .

\_\_\_\_\_. *Descrição Botânica das Quineiras descobertas na Capitania do Rio de Janeiro.*– [S.l.], 1806.

IGREJA, Francisco Jozé da. *Memória acerca das qualidades de uma erva que se costuma chamar “tartumo” ou “tartaro”.*– [S.l., s.d.].

## **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

Alfândega de Lisboa, Casa da Índia, Mesa de Drogas Livros: 1, 2, 3, 4, 7, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 30, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 53, 54, 55, 62, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 80, 81, 90, 91, 92, 93, 98, 108, 117, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 129, 130, 143, 144, 146, 145, 147, 148, 150, 152, 154, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 180, 181, 182, 183, 186, 188, 191, 199, 200, 201, 202, 203, 208, 210, 213, 223, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 241, 243, 244, 245, 264, 265, 267, 268, 272, 275, 276, 277, 281, 286, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 299, 300, 301, 307, 310, 314, 315, 324, 325, 330, 332, 333, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 347, 349, 350, 351, 352, 353, 355, 356, 362, 363, 364, 365, 366, 368, 369, 367, 370, 377, 378, 384, 385, 394, 395, 397, 398, 402, 403, 405, 406, 408, 410, 411, 413, 424, 427, 428, 430, 431, 432, 478.

Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão – Lista de carregamentos – Livros 26 – 99.

Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba – Lista de carregamentos – Livros 07 – 30.

Feitos Findos – Documentos Diversos.

Inventários Orfanológicos. Diversos.

Junta do Comércio – Maços 10, 64, 201.

Ministério do Reino – Caixas 435, 444, 469, 510, 597.

## **Arquivo Histórico de Obras Públicas**

Balança de Comércio de Portugal – 1776 -1810.

## **Arquivo da Alfândega de Lisboa**

Pautas da Alfândega de Lisboa – anos 1731, 1743, 1749, 1775, 1782, 1783.

## **Fontes Primárias Impressas**

### **Biblioteca Nacional de Portugal**

DUMOURIEZ, Charles. An Account of Portugal as it Appeared in 1766, Londres, 1797.

Gazeta de Lisboa. Lisboa: Officina Pascoal da Silva, 1790, 1791, 1792, 1793, 1794, 1795, 1796, 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815.

GOMES, Bernardino Antônio. Memória sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil ou Cipó das nossas boticas. Lisboa: Arco do Cego, 1801.



GOMES, Bernardino Antônio. Observações Botânico-Médicas sobre algumas Plantas do Brazil, escritas em Latim e Português oferecidas à Academia Real das Sciencias. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1803.

FERREIRA, Pedro. *Regimento dos preços por que os boticários do Estado do Brazil hão de vender os medicamentos: feito por resolução de sua majestade aos 27 de Mayo de 1742...* Lisboa, Oficina de Pedro Ferreira, 1745.

La Décade. Philosophique, Littéraire et Politique. Paris: Au Bureau de la Décade Philosophique, 1798, 1799, 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810.

MILLIN, L. *Jornal des Sciences, des Lettres et des Arts*. Paris: Chez Fuchs, 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808.

*Pharmacopeia Geral para o Reino, e domínios de Portugal, publicada por ordem da Rainha Fidelíssima D. Maria I.* Lisboa, Impressão Régia, 1794.

*Philosophical Magazine*. London: R. Taylor and Co., 1801, 1802, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808.

*Regimento dos preços dos medicamentos simples, preparados e compostos, assim como se descrevem na Pharmacopeia Geral do Reino e publicado para governo dos boticários...* Lisboa, s.n., 1805.

### **Bibliografia Geral**

ABREU, Eduardo. A physicultura mor e o cirurgião mor dos exércitos no reino de Portugal e estados do Brazil. In: *Revista do IHGB*, vol. 63, 1901.

ABREU, J. C. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. BH, Ed. Itatiaia, 1989.

ABREU, Laurinda. *Pina Manique. Um Reformador no Portugal das Luzes*. Lisboa: Gandiva, 2103.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. SP: Cia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Danielle Sanches de. Entre lojas e boticas: O comércio de remédios entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais (1750-1808). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2009.

ALMEIDA, Maria Zélia de. Plantas Mediciniais. Salvador: UFBA, 2011.

ANDRADE, Antônio Manoel Lopes; MORA, Carlos de Miguel e TORRÃO, João Manuel Nunes. (Coords). Humanismo e Ciência. Antiguidade e Renascimento. Aveiro: UA Editora – Universidade de Aveiro, 2015.

ANDRADE, Antônio Alberto de. Drogas do Oriente. In: V centenário do nascimento de Vasco da Gama, 2000.

ANDRE, João Maria. Renascimento e Modernidade: do poder da magia à magia do poder. Coimbra, Minerva Coimbra, 1987.

ARAÚJO, Alceu M. Medicina Rústica. SP, Ed. Brasiliense, 1979.

ARRUDA, José Jobson de A. O Brasil no Comércio Colonial. SP: Ática, 1980.

BAKHTIN, M. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O contexto de François Rabelais. São Paulo; Brasília, ed. HUCITEC, 1999.

BANDAU, Anja; DORIGNY, Marcel et VON MALLINCKRODT, Rebekka. (Ed.). Les mondes coloniaux à Paris au XVIIIe Siècle. Circulation et Enchevêtrement des Savoirs. Paris: Karthala, 2010.

BARRETO, Luís Felipe. Caminhos do Saber no Renascimento Português: Estudos de História e Teoria da Cultura. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

BARREIROS, Bruno Paulo Fernandes. Concepções do Corpo no Portugal do Século XVIII: Sensibilidade, Higiene e Saúde Pública. Lisboa, Tese apresentada à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, para a obtenção do grau de doutor em História, Filosofia e Patrimônio, 2014.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. No Limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c.1780-c.1820). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2013.

BENCHIMOL, Jaime L. Do Pasteur dos Micróbios ao Pasteur dos Mosquitos. Febre Amarela no Rio de Janeiro (1880-1903). Niterói, tese apresentada ao programa de pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1995.

BELTRAN, Maria Helena R. Imagens de magia e de ciência: entre o simbolismo e os diagramas da razão. SP, ed. Educ/ FAPESP, 2000.

BETHELL, Leslie. História da América Latina. SP: Edusp, 1997.

- BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII. RJ: Civilização Brasileira, 2003.
- BICALHO, F., FRAGOSO, J.R. e GOUVÊA, M.F. (Org.). O Antigo Regime nos Trópicos - a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2001.
- BLACKBURN, Robin. A construção do escravismo no Novo Mundo. Do Barroco ao Moderno, 1492-1800. RJ: Editora Record, 2003.
- BLEICHMAR, Daniela. Visible Empire. Botanical Expeditions & Visual Culture in the Hispanic Enlightenment. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- BOHORQUEZ, Jesus. Globalizar el Sur. La emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y La Habana durante la Era de las Revoluciones. Florença: Tese submetida no European University Institute, 2016.
- BOUMEDIENE, Samir. Avoir e Savoir. L'appropriation des plantes médicinales américaines par les européens (1570-1750). Nancy, These de doctorat d'histoire, Université de Lorraine, 2013.
- BOMEDIENE, Samir. Avoir et Savoir: l'appropriation des plantes médicinales du Nouveau-monde par les Européens (XVIIe-XVIIIe siècles). Lyon, Mémoire de Master II dans l'Ecole Normale Supérieure – Lyon, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. A Distinção. Crítica Social do Julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.
- BOXER, Charles R. O império colonial português, 1415-1825. São Paulo, ed. Edições 70, 1969.
- BOXER, Charles. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686. SP: Companhia Editora Nacional, 1973.
- BOXER, Charles. Os holandeses no Brasil, 1624-1654. SP: Companhia Editora Nacional, 1961.
- BRAUDEL, Fernand. O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II. SP: Martins Fontes, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. 3 Vols. SP: Martins Fontes, 1998.

BRAGA, Nilza L. X. Silveira. O Status Social dos Homens de Negócio no Império português na Segunda Metade do Século XVIII e Início do XIX: O caso do negociante português Elias Antonio Lopes no contexto da vinda da Corte joanina para o Rio de Janeiro em 1808. In: Revista 7 Mares, nº 3. Niterói, Outubro de 2013.

BRIGOLA, João C. P. Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BURKE, Peter. Uma História do Conhecimento. De Gutenberg a Diderot. RJ: Zahar, 2003.

CARREIRA, Antônio. As companhias pombalinas: de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba. Lisboa: Presença, 1983.

CARREIRA, António. As Companhias pombalinas de navegação, comércio e tráfico de escravos entre a costa africana e o nordeste brasileiro. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, 1969.

CARREIRA, Antonio. A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. O Comércio monopolista Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII. Brasília: Companhia Editora Nacional, 1952.

CARNEIRO, H. Filtros, Mezinhas e Triagas – As drogas no mundo moderno. SP, ed. Xamã, 1994.

CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens do Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e Viajantes. In: Penélope, número 22, 2000.

CAVALCANTI, Nireu. O Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. SP: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S., MARQUES, V. R. B., SAMPAIO, G. R. e SOBRINHO, C. R. G. (Ogs.). As artes médicas e ofícios de cura no Brasil. SP, ed. UNICAMP, 2003.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa, ed. Difel, 1991.

CHAVES, C. Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas. História. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1995.

CHAUNU, Pierre. Sevilha e a América nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Editora Difel, 1960; CHAUNU, P. Les Philippines et le Pacifique des Ibériques (XVIe, XVIIe et XVIIIe siècle). Introduction méthodologique et indices d'activités. Paris: SEVPEN, 1960.

- CHAUNU, Pierre. *L'Expansion Européenne du XIIIe et XVe siècles*. Paris: PUF, 1969.
- CHAUDURI, Kirti. *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.
- CHAKRABARTI, Pratik. *Materials and Medicine. Trade, conquest and therapeutics in the eighteenth century*. Manchester: Manchester University Press, 2010.
- CHAVES, Cláudia. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.
- CHAVES, Otávio Ribeiro. *A política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império português: A capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Curitiba, Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Paraná, 2008.
- COELHO, Ricardo Ribeiro. *O universo social das artes de curar: um estudo sobre as medicinas e a saúde na cidade de Mariana (século XVIII)*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, 2012.
- COGNÉ, Albane; BLOND, Stéphane; et MONTEGRE, Gilles. *Les Circulations Internationales en Europe, 1680-1780*. Mayenne: Éditions Atlande, 2011.
- COOK, Harold J. *Matters of exchange. Commerce, medicine, and science in the Dutch golden age*. New York: Yale University Press, 2008.
- COSTA, Iraci del Nero da. *As populações de Minas Gerais no século XVIII: um estudo de demografia histórica*. In: *Revista Almanack*, nº 2, 2011.
- COSTA, Maria Leonor Freire. *Impérios Mercantis. Entre o Oriente e o Atlântico (século XVII)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, 2 vols.
- COSTA, Palmira Fontes da (ed.). *Medicine, Trade and Empire. Garcia de Orta's on the Simple and Drugs of India (1563) in context*. Londres e NY: Routledge, 2015.
- DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. RJ: Ed. Contraponto, Vol.I e II, 2004.
- DEAN, Warren. *A Botânica e a política Imperial: A introdução e a domesticação de plantas no Brasil*. In: *Estudos Históricos*, v. 4, nº. 8, 1991.
- DE VOS, Paula Susan. *Natural History and the Pursuit of Empire in Eighteenth-Century Spain*. *Eighteenth-Century Studies*, Volume 40, Number 2, Winter 2007.

\_\_\_\_\_. The art of pharmacy in Seventeenth and Eighteenth-Century Mexico. Tese (Doutorado). Departamento de História da Universidade de Berkeley, Califórnia, 2001.

DIAS, José Pedro Sousa. Um grupo sócio-profissional setecentista de grande importância na economia do medicamento: os droguistas. In: Farmácia Portuguesa, nov. - dez., no 54, 1988.

\_\_\_\_\_. DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

DIAS, Manoel Nunes. A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Fomento e Mercantilismo. Belém: Universidade Federal do Pará, vols. 1 e 2, 1970.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: Revista do IHGB. Vol. 278, 1968.

DIDIER, Hugues. Os Portugueses no Tibete: os primeiros relatos dos jesuítas. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 2000.

EDLER, Flávio C. As reformas do ensino médico e a profissionalização da medicina na corte do Rio de Janeiro 1854-1884. São Paulo, dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1992.

EDLER, Flávio C. A Constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica. Rio de Janeiro, tese apresentada ao programa de pós graduação em Saúde Coletiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999.

ELLIS, Mirian. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. In: Revista de História, vol.17, nº 36, 1958.

ELLIOT, John H. Impérios del mundo atlántico: España y Grã Bretaña en América, 1492-1830. Madrid: Taurus, 2006.

ENGEMANN, Carlos e AMARANTINO, Marcia. Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa. RJ: Ed. UERJ, 2013.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: Expansão Territorial de Minas Gerais na Direção do Litoral. In: Fronteiras, vol. 10, n. 17, Dourados – MS, 2008.

FALCON, F. C. A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FERRAZ, Eugênio. Convento dos Mercedários de Belém do Pará, Breve Histórico e Registro de sua recuperação. BH: Editora C/Arte, Casa da Moeda do Brasil, 2000.

- FERREIRA, Luís Otávio. O Nascimento de uma Instituição Científica: os periódicos médicos brasileiros. São Paulo, tese apresentada ao programa de História Social da Universidade de São Paulo, 1996.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A arte de curar: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro, ed. Vício e Leitura, 2002.
- FOLZ, Robert. L'Idée d'Empire dans L'Occident du Ve au XIVE siècle. Paris: Aubier, 1953.
- FOUCAULT, M. A Microfísica do Poder. RJ, ed. Graal, 1981.
- \_\_\_\_\_. O nascimento da clínica. RJ, ed. Forense – Universitária, 1987.
- FRAGOSO, João L. Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e, GOVEA, Maria de Fátima. O Antigo Regime nos Trópicos. A dinâmica imperial portuguesa. RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, José Eduardo e GOMES, Ana Cristina da Costa. Jardins do Mundo. Discursos e Práticas. Lisboa: Gradiva, 2008.
- FRANCO, Renato. Pobreza e Caridade Leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2011.
- FRANK, Andreas G. A Acumulação Mundial, 1492 a 1789. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.
- FREITAS, Ricardo Cabral de. Os sentidos e as ideias: trajetórias e concepções médicas de Francisco de Mello Franco na Ilustração luso-brasileira (1776-1823). RJ, Tese apresentada ao Programa de pós graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2017.
- FREYRE, G. Casa Grande & Senzala - formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/ São Paulo, ed. Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FURTADO, Júnia F. Homens de Negócio: A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas Setecentista. São Paulo, ed. HUCITEC, 1999.
- FURTADO, Júnia F. Boticários e Boticas nas Minas do Ouro. Farmácia, Ofício e História. Belo Horizonte: Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais, 2005.

FURTADO, Junia. Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para a história do império ultramarino português. BH: Editora da UFMG, 2001.

FURTADO, Júnia F. e FERREIRA, G. F. Erário mineral. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. Clássicos Séries.vol. 1 e 2.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. A Cura do Corpo e a Conversão da Alma – Conhecimento da Natureza e Conquista da América, séculos XVI e XVII. In: Revista Topoi, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004.

GESTEIRA, Heloisa M.; CAROLINO, Luís Miguel.; e, MARINHO, Pedro. (orgs). Formas do Império. Ciência, tecnologia e política em Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX. RJ: Paz e Terra, 2014.

GINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2000.

GODINHO, Vitorino de Magalhães. Mito e Mercadoria, utopia e prática de navegar, séculos XIII ao XVIII. Lisboa: Difel, 1990.

GODINHO, Vitorino M. Os descobrimentos e a economia mundial. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

GROSSI, R. A arte da cura: uma contribuição para o estudo da medicina na capitania das Minas (1750-1808). In: Cronos: Revista de História, nº 8, 2005.

GROSSI, Ramon F. O universo da cura na Capitania das Minas Gerais (1750-1808). In: Revista da Faculdade de Letras História, Porto, III série, vol. 6, 2005.

GRICE-HUTCHINSON, Marjorie. The School of Salamanca. Readings in Spanish Monetary Theory, 1544-1605. Oxford: Clarendon Press, 1952.

GRUZINSKI, Serge. História do Novo Mundo: Da Descoberta à Conquista, uma experiência européia, 1492-1550. SP: Edusp, 1997.

GRUZINSKI, Serge. A colonização do imaginário: sociedades indígenas e a ocidentalização do México espanhol. SP: Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. As quatro partes do mundo. História de uma Mundialização. BH: Editora da UFMG; SP: Edusp, 2014.

GUGLIELMO, Mariana Gonçalves. As múltiplas facetas do vassalo mais rico e poderoso de Portugal no Brasil: Joaquim Vicente dos Reis e sua atuação em Campos dos Goitacazes (1781-1813). Niterói: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2011.

HEADLEY, John M. – The Europeanization of the World: On the Origins of Human Rights and Democracy. Princeton: Princeton UP, 2008.



HERRERO GIL, Maria Dolores. El Mundo de los Negocios de Índia. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Sevilla, 2013.

HERSON, Bella. Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850). SP, ed. Edusp, 1996.

HESPANHA, Antônio Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: (Dir.) MATOSO, J. História de Portugal, O Antigo Regime, vol. 3, 1993.

HESPANHA, Anotonio Manuel. As vésperas do Leviatã. Instituição e Poder Político em Portugal Século XVII. Lisboa: Almedina, 1994.

HOCHMAN, Gilberto. A Era do Saneamento – As bases da Política de Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro, tese apresentada ao programa de pós graduação em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1996.

HOLANDA, Sérgio B. de. Caminhos e Fronteiras. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2001.

JENER, Mark S. R. and WALLIS, Patrick. The Medical Marketplace. In: JENER, Mark S. R. and WALLIS, Patrick. Medicine and Market in England and Its Colonies, c. 1450 - c. 1850. UK: Palgrave Macmillan, 2007.

JESUS, Nauk Maria, Saúde e doença. Práticas de cura no centro da América do Sul. Dissertação (mestrado). Departamento de História da UFMT, Cuiabá, 2001.

KURY, Lorelai B. O Império dos Miasmas. Niterói, dissertação apresentada ao programa de pós graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1990.

KURY, Lorelai B. Usos e circulação de plantas no Brasil. Séculos XVI-XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2014.

KURY, Lorelai B. As Coleções, a invasão francesa e o Brasil. In: O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli. RJ: Dantes, 2008.

KURY, Lorelai; e, GESTEIRA, Heloisa. (Orgs). Ensaio de História das Ciências no Brasil. Das Luzes à Nação Independente. RJ: ED. UERJ, 2012.

KURY, Lorelai B. (Org.). Sertões Adentro: Viagem nas Caatingas Séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012.

Kury, L. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). Revue d'Histoire des Sciences, 51 (I), 1998.

LA CONDAMINE, C.M. Viagem na América Meridional Descendo o Rio das Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000.

LAPA, José Roberto Amaral. Economia colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973.

LATOUR, Bruno. Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. SP: Ed. UNESP, 2011.

- LE GOFF, Jacques. As doenças têm história. Lisboa, ed. Terramar, 1997.
- LEITE, Bruno Boto Martins. Mezinhas Antigas e Modernas: A invenção da Triaga Brasília pelos Jesuítas do Colégio da Bahia no período Colonial. In: Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia. SP: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012.
- LEITE, Serafim. Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1760). Lisboa, ed. Brotéria, 1953.
- LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo IV, Livro III, Cap. III. RJ: Civilização Brasileira, 1939.
- LEITE, Serafim. Cartas do Brasil e Mais Escritos do Pe. Manuel da Nóbrega. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1955.
- LEMOS, Francisco de, Relação geral do estado da Universidade: 1777, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1980.
- LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1824. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- LENIN, Imperialismo. Fase superior do capitalismo. SP: Editora Global, 1983.
- LUNA, Francisco Vidal e KLAIN, Hebert S. Nota a respeito de medidas de grãos utilizadas no período colonial e as dificuldades para a conversão ao sistema métrico. In: Boletim de História Demográfica, ano 8, n. 21, 2001.
- LUZ, Francisco Paulo Mendes da. O Conselho da Índia. Contributo ao estudo da História da Administração e do Comércio do Ultramar Português nos princípios do século XVII. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral do Ultramar, 1952.
- MAIA, Patrícia Albano. Práticas Terapêuticas Jesuíticas no Império Colonial Português: Medicamentos e Boticas no século XVIII. SP, Tese apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2012.
- MARQUES, Vera R. B. Natureza em Boiões: Medicinas e boticários no Brasil setecentista. São Paulo, ed. UNICAMP, 1999.
- MARQUES, Teresa C. de Novaes. As dívidas do senhor Jácome Lumachi. Pernambuco e a Companhia Geral Pombalina. In: Topoi, vol. 12, n.º 22, jan-jun., 2011.
- MARCOCCI, Giuseppe. A Consciência de um Império. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MARX, Karl. O capital. O Processo de Produção do Capital. Livro 1, Vol. 1 e 2. SP: Editora Boitempo, 2011.

- MATHIAS, Herculano. Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais: Vila Rica, 1804. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.
- MAXWELL, K. A Devassa da Devassa – A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808. SP, ed. Paz e Terra, 2001.
- MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: O paradoxo do Iluminismo. RJ: Paz e Terra, 1997.
- MEDEIROS, Botica Monachorum: farmácia botânica dos monges, Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. RJ, Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- MEDEIROS, Maria Franco Trindade; SENNA-VALLE, Luci de; e, ANDREATA, Regina Helena Potsch. Histórico e o uso da Salsaparrilha (*Similax spp*) pelos boticários no Mosteiro de São Bento. In: Revista Brasileira de Biociências, vol. 5, supl. 1, Porto Alegre, 2007.
- MELLO, Caio Roberto Bourg. Contribuição ao estudo do sistema de crédito em O Capital de Karl Marx. São Paulo, tese apresentada ao programa de pós graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo, 2007.
- MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. Ordens Religiosas e Transgressão no Maranhão Colonial. In: Revista Tempo, n. 32, 2012.
- MENEZES, José Newton. O continente rústico: abastecimento alimentar na comarca do Serro Frio (1750-1810). Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 1997.
- METCALF, Alida. Go-Betweens and the Colonization of Brazil. 1500-1600. Austin: University of Texas Press, 2005.
- MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. A arte de curar nos tempos da colônia – Limites e espaços da cura. Pernambuco: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2004.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Qual Mouros. Giuseppe Marcocci. L'invenzione di un impero. Política e cultura nel mondo portoghese (1450-1600). Roma: Carocci, 2011. Resenha publicada in: Revista 7 Mares, nº. 1, 2012.
- MOTA, Antônia da Silva. A Dinâmica colonial portuguesa e as Redes de Poder Local na capitania do Maranhão. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, 2007.
- MOTT, Luiz. Travessuras de um frade sodomita no convento das Mercês de Belém do Pará (1652-1658). In: Revista Estudos Amazônicos, vol. IV, nº 2, 2009.

MONTEAL FILHO, Oswaldo. Todo um mundo a reformar: intelectuais, cultura ilustrada e estabelecimentos científicos em Portugal e no Brasil, 1779-1808. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 29 (1997): 87-108.

MONTEAL FILHO, Oswaldo. O Império dos Sentidos. A Natureza Americana nas Viagens de um Ouvidor Luso-Brasileiro. In: Varia História, n.º 21, 1999.

MONTEIRO, Nuno G. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: Poder Simbólico, Império e Imaginário Social. In: Almanack braziliense, n.º 2. SP, Novembro de 2005.

MUKHERJEE, Rila (ed.). Network in the first global age (1400-1800). Nova Deli: Primus, 2011.

MUKHARJI, Projit Bihari. Vishalyakarani as Eupatorium Ayapana: Retrobotanizing, Embedded Traditions, and Multiple Historicities of Plants in Colonial Bengal, 1890–1940. In: The Journal of Asian Studies, n. 73, 2014.

NOVAES, Fernando A. Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777-1808). São Paulo, ed. HUCITEC, 1979.

NUZIATELLA, Antonella Viola Alessandrini. Genovesi e Fiorentini en Portogallo: Reti Commerciali e Strategie Politico-Diplomatiche (1650-1700). In: Mediterranea, Ano X, n.º 28, Agosto 2013.

OLIVEIRA, Ricardo Pessa de. Para um estudo da Saúde Conventual no início do século XIX: As boticas. In: Asclepio. Revista de História de la Medicina y de la Ciencia, Madri, Vol. LXIII, n.º 1, enero-junio, 2011.

OLIVEIRA, Nuno Gomes. A Flore Portugaise e as viagens em Portugal de Hoffmannsegg e Link (1795 a 1801). Lisboa: Chiado Editora, 2015.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. O Sistema Mundo no pensamento de Arrighi, Wallerstein e Fiori: um estudo comparativo. IV Colóquio Brasileiro de Economia Política e Sistemas Mundo, 2010. Florianópolis.

PAGDEN, Anthony. The Enlightenment: And Why it Still Matters. Oxford: OUP Oxford, 2013.

PAGDEN, Anthony. Peoples and Empires. A Short History of European Migration, Exploration and Conquest from Greece to the Present. New York: Modern Library, 2003.

PAGDEN, Anthony. The Empire's New Clothes: From Empire to Federation, Yesterday and Today. Symposium: Imperia I Trauma. Common Knowledge, 12, n. 1, 2006.

PAGDEN, Anthony. *Lords of All the World: Ideologies of Empire in Spain, Britain and France, c.1500-c.1800*. Yale: Yale University Press, 1995.

PATACA, Ermelinda. *Arte, Ciência e Técnica na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. A confecção e utilização de imagens histórico-geográficas na capitania do Grão-Pará, entre setembro de 1783 a outubro de 1784*. Campinas, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências, 2001.

PATACA, Ermelinda. *Ermelinda. Terra, Água e Ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas, Tese apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

PEDREIRA, Jorge M. De Melo V. *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de um Grupo Social*. Lisboa, Dissertação de doutoramento em Sociologia e Econômica Históricas, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1995.

PEREIRA, Magnus R. M.; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da (Org.) . *Os Naturalistas do Império; O conhecimento científico de Portugal e suas Colônias (1768-1822)*. RJ: Versal Editores, 2016.

PEREIRA, M. R. M.; CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da . *¿Naturalia, Mirabilia et Monstrosa?. El envío de manuales y de circulares al virreinato del río de la plata para instruir a la recolección de productos naturales, en el siglo XVIII*. HIB: Revista de Historia Iberoamericana, v. 07, 2014.

PEREIRA, Rodrigo Osório. *O Império Botânico: As políticas portuguesas para a flora da Bahia Atlântica colonial (1768-1808)*. Belo Horizonte, Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

PEREIRA NETO, André F. *Ser Médico no Brasil. O presente no passado*. RJ: Ed. Fiocruz, 2001.

PICKSTONE, John V. *Museological Science? The Place of the Analytical/Comparative in Nineteenth-Century Science, Technology and Medicine*. In: *History of Science*, n. 32, 1994.

PIMENTA, T. S. *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828 a 1855)*. Tese de doutoramento, Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2003.

- \_\_\_\_\_. Entre Sangradores e doutores: Práticas e Formação Médica na primeira metade do século XIX. IN: Caderno Cedes, Campinas, v. 23, n. 59, abril de 2003. pp. 91-102
- PIMENTA, Tânia Salgado. Barbeiros- sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). História, Ciências, Saúde - Manguinhos, vol. 5, n. 2, p.349-374, 1998;
- PIMENTA, Tania Salgado. As artes de curar: um estudo a partir dos documentos da Fiscatura-Mor no Brasil no começo do século XIX. Campinas, Tese apresentada ao Programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- PITA, João R. Farmácia, medicina e saúde pública em Portugal (1772-1836). Coimbra, ed. Minerva-história, 1996.
- PRADO JR. Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo, ed. Brasiliense, 2004.
- RAJ, Kapil. Relocating Modern Science: Circulation and the Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900. UK: Palgrave Macmillan, 2007 .
- RANZEN, Beatriz Vasconcelos, FLECK, Eliane Cristina Deckmann e MARTINS, Maria Cristina Bohn (Orgs). Carta Ânua da Província Jesuítica do Paraguai – 1659-1662. Cuiabá- São Leopoldo, Ed. da UFMT, OIKOS e Ed. da Unisinos, 2008.
- REGOURD, François e MCCLELLAN, James E. The Colonial Machine: French Science and Overseas Expansion in the Old Regime. Turnhout: Brepols, 2011.
- RIBEIRO, Lorival. Medicina no Brasil Colonial. Rio de Janeiro, s.e., 1971.
- RIBEIRO, Márcia M. A Ciência dos Trópicos: A arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo, ed. HUCITEC, 1997.
- \_\_\_\_\_. O Paradoxo das Luzes – Demonologia e exorcismos no universo luso-brasileiro século XVIII. Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH, USP, 2001.
- ROCHA, José Joaquim da. Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais – memória histórica da capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- ROCHE, Daniel. História das coisas banais – nascimento do consumo séc. XVII – XIX. RJ, ed. Rocco, 2000.
- ROCHE, Daniel. Humeurs Vagabondes: De la Circulation des hommes et de l'utilité des voyages. Paris: Fayard, 2003.
- RODRIGUES, André Figueiredo. Estudo Econômico da Conjuração Mineira: análise dos sequestros de bens dos inconfidentes da Comarca do Rio das Mortes. SP, Tese apresentada ao programa de História Social da Universidade de São Paulo, 2008.

RODRIGUES, Natalia M. Dorado. A atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão no Mato Grosso entre 1755 e 1778. In: XII Encontro de Regional de História, Anpuh, 2006.

ROSEN, George. Uma história da saúde pública. SP, ed. Unesp/ Hucitec/ Abrasco, 1994.

RUSSEL WOOD, A. J. R. Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

\_\_\_\_\_. Um mundo em Movimento. Os Portugueses na Ásia, África e América (1415-1808). Lisboa: Difel, 1992.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1975.

SAMPAIO, Antônio Carlos J. Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (1650-1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SAMPAIO, Gabriela dos R. Nas trincheiras da cura – As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. SP, ed. UNICAMP, 2001.

SANJAD, Nelson Rodrigues. Nos jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Pará, 1796-1873. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação de Geociências da Unicamp, Campinas, 2001.

SANTOS, Eugenio. O homem português perante a doença no século XVIII: atitudes e receituário. In: Revista Ler Letras - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s.n., 1983.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS FILHO, Lycurgo dos. História Geral da Medicina Brasileira. São Paulo, ed. HUCITEC/ Edusp, 1977.

SÃO BENTO, Viviane Caminha. Trigas e emplastos: os medicamentos das boticas jesuítas no auxílio do cotidiano na América portuguesa. In: Revista História-Cultura, Franca-SP, v. 3, n. 2, 2014.

SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lissa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James. (Orgs). The Brokered World. Go-betweens and Global Intelligence, 1770-1820. Uk : Science History Publication, 2009.

- SHANLEY, Patrícia e MEDINA, Gabriel. Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica. Belém: CIFOR, Imazon, 2005.
- SCHIEBINGER, Londa e SWAN, Claudia. Colonial Botany: Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- SCHWARTZ, Stuart. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. SP: Companhia das Letras, 1985.
- SILVA, Maria Beatriz N. da. Ser Nobre na Colônia. SP: UNESP, 2005.
- SOARES, Márcio de Sousa. Médicos e Mezinheiros na Corte Imperial: uma herança colonial. In: História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. VIII, n. 2, 2001.
- SOUSA, Germano. História da Medicina Portuguesa, Durante a Expansão. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013.
- SOUZA, Laura de M.e. Desclassificados do ouro – A pobreza mineira no século XVIII. RJ, ed. Graal, 2004.
- \_\_\_\_\_. O Diabo e a Terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo, ed. Cia das Letras, 2000.
- STEENSGAARD, Niels. The asian trade revolution of the seventeenth century: the east india companies and the decline of the caravan trade. Chicago: Chicago University Press, 1974.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. The Portuguese Empire in Ásia, 1500-1700: A Political and Economic History. UK: John Wiley & Sons Ltd, 2012.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. From Tagus the Ganges. Expoloration in Connected History. UK: Oxford University Press, 2012.
- THOMAZ, Luís Felipe. De Ceuta a Timor. Lisboa: Difel, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Capitalist World-Economy. Cambrige: Cambrige University Press, 1979.
- WALLERSTEIN, Immanuel. O Sistema Mundial Moderno. Lisboa: Edições Afrontamento, 1990.
- WALLIS, Patrick. Exotic Drugs and English Medicine: England's Drug Trad, c. 1550-c. 1800. In: Social History of Medicine, vol. 25, n.º 1, 2011.
- WALKER, Timothy D. The medicines trades in the Portuguese Atlantic World: Acquisition and Dissemination of Healing Knowledge from Brazil (c. 1580-1800). In: Social History of Medicine, vol. 26, n. 3, 2013



WALKER, Timothy. Remedies from the Carreira da Índia: Asian Influences on Portuguese. Medicine during the Age of Enlightenment. In: The Portuguese Studies Review, vol. 9, nº. 1-2, 2001.

ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, ed. HUCITEC/ Edusp, 1990.

## Anexos

# LA SCIENCE ET LES PLANTES: LES INTERMÉDIAIRES DE LA GUÉRISON ET L'ÉCONOMIE BOTANIQUE EN AMÉRIQUE PORTUGAISE, 1750-1808

## RÉSUMÉ COMPLET

Au cours de l'été 1765, par diligenté sur ordre du roi français Louis XV, le général de l'armée française Charles Dumouriez est arrivé au Portugal en mission d'espionnage et écrit l'œuvre L'Etat du Portugal en 1766, où il fait l'éloge du roi Joseph Ier et des mesures prises par le Marquis de Pombal, qui vise les régions et la géographie du pays et se concentre de près à l'état des colonies portugaises en ce temps-là<sup>467</sup>. En contrepartie, il fulmine contre les jésuites et leur héritage obscurantiste en relation à l'éducation accordée aux nobles qui ont légué l'ignorance et l'état de délabrement avancé des habitants du Portugal, ce qui a contribué au manque d'attention et de considération avec lesquelles le pays a été traité par les écrivains et les voyageurs dans leurs descriptions comme « *l'extrême indolence et l'apathie de ses habitants; qui ne voyagent pas, n'écrivent pas, ou ne communiquent pas avec les nations étrangères* »<sup>468</sup>.

Si l'état général des individus habitant les villages et les villes portugaises dans la seconde moitié du XVIIIe siècle, selon le général Charles Dumouriez, était caractérisé par une aversion pour le cosmopolitisme, ceci n'était pas si évident dans sa description du port de Lisbonne, où il révèle que c'est

« (...) sans aucun doute l'un des meilleurs en Europe; il a une portée de deux miles, à l'abri de tous les vents, avec un accès facile pour tout tonnage, et pour n'importe quel nombre de

---

<sup>467</sup> CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens do Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e Viajantes. In: Penélope, número 22, 2000. pp. 85

<sup>468</sup> Apud: CARNEIRO, Ana; DIOGO, Maria Paula; SIMÕES, Ana. Imagens do Portugal Setecentista: Textos de Estrangeirados e Viajantes. In: Penélope, número 22, 2000. pp. 85

navires; rien n'est plus désirable que d'avoir son propre quai pour le déchargement des marchandises transportées: des navires de toutes les nations se rassemblent ici, et un commerce prodigieux est exercé par des commerçants étrangers; la plupart se trouve dans les mains des anglais et Lisbonne, de fait, peut être considérée comme un comptoir anglais, à la fois en raison du nombre de sujets britanniques résidant ici en excellent état et richesse, et de l'influence de la cour de Saint-James sur la politique du Portugal »<sup>469</sup>.

D'une manière significative, ce rapport souligne le mouvement du commerce à Lisbonne en 1766. Compte tenu de tous les échanges réalisés entre les portugais et les autres nations, les anglais sont considérés des commerçants privilégiés dans ces échanges. Le voyageur cependant, dépistant le commerce maritime et le mouvement des ports au Portugal, surtout à Lisbonne, n'a pas pris la peine d'observer le type de marchandise que chaque nation étrangère se focalisait à commercialiser. Car en observant la circulation commerciale d'une marchandise assez spécifiques, les médicaments, disponibles dans le port de Lisbonne tout au long de la seconde moitié du XVIIIe siècle, nous nous rendons compte que ce ne furent pas les anglais – avec toute leur influence politique sur le Portugal à ce moment-là - les « propriétaires » de ce commerce.

Les plantes médicinales originaires d'Orient et de l'Amérique espagnole partaient vers l'Europe ou vers l'Amérique portugaise, suivaient le rythme des marchandises importées de différents ports européens, en parcourant un système complexe de circulation. Dans ce mouvement étaient impliqués des agents, des réseaux commerciaux organisés, des relations interpersonnelles, familiales et l'action de l'État où la transmission des marchandises était effectuée de diverses manières en passant par le troc local jusqu'à la vente aux enchères dans les principales places européennes.

---

<sup>469</sup> DUMOURIEZ, Charles. *An Account of Portugal as it Appeared in 1766*, Londres, 1797.

L'économie des médicaments ou le commerce des drogues a suivi des rythmes distincts par rapport aux principaux produits internationaux tels que le poivre, le coton, le sucre et le tabac en ce qui concerne la quantité de ces compositions envoyées et la typologie des affaires. Alors que ces derniers, en particulier le sucre, avaient des rythmes de navigation basés sur des accords établis entre la Couronne et les personnes privées - dans le cas du sucre - ou par monopole royal - comme ce fut le cas du poivre depuis le milieu du XVIe siècle -, les médicaments requéraient des négociants spécialisés dans les accords, les dénommés droguistes qui ravitaillaient le marché médical européen et colonial, et avaient un plus petit volume total de circulation du produit<sup>470</sup>.

Selon Leonor Costa Freire, entre les années 1600 et 1639, ce qui peut être considéré comme les années en or de l'économie sucrière, les 350 raffineries existantes en Amérique portugaise envoyaient vers Lisbonne environ 756.000 arrobas de sucre par an<sup>471</sup>, ce qui signifie qu'un seul produit atteignait près d'une tonne par an au Portugal. Selon le tableau 1, nous pouvons constater que pendant les 44 années analysées des entrées de drogues médicinales à la Douane de Lisbonne, l'addition de tous les produits listés n'atteignent pas cette quantité annuelle obtenue par le sucre en à peine un an à l'apogée de son âge d'or<sup>472</sup>.

En conséquence, il convient de tenir compte du fait que les médicaments étaient un type spécifique de marchandise pour un marché médical en pleine expansion et en pleine croissance en Europe, qui connut un pic de consommation de drogues importées au cours du XVIIIe siècle, et suivant une croissance constante au cours du XVIIIe

---

<sup>470</sup> Commerçants spécialisés dans le commerce des médicaments et qui seront analysés dans le chapitre 2 de cette thèse. Ver: DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, Boticários e Segredistas*

<sup>471</sup> Selon le dictionnaire de commerce 1 arroba = 25 livres et pourtant en l'an 1639 ont été envoyés à peu près 756.000 arrobas de sucre vers Lisbonne ou 18.900.000 livres

<sup>472</sup> COSTA, Leonor Freire. *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, vol 1. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002. pp. 168-171.

siècle<sup>473</sup>. Depuis la découverte du Nouveau Monde jusqu'à la fin des 1700, il y a en Europe une Ère de commercialisation et de diversification des médicaments, où l'éclosion de ce marché médical s'établit indépendamment de l'efficacité thérapeutique ou de la régulation institutionnelle des produits pharmaceutiques. Selon les historiens Mark Jenner et Patrick Wallis, l'économie des médicaments est une pratique médiévale qui grandit considérablement à partir de 1600 en raison de l'élargissement et de la dispersion géographique du nombre de professionnels liés à la médecine : médecins, chirurgiens, apothicaires, entre autres; qui étaient les principaux consommateurs de drogues médicinales dans le marché médical afin de répondre aux besoins de la population. De même, ces auteurs indiquent que la croissance de l'offre commerciale ne supplante pas l'utilisation de "*remèdes maison*" locaux et/ou domestiques<sup>474</sup>. Toutefois, c'est la dynamique du marché des drogues de pharmacie, dans l'empire portugais des années 1700, qui faisaient circuler la flore et la faune de l'Occident et de l'Orient à une échelle mondiale, en les transformant en connaissances médicales, qui sera mis en évidence dans cette étude<sup>475</sup>. Ces drogues, étant des matières premières (*commodities*), étaient soumises au fisc et ne constituaient pas un monopole royal. Par conséquent, on payait des impôts d'entrée et de sortie aux Douanes vers où étaient transportés les médicaments importés de tous les continents pour approvisionner les différents ports portugais: Lisbonne, Porto, Algarve, Setúbal, Viana, Aveiro, Vila do Conde, entre autres, mais nous allons concentrer notre analyse sur les livres des ports, les livres des entrées de marchandises du port de Lisbonne pour être le premier dans la hiérarchie

---

<sup>473</sup> WALLIS, Patrick. Exotic Drugs and English Medicine: England's Drug Trad, c. 1550- c. 1800. In: Social History of Medicine, vol. 25, n.º 1, pp.: 20-21.

<sup>474</sup> JENER, Mark S. R. and WALLIS, Patrick. The Medical Marketplace. In: JENER, Mark S. R. and WALLIS, Patrick. Medicine and Market in England and Its Colonies, c. 1450 - c. 1850. UK: Palgrave Macmillan, 2007. pp. 8-9.

<sup>475</sup> CHAKRABARTI, Pratik. Materials and Medicine. Trade, conquest and therapeutics in the eighteenth century. Manchester: Manchester University Press, 2010. pp. 19.

portuaire en terme de quantité de marchandises reçues et, surtout, pour avoir une entrée spécifique pour les médicaments: la *Maison de l'Inde, Mesa de Drogas*<sup>476</sup>.

La *Maison de l'Inde* a été créée au XVe siècle par ordre du roi D. Manuel et était une station d'entrée dans la Douane de Lisbonne où le Trésor Royal percevait les droits des *fazendas* en provenance des Indes et d'autres ports en Asie. L'historien Charles Boxer, analysant la dénommée *Carrière de l'Inde* au cours du XVIe et XVIIe siècle - « *grande route transocéanique reliant Lisbonne à la colonie portugaise de Goa et un certain nombre d'escales qui connectaient plusieurs endroits d'Asie à Goa et à la carrière* » - affirme que les archives de *Maison de l'Inde* à Lisbonne ont disparu dans le tremblement de terre de 1755 et que donc « *nous ne disposons pas de registres précis de tous les voyages de la carrière effectués auparavant*<sup>477</sup> ». Toutefois, en ce qui concerne les données sur les entrées et les taxations des marchandises dans la période après le tremblement de terre, il y a une importante documentation issue des *fazendas* de la Carrière. Il convient de noter que la *Maison de l'Inde*, dans la période 1756-1800, dont il est question ici, était le lieu d'entrée des marchandises en provenance d'Amérique et d'Afrique, en plus des déjà connues et recherchées épices asiatiques.

Selon Francisco Paulo Mendes da Luz « *tous les produits issus des côtes africaines, asiatiques ou d'Amérique, ainsi que ceux d'origine européenne destinés à la sauvegarde ou à l'exploitation commerciale de tous ces points, seraient enregistrés par quantités détaillées dans les livres de cette organe* » dans le but de payer des impôts à la *Fazenda* Royale, sauf ceux acquis pour le compte du roi.

Depuis son institutionnalisation, la *Maison* fonctionnait comme un centre de contrôle de l'ensemble du commerce d'Outre-mer, entrepôt et siège de toutes les affaires

---

<sup>476</sup> Au sujet de la hiérarchie portuaire au Portugal ver: COSTA, Leonor Freire. O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663), vol. I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2002. pp.: 94.

<sup>477</sup> BOXER, Charles R. O Império Marítimo Português, 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 2001. pp: 218.

entre les domaines portugais et le reste de l'Europe s'étant accru et développé tout au long du XVI<sup>e</sup> siècle et à partir du gouvernement de Felipe III, en 1615, offrant aux vassaux de la couronne du Portugal la permission de commercialiser des marchandises qui étaient de monopole royal, à l'exception du poivre. Pour les commerçants privés était appliqué le paiement de la taxe de 3% sur les marchandises entrant à la Douane et de 4% sur celles sortant vers d'autres ports, car la Ribeira de Lisbonne était non seulement le principal port de l'Empire portugais en termes de volume de marchandises reçues, mais un centre de redistribution, de réexportation des produits vers divers domaines portugais d'Outre-mer et vers d'autres Nations Etrangères. Selon l'historien A. J. Russel-Wood si:

Aujourd'hui nous considérons normal pour n'importe quelle épicerie de quartier à Baltimore, Maryland ou à Llangollen, Pays de Galles, de vendre des kiwis de Nouvelle-Zélande, du fromage suisse, des raisins du Chili, du beurre du Danemark, du thé de Chine et de la viande d'Argentine, que le caissier enregistre le compte sur un ordinateur fabriqué au Japon, que les magasins vendent des tissus en provenance de Madras et des chaussures en cuir faites à la main en Italie ou au Brésil, et que les voitures qu'on voit dans les rues soient fabriquées en Corée, au Japon ou en Allemagne. Il est facile de croire que cette caractéristique internationale de notre vie quotidienne est un produit de la révolution opérée dans la technologie, les transports et les communications après la Seconde Guerre mondiale<sup>478</sup>.

Comme l'a démontré Russell-Wood dans son travail, ce phénomène de « flux et reflux des marchandises » n'est pas nouveau, ne résulte pas seulement des transformations et de la mondialisation du XXI<sup>e</sup> siècle. Cette mondialisation des cultures, des produits et des personnes existe il y a déjà au moins six siècles avant la conquête de Ceuta (1415) par les Portugais. Et selon ce qu'un gouverneur hollandais a

---

<sup>478</sup> RUSSEL-WOOD, A. J. *Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1992. pp. 193.

décrit sur le Commerce que la Compagnie des Indes Orientales hollandaises faisait en Asie, cette circulation était intense, locale et globale

Nous pourrons échanger des articles du Guzerate avec du poivre et de l'or sur la côte de Sumatra, riais [une pièce d'argent] et cotons de la côte [de Coromandel] contre du poivre au Bantam, et du santal, du poivre et des riais pour des articles en or chinois; nous obtiendrons de l'argent du Japon en échange de produits chinois, des objets de Coromandel en échange d'épices, d'autres produits et des riais et riais d'Arabie en échange d'épices et autres bagatelles - une chose menant à une autre.<sup>479</sup>

Dans cette perspective de circulation de marchandises, en particulier de médicaments, la Maison de l'Inde était, comme indiqué plus haut, une institution privilégiée à cet effet. Pour cela, elle comptait, dès sa fondation, sur un Règlement qui rappelait ses fonctions et les postes devant être maintenus tels que : le fournisseur, six greffiers, un juge de pesage avec son fidèle ou son assistant, deux trésoriers, un pour les épices et l'autres pour l'argent, un comptable, vingt gardes de la Maison, un portier, sept continus, trente travailleurs, un aumônier, quatre évaluateurs et deux orfèvres, pour l'évaluation des perles et des pierres précieuses, et deux apothicaires pour l'évaluation de tous les médicaments à être expédiés dans la Maison, et enfin un huissier avec son greffier.

La position d'apothicaire servait à évaluer le prix des drogues médicinales qui entraient dans la Douanes et était liée à la fiscalisation à laquelle les médicaments étaient soumis à l'achat/vente et à la distribution par la Maison. En même temps, il y avait le Règlement du Conseil de *Protomedicato* qui, depuis 1623, considéré comme essentiel à la surveillance des médicaments avant d'accoster les Douanes parce que, selon le document c'était « *très dangereux que ne soient pas vues, examinées les drogues et remèdes maison venant de l'étranger avant d'être expédiés vers la Douane*

---

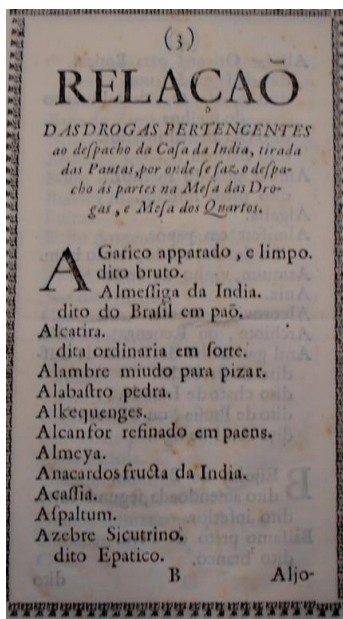
<sup>479</sup> Apud: STEENSGAARD, Niels. The asian trade revolution of the seventeenth century: the east india companies and the decline of the caravan trade. Chicago: Chicago University Press, 1974. pp. 407



et la Maison l'Inde qui de nombreuses fois arrivent détériorés; c'est pour le bien que je l'envoie à mon physicien-majeur dans cette ville [Lisbonne] pour qu'il voit lesdits médicaments et remèdes maison dans lesdites Maison de l'Inde et Douane; et sans cela, ils ne pourront être expédiés (annotations de l'auteur)<sup>480</sup> ».

Toutes ces catégories socioprofessionnelles appartenant aux professionnels de la Douane fiscalisaient et standardisaient les marchandises qui y entraient via leurs Tarifs - dans le cas des médicaments, le Tarif de la Maison de l'Inde (voir figure 1) contenait les produits qui entraient régulièrement, alignés par ordre alphabétique, et les prix auxquels ils devraient être taxés.

**Figure 1 - Tarif des *Fazendas* relatifs à l'expédition vers la Maison de l'Inde, 1749**



Source: Archives des Douanes de Lisbonne, Tarif de 1782.

<sup>480</sup> AHU, Reino. Consultations du Conseil du *Protomedicato*. Permis déterminant qu'aucun médecin ne puisse être chirurgien et qu'aucun chirurgien ne puisse vendre des remèdes-maison, et qu'aucun médecin ne fasse d'ordonnance avec des parents apothicaires . Caixa 22, pasta 15. pp. 8.

Chaque entrée en Douane: Douane Grande, du Sucre, du Tabac, Table des Cinq, Maison de l'Inde, entre autres avaient leurs propres règlements et tarifs qui étaient, suivant une certaine fréquence, mis à jour et révisés en raison de l'insertion constante de nouvelles marchandises et au dépassement de produits au fil des ans, en plus des fluctuations des prix que le marché global imposait. Cependant, après le tremblement de terre de 1755 les prix des *fazendas*, drogues et autres produits demeurèrent déphasés jusqu'à la création d'un tarif global, en 1782 sous le règne de la D. Marie I, où toutes les marchandises de toutes les Douanes du royaume et domaines outre-mer devaient être couvertes. Il est intéressant de noter que la réforme ou l'établissement d'un nouveau tarif consistait en une négociation politique comme nous pouvons le voir dans le document envoyé au Ministre Martinho de Mello e Castro par l'Intendant de la Police Pina Manique, sur lequel l'employé royal note les défauts existant dans les prix des marchandises qui apparaissaient dans le tarif actuel des douanes (avant le séisme)

« Il contient beaucoup de compositions utilisées autrefois, qui, aujourd'hui ne s'utilisent plus, ni proviennent de l'étranger; et ce ne sont peu dont même les noms sont déjà méconnus. Y sont mentionnés divers travaux fabriqués sur certaine terres, quand ceux d'aujourd'hui sont réalisés ailleurs; et différents en qualité ou avec divers accidents qui en altèrent la valeur. Certaines compositions sont répétées avec des noms différents; ce qui provoque non seulement confusion, mais encore cause un recours à des évaluations arbitraires. Il comporte de nombreuses marchandises dont l'entrée ou l'utilisation sont interdites, même sans déclarer cette interdiction. Il y manque divers compositions qui ne parvenaient pas auparavant mais qu'aujourd'hui accèdent et sont utilisées »<sup>481</sup>.

---

<sup>481</sup> AHU, Reino. Ofício de Diogo Ignácio de Pina Manique para o Excelentíssimo Senhor Martinho de Mello e Castro. Lisboa, 30 de abril de 1781. Caixa 35, pasta 15.

## **Génois, hollandais et autres nations européennes: l'entrée des médicaments à Lisbonne**

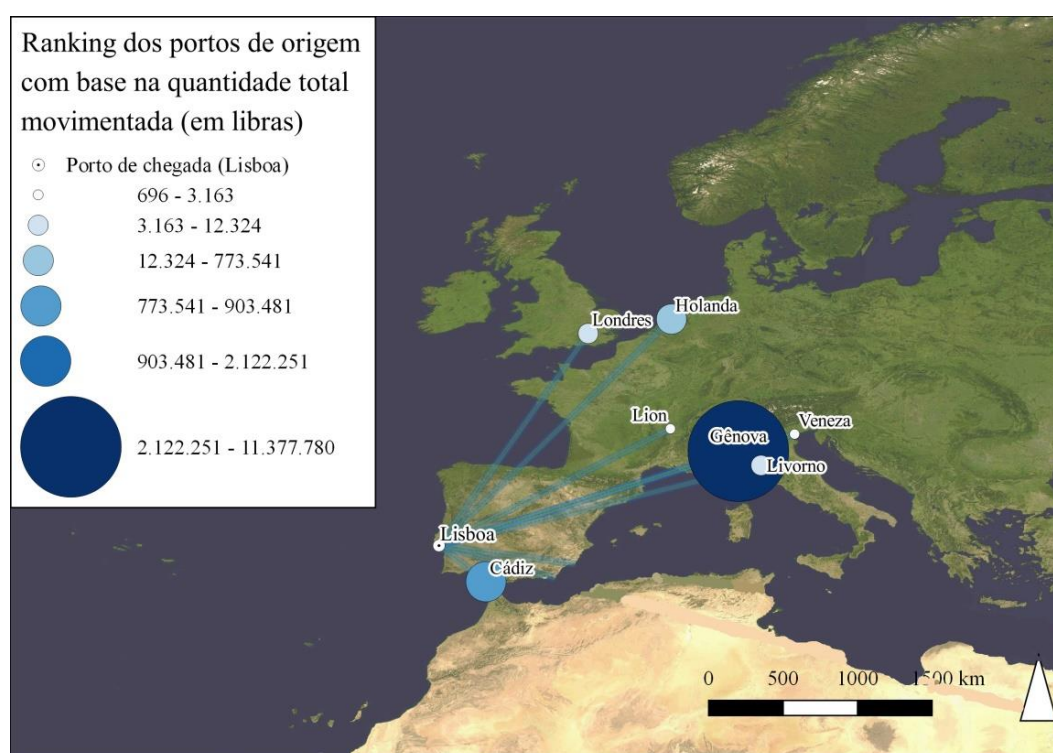
A la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle, les plantes médicinales sont le sujet d'un commerce régulier et pleinement établi, bien qu'elles ne représentent pas, ni en valeur, ni en volume, plus qu'une partie secondaire dans ce commerce à grand échelle mondiale. Le Manne, Benjoin, le Senne, la salsepareille, le Jalapa, la quinine, l'acacia, la rhubarbe, les copeaux de Cerf qui sont cultivées et/ou extraites dans les différentes parties du monde ont leur terme de parcours de circulation à Lisbonne, Porto, ou d'autres ports portugais. La réception de ces produits était à charge de la *Mesa de Drogas*, comme mentionné ci-dessus, qui était une instance d'entrées de produits de la Maison de l'Inde.

Après leur arrivée à Lisbonne les drogues suivaient différentes voies: les médicaments importés d'Orient, d'Europe et d'Afrique partaient vers les ports américains (Centre-Sud: avec principal port celui de Rio de Janeiro, le Nordeste ; et le Grand-Pará et Maranhão); ceux qui arrivaient d'Amérique approvisionnaient les pharmacies et les maisons marchandes de droguistes au Portugal en plus de continuer leur route vers d'autres ports européens où les marchands achetaient via des enchères et des négociations comme les maisons commerciales établies à Lisbonne les arrobas de certaines plantes; et certaines compositions importées d'autres domaines portugais ou d'autres parties du globe ont poursuivaient pour approvisionner le marché européen et le marché interne portugais.

Cette circulation de marchandises était également observée dans les ports portugais, par le biais d'entrées des médicaments, comme nous avons pu le constater à travers l'analyse de la documentation de la Douane de Lisbonne: les médicaments passaient de port en port jusqu'à leur arrivée dans les ports de la Méditerranée Orientale (Livourne-Gênes- Venise), de l'Europe du Nord (Lion-Londres-Amsterdam) et de Séville au

Portugal. Ces routes commerciales sont liées aux routes établies par les Compagnies de Commerce opérant dans la péninsule ibérique, à Lyon, à Anvers, à Rouen et Amsterdam, établissant des réseaux de correspondants qui opéraient avec des Consulats dans la négociation de l'approvisionnement et du commerce de certaines plantes médicinales<sup>482</sup>.

### Carte 1: Arrivée des drogues de pharmacie au port de Lisbonne (Quantité d'entrées et de ses différents ports) - 1756-1800



Source: Développé par l'auteur, établi sur base de données des entrées dans la Maison de l'Inde, la Douanes de Lisbonne, 1755-1801. Dans: ANTT, Douane de Lisbonne.

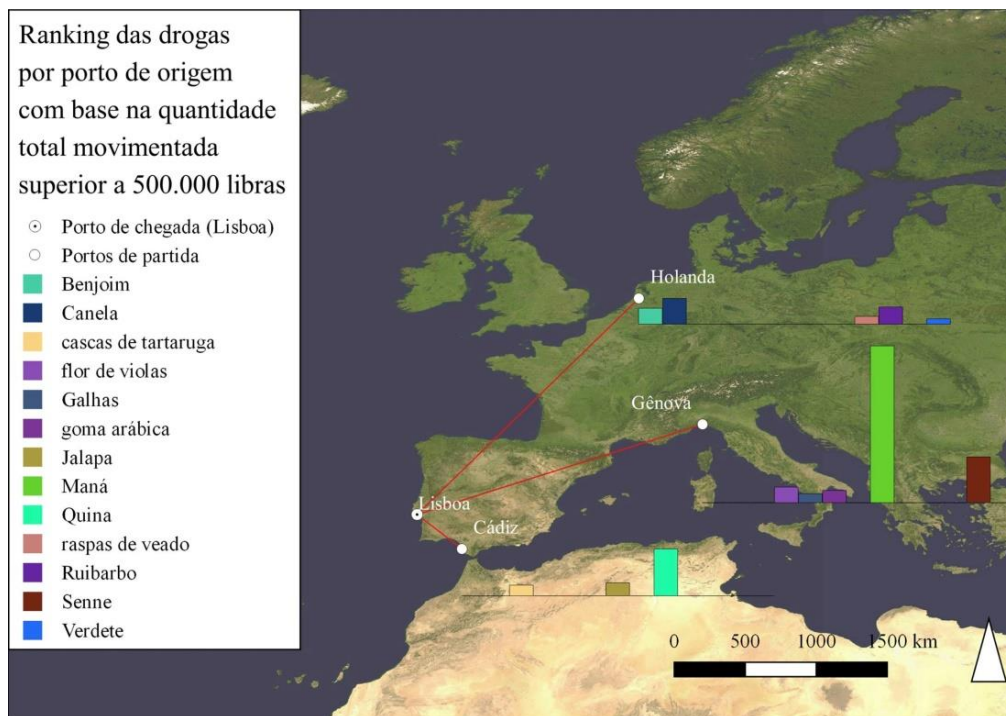
Les routes avec grand volume d'approvisionnement dans le port de Lisbonne, sont mises en évidence sur le Carte 1: Gênes, Pays-Bas, Cadix, Londres sont les principales villes d'où partaient d'importants envois de drogues de pharmacie vers le Portugal. Comme indiqué précédemment, ces médicaments qui débarquaient à Lisbonne n'étaient

<sup>482</sup> BOUMEDIENE. Samir. Avoir e Savoir. L'appropriation des plantes médicinales américaines par les européens (1570-1750). Nancy, These de doctorat d'histoire, Université de Lorraine, 2013. pp. 151.

pas entièrement consommés par le marché local, mais (re)distribués par les réseaux commerciaux vers l'outre-mer américain, l'Afrique et les îles pour approvisionner les pharmacies privées, les pharmacies des prisons et détachements militaires, les pharmacies des hôpitaux militaires et de la *Santa Casa de Misericórdia* entre autres lieux de vente et de consommation de médicaments.

Les apothicaires étaient l'un des principaux agents moteurs de ce commerce et la croissance du nombre de licences pour exercer cet office, au Portugal et dans ses domaines d'outre-mer, à partir du XVIIIe siècle, met en évidence la direction du volume de cette circulation de drogues à cette période. Le graphique 2 montre les substances les plus recherchées (celles qui arrivaient en plus grande quantité dans les ports de Lisbonne) et leurs ports d'origine.

**Carte 2: Arrivée des drogues de pharmacie au port de Lisbonne (type de médicaments et leurs ports respectifs) - 1756-1800**



Source: Développé par l'auteur, établi sur base de données des entrées dans la Maison de l'Inde, la Douanes de Lisbonne, 1755-1801. Dans: ANTT, Douane de Lisbonne

Le nombre de médicaments que le marché médical du Portugal et de ses domaines d'outre-mer traitait dans la seconde moitié du XVIII<sup>e</sup> siècle, était vaste, et comportait une grande diversité de types de médicaments: produits chimiques galéniques, uniquement galéniques ou uniquement chimique, ce qui faisait croître le commerce des villes comme Gênes et Amsterdam en Orient puisqu'une grande partie de ces médicaments trouvaient leur origine première dans ces régions.

La Rhubarbe, l'escamonea, la racine de Chine, la coloquindia, le benjoin, la cannelle, les copeaux de cerf, le vert-de-gris, le manne, le senne, fleur d'alto, la quinine, le jalapa, la gomme d'acacia ont été les principales drogues étrangères (venant de l'Orient, de l'Afrique du nord, du Levant et de l'Europe elle-même) recherchées par les apothicaires et autres professionnels de la médecine pour le traitement de leurs clients.

Plus important encore que l'approvisionnement du Portugal en tissus ou blé, le rôle de ces villes européennes a été crucial dans le commerce de médicaments dits exotiques et non américains. Gênes est une ville qui, selon Fernand Braudel, vit d'acrobaties « elle fabrique, mais pour les autres; navigue, mais pour les autres; investit, mais dans la maison des autres. Une géographie restrictive les condamne à l'aventure »<sup>483</sup>. Et c'est par le biais de cette aventure que la capitale de Livourne devint la principale responsable de l'approvisionnement en médicaments - en quantité - dans la capitale portugaise, comme on peut le voir dans le tableau 2 et le graphique 1.

En ce qui concerne la pluralité des types de médicaments, Amsterdam, aux Pays-Bas, est le principal port de ravitaillement en raison de la grande activité des hollandais en Orient par le biais de la Compagnie des Indes. Selon l'historien Stuart Schwartz « *au cours du XVII<sup>e</sup> siècle, le rôle de l'Empire portugais [dans l'Océan Indien] et le contexte*

---

<sup>483</sup> BRAUDEL, Fernand. O Tempo e o Mundo. In: Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp. 145.

*dans lequel il opérait ont radicalement changé en raison des altérations générales dans l'économie mondiale et l'émergence d'un nouvel équilibre politique en Europe »<sup>484</sup>. Cet équilibre a été mis en place par l'Union ibérique et ses conséquences, comme le renouvellement de la guerre avec les hollandais et la formation de la Compagnie des Indes Orientales en Hollande (1621) qui a mis « *une pression énorme sur les ressources du Portugal et sa capacité d'augmenter la production* »<sup>485</sup>.*

Après la Restauration (1640), la Couronne portugaise a pu récupérer une partie de ses territoires comme dans le Nordeste du Brésil, envahi par les flamands, comme nous l'avons mentionné dans la première partie de ce chapitre, mais perdit en faveur de ces derniers, et peu après en faveur de la Compagnie des Indes Orientales anglaises, ses comptoirs dans l'océan Indien.

Selon Harold Cook, la domination et le monopole de la Compagnie de Commerce hollandaise dans l'accord commercial des épices était dû au fait que le Monde Atlantique a été beaucoup plus difficile à monopoliser en raison de la diversité de ses produits et des différentes richesses qu'il pourraient offrir

<<(…) the riches of the Atlantic economy were much more varied than the spice trade: fortunes could be made in trading ivory and gold on the Guinea Coast of West Africa; across the sea, in northeastern South America and into the Caribbean, were productive sugar plantations whose labor force could be supplied from Africa through the horrific commodification of people in the slave trade; from México and Peru came huge amounts of silver, as well as gold, cochineal, cacao, and other goods; and from the northern parts of the West Indies (what we call North America) came large quantities of furs and a growing amount of tobacco and other botanicals>><sup>486</sup>.

---

<sup>484</sup> SCHWARTZ, Stuart. A Economia do Império Português. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010. pp. 33.

<sup>485</sup> Idem. Ibidem. pp. 36.

<sup>486</sup> COOK, Harold J. Matters of Exchange. Commerce, Medicine, and Science in the Dutch Golden Age. New Haven: Yale University Press, 2007. pp. 210-211.

En réponse à la concurrence étrangère, la monarchie portugaise a expérimenté de nouvelles alternatives soutenant de plus en plus les actions privées, vendant les routes asiatiques à Goa sous forme de concessions de voyage, en laissant le nombre d'importation via Carrière de l'Inde, à partir de 1650, sous contrat et revenant définitivement vers l'Atlantique.

Les dénommés *mariés*, les commerçants privés, étaient des commerçants cosmopolites qui viennent non seulement de la péninsule ibérique, mais aussi du sud de l'Allemagne, de Gênes, de Venise, de la Hollande, de l'Angleterre et de la France. Selon l'historien Michel Pearson, entre la fin du XVIe et la seconde moitié du XVIIe siècle, 90% de la cargaison envoyée vers le Portugal via la Carrière de l'Inde appartenait était de propriété privée appartenant aux grands marchands. Au XVIIIe siècle, lorsque le déclin de l'Etat portugais dans le commerce de l'océan Indien est encore plus important, ces personnes privées ont continué à développer leurs activités en tant qu'intermédiaires, petits commerçants et facilitateurs du commerce oriental pour les britanniques et néerlandais dans leurs Compagnies marchandes<sup>487</sup>.

C'est au travers de ces réseaux commerciaux et de l'expansion des échanges globaux avec l'inclusion de l'Atlantique dans l'Economie-Monde que l'approvisionnement des produits pharmaceutiques se déroulait, dans le cas de l'Empire portugais, via des privilèges accordés par la Couronne aux Maisons Marchandes établies dans le royaume avec de larges connexions à Londres, Amsterdam, Gênes, Venise, entre autres.

Dans la première moitié du XVIIIe siècle, une pétition du Droguiste Bartolomeu Vigier au Physicien-Majeur du Royaume sollicitait un contrat d'approvisionnement des

---

<sup>487</sup> Ver: PEARSON, Michel N. Mercados e Comunidades Mercantis no Oceano Índico: Situar os Portugueses. In: BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (Dir.). A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800. Lisboa: Edições 70, 2010. pp. 93-114.



drogues médicinales au Portugal, mais soulignait « *il y en aura toujours qui, moins informés et écoutant des mensonges, voudront donner à ce contrat odieux le titre de monopole mais, au sein de la même loi qui en traite, il est clair et évident qu'il est exclu toute appellation similaire dans la mesure où elle répond à toutes les circonstance pour recevoir l'approbation Royale (...)* ». Ce document est un exemple type de la spécificité de l'offre d'approvisionnement du Marché Médical au Portugal en 1700, car se distinguant de l'alliance monopolistique signée entre les privés et l'Etat, via la mise en place de compagnies commerciales (qui ne distinguaient pas la cargaison qu'ils commercialisaient) comme c'était le cas dans d'autres parties d'Europe, dans le cas des portugais, la Couronne accordait un privilège commercial à certaines Maisons Marchandes dans cette type d'affaires.

Ainsi, dans une culture politique dans laquelle un système de grâces patrimoniales et individuelles était mené par la Couronne, l'approvisionnement de drogues pour les pharmacies et magasins privés se déroulait également via les droits et privilèges accordés, contribuant de cette manière à un système complexe d'échanges sociaux.

Cela se passait différemment avec l'entrée de médicaments importés (européens, orientaux, africains) dans les ports américains où la politique du pacte colonial était suivie scrupuleusement. Il convient cependant d'attirer l'attention sur le mouvement des routes que les médicaments suivaient, comme était le cas de la Rhubarbe: acheté en Chine par les commerçants hollandais de la Compagnie des Indes Orientales, vendus dans le port de Lisbonne aux droguistes portugais ayant des connexions avec ces marchands flamands et continuait vers les pharmacies locales et magasins privés ou des navires pourvoyant l'outre-mer via la Compagnie de Commerce (du Grand-Pará ou Pernambuco-Parafba) ou via des particuliers établis dans les ports américains et africains en plus petite quantité.

Tout ce mouvement d'échanges de médicaments était propulsé par les Droguistes. Les droguistes étaient les récepteurs de marchandises en provenance du Portugal, d'Afrique et d'Orient, et étaient liés, exclusivement, à l'approvisionnement interne de médicaments. Se distinguent d'eux les hommes d'affaires qui avaient des relations avec le commerce d'outre-mer, qui étaient présents dans divers types de commerce (livres, médicaments, *fazendas*, esclaves, entre autres) et faisaient partie d'une élite mercantile *carioca* (de Rio) qui concentre son capital, principalement, à l'octroi de prêts à des tiers en titres d'actions des sociétés d'assurance.

Les droguistes étaient un groupe socio-professionnel composé d'hommes d'affaires liés à l'économie du médicament et se sont installés dans les terres portugaises à la fin du XVIIe siècle, suite au développement de la chimie. Cette profession a été responsable pour combler les lacunes du Portugal ayant de plus en plus une carence en ce qui concerne l'utilisation des savoirs chimiques dans la production de médicaments, en plus de l'absence elle-même de laboratoires chimiques et pharmaceutiques et de jardins de plantes médicinales, qui dans de nombreux autres Etats d'Europe étaient en charge de l'approvisionnement des pharmacies<sup>488</sup>.

Avec la fin de la médiation jésuite, le commerce réalisé, surtout, parmi les ports d'Amérique a acquis une nouvelle dynamique: de grands négociateurs avec de vastes connexions commerciales en Asie, Afrique et Europe ont commencé, via des Compagnies de Commerce de Pombal, ou par la présence de commissaires dans l'outre-mer, à traiter des drogues indigènes, comme par exemple les drogues originaires du Sertão dans la région amazonienne<sup>489</sup>.

---

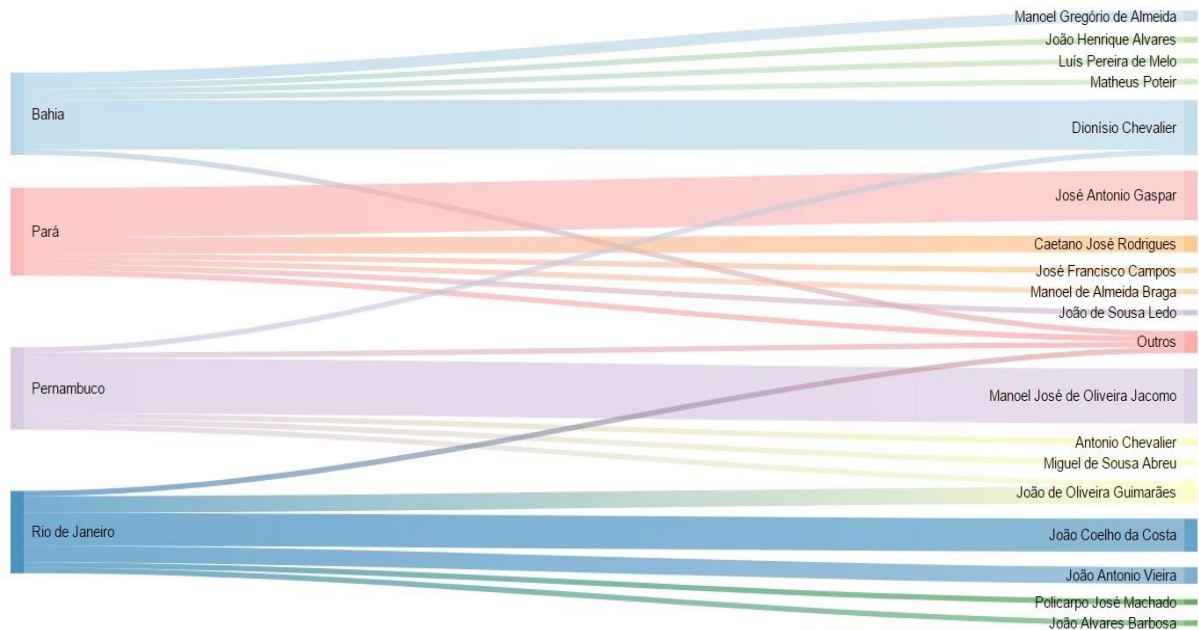
<sup>488</sup> DIAS, José Pedro Sousa. *Droguistas, Boticários e Segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. pp.: 31.

<sup>489</sup> En 1755 le Marquis de Pombal crée deux Compagnies de Commerce au Brésil: La Compagnie de Commerce du Grand-Pará et Maranhão et la Compagnie de Commerce de Pernambuco et Paraíba.

La sortie des ignaciens ne signifiait pas la sortie de l'Etat portugais. Au contraire. Avec l'expulsion de la Compagnie de Jésus en 1759, le marché médical américain et la circulation de drogues en provenance du Brésil sont devenus plus contrôlés et examinés par des institutions telles que la Chambre de commerce, le Jardin Botanique Royal, les Chambres Municipales, entre autres, ce qui a permis le transfert vers des particuliers et leurs réseaux d'information la circulation et la propagation des compositions médicinales que ce soit en provenance de Lisbonne vers les ports américains, ou des ports américains vers le marché médical européen.

Le graphique 3 montre la dynamique de l'arrivée des produits médicaux provenant de différentes régions de l'Amérique: Salvador, Belém, Recife et Rio de Janeiro; reliant les drogues arrivées dans la Douane de Lisbonne à qui elles appartenaient. L'épaisseur de la ligne reflète la quantité de médicaments venant de chaque région et qui les a le plus commercialisés. Un exemple de ceci est la domination qu'avait le Droguiste Dionísio Chevalier sur les drogues venant de Bahia, en particulier l'Ipeca qui était l'un des principaux remèdes envoyés à Lisbonne de ce port. De même, le commerçant Manuel José de Oliveira Jacomo et la ligne épaisse reliant au port du Pará; ce commerçant a été celui qui a le plus reçu de marchandise en provenance de la région amazonienne dans la Douane de Lisbonne, dans la Maison de l'Inde plus précisément.

## Graphique 1 - Les relations entre les Ports d'Arrivée des Médicaments et les Droguistes responsables de leur commerce - Ports d'Amérique portugaise



Source: Développé par l'auteur, établi sur les bases de données des entrées dans la Maison de l'Inde, la Douanes de Lisbonne, 1755-1801. Dans: ANTT, Douane de Lisbonne.

En observant le graphique ci-dessus, nous notons que les capitaineries de Bahia et du Pará étaient celles qui envoyaient le plus leurs produits vers Lisbonne. Cependant, lorsque l'on observe la direction opposée, à savoir, la sortie des médicaments importés du port de Lisbonne vers l'Amérique, nous observons que le Rio de Janeiro et Pernambuco étaient les ports qui ont le plus reçu des médicaments importés dans la période de 1776 et 1777 à partir des données de la Balance Commerciale.

**Tableau 1 - Cartographie des entrées de drogues de pharmacies en Amérique portugaise (1776-1777)**

## Drogas de Botica –Partindo de Lisboa

	Rio de Janeiro	Pará	Maranhão	Paraíba	Pernambuco	Bahia
<b>1776</b>	5:327\$960	1:033\$640	784\$770	259\$030	2:780\$660	1:346\$570
<b>1777</b>	1:047\$105	217\$200	592\$500	100\$000	736\$570	1:675\$000

Source: Base de Données de la Recherche, Fonds: Chambre de Commerce, Balance de Commerce du Portugal (1776-1777), AHOP.

Les cargaisons de médicaments partaient des ports vers les régions situées à l'intérieur des terres de l'Amérique portugaise. Par exemple, de Rio de Janeiro partaient les médicaments importés arrivés d'Europe et parcouraient le *Nouveau Chemin*. Le voyageur qui prenait ce chemin arrivait à Minas en environs 16 jours, ce trajet était appelé la variante de la terre firme qui parcourrait la vallée du fleuve Santana longeant les marais bas de la *Baixada Fluminense* qui a raccourci la distance pour quatre jours (par rapport à l'Ancien Chemin). Tout le long du chemin, il y avait des parcelles rurales servant de passage aux troupes qui suivait vers Gerais.<sup>490</sup>

Entre les limites des circonscriptions, il y avait des Registres qui étaient des établissements fiscaux visant à collecter les droits des entrées appartenant à la Couronne portugaise. Ces postes fiscaux étaient gardés par des détachements militaires qui contrôlaient le flux de la production d'or et prélevaient des taxes, non fixées, sur l'entrée

<sup>490</sup>ELLIS, Miriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil no século XVIII. In: Revista de História, vol.17, n. 36, São Paulo, 1958. p. 431- 432; e, ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1990. pp. 119.

des personnes, animaux et compositions. Par ces registres passaient les listes d'envois de médicaments qui devaient avoir leur cargaison déclarée et taxées sur le compte de qui les avait commandées.<sup>491</sup>

Toute la cargaison de médicaments était acheminée vers Minas par les conducteurs qui, comme examiné précédemment, transportaient des barils, des verres, des boîtes, des caisses et des emballages en dépendant de la taille du chargement. Les boîtes et les caisses étaient couvertes « *cloués et bâchés* » pour une meilleure conservation, ce qui démontre un souci constant de maintenir la qualité de ceux-ci.<sup>492</sup>

Les envois étaient, la plupart du temps (80%), commandé par les apothicaires, chirurgiens ou commerçants de Minas, directement aux marchands établis à Rio de Janeiro, comme ce fut le cas de la prescription d'compositions médicinales envoyées par Diogo Vieira de Azevedo, le 10 août 1792, à Villa Rica, « *en deux boîtes et un petit paquet pour l'apothicaire Manoel Coelho Pereira* » coûtant, pour cette charge 109 000 réis et deux autres boîtes, le 07/05/1796, pour le même apothicaire, un montant de 128 300 réis, ce qui signifiait un montant supérieur au prix convenu pour l'achat d'un jeune esclave, qui coûtait 100 000 réis à l'époque.<sup>493</sup>

Une autre partie des envois (20%) appartenait aux propres commis et conducteurs qui achetaient les médicaments pour leur propre compte aux commerçants de la capitainerie *carioca* et revendaient à Minas, comme le faisait Antônio de Sá le 6 mai 1794 en achetant un gros chargement du marchand Antônio Roiz de Carvalho apportant « *à qui de droit ils appartiennent sur le compte et risque du conducteur* ». Selon Mafalda Zemella, c'était une pratique courante chez les *Tropeiros* (conducteurs

---

<sup>491</sup> ELLIS, *op. cit.* p. 436; e, BICALHO, Maria Fernanda. A Cidade e o Império. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 137. A documentação analisada faz parte dos carregamentos taxados no Registro do Caminho Novo. ANRJ, *op. cit.* Cx. 68-132.

<sup>492</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos. Cx. 32-160.

<sup>493</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Avulsos, Cx. 68. Sobre preço de escravos ver: ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1990.

de troupeaux) qui « *achetaient dans les villages et les villes de la côte, des compositions, des fazendas et des ustensiles de toutes sortes et les apportait vers l'intérieur des terres, gagnant sur la vente de pourcentages exorbitants* » ce qui leur proportionnait l'enrichissement.

Les médicaments avaient comme destination les pharmacies privées, celles des détachements militaires, des prisons, des Santa Casa de Misericórdia et de l'Hôpital Militaire à fournir. Les médicaments partaient de Rio de Janeiro avec une destination certaine et l'approvisionnement était réalisée pour l'ensemble des capitaineries, dans des lieux tels que: Sabará, São João Del Rei, Vila Rica, Tejuco, Barbacena, Caeté, Pitangui, Serro, Inficionado, Brumado, São José Del Rei, Mariana, entre autres, ce qui prouve une propagation de consommation de produits pharmaceutiques importés à la fin du XVIIIe siècle.<sup>494</sup>

Les droguistes coloniaux donnaient la priorité aux cargaisons de médicaments composés, majoritairement, les composés chimiques, les chimique-galéniques - mélange de simplifiés avec les chimiques – et les composés végétaux. Selon les documents analysés, parmi tous les médicaments destinés à Minas 75% étaient composés et 25% simplifiés. Ceci s'explique par la diffusion que les formulations secrètes (teintures, eaux, élixirs, toniques, pilules, essences, sirops, baumes, spiritueux, sels, entre autres) ont acquis dans le continent Américain et par l'acceptation de celles-ci chez les professionnels impliqués dans l'art médical et parmi les colons, en général, dans l'outre-mer<sup>495</sup>.

Les médicaments composés étaient préparés de la manière de ce que l'on appellerait aujourd'hui « la production en série », différent de la façon de manipuler les

---

<sup>494</sup> ANRJ, Coleção Casa dos Contos, Docs Avulsos. Cxs. 76 e 102.

<sup>495</sup> A respeito dos meses de embarque de drogas para a América ver: DIAS, José Pedro Sousa. Droguistas, boticários e segredistas. Ciência e Sociedade na Produção de Medicamentos na Lisboa de Setecentos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. p.156.

médicaments individuellement, ciblé, pour chaque maladie et pour chaque symptôme rapportés par le malade, habituellement vendus et préparés par la pharmacie la plus proche de sa maison. Les composés suivaient un schéma spécifique de préparation et étaient ensuite distribués vers d'autres pays, comme cela a été le cas de l'Eau d'Angleterre, dont Jacob de Castro Sarmiento avait le privilège de détenir la formulation. Comme les formules secrètes étaient de connaissance exclusive de ceux qui les idéalisait et avaient l'autorisation de la Couronne afin de maintenir le secret, elles n'étaient pas manipulées en pharmacie, mais dans un laboratoire privé. Elles se sont révélées connues sous le nom commercial, donné par leurs préparateurs et étaient accompagnées d'une notice indicative. Certains composés étaient si familiers en raison de leur popularité grâce aux pharmacopées et traités pharmaceutiques, que leur utilisation et connaissance par les apothicaires était facile<sup>496</sup>.

Un autre aspect à être considéré est que les commerçants de médicaments importaient moins de simplifiés par la facilité qu'ils avaient d'être gâchés durant le transport, ce qui augmentait leurs chances de pertes financières étant donné que les commerçants devaient remplacer les médicaments endommagés. De plus, à la fin du XVIIIe siècle, il y a une augmentation de l'application thérapeutique des plantes et animaux brésiliens par les apothicaires qui, à maintes reprises, remplaçaient les compositions importées comme Diogo Vieira de Azevedo qui, dans l'inventaire de sa pharmacie, en 1801, comprenait « *10 livres d'œilletts du Maranhão, 14 livres de cacao et 39 livres d'ipeca* ». Le raccourcissement des voyages des produits pharmaceutiques est une donnée pertinente, mais elle ne peut être considérée comme la seule explication

---

<sup>496</sup> MARQUES, Natureza em Boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista. Campinas: Ed. Unicamp, 1999. pp. 164; e, MARQUES, Vera R. Beltrão. Remédios secretos – saberes e poderes. Trabalho apresentado no 49º Congresso Internacional de Americanistas. Problemas urbanos e de saúde no Brasil. Quito, jul. 1997. Acessar: <http://antropologia.com.ar/congressos>.



de l'utilisation des remèdes indigènes, parce que de toute façon, les marchands ont acquis les produits à Lisbonne, sauf la voie de la contrebande.<sup>497</sup>

À Minas Gerais les bénéficiaires des médicaments ont joué un rôle clé dans la promotion de l'expansion de l'achat de ces compositions par les différents camps et institutions car, contrairement à ce qui se passait dans le nord de l'Amérique portugaise dont la Compagnie du Commerce était directement responsable du ravitaillement en médicaments pour les postes militaires et les institutions médicales à Minas, cette tâche était la responsabilité des acheteurs de médicaments pour les droguistes à Rio de Janeiro.

José Joaquim Perpétuo était chirurgien et « *exerçait publiquement l'art pharmaceutique* » depuis plus de 12 ans dans le village du Prince. En 1782, l'année de la création de Conseil du *Protomedicato*, il a demandé une nouvelle autorisation du physicien-majeur pour laisser sa pharmacie ouverte, car « *elle avait été examinée et approuvée par le Commissaire et le Sous-Délégué du Physicien-Majeur de ces Registres et leurs Réalisations durant l'année 1768* » ; sa lettre d'examen pouvant être trouvée dans les livres de registres de la Chambre dudit village. Son application était destinée à le maintenir selon « *les nouvelles commandes de Votre Majesté* », éloignant tous les troubles liés à la fiscalisation de sa pharmacie. José Joaquim Perpétuo exerçait efficacement un rôle comme licencié en pharmacie et les commandes de médicaments faites à Rio de Janeiro suivaient toutes pour l'approvisionnement de son magasin dans le village du Prince.<sup>498</sup>

---

<sup>497</sup> « *Simplifiés* » étaient des drogues naturelles, sans composition et qui pouvaient entrer dans la composition des médicaments. Ex: maná, sene, açafraão, canela (végétaux); Sobre os remédios ver: EDLER, Flávio Coelho. *Boticas & Farmácias. Uma História Ilustrada da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

<sup>498</sup> AHU, 1782, Manuscritos Avulsos de MG. Cx.118, Doc. 5, Requerimento de José Joaquim Perpétuo, morador com sua botica...

Martin Roiz da Costa et José Monteiro étaient prêtres et exerçaient le rôle d'apothicaires à Minas, ce qui était une pratique habituelle selon l'historienne Júnia F. Furtado. Des trois pharmaciens qui ont exercé dans le district de Serro Frio, en 1736, tous étaient des prêtres. Cette présence de religieux dans l'art pharmaceutique peut être expliquée en raison d'une ancienne tradition des pharmacies monastiques et du dévouement du clergé pour aider les malades.

Les destinataires des différents camps de Minas, qui ont reçu les drogues de Rio de Janeiro, ont promu une circulation encore plus grande de ces compositions à l'intérieur de l'Amérique portugaise, contribuant à l'existence d'un vaste réseau qui connectait les bénéficiaires des produits pharmaceutiques à la destination finale de ceux-ci. Des pharmacies privées, pharmacies militaires, quincailleries, épiceries fournissaient la population de Minas Gerais en drogues à partir de commandes passées par des hommes en plus des institutions officielles comme la Santa Casa et l'hôpital militaire qui, bien que ne figurant pas sur les listes comme des destinataires, ont reçu à Minas Gerais, à la fin du XVIIIe et au début du XIXe siècle, des quantités considérables de médicaments importés<sup>499</sup>.

Une autre voie d'approvisionnement en médicaments était la découverte d'une nouveauté curative (pour les Européens) et son utilisation dans les pratiques de guérison. En l'an 1791, José Joaquim Roiz avait été arrêté avec Custódio José Guimarães à Pernambuco par le gouverneur Tomás José de Melo et ont été envoyés au gouverneur de Bahia, D. Fernando José de Portugal, pour avoir commis le crime de vagabondage avec l'ordre dudit gouverneur pour que « *le Docteur Juiz de Fora leur pose des questions judiciaires afin de connaître la vérité de ce qu'il s'était passé et*

---

<sup>499</sup> Il y a une série de listes de médicaments envoyés par Antônio da Costa Coelho vers l'Hôpital Militaire et la Santa Casa qui sont transcrites mais pas encore systématisées et analysées. In: APM, SC, Cx. 76, Doc. 12. 20 folhas.

*découvrir que l'un et l'autre avaient commis des vols dans cette ville et être de très mauvaise conduite, je me réfère à votre Excellence »<sup>500</sup>.*

Selon l'historienne Laura de Melo e Souza les vagabonds étaient des *disqualifiés* sociaux existant dans tous les pays et contre eux pesait toute la législation répressive née aux XVIe et XVIIe siècles et continuaient en vigueur durant le XVIIIe siècle. Le motif de préoccupation des autorités était lié à l'idée d'inutilité que cette catégorie portait en elle, pesant sur la société la charge de conserver, élever et maintenir ces hommes. Pour résoudre ce type de question, les autorités proposaient d'employer ces hommes à quelque chose d'utile pour la société, étant des hommes capables d'exécuter des fonctions alternatives ou complémentaires à celles des esclaves « en retirant des épaules » de la société le poids du vagabondage<sup>501</sup>.

Dans le cas de José Joaquim Roiz on aperçoit clairement cette question. Considéré vagabond par les autorités de Pernambuco, il a été envoyé à Bahia, sa capitainerie d'origine, puis mis à profit par les autorités locales pour les *entrées* à travers les *sertões* de Pernambouc (régions sauvages) à la recherche de trésors verts qui, selon cet auteur

L'élimination des vagabonds par expulsion de la capitainerie signifiait l'élimination d'un peuple coûteux et indésirable, mais cette possibilité apparaissait immédiatement associée à l'emploi des disqualifiés en quelque chose d'utile, démontrant bien une oscillation dans laquelle se trouvaient les autorités<sup>502</sup>.

Bien que l'on sache peu de choses sur la trajectoire de José Joaquim Roiz, peut-

---

<sup>500</sup> BNRJ. Ms. II – 32,33,16. MELO, Tomás José de. Ofício, a D. Fernando José de Portugal, comunicando ter enviado presos, para a Bahia, dois vadios José Joaquim Roiz e Custódio José Guimarães, que viviam do alheio.

<sup>501</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. RJ: Edições Graal. pp.:104-105.

<sup>502</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. RJ: Edições Graal. pp.:107.

on déduire qu'il connaissait les chemins, la langue, et semblait être habitués à traiter avec les indiens, puisque dans son récit on ne perçoit aucune étrangeté au sujet du comportement ethnique tribal, ce qui indique qu'il devait flâner dans les sertões de Pernambuco cherchant un abri, de la nourriture ou même fuir les problèmes potentiels avec les autorités et la population locales, car il a été accusé de « vivre sur le compte des autres ». Comme beaucoup de *disqualifiés* de son temps, il est possible que sa peine ait été graciée par les gouverneurs et qu'il ait été renvoyé de nouveau vers Pernambuco afin de rechercher la production indigène de quinine au Brésil.

Nous savons, par des documents de l'époque, que le gouverneur de Bahia, D. Fernando José de Portugal encourageait la recherche de nouveaux produits à valeur commerciale et/ou médicinale dans la colonie et visait à accroître le patrimoine du Musée Royal et du Jardin Botanique d'Ajuda et des laboratoires de l'Université de Coimbra avec des compositions indigènes du Brésil et dans ce but, l'utilisation de ces *disqualifiés* qui, familiers de l'intérieur des terres. était la première condition pour la localisation et la description de l'origine et des applications possibles de ces plantes.

En ce sens, selon le récit du capitaine des milices retraité Manoel José da Silva Castro, originaire et résident de la ville de Pernambuco, dans l'année 1801, son partenaire José Joaquim Roiz « très observateur et expérimenté des Sertões de la capitainerie de Pernambuco, et ses productions indigènes » a réussi à trouver, transporter et apporter à l'attention de tous la précieuse herbe appelée qui est « spécifique contre les poisons, et de nombreux maux et dont il avait été fortement recommandé par le député Jacome Raton, de la naturaliser, et répandre dans ce Royaume ». La même lettre indique que le Ministre et le Secrétaire d'Etat à la répartition de la Marine et des domaines d'Outre-mer lui aurait remis 400 reis afin d'apporter des échantillons de différentes qualités de quinine, que José Joaquim Roiz

connaissait et savait qu'elle poussait spontanément dans les Sertões de Pernambuco, ayant envoyé au Jardin Botanique d'Ajuda plus de quarante arrobas de ladite plante. Son partenaire poursuit en se référant aux expériences dans les Sertões et en indiquant à la Chambre de Commerce que s'il était de l'intérêt royal, José Roiz pourrait présenter la quinine vivante afin d'être acclimatée au Portugal, ainsi que beaucoup d'autres plantes<sup>503</sup>.

Ce certificat de bonne conduite que Manoel José da Silva Castro a fait pour José Joaquim Roiz révèle l'utilité que cette expérience avait eue pour son « partenaire », comme référé par ce premier, car ce rapport adressé à la Chambre de Commerce faisait une demande de pension pour l'ancien capitaine de milice en échange des bons services rendus à la Couronne par le biais de cette société, en plus de demander le financement de nouvelles incursions dans les Sertões plaidant ne plus posséder de ressources et mettant en évidence le fait que son partenaire - dans le cas José Joaquim Roiz – ne possède aucun recours pour accomplir une telle entreprise. Par conséquent Manoel José da Silva Castro attire l'attention sur l'importance que ces entrées avaient pour l'entreprise coloniale en ce moment où les ressources naturelles avaient une valeur inestimable pour leur utilité scientifique et commerciale avérée, ces hommes contribuant grandement à la santé du Royaume et l'amélioration de la science à l'époque.

Cependant, la relation d'un capitaine de milice avec un type disqualifié peut sembler un peu inhabituel, mais il est important de souligner que les capitaines-majeurs étaient responsables pour l'emploi et la réhabilitation de ces vagabonds pour leur utilisation dans plusieurs fonctions cruciales pour la Couronne, comme par exemple, dans les régions frontalières, les prisons, les entrées vers les sertões, dans la

---

<sup>503</sup> ANTT, Ofício. Junta do Comércio, Maço 67, caixa 214.

composition des organes de milice, entre autres fins. Il est donc probable que le capitaine des milices à la retraite Manoel José da Silva Castro ait employé José Joaquim Roiz dans les entrées du sertão en sachant que celui-ci était un expert sur le sujet et que sa fonction était de faire en sorte que la charge de cette catégorie sociale soit inversée vers l'utilité pour le Royaume<sup>504</sup>.

Un autre point qui se démarque est le réseau de contact que ces expérimentés établissaient: avec des naturalistes, des médecins, des apothicaires et surtout avec les commerçants afin de conférer la connaissance des compositions médicinales à haute valeur médicinale mais aussi commerciale, mais peu ou pas connue des hommes et institutions scientifiques à l'époque.

En 1801, on venait de porter à l'attention de la Chambre de Commerce *l'herbe Ayapana* spécifique dans l'utilisation contre l'empoisonnement et autres maux et dont il avait fortement été recommandé par le commerçant et député de la Chambre de Commerce du Royaume, Jacome Ratton, que celle-ci soit naturalisée et répandue au Portugal.

Arrivées en 1804 au Jardin Botanique Royal d'Ajuda et au Musée Royal plus de 40 boîtes contenant la plante (ses feuilles, racines, graines et quelques pousses de petits arbres), le parcours que Aypana a suivi depuis son emplacement jusqu'aux institutions scientifiques n'a pas été simple. Quelques années auparavant, José Joaquim Roiz a fait un récit très intéressant de sa rencontre avec cette plante dans les sertões de Pernambuco – durant l'un de ses voyages dans ladite région à la recherche de quinine. Selon l'expert des sertões

Les habitants et les ressortissants des forêts de la capitainerie de Bahia et Pernambuco, qui la connaissent et la dénomment herbe

---

<sup>504</sup> SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII. RJ: Edições Graal. pp.:107-108.

sainte, pour leur avoir découvert vingt et quelques vertus par son application dans de nombreux maux et d'attaques soudaines de morsures de serpents de tout type et de tout autre animal des plus toxiques. Les fermiers des forêts de ces continents travaillant déjà sans peur et danger existant auparavant avec de nombreuses morts d'esclaves piqués par des serpents ou autres animaux, en ayant le remède prêt en vertu de cette précieuse herbe que la providence et la nature leur offre généreusement<sup>505</sup>.

La découverte des propriétés médicinales de cet herbe par les natifs du *Sertão* a été faite par l'observation de l'environnement dans lequel ils vivaient: en regardant les attitudes des animaux en cas de blessure par un serpent, ils courraient vers les bois à la recherche de feuilles de cette plante comme dans le cas cité par José Joaquim Roiz, où un type de lézard appelé Tijuaçu, très commun dans les Sertões de Bahia qui, quand mordu par un serpent, courrait vers le fond de la forêt et mâchait les feuilles et les racines de *l'Ayapana* et revenait de suite pour combattre le même serpent qui était alors affaibli, sans force, et finissait par mourir. Ce récit souligne l'importance que l'observation de l'environnement naturel a eu pour les colons en Amérique, tout comme il était important le contact avec les indiens et leurs pratiques médicinales.

Dans ce même long récit sur les propriétés de *l'Ayapana*, José Joaquim Roiz révèle que lors de ses déplacements à travers le *sertão* de Pernambuco, il s'était arrêté dans le village indien Badabuãa, situé sur les rives du fleuve Piancó où il a observé un indien tapuio avec le *Mal de São Lázaro* être guéri de la manière suivante

On lui a fait une petite maison de paille dans un arbre dénommé carnaúba, et au centre on a monté des tiges en cercle, en hauteur, et des cloisons sur la roue ; on y couchait le malade en l'embaumant tous les jours avec de l'huile de Copaíba, avec un feu doux par-dessous de ce cercle de jour comme de nuit<sup>506</sup>.

---

<sup>505</sup> AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana. pp. 1.

<sup>506</sup>AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana. pp.: 4-5.

### Carte 3 – Regions de Circulação de l’Ayapana



Source: Développé par l’auteur. In: AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana.

Au cours des observations du traitement dédié à l’indien avec le *Mal de São Lázaro*, José Roiz a souligné une question très importante: la difficulté des indiens plus âgés de révéler les secrets de leurs traitements et les remèdes utilisés à un sujet externe au groupe. Car pendant le processus d’infusion des feuilles d’Ayapana et la construction du matelas en feuilles pour le malade, deux indiens plus âgés qui s’occupaient de cette question lui ont demandé s’il connaissait cette herbe et s’il savait à quoi ça servait et quand il a révélé qu’il ne savait rien au sujet de ce traitement, les indiens se sont montrés satisfaits et lui ont donné quelques conseils sur les utilisations possibles de cette plante et à quoi elle servait, mais n’ont jamais montré où elle se trouvait dans les forêts, ni le nom de ladite plante. Comme vous pouvez le constater, malgré la réticence initiale de la part des anciens du village, José Roiz arrivait à décrire les secrets conservés dans le processus de guérison et de traitement appliqué par les possibles *pajés* ou *shamans*



(hommes de médecine et guérisseurs).

Comme l'a bien souligné l'historienne Juciene Apolinário en décrivant les déplacements du naturaliste Domingos Alves Branco Muniz Barreto, dans les sertões de Ilhéus, le fait que le savoir indigène soit « entendu » a contribué à la circulation de ces savoirs dans la Cour portugaise et « pour *la structuration de l'histoire naturelle dans une période d'effervescence des intérêts naturalistes* »<sup>507</sup>.

Ces déplacements à travers le *sertão* étaient incités par la nécessité des colons qui « *dépourvus de toute ressource et de cette presque-immunité qui peut seulement jaillir d'une acclimatation abondante, les européens et leurs descendants immédiats luttent avec beaucoup de difficultés face à l'environnement hostile* » et en cherchant des ressources et des solutions aux problèmes les plus communs du quotidien, la relation de ces hommes avec les insectes du climat tropical ont eu recours à des indiens qui, de par leur préexistence de l'environnement colonial ont déjà été adaptés et avaient développé des « pratiques ingénieuses » contre toutes sortes de questions, y compris médicales<sup>508</sup>.

Une autre question soulevée par José Joaquim Roiz est l'utilisation par les populations locales amérindiennes de médicaments absorbés par la médecine européenne comme l'huile de Copaíba qui, en Europe du XVIIIe siècle, était utilisée comme un cicatrisant, diurétique et appropriée pour dégager les bronches et les voies urinaires. Dans le cas du *Tapuia* l'huile avait clairement un rôle de cicatrisation, car enveloppant le malade avec ledit remède, on s'attendait à ce que celui-ci puisse aider dans la cicatrisation de ses blessures. La relation entre l'appropriation des savoirs amérindiens par les jésuites et par les institutions médico-pharmaceutiques européennes

---

<sup>507</sup> APOLINÁRIO, Juciene R. Plantas nativas, índios coloniais: usos e apropriação da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai B. (Org). Usos e Circulação de Plantas no Brasil, séculos XVI-XIX. RJ: Ed. Andrea Jakobsson, 2013. pp.: 35.

<sup>508</sup> HOLANDA, Sérgio. Caminhos e Fronteiras. SP: Companhia das Letras, 1994. pp.:96.

ensuite, est remplie d'absorption et de renouvellement de ces savoirs, mais, en ce qui concerne le *Copaíba*, il semble que la question de la cicatrisation a demeuré dans le descriptif des indications médicales de la plante dans les pharmacopées européennes.

La circulation des compositions externes dans les tribus est quelque chose qui attire l'attention tout au long de la période coloniale, car selon l'historien Sergio Buarque de Holanda « *les éléments importés, dont l'usage est devenu fortement répandu, même chez les indiens, comme cela a été le cas, par exemple, avec l'eau de vie de canne, qui était servie mélangée à certaines herbes et autres remèdes-maison, pour accroître leur pouvoir curatif*<sup>509</sup> ».

Dans le cas particulier de la tribu tapuia de la capitainerie de Pernambuco, il est entendu que celle-ci avait eu des contacts avec l'Huile de Copaiba étant donné que cet arbre était présent dans presque tout le territoire du nordeste et les régions de l'État du Grand-Pará et Maranhão, mais l'emploi de l'huile de la même manière qui est indiquée dans les pharmacopées et les traités médicaux de l'époque est un indice de la circulation de cette connaissance et qu'il y a eu absorption via des contacts avec d'autres tribus et/ou avec les colons européens, colons nés en Amérique ou même avec des esclaves qui, en connaissant les « règles d'utilisation du produit », avaient transféré cette connaissance<sup>510</sup>.

Après le contact avec l'herbe *Ayapana* et l'indien malade, José Joaquim poursuivait son voyage à la recherche de la quinine en abandonnant ledit indien et après trois mois de pèlerinage dans les *sertões* de Pernambuco, lors de son retour à la maison, est expressément passé par le même village indien et avait la curiosité de demander ce qui était arrivé à ce malade, plein de plaies. Les *pajés* ont révélé qu'il avait guéri et était

---

<sup>509</sup> HOLANDA, Sérgio. Caminhos e Fronteiras. SP: Companhia das Letras, 1994. pp.:78.

<sup>510</sup> Utilizo aqui a expressão regra de utilização para referir a toda explicação e descrição existente quanto a profilaxia e utilização de uma planta medicamentosa, a saber as localizadas em tratados médicos, farmacopeias e jornais médicos sobretudo publicados no século XVIII.

déjà parti vers un autre village à huit lieues de là, appelé Badacó, et afin de vérifier la véracité des faits, José Joaquim Roiz a été vérifier l'histoire allant jusqu'au village Badacó et là, il a retrouvé l'indien qu'il connut mourrant et était complètement guéri. L'impact de la guérison de l'indien lui a fait s'intéresser encore plus à décrire les indications médicales de *l'Aypana* et d'attirer l'attention des autorités portugaises pour cette « *excellente herbe qui a déjà été contrôlée et analysées par des personnes curieuses de la ville de Bahia et Pernambuco et qui disent conférer avec la même découverte au Japon et est donc digne d'être conservée dans des vases d'or*<sup>511</sup> ».

José Joaquim Roiz était un typique *go-between*, un intermédiaire, un grand lien entre le commerce entrepris par la métropole et la forêt, le tiers établi dans le contact du colonisateur avec la colonie. Son rôle était principalement la traduction des savoirs amérindiens et la description des trésors qui pourraient être mis à profit pour améliorer la vie de la population, grâce à l'utilisation de ces compositions dans le traitement curatif, ainsi que l'expansion et l'enrichissement du commerce métropolitain mondial.

Alida Metcalf stipule que “*the contact between Europe and America was a dyadic relationship between two very different cultural groups, Europeans and Native Americans (...), but go-betweens, as third parties, influenced the relationship that emerge in fundamental ways*<sup>512</sup>”. En ce sens, les intermédiaires agissaient comme des agents négociateurs de paix, du contrat commercial, de la connaissance territoriale et de son expansion, étant de cette manière une présence constante dans diverses situations.

Dans le cas de José Joaquim Roiz, un vagabond, disqualifié, il était utilisé dans les entrées des *sertões* du Brésil afin de prospector de nouvelles espèces de la flore à être testées dans les institutions scientifiques portugaises, en plus d'aller à la recherche

---

<sup>511</sup> AHU, Reino. Caixa 26, Pasta 45. Lisboa, 06/08/1804. ROIZ, José Joaquim. Notícia das virtudes da preciosíssima erva denominada Ayapana. pp. 8.

<sup>512</sup> METCALF, Alida. *Go-Betweens and the Colonization of Brazil. 1500-1600*. Austin: University of Texas Press, 2005. pp.: 19.

de médicaments déjà utilisés, connus et appréciés dans le marché médical européen qui était connu pour exister dans les bois et les forêts de l'Amérique portugaise. Loin d'être une exception, la présence de cette figure intermédiaire était la règle, non seulement dans l'expansion de la colonisation européenne sur le globe, à partir du XVIe siècle, avec les grandes découvertes, mais était présent dès le premier contact entre les différentes cultures dans l'histoire de l'humanité<sup>513</sup>.

Pour être un excellent agent intermédiaire José Joaquim Roiz avait un important réseau de relations qui commençait, ou terminait, avec son partenaire, capitaine des milices à la retraite, jusqu'au médecin botanique Inácio Ferreira da Câmara qui possédait également son propre réseau complexe.

Comme décrit précédemment José Joaquim Roiz a écrit au député de la Chambre de Commerce de Lisbonne Jacome Ratton au sujet des compositions de la plante à être étudiée et naturalisée au Portugal. Cependant, en mentionnant que cette plante était la même qui avait été découverte au Japon, nous permet d'identifier les relations d'échange de connaissances entre les différentes régions du globe. En ce sens, une question suscite beaucoup d'intérêt: comment une plante connue et appréciée au Japon pourrait susciter l'intérêt d'un expert des *sertões* brésilien ?

Sans jamais avoir quitté Séville, Nicolás Monardes a fondé sa légitimité dans la collection et la description des produits pharmaceutiques américains à partir de son expérience dans le port andalou. C'est dans le port, ce «entre-espace», l'espace intermédiaire entre la colonie et la métropole qui s'établit la confiance de la sphère commerciale avec la médicale.

Selon le Monardes lui-même

---

<sup>513</sup> Sobre esse assunto ver: SCHAFFER, Simon; ROBERTS, Lissa; RAJ, Kapil; DELBOURGO, James. (Orgs). The Brokered World. Go-betweens and Global Intelligence, 1770-1820.

Dans cette ville de Séville, la porte et l'escale de toutes les Indes occidentales, nous savons [de ces choses médicales], plus que dans toute autre partie de l'Espagne, puisque toutes ces choses viennent d'abord à elle, où elles sont connues par de meilleures relations et par une plus grande expérience, j'ai pu en faire conjointement l'expérience et l'usage, depuis trente ans que je soigne dans cette ville (...) <sup>514</sup>

L'auteur poursuit sa description en racontant les types d'avantages offerts par le port de Séville: la question de l'obtention d'informations sur les compositions médicinales américaines qui pourraient être appliquées dans le traitement de certaines maladies en Europe, par des voyageurs, des marins, des marchands, des missionnaires, des soldats, entre autres; suivies par la possibilité de trouver ces produits frais et de première main, ce qui lui permettrait de construire une connaissance approfondie en matière de commerce du produit et sa qualité, en plus de pouvoir le tester sur ses patients <sup>515</sup>.

Tout comme Monardes, d'autres professionnels impliqués dans l'art médical depuis le XVI<sup>e</sup> siècle jusqu'à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle, apprenaient avec les marchands les secrets d'identification des médicaments. De cette prémisse adressée par l'historien Samir Boumediene, on peut déduire que José Joaquim Roiz a entendu des récits sur l'existence et le commerce de l'Ayapana à Bahia ou dans d'autres ports de Recife et Salvador, ou même à travers des recommandations des médecins ou professionnels liés à la médecine sur les nouvelles expériences réalisées avec l'Ayapana faites par les français et les anglais et l'intérêt commercial effectif que cette plante pourrait susciter au Portugal.

---

<sup>514</sup> MONARDES, Nicolas. *Dos Libros: el uno trata de todas las cosas q[ue] trae[n] de n[uest]ras Indias Occide[n]tales...*, Seville, Sebastian Trugillo, 1565, non folioté. Apud. BOUMEDIENE, Samir. *L'acclimatation portuaire des saviors sur le Lointain*. In: BERNALDO, Pilar González et PÉREZ-HILAIRE, Liliane. (Org.). *Les Savoir-Mondes. Mobilités et circulation des saviors depuis le Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. pp.: 136.

<sup>515</sup> BOUMEDIENE, Samir. *L'acclimatation portuaire des saviors sur le Lointain*. In: BERNALDO, Pilar González et PÉREZ-HILAIRE, Liliane. (Org.). *Les Savoir-Mondes. Mobilités et circulation des saviors depuis le Moyen Âge*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. pp.: 136.

Le périodique scientifique, publié en Angleterre à partir de 1798, *Philosophical Magazine*, a publié en l'an 1801 quelques nouvelles au sujet de la plante *Aypana* qui a été présentée dans la Classe des Sciences Physiques de l'Institut National Français. Dans ces observations, il a été révélé que plusieurs journaux scientifiques ont donné des nouvelles des fonctions miraculeuses de l'herbe *Aypana* qui était originaire du Brésil, mais qui avait été cultivée avec succès dans l'Ile de France, actuelle Ile Maurice<sup>516</sup>.

Dans cette description, il y est révélé que *l'Aypana* croît sur la rive droite du Fleuve Amazone et a été trouvée entre 1796-1797 par Augustine Baudin, frère du capitaine Baudin, naturaliste connu, qui est parti vers Cayenne afin de faire un voyage dans l'Hémisphère Sud. En arrivant au Brésil, via la Guyane, il a entendu parler de *l'Aypana* où il a tout d'abord considéré comme étant une histoire fabuleuse, ou du moins exagérée, quant aux vertus de la plante. Cependant, de nombreuses guérisons ont été réalisées avec la plante au cours de son séjour dans la région, confirmées par des gens de confiance comme Inácio Ferreira Bitencourt da Câmara, considéré par Baudin comme élève de Jussieu.

Inácio Ferreira Bittencourt da Câmara était formé en médecine à l'Université de Montpellier, membre correspondant de la Société Royale des Sciences de la même ville, de Médecine et de l'Agriculture de Paris et de l'Académie Royale de Lisbonne. Il avait des relations avec Abade Corrêa da Serra - reconnu et célèbre naturaliste - et était le neveu du juge, à Bahia, João Ferreira Bittencourt e Sá. Sa présence dans les milieux académiques européens indique la possibilité qu'il y ait eu une sorte de relation avec Jussieu et d'autres botanistes et médecins européens.

---

<sup>516</sup> VENTENAT, C. Observations respecting the Ayapana. Read in the Class of Physical Science of French National Institute on the 14<sup>th</sup> of Fructidor, year 10. In.: *Philosophical Magazine*, Vol XII, pp.: 376.

En 1787, Charles l'Héritier de Brutelle a envoyé une lettre relatant qu'il était en train d'écrire un ouvrage sur la Gentiane et voulait la contribution du botaniste Domingos Vandelli. Dans cette correspondance, le scientifique français et contrôleur des Eaux et Forêts du royaume de France, demande à Vandelli de protéger et aider Inácio Ferreira B. da Câmara à son retour du Brésil affirmant qu'il serait utile dans les recherches sur la flore de la colonie. Le Dr. Câmara amenait avec lui le travail de Brutelle pour la contribution de Vandelli et était à charge d'expliquer au professeur de botanique de l'Université de Coimbra ce qui était nécessaire dans sa contribution à l'ouvrage<sup>517</sup>.

Tout ce mouvement d'échange d'informations et connexions socioprofessionnelles indiquait que Inácio Ferreira Bittencout da Câmara avait approché, via des recommandations, des hommes de sciences en France en contribuant à, en plus des rôles consulaires, obtenir des informations sur les compositions coloniales, leur potentiel commercial et les utilisations par la population coloniale.

Les activités exercées par Inácio Ferreira B. da Câmara sont déjà bien connues et présentes dans le débat historiographique sur les hommes de science, ou les illustres, et son rôle dans le monde colonial. Parmi les caractéristiques similaires de la vie de ces hommes sont présents l'occupation de postes administratifs, politiques et judiciaires avec le travail dans les bureaux d'études en produisant des rapports sur les expériences avec la flore indigène<sup>518</sup>.

Ainsi, ce contact établi entre Câmara et Baudin, en ce qui concerne les utilisations indiquées pour les traitements avec l'*Aypana*, nous rappelle la dernière

---

<sup>517</sup> MUHNAC-UL, AHMUL, AHMB, CE/ R. H.30, H.31. Correspondência de Charles L'Héritier para Domenico Vandelli sobre remessas de sementes e plantas.

<sup>518</sup> DIAS, Maria Odila. 1968, ilustrados. KURY, Lorelai. Homens de Ciência. Varela, Alex Gonçalves. Naturalista e Homem Público: A trajetória do Ilustrado Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1796-1823).

phrase de Jose Joaquim Roiz sur la plante quand il dit qu'elle « *a déjà été contrôlée et analysées par des gens curieux de la ville de Bahia et Pernambuco qui disent conférer avec la même qui a été découverte au Japon* ».

L'ensemble du réseau de contacts commerciaux et échanges d'informations et des espèces finissait, parfois, par être inséré dans un traité médical ou une pharmacopée. Plusieurs étaient les façons dont une plante de cette partie du monde a rejoint un traité pharmaceutique. Dans le cas de *l'Ayapana*, elle a seulement occupé l'espace dans la pharmacopée portugaise à la fin du XIXe siècle et c'était également au cours de ce siècle que sont entrés en vigueur les traités de plantes et traités médico-pharmaceutiques brésiliens. Au cours de la fin du XVIIIe siècle, l'époque de sa sortie, elle a été décrite dans la Pharmacopée Française publiée en 1801. Bien que connue, commercialisée et distribuée en Europe, son circuit commercial passait plus par les îles françaises de l'Océan Indien que sur le sol américain, en dépit de son origine être bien reconnue brésilienne, elle n'a pas réussi au Portugal le même succès qu'elle a eu chez les français.



## Continuação - Anexos

**Tabela 1: Ranking dos mercadores que mais enviaram drogas com base na quantidade unitária avaliada (em libras), 1755-1801**

Ranking	Mercador	Quantidade unitária avaliada (em libras)
1º	Antonio Chevalier	2.989,50
2º	Jeronimo Canalle Valebella	2.322,90
3º	Vicente Ardicon	1.810,00
4º	Antonio Bento Chape	1.555,10
5º	Caetano Penço	1.463,56
6º	Manoel Lopes Antunes	1.292,70
7º	Manoel de Almeida Braga	1.098,70
8º	Antonio Cardoso de Saldanha	938,58
9º	José Domingues	829,27
10º	José Nunes Nobre	739,65

**Tabela 2: Ranking dos mercadores por porto de origem com base na quantidade total movimentada (em libras)**

<b>Porto de Origem</b>	<b>Mercadores</b>	<b>Quantidade total movimentada (em libras)</b>
<b>Bahia</b>	Dionísio Chevalier	1.200.896,29
	Manoel Gregório de Almeida	200.000,00
	João Henrique Alvares	4.092,58
	Luís Pereira de Melo	3.164,19
	Matheus Poteir	3.000,00
	Policarpo José Machado	2.656,77
	Manoel Rodrigues de Sá	2.356,77
	Viana	2.092,58
	Antonio Chevalier	1.742,23
	João Alvares Martins	1.528,38
	Lourenço José Duarte	1.369,87
	Manoel José Oliveira Borges	1.196,29
	João de Miranda Castro	1.092,58
	João Antonio de Amorim	832,10
	Viana	732,10
	Firone Esualta	700,00
	Veríssimo Dias de Macedo	700,00
	Antonio Leite	632,10
	Gedefroy Gisler	611,35
	Nicolau Pereora	611,35
	Ernesto Augusto Biester	600,00
	Manoel da Fonseca Sousa	464,19
	Antonio Cipriano Tavares	432,10
	Nogueira	392,58
	Domingos Lourenço	384,19
	Manoel Gonçalves	360,48
	João Pinto Soares	305,68
	Manoel Martins Fragoso	305,68
	Rafael Alvares	305,68
	Antonio Martins Portela	305,68
	Jacomo Samarego	305,68
	João de Oliveira Guimarães	305,68
	José Francisco Alves	305,68
	José Gonçalves Macieira	305,68
	José Pereira de Almeida	305,68
	Luís Cipriano Rabello	305,68
	Pedro Thomas Badano	264,19
	Antonio Marques da Silveira	264,19
	Manoel Alvares Pereira	232,10
	Pedro Gonçalves Andrade	132,10
Antonio Lopes M.	128,00	
Cristiano Copeque	100,00	
Antonio José Pereira	100,00	
Francisco José Runa	96,29	
José Massa	96,29	
Manoel José Curvo	96,29	

	<b>Antonio Francisco da Silva</b>	<b>68,19</b>
	<b>Pedro Dhoudain</b>	<b>64,19</b>
	<b>João Paz do Amaral</b>	<b>56,10</b>
	<b>João Andre Penço</b>	<b>32,10</b>
	<b>Manoel de Oliveira da Costa</b>	<b>24,00</b>
	<b>Total</b>	<b>1.436.744,19</b>
	<b>Pedro Rodrigues de Aguiar</b>	<b>600.000,00</b>
	<b>Antonio José Fernandes</b>	<b>200.000,00</b>
	<b>José Gomes Franco</b>	<b>50.000,00</b>
	<b>Vicente Ardicon</b>	<b>7.819,65</b>
	<b>Antonio Chevalier</b>	<b>7.508,56</b>
	<b>Jeronimo Canalle Valebella</b>	<b>3.209,83</b>
	<b>Dionísio Chevalier</b>	<b>3.016,38</b>
	<b>Antonio Bento Chape</b>	<b>2.149,34</b>
	<b>José Massa</b>	<b>2.096,29</b>
	<b>João Andre Penço</b>	<b>1.698,91</b>
	<b>Antonio Murta</b>	<b>1.592,58</b>
	<b>Caetano Penço</b>	<b>1.444,15</b>
	<b>Natal Gerald</b>	<b>1.360,48</b>
	<b>Albertine Fricone</b>	<b>1.224,67</b>
	<b>José Antonio da Silva</b>	<b>1.192,58</b>
	<b>Bartolomeu Chape</b>	<b>1.032,10</b>
	<b>Gedefroy Gisler</b>	<b>1.013,54</b>
	<b>Antonio Massa</b>	<b>996,29</b>
	<b>Bernardo José da Silva</b>	<b>996,29</b>
	<b>João Bemel</b>	<b>988,86</b>
	<b>Porfírio de Sousa</b>	<b>960,48</b>
<b>Cádiz</b>	<b>João Lamanier</b>	<b>917,25</b>
	<b>Francisco Estevão Chepelin</b>	<b>792,58</b>
	<b>Sebastião Cantelo</b>	<b>764,19</b>
	<b>Francisco Arboim</b>	<b>732,10</b>
	<b>Francisco Maria Rois</b>	<b>596,29</b>
	<b>Lourenço de Carvalho</b>	<b>564,19</b>
	<b>João Gil</b>	<b>560,48</b>
	<b>João Gelins</b>	<b>496,29</b>
	<b>Jacome Glira</b>	<b>460,48</b>
	<b>Benedito Boavieira</b>	<b>432,10</b>
	<b>Antonio Luís Lamaignere</b>	<b>396,29</b>
	<b>João Batista Antunes</b>	<b>364,19</b>
	<b>João Batista Chape</b>	<b>364,19</b>
	<b>Francisco Murta</b>	<b>332,10</b>
	<b>Bento Cormely</b>	<b>300,00</b>
	<b>José Rebelo</b>	<b>300,00</b>
	<b>Antonio João Legrica</b>	<b>296,29</b>
	<b>Martine Frizone</b>	<b>296,29</b>
	<b>Nicolau Massa</b>	<b>296,29</b>
	<b>Caetano Salvo</b>	<b>280,19</b>
	<b>Bartolomeu Raggio</b>	<b>276,48</b>
	<b>Felipe de Napoles</b>	<b>264,19</b>
	<b>Jacinto Chape</b>	<b>232,10</b>

<b>Julião Francisco Torres</b>	<b>232,10</b>
<b>Nicolau Gialdo</b>	<b>232,10</b>
<b>Francisco Jorge Moreira</b>	<b>200,00</b>
<b>Francisco dos Reis Campos</b>	<b>196,29</b>
<b>João Henrique Alvares</b>	<b>196,29</b>
<b>João Andrade Penço</b>	<b>186,03</b>
<b>Jeronimo Valabella</b>	<b>184,59</b>
<b>Bento José Alvares</b>	<b>164,19</b>
<b>Francisco Machado Ruse</b>	<b>164,19</b>
<b>João do Rego</b>	<b>160,48</b>
<b>Alberinni Fironi Suvata</b>	<b>132,10</b>
<b>João Batista de Brum</b>	<b>132,10</b>
<b>Luís Antonio Trois</b>	<b>132,10</b>
<b>José Alvares Correia</b>	<b>100,00</b>
<b>Antonio Penço</b>	<b>96,29</b>
<b>José Domingos Travega</b>	<b>69,19</b>
<b>Ambrósio Penço</b>	<b>64,19</b>
<b>Jacome Buton</b>	<b>64,19</b>
<b>João Gerald</b>	<b>64,19</b>
<b>José Joaquim de Almeida</b>	<b>64,19</b>
<b>Manoel Rodrigues da Costa</b>	<b>24,00</b>
<b>José Nobre</b>	<b>6,55</b>
<b>Total</b>	<b>903.480,88</b>
<hr/>	
<b>João Baptista Galiano</b>	<b>2.400.000,00</b>
<b>José Murta</b>	<b>1.801.632,10</b>
<b>João Andre Penço</b>	<b>1.513.667,25</b>
<b>Jacomo Samarego (Sarego)</b>	<b>1.000.871,53</b>
<b>José Massa e chape</b>	<b>1.000.000,00</b>
<b>José Massa</b>	<b>844.218,34</b>
<b>Domingos Perone</b>	<b>600.026,00</b>
<b>Bernardo Nunes Vieira</b>	<b>600.000,00</b>
<b>Dionísio Chevalier</b>	<b>407.002,02</b>
<b>Francisco Maria Rois</b>	<b>402.196,29</b>
<b>Bartolomeu Luis Glighome</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Ernesto Augusto Biester</b>	<b>200.000,00</b>
<b>Antonio Murta</b>	<b>100.000,00</b>
<b>Gênova Jeronimo Canalle Valebella</b>	<b>52.414,41</b>
<b>Antonio Chevalier</b>	<b>29.187,12</b>
<b>Caetano Penço</b>	<b>19.753,34</b>
<b>João Batista Chape</b>	<b>18.274,67</b>
<b>Antonio Bento Chape</b>	<b>17.401,09</b>
<b>Antonio Massa</b>	<b>15.782,53</b>
<b>Vicente Ardicon</b>	<b>15.741,92</b>
<b>Sebastião Cantelo</b>	<b>15.423,36</b>
<b>José Rodrigues Bandeira</b>	<b>9.853,06</b>
<b>Manoel Massa</b>	<b>9.078,52</b>
<b>Francisco Pacheco de Figueiredo</b>	<b>7.945,63</b>
<b>José Fontana</b>	<b>7.617,25</b>
<b>Nicolau Massa</b>	<b>6.185,15</b>

<b>Gedefroy Gisler</b>	<b>5.992,14</b>
<b>Miguel Arcanjo</b>	<b>5.360,48</b>
<b>José Antonio Catelão</b>	<b>4.300,00</b>
<b>João Solaico</b>	<b>4.153,06</b>
<b>Ambrósio Penço</b>	<b>4.120,96</b>
<b>José Chape</b>	<b>4.120,96</b>
<b>Bartolomeu Ragio</b>	<b>4.101,15</b>
<b>Antonio Penço</b>	<b>3.977,73</b>
<b>João Domingues Travega</b>	<b>3.228,29</b>
<b>Rafael Ricca</b>	<b>2.824,67</b>
<b>Manoel Carvalho Froes</b>	<b>2.592,58</b>
<b>João André Regio</b>	<b>2.568,25</b>
<b>João José Moreira Monte Verde</b>	<b>2.528,38</b>
<b>Henrique Cassar</b>	<b>2.360,48</b>
<b>José Domingos Travega</b>	<b>2.224,67</b>
<b>Jacome Felipe Lago</b>	<b>2.120,96</b>
<b>Luís Nicolline</b>	<b>1.660,48</b>
<b>Martine Frizone</b>	<b>1.628,38</b>
<b>João de Campos da Silva</b>	<b>1.600,00</b>
<b>João Massa</b>	<b>1.520,96</b>
<b>Lourenço Escaminha</b>	<b>1.432,10</b>
<b>Arcangel Kappe</b>	<b>1.428,38</b>
<b>João Ambrósio Escanilha</b>	<b>1.264,19</b>
<b>Custódio Pinto Ribeiro</b>	<b>1.028,38</b>
<b>Próspero d'Ambrosi</b>	<b>1.020,00</b>
<b>Fontanda Durante</b>	<b>960,48</b>
<b>Domingos Travega</b>	<b>932,10</b>
<b>Arcangelo Chape</b>	<b>860,48</b>
<b>Benedito Boavieira</b>	<b>860,48</b>
<b>José Santana</b>	<b>832,10</b>
<b>Manoel Chape</b>	<b>755,68</b>
<b>João Domingos Sori</b>	<b>696,29</b>
<b>Antonio Cotasco (Colasco) da Silva</b>	<b>685,68</b>
<b>Nicolau José Vicco</b>	<b>664,19</b>
<b>Jacinto Chape</b>	<b>657,42</b>
<b>João Gil</b>	<b>600,00</b>
<b>Domingos Alvares Vieira</b>	<b>564,19</b>
<b>Thomas Montano</b>	<b>564,19</b>
<b>Nicolau Gialdo</b>	<b>528,38</b>
<b>João Batista Merendol</b>	<b>464,19</b>
<b>Duarte Lopes Rosa</b>	<b>432,10</b>
<b>Francisco dos Reis Campos</b>	<b>328,38</b>
<b>Pedro Ambrosio Peroni</b>	<b>305,68</b>
<b>Antonio Francisco Rodrigues</b>	<b>300,00</b>
<b>Lázaro Pitalluga</b>	<b>300,00</b>
<b>Joaquim Pires da Silva</b>	<b>296,29</b>
<b>Jacome Glira</b>	<b>264,19</b>
<b>Jorge Picardo</b>	<b>256,77</b>

	Antonio Ferreira Soares	234,10
	Antonio Maria Penço	210,00
	Constante A. Guirra	200,00
	Cornelio Jacob Eriège	192,00
	Caetano Alberto Ferreira	164,19
	João de Freitas Vianna	141,10
	Francisco Chape	100,00
	<b>Total</b>	<b>11.377.779,87</b>
<b>Goa</b>	Manoel Carvalho	3.105,29
	Simão de Bastos	43,00
	<b>Total</b>	<b>3.148,29</b>
<b>Holanda</b>	<b>Administradores da Negociação</b>	<b>400.000,00</b>
	<b>do navio n. santo antonio</b>	
	Manoel da Silva Franco	200.000,00
	Antonio Murta	50.000,00
	Dionísio Chevalier	26.427,04
	Gedefroy Gisler	12.512,09
	Sebastião Cantelo	10.760,48
	José Massa	10.647,59
	Antonio Chevalier	7.330,79
	Nicolau Granier	6.745,63
	Nicolau Massa	6.606,76
	João Domingues Travega	5.001,09
	Jeronimo Canalle Valebella	4.455,06
	Rafael Ricca	4.260,48
	Feliciano Velho Oldemberg	3.956,77
	João Andre Penço	3.300,00
	Bartolomeu Raggio	2.609,83
	Manoel Gomes Franco	1.541,63
	Caetano Penço	1.520,96
	José Domingos Travega	1.448,10
	João Page	1.354,10
	Antonio José Jun.	1.332,10
	Jacinto Chape	1.128,38
	Damazo Pereira	1.096,29
	João Gil	1.052,40
	João André Regio	979,38
	Caetano Alberto Ferreira	914,02
	João Solaico	596,29
	Antonio Caetano Ferreira	564,19
	Padre Manoel Francisco	564,19
Antonio Bento Chape	500,00	
Miguel Arcanjo	420,96	
Jacome Felipe Lago	396,29	
Vicente Ardicon	396,29	
José Chape	392,58	
Antonio Massa	300,00	
Cornelio Jacob Eriège	300,00	
Francisco Maria Rois	300,00	

	Francisco Pacheco de Figueiredo	252,38
	Galli e Nicolline	200,00
	José Rodrigues Bandeira	200,00
	Francisco dos Reis Campos	196,29
	Francisco Daniel	140,00
	Canbição Riço	132,10
	Constantino Gonçalves Reis	132,10
	Francisco Chape	100,00
	Jacon Branfil	100,00
	José Despie	100,00
	José Nunes Nobre	100,00
	Lourenço de Carvalho	100,00
	João Antonio Gonçalves	32,10
	Manoel Rodrigues da Costa	22,00
	João Batista Chape	21,83
	<b>Total</b>	<b>773.540,54</b>
<b>Lion</b>	Bartolomeu Raggio	696,29
	Domingos Lourenço	5.453,06
	João Potis	2.396,29
<b>Livorno</b>	Jeronimo Canalle Valebella	1.128,38
	José Rodrigues Bandeira	164,19
	<b>Total</b>	<b>9.141,92</b>
	Gedefroy Gisler	4.585,15
	João Gil	2.528,38
	Jeronimo Canalle Valebella	1.296,29
	Caetano Penço	1.206,99
	João Batista Chape	764,19
	José Nobre	611,35
<b>Londres</b>	Antonio Penço	400,00
	Antonio Chevalier	366,81
	José Massa	240,58
	Jacinto Chape	219,65
	João Ambrósio Escanilha	104,80
	<b>Total</b>	<b>12.324,20</b>
	Feliciano Velho Oldemberg	824,67
<b>Macau</b>	Simão de Bastos	24,00
	<b>Total</b>	<b>848,67</b>
	José Antonio Gaspar	1.600.000,00
	Caetano José Rodrigues	400.000,00
	José Francisco Campos	100.000,00
	Manoel de Almeida Braga	3.606,99
	João de Sousa Ledo	2.781,66
	Manoel Fernandes	2.751,09
<b>Pará</b>	João da Silva Ledo	1.803,49
	José Domingues	1.589,52
	Antonio da Costa Pinto	1.161,57
	José Joaquim de Almeida	1.069,87
	Manoel Rodrigues de Sá Viana	664,19

	<b>José Colares</b>	<b>611,35</b>
	<b>João Solaico</b>	<b>596,29</b>
	<b>Bento José Alvares</b>	<b>589,08</b>
	<b>Manoel Lopes Antunes</b>	<b>580,79</b>
	<b>Francisco Duarte Serra</b>	<b>489,08</b>
	<b>Belchior de Araújo Costa</b>	<b>458,52</b>
	<b>Miguel Arcanjo</b>	<b>420,96</b>
	<b>Antonio Massa</b>	<b>364,19</b>
	<b>Domingos Rodrigues</b>	<b>336,24</b>
	<b>Bandeira</b>	
	<b>João M. Tavares</b>	<b>305,68</b>
	<b>Dionísio Chevalier</b>	<b>288,48</b>
	<b>Domingos Dantas</b>	<b>264,19</b>
	<b>Nicolau Massa</b>	<b>264,19</b>
	<b>João Alvares Viana</b>	<b>244,54</b>
	<b>Francisco da Veiga Nunes</b>	<b>213,97</b>
	<b>Antonio Rodrigues de Castro</b>	<b>183,41</b>
	<b>Domingos Lourenço</b>	<b>183,41</b>
	<b>Joaquim de Almeida</b>	<b>96,29</b>
	<b>Total</b>	<b>2.121.919,04</b>
	<hr/>	
	<b>Manoel José de Oliveira</b>	<b>100.000,00</b>
	<b>Jacomo</b>	
	<b>Antonio Chevalier</b>	<b>2.060,48</b>
	<b>Dionísio Chevalier</b>	<b>2.000,00</b>
	<b>Miguel de Sousa Abreu</b>	<b>1.856,77</b>
	<b>João de Oliveira Guimarães</b>	<b>1.222,71</b>
	<b>João Henrique Alvares</b>	<b>728,38</b>
	<b>Francisco dos Reis Campos</b>	<b>596,29</b>
	<b>José Rebelo</b>	<b>596,29</b>
	<b>Anastácio da Silva Rego</b>	<b>564,19</b>
	<b>Damião Pinto da Costa</b>	<b>464,19</b>
	<b>João de Castro Guimarães</b>	<b>460,48</b>
<b>Pernambuco</b>	<b>Luís Pereira de Melo</b>	<b>396,29</b>
	<b>Leandro dos Reis</b>	<b>305,68</b>
	<b>Antonio da Silva Ferreira</b>	<b>264,19</b>
	<b>Manoel José de Sousa</b>	
	<b>Mascarenhas</b>	<b>264,19</b>
	<b>José Domingues</b>	<b>200,00</b>
	<b>Policarpo José Machado</b>	<b>200,00</b>
	<b>Martinho João Ribeiro</b>	<b>132,10</b>
	<b>Jeronimo Rodrigues Viana</b>	<b>100,00</b>
	<b>João Antonio de Amorim</b>	
	<b>Viana</b>	<b>100,00</b>
	<b>Antonio Ribeiro Soares</b>	<b>80,19</b>
	<b>Total</b>	<b>112.592,42</b>
	<hr/>	
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>João Coelho da Costa</b>	<b>400.000,00</b>
	<b>João Antonio Vieira</b>	<b>200.000,00</b>
	<b>João de Oliveira Guimarães</b>	<b>200.000,00</b>
	<b>Policarpo José Machado</b>	<b>5.041,92</b>
	<b>João Alvares Barbosa</b>	<b>2.877,73</b>



	<b>Antonio Chevalier</b>	<b>2.388,86</b>
	<b>Manoel de Sousa Silva</b>	<b>2.385,15</b>
	<b>José de Sousa Abreu</b>	<b>2.217,25</b>
	<b>João Teixeira de Barros</b>	<b>1.528,38</b>
	<b>Manoel Rodrigues de Sá Viana</b>	<b>1.196,29</b>
	<b>Manoel do Carmo</b>	<b>992,58</b>
	<b>Matheus Poteir</b>	<b>864,19</b>
	<b>Manoel Alvares da Matta</b>	<b>728,38</b>
	<b>João Paulo das Neves</b>	<b>664,19</b>
	<b>João Afonso Viana</b>	<b>611,35</b>
	<b>Leandro dos Reis</b>	<b>611,35</b>
	<b>Luís Pereira de Melo</b>	<b>564,19</b>
	<b>João Antonio de Amorim Viana</b>	<b>501,97</b>
	<b>Manoel José Oliveira Borges</b>	<b>469,87</b>
	<b>Gedefroy Gisler</b>	<b>464,19</b>
	<b>Manoel Afonso Rig.</b>	<b>464,19</b>
	<b>Manoel Alvares Pereira</b>	<b>428,38</b>
	<b>Martinho João Ribeiro</b>	<b>332,10</b>
	<b>Antonio José Rodrigues</b>	<b>305,68</b>
	<b>Antonio José da Silva Tregoso</b>	<b>300,00</b>
	<b>Dionísio Chevalier</b>	<b>300,00</b>
	<b>José Alves Bandeira</b>	<b>300,00</b>
	<b>Manoel Francisco Silva</b>	<b>264,19</b>
	<b>Antonio da Silva Ferreira</b>	<b>232,10</b>
	<b>José Ferreira da Fonseca</b>	<b>200,00</b>
	<b>José Francisco Guimarães</b>	<b>196,29</b>
	<b>Thomas Lopes Torres</b>	<b>192,58</b>
	<b>Damião Pinto da Costa</b>	<b>164,19</b>
	<b>Bernardo José da Silva</b>	<b>100,00</b>
	<b>João Pedro Teixeira</b>	<b>96,29</b>
	<b>Luís Caetano F.</b>	<b>80,19</b>
	<b>Antonio Gomes Sobral</b>	<b>64,19</b>
	<b>Antonio Saraiva Pereira</b>	<b>32,10</b>
	<b>Caetano Alberto Ferreira</b>	<b>9,00</b>
	<b>Total</b>	<b>828.169,32</b>
<b>Veneza</b>	<b>Manoel Massa</b>	<b>1.370,31</b>
	<b>Gedefroy Gisler</b>	<b>1.064,19</b>
	<b>Antonio Chevalier</b>	<b>632,10</b>
	<b>João Solaico</b>	<b>64,19</b>
	<b>Miguel Arcanjo</b>	<b>32,10</b>
	<b>Total</b>	<b>3.162,88</b>

Tabela 3: Mercadores que mais movimentaram (em reis) drogas e seus portos de origem

Porto de Origem	Mercador	Valor total movimentado (em reis)
Bahia	João Henrique Alvares	595.200,00
	Luís Pereira de Melo	509.600,00
	Policarpo José Machado	412.800,00
	Antonio Chevalier	325.600,00
	João Alvares Martins	252.400,00
	Matheus Poteir	251.400,00
	Manoel José Oliveira Borges	247.900,00
	João de Miranda Castro	168.000,00
	João Antonio de Amorim Viana	144.000,00
	Gedefroy Gisler	124.800,00
	Firone Esuvalta	115.200,00
	Antonio Leite	105.600,00
	Manoel Rodrigues de Sá Viana	102.000,00
	Veríssimo Dias de Macedo	100.800,00
	Dionísio Chevalier	96.800,00
	Lourenço José Duarte	87.800,00
	Nicolau Pereora	81.600,00
	Antonio Cipriano Tavares Nogueira	76.800,00
	Ernesto Augusto Biester	76.800,00
	Manoel Martins Fragoso	65.700,00
	Manoel Gonçalves	57.600,00
	Rafael Alvares	51.000,00
	João Pinto Soares	48.000,00
	José Francisco Alves	48.000,00
	Manoel da Fonseca Sousa	48.000,00
	Domingos Lourenço	44.800,00
	Jacomo Samarego	43.200,00
	Pedro Gonçalves Andrade	36.000,00
	Antonio Marques da Silveira	33.600,00
	Manoel Gregório de Almeida	33.600,00
	Manoel Alvares Pereira	28.800,00
	Pedro Thomas Badano	28.800,00
	Luís Cipriano Rabello	24.000,00
	Cristiano Copeque	21.900,00
	Antonio Lopes M.	19.200,00
	Antonio Martins Portela	19.200,00
João de Oliveira Guimarães	15.600,00	
José Pereira de Almeida	14.400,00	
Antonio José Pereira	13.200,00	
Francisco José Runa	12.000,00	
Manoel José Curvo	8.000,00	
João Paz do Amaral	7.200,00	

	José Gonçalves Macieira	7.200,00
	Antonio Francisco da Silva	6.800,00
	José Massa	6.400,00
	João Andre Penço	3.000,00
	Manoel de Oliveira da Costa	2.700,00
	Pedro Dhoudain	1.200,00
	<b>Total</b>	<b>4.624.200,00</b>
	Antonio Chevalier	1.137.604,00
	Vicente Ardicon	1.035.600,00
	Jeronimo Canalle Valebella	658.640,00
	Antonio Bento Chape	627.720,00
	Caetano Penço	354.040,00
	Pedro Rodrigues de Aguiar	345.600,00
	Francisco Maria Rois	326.400,00
	Dionísio Chevalier	296.800,00
	Bartolomeu Chape	278.400,00
	João Andre Penço	143.000,00
	Antonio João Legrica	129.600,00
	João Batista Antunes	115.200,00
	Jeronimo Valabella	111.604,00
	Bartolomeu Ragio	108.000,00
	João Batista Chape	102.400,00
	Gedefroy Gisler	87.200,00
	Natal Gerald	82.000,00
	Jacinto Chape	76.800,00
	José Rebelo	76.800,00
	Nicolau Gialdo	76.800,00
	José Antonio da Silva	76.000,00
Cádiz	Albertine Fricone	66.000,00
	Bernardo José da Silva	62.000,00
	Lourenço de Carvalho	60.800,00
	João Andrade Penço	58.200,00
	João Bemel	58.000,00
	Porfírio de Sousa	58.000,00
	Antonio Massa	56.800,00
	Francisco Arboim	54.000,00
	Antonio José Fernandes	48.000,00
	Francisco Estevão Chepelin	48.000,00
	João Lamanier	44.000,00
	Sebastião Cantelo	40.000,00
	José Massa	39.750,00
	Bento Cormely	36.000,00
	Francisco Murta	36.000,00
	Benedito Boavieira	32.000,00
	João Gil	32.000,00
	João Gelins	30.000,00
	Antonio Luís Lamaignere	24.000,00
	Jacome Glira	24.000,00
	Caetano Salvo	23.000,00
	Antonio Penço	21.600,00

	José Gomes Franco	18.800,00
	Felipe de Napoles	16.000,00
	Francisco Jorge Moreira	16.000,00
	Julião Francisco Torres	16.000,00
	Martine Frizone	16.000,00
	Francisco dos Reis Campos	15.000,00
	Francisco Machado Ruse	12.000,00
	Nicolau Massa	12.000,00
	João Henrique Alvares	10.000,00
	Alberinni Fironi Suvata	8.000,00
	Bento José Alvares	8.000,00
	João Batista de Brum	8.000,00
	José Alvares Correia	8.000,00
	Luís Antonio Trois	8.000,00
	José Domingos Travega	7.912,00
	João do Rego	6.000,00
	Ambrósio Penço	3.000,00
	José Nobre	2.400,00
	Jacome Buton	2.000,00
	João Gerald	2.000,00
	José Joaquim de Almeida	2.000,00
	<hr/>	
	Total	7.395.470,00
	<hr/>	
	Jeronimo Canalle Valebella	4.356.670,00
	Caetano Penço	2.129.570,00
	Antonio Chevalier	2.097.640,00
	João Batista Chape	1.534.276,00
	Antonio Bento Chape	1.434.930,00
	José Massa	1.273.120,00
	Sebastião Cantelo	1.272.990,00
	José Rodrigues Bandeira	881.600,00
	Jacomo Samarego (Sarego)	789.800,00
	João Andre Penço	678.860,00
	José Murta	564.830,00
	Vicente Ardicon	530.530,00
	Antonio Penço	401.920,00
Gênova	José Chape	375.600,00
	Ambrósio Penço	361.680,00
	Manoel Chape	330.000,00
	João José Moreira Monte Verde	286.720,00
	Francisco Pacheco de Figueiredo	285.600,00
	Manoel Carvalho Froes	281.600,00
	Rafael Ricca	276.480,00
	Francisco Maria Rois	269.120,00
	João André Regio	252.045,00
	Henrique Cassar	230.520,00
	Antonio Cotasco (Colasco) da Silva	216.900,00
	José Fontana	205.630,00

Martine Frizone	192.960,00
Domingos Perone	188.300,00
Jacome Felipe Lago	187.760,00
Bartolomeu Raggio	186.300,00
Luís Nicolline	179.160,00
José Domingos Travega	177.490,00
Dionísio Chevalier	177.170,00
Arcangel Kappe	163.840,00
Fontanda Durante	161.480,00
Nicolau Massa	157.860,00
Antonio Francisco Rodrigues	156.000,00
João Massa	137.420,00
Próspero d'Ambrosi	135.200,00
Antonio Maria Penço	129.400,00
Gedefroy Gisler	108.900,00
Benedito Boavieira	107.190,00
Ernesto Augusto Biester	104.000,00
Domingos Travega	102.400,00
Bartolomeu Luis Glighome	96.000,00
Antonio Massa	95.100,00
João Solaico	93.950,00
João Baptista Galiano	93.800,00
José Antonio Catelão	90.750,00
Lourenço Escaminha	82.200,00
João Ambrósio Escanilha	81.520,00
Arcangelo Chape	80.640,00
Jacinto Chape	78.560,00
Nicolau José Vicco	76.800,00
Nicolau Gialdo	73.000,00
Custódio Pinto Ribeiro	60.000,00
Thomas Montano	49.600,00
Cornelio Jacob Eriège	47.880,00
José Santana	38.400,00
José Massa e chape	36.800,00
Lázaro Pitalluga	35.840,00
Duarte Lopes Rosa	33.600,00
Jacome Glira	24.000,00
João Gil	24.000,00
Aleji Bandala	22.400,00
João de Campos da Silva	22.400,00
Joaquim Pires da Silva	19.200,00
João de Freitas Vianna	16.900,00
Caetano Alberto Ferreira	15.000,00
Domingos Alvares Vieira	15.000,00
Constante A. Guirra	14.400,00
João Domingos Sori	13.800,00
Antonio Murta	12.000,00
Antonio Ferreira Soares	10.960,00
Francisco dos Reis Campos	9.600,00
Manoel Massa	8.960,00

	João Batista Merendol	8.800,00
	Pedro Ambrosio Peroni	8.700,00
	Bernardo Nunes Vieira	5.400,00
	Jorge Picardo	1.950,00
	<hr/> Total	<hr/> 25.569.371,00
Goa	Manoel Carvalho	295.870,00
	Nicolau Granier	1.280.000,00
	Feliciano Velho Oldemberg	1.062.400,00
	Gedefroy Gisler	939.000,00
	Bartolomeu Raggio	797.620,00
	Antonio Chevalier	775.600,00
	José Massa	401.500,00
	Dionísio Chevalier	290.269,00
	Cornelio Jacob Eriège	245.760,00
	João Andre Penço	207.337,00
	Nicolau Massa	192.405,00
	Jeronimo Canalle Valebella	177.200,00
	Fontanda Durante	159.600,00
	Manoel Gomes Trano	156.514,00
	Antonio Bento Chape	153.600,00
	Sebastião Cantelo	150.400,00
	Antonio Caetano Ferreira	102.400,00
	José Domingos Travega	82.740,00
	Rafael Ricca	79.200,00
	Padre Manoel Francisco	76.800,00
	Damazo Pereira	75.250,00
	Daniel Gomes Franco	65.000,00
Holanda	João André Regio	64.045,00
	Francisco Daniel	64.000,00
	Francisco Maria Rois	57.520,00
	Caetano Penço	52.500,00
	Francisco Pacheco de Figueiredo	51.200,00
	José Rodrigues Bandeira	51.200,00
	Manoel da Silva Franco	51.200,00
	Jacinto Chape	46.640,00
	José Nunes Nobre	43.840,00
	Antonio José Jun.	42.300,00
	Canbição Riço	38.400,00
	Galli e Nicolline	38.400,00
	Jacon Branfil	38.400,00
	Ernesto Augusto Biester	33.300,00
	Caetano Alberto Ferreira	27.120,00
	Constantino Gonçalves Reis	25.600,00
	Lourenço de Carvalho	25.600,00
	José Chape	25.200,00
	Vicente Ardicon	24.000,00
	João Gil	23.600,00
	José Despie	19.200,00

	João Page	18.600,00
	Antonio Massa	17.900,00
	Jacome Felipe Lago	14.400,00
	João Antonio Gonçalves	12.800,00
	João Batista Chape	8.000,00
	Francisco dos Reis Campos	7.500,00
	Administradores da Negociação do navio n. santo antonio	5.950,00
	Antonio Murta	5.400,00
	Manoel Rodrigues da Costa	800,00
	<b>Total</b>	<b>8.405.210,00</b>
<b>Lion</b>	Bartolomeu Raggio	46.170,00
	Domingos Lourenço	160.000,00
	João Potis	76.800,00
<b>Livorno</b>	Jeronimo Canalle Valebella	33.280,00
	José Rodrigues Bandeira	5.760,00
	<b>Total</b>	<b>275.840,00</b>
	José Nobre	405.000,00
	Gedefroy Gisler	171.600,00
	João Gil	88.000,00
	Jeronimo Canalle Valebella	70.000,00
	Antonio Chevalier	67.200,00
	Caetano Penço	62.400,00
<b>Londres</b>	Antonio Penço	38.400,00
	João Batista Chape	24.000,00
	João Ambrósio Escanilha	19.200,00
	José Massa	10.920,00
	Jacinto Chape	9.600,00
	João Andre Penço	2.000,00
	<b>Total</b>	<b>968.320,00</b>
<b>Macau</b>	Feliciano Velho Oldemberg	138.800,00
	Manoel de Almeida Braga	246.000,00
	João de Sousa Ledo	192.000,00
	José Antonio Gaspar	119.040,00
	João da Silva Ledo	118.000,00
	José Domingues	104.000,00
	Antonio da Costa Pinto	76.000,00
	Manoel Fernandes	74.400,00
	José Joaquim de Almeida	70.000,00
<b>Pará</b>	Caetano José Rodrigues	44.400,00
	Bento José Alvares	40.000,00
	José Francisco Campos	38.400,00
	Manoel Lopes Antunes	38.000,00
	Francisco Duarte Serra	32.000,00
	Belchior de Araújo Costa	30.000,00
	Joaquim de Almeida	25.600,00
	Domingos Rodrigues Bandeira	22.000,00
	Domingos Lourenço	18.000,00
	Nicolau Massa	17.370,00

	José Pereira de Carvalho	17.200,00
	José Colares	16.800,00
	João Alvares Viana	16.000,00
	Francisco da Veiga Nunes	14.000,00
	Antonio Rodrigues de Castro	12.000,00
	Domingos Dantas	12.000,00
	João M. Tavares	4.800,00
	<hr/> Total	<hr/> 1.398.010,00
	Miguel de Sousa Abreu	269.200,00
	João de Oliveira Guimarães	146.400,00
	João Henrique Alvares	96.000,00
	Anastácio da Silva Rego	86.400,00
	José Rebelo	76.800,00
	Francisco dos Reis Campos	72.000,00
	Damião Pinto da Costa	67.200,00
	João de Castro Guimarães	57.600,00
	Luís Pereira de Melo	52.800,00
	Antonio Chevalier	36.500,00
	Leandro dos Reis	36.000,00
	Policarpo José Machado	31.200,00
Pernambuco	Antonio da Silva Ferreira	28.800,00
	José Domingues	24.000,00
	João Antonio de Amorim Viana	18.600,00
	Martinho João Ribeiro	14.800,00
	Jeronimo Rodrigues Viana	14.400,00
	Dionísio Chevalier	14.000,00
	Antonio Ribeiro Soares	9.600,00
	Manoel José de Sousa Mascarenhas	5.000,00
	Manoel José de Oliveira Jacomó	4.800,00
	<hr/> Total	<hr/> 1.162.100,00
	Policarpo José Machado	672.000,00
	João Alvares Barbosa	403.200,00
	Manoel de Sousa Silva	374.800,00
	Antonio Chevalier	307.200,00
	José de Sousa Abreu	288.000,00
	Manoel do Carmo	134.400,00
	Matheus Poteir	104.000,00
	João Teixeira de Barros	100.800,00
Rio de Janeiro	Manoel Alvares da Matta	96.000,00
	João Coelho da Costa	81.600,00
	Luís Pereira de Melo	81.600,00
	Gedefroy Gisler	72.600,00
	João Paulo das Neves	64.000,00
	Martinho João Ribeiro	61.950,00
	Manoel Afonso Rig.	48.000,00
	<hr/> João Antonio de Amorim	<hr/> 46.000,00



	Viana	
	João Afonso Viana	45.600,00
	João de Oliveira Guimarães	44.000,00
	Antonio José da Silva Tregoso	43.200,00
	Manoel José Oliveira Borges	39.600,00
	Leandro dos Reis	36.000,00
	José Ferreira da Fonseca	33.600,00
	José Alves Bandeira	33.300,00
	Antonio José Rodrigues	26.400,00
	Antonio da Silva Ferreira	24.000,00
	José Francisco Guimarães	24.000,00
	Manoel Alvares Pereira	24.000,00
	Manoel Francisco Silva	22.400,00
	Bernardo José da Silva	18.000,00
	Damião Pinto da Costa	14.400,00
	João Antonio Vieira	14.400,00
	João Pedro Teixeira	10.200,00
	Luís Caetano F.	9.600,00
	Antonio Gomes Sobral	6.000,00
	Antonio Saraiva Pereira	3.600,00
	Caetano Alberto Ferreira	1.350,00
	<hr/> Total	<hr/> 3.409.800,00
	Veneza	
	Gedefroy Gisler	40.350,00
	Antonio Chevalier	36.000,00
	João Solaico	7.950,00
	<hr/> Total	<hr/> 84.300,00

**Tabela 4: Lista dos mercadores que comercializaram apenas com um porto de origem, apresentando também a quantidade (em libras) e o valor total movimentado (em reis)**

<b>Mercador</b>	<b>Porto de Origem</b>	<b>Quantidade total movimentada (em libras)</b>	<b>Valor total Movimentado (em reis)</b>
<b>Administradores da Negociação do navio n. santo antonio</b>	<b>Holanda</b>	<b>400.000,00</b>	<b>5.950,00</b>
<b>Alberinni Fironi Suvata</b>	<b>Cádiz</b>	<b>132,10</b>	<b>8.000,00</b>
<b>Albertine Fricone</b>	<b>Cádiz</b>	<b>1.224,67</b>	<b>66.000,00</b>
<b>Aleji Bandala</b>	<b>Gênova</b>	<b>-</b>	<b>22.400,00</b>
<b>Anastácio da Silva Rego</b>	<b>Pernambuco</b>	<b>564,19</b>	<b>86.400,00</b>
<b>Antonio Cipriano Tavares Nogueira</b>	<b>Bahia</b>	<b>600,00</b>	<b>76.800,00</b>
<b>Antonio Cotasco (Colasco) da Silva</b>	<b>Gênova</b>	<b>685,68</b>	<b>216.900,00</b>
<b>Antonio da Costa Pinto</b>	<b>Pará</b>	<b>1.161,57</b>	<b>76.000,00</b>
<b>Antonio Ferreira da Silva</b>	<b>-</b>	<b>802,40</b>	<b>1.950,00</b>
<b>Antonio Ferreira Soares</b>	<b>Gênova</b>	<b>234,10</b>	<b>10.960,00</b>
<b>Antonio Francisco da Silva</b>	<b>Bahia</b>	<b>68,19</b>	<b>6.800,00</b>
<b>Antonio Francisco Rodrigues</b>	<b>Gênova</b>	<b>300,00</b>	<b>156.000,00</b>
<b>Antonio Gomes Sobral</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>64,19</b>	<b>6.000,00</b>
<b>Antonio João Legrica</b>	<b>Cádiz</b>	<b>296,29</b>	<b>129.600,00</b>
<b>Antonio José da Silva Tregoso</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>300,00</b>	<b>43.200,00</b>
<b>Antonio José Fernandes</b>	<b>Cádiz</b>	<b>200.000,00</b>	<b>48.000,00</b>
<b>Antonio José Pereira</b>	<b>Bahia</b>	<b>100,00</b>	<b>13.200,00</b>
<b>Antonio José Rodrigues</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>305,68</b>	<b>26.400,00</b>
<b>Antonio Leite</b>	<b>Bahia</b>	<b>700,00</b>	<b>105.600,00</b>
<b>Antonio Lopes M.</b>	<b>Bahia</b>	<b>132,10</b>	<b>19.200,00</b>
<b>Antonio Luís Lamaignere</b>	<b>Cádiz</b>	<b>396,29</b>	<b>24.000,00</b>
<b>Antonio Maria Penço</b>	<b>Gênova</b>	<b>210,00</b>	<b>129.400,00</b>
<b>Antonio Marques da Silveira</b>	<b>Bahia</b>	<b>264,19</b>	<b>33.600,00</b>
<b>Antonio Martins Portela</b>	<b>Bahia</b>	<b>305,68</b>	<b>19.200,00</b>
<b>Antonio Ribeiro Soares</b>	<b>Pernambuco</b>	<b>80,19</b>	<b>9.600,00</b>
<b>Antonio Rodrigues de Castro</b>	<b>Pará</b>	<b>183,41</b>	<b>12.000,00</b>
<b>Antonio Saraiva Pereira</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>32,10</b>	<b>3.600,00</b>
<b>Arcangel Kappe</b>	<b>Gênova</b>	<b>1.428,38</b>	<b>163.840,00</b>
<b>Arcangelo Chape</b>	<b>Gênova</b>	<b>860,48</b>	<b>80.640,00</b>
<b>Bartolomeu Chape</b>	<b>Cádiz</b>	<b>1.032,10</b>	<b>278.400,00</b>
<b>Bartolomeu Luis Glighome</b>	<b>Gênova</b>	<b>200.000,00</b>	<b>96.000,00</b>
<b>Belchior de Araújo Costa</b>	<b>Pará</b>	<b>458,52</b>	<b>30.000,00</b>
<b>Benedito Boavieira</b>	<b>Cádiz</b>	<b>432,10</b>	<b>32.000,00</b>
<b>Benedito Boavieira</b>	<b>Gênova</b>	<b>860,48</b>	<b>107.190,00</b>

Bento Cormely	Cádiz	300,00	36.000,00
Bernardo Nunes Vieira	Gênova	600.000,00	5.400,00
Caetano José Rodrigues	Pará	400.000,00	44.400,00
Caetano Salvo	Cádiz	280,19	23.000,00
Canbição Riço	Holanda	132,10	38.400,00
Constante A. Guirra	Gênova	200,00	14.400,00
Constantino Gonçalves Reis	Holanda	132,10	25.600,00
Cristiano Copeque	Bahia	128,00	21.900,00
Custódio Pinto Ribeiro	Gênova	1.028,38	60.000,00
Damazo Pereira	Holanda	1.096,29	75.250,00
Daniel Gomes Franco	Holanda		65.000,00
Domingos Alvares Vieira	Gênova	564,19	15.000,00
Domingos Dantas	Pará	264,19	12.000,00
Domingos Perone	Gênova	600.026,00	188.300,00
Domingos Rodrigues Bandeira	Pará	336,24	22.000,00
Domingos Travega	Gênova	932,10	102.400,00
Duarte Lopes Rosa	Gênova	432,10	33.600,00
Felipe de Napoles	Cádiz	264,19	16.000,00
Firone Esuvalta	Bahia	832,10	115.200,00
Francisco Arboim	Cádiz	732,10	54.000,00
Francisco da Veiga Nunes	Pará	213,97	14.000,00
Francisco Daniel	Holanda	140,00	64.000,00
Francisco Duarte Serra	Pará	489,08	32.000,00
Francisco Estevão Chepelin	Cádiz	792,58	48.000,00
Francisco Jorge Moreira	Cádiz	200,00	16.000,00
Francisco José Runa	Bahia	100,00	12.000,00
Francisco Machado Ruse	Cádiz	164,19	12.000,00
Francisco Murta	Cádiz	332,10	36.000,00
Frederico Antonio Stifchen	-	1.797,38	35.000,00
Henrique Cassar	Gênova	2.360,48	230.520,00
Jacome Buton	Cádiz	64,19	2.000,00
Jacomo Samarego	Bahia	305,68	43.200,00
Jacomo Samarego (Sarego)	Gênova	1.000.871,53	789.800,00
Jacon Branfil	Holanda	100,00	38.400,00
Jeronimo Rodrigues Viana	Pernambuco	100,00	14.400,00
Jeronimo Valabella	Cadiz	184,59	111.604,00
João Afonso Viana	Rio de Janeiro	611,35	45.600,00
João Alvares Barbosa	Rio de Janeiro	2.877,73	403.200,00
João Alvares Martins	Bahia	1.742,23	252.400,00
João Alvares Viana	Pará	244,54	16.000,00
João Andrade Penço	Cádiz	186,03	58.200,00
João Antonio Gonçalves	Holanda	32,10	12.800,00
João Antonio Vieira	Rio de Janeiro	200.000,00	14.400,00
João Baptista Galiano	Gênova	2.400.000,00	93.800,00
João Batista Antunes	Cádiz	364,19	115.200,00
João Batista de Brum	Cádiz	132,10	8.000,00

João Batista Merendol	Gênova	464,19	8.800,00
João Bemel	Cádiz	988,86	58.000,00
	Rio de		
João Coelho da Costa	Janeiro	400.000,00	81.600,00
João da Silva Ledo	Pará	1.803,49	118.000,00
João de Campos da Silva	Gênova	1.600,00	22.400,00
João de Castro Guimarães	Pernambuco	460,48	57.600,00
João de Freitas Vianna	Gênova	141,10	16.900,00
João de Miranda Castro	Bahia	1.196,29	168.000,00
João de Sousa Ledo	Pará	2.781,66	192.000,00
João do Rego	Cádiz	160,48	6.000,00
João Domingos Sori	Gênova	696,29	13.800,00
João Gelins	Cádiz	496,29	30.000,00
João Gerald	Cádiz	64,19	2.000,00
João José Moreira Monte Verde	Gênova	2.528,38	286.720,00
João Lamanier	Cádiz	917,25	44.000,00
João M. Tavares	Pará	305,68	4.800,00
João Massa	Gênova	1.520,96	137.420,00
João Page	Holanda	1.354,10	18.600,00
	Rio de		
João Paulo das Neves	Janeiro	664,19	64.000,00
João Paz do Amaral	Bahia	56,10	7.200,00
	Rio de		
João Pedro Teixeira	Janeiro	96,29	10.200,00
João Pinto Soares	Bahia	392,58	48.000,00
João Potis	Livorno	2.396,29	76.800,00
	Rio de		
João Teixeira de Barros	Janeiro	1.528,38	100.800,00
Joaquim de Almeida	Pará	96,29	25.600,00
Joaquim Pires da Silva	Gênova	296,29	19.200,00
Jorge Picardo	Gênova	256,77	1.950,00
José Alvares Correia	Cádiz	100,00	8.000,00
	Rio de		
José Alves Bandeira	Janeiro	300,00	33.300,00
José Antonio Catelão	Gênova	4.300,00	90.750,00
José Antonio da Silva	Cádiz	1.192,58	76.000,00
José Antonio Gaspar	Pará	1.600.000,00	119.040,00
José Colares	Pará	611,35	16.800,00
José de Especa	-	96,29	1.500,00
	Rio de		
José de Sousa Abreu	Janeiro	2.217,25	288.000,00
	Rio de		
José Ferreira da Fonseca	Janeiro	200,00	33.600,00
José Fontana	Gênova	7.617,25	205.630,00
José Francisco Alves	Bahia	305,68	48.000,00
José Francisco Campos	Pará	100.000,00	38.400,00
	Rio de		
José Francisco Guimarães	Janeiro	196,29	24.000,00
José Freire de Carvalho	-	2.760,48	63.000,00

José Gomes Franco	Cádiz	50.000,00	18.800,00
José Gonçalves Macieira	Bahia	305,68	7.200,00
José Murta	Gênova	1.801.632,10	564.830,00
José Pereira de Almeida	-	305,68	14.400,00
José Pereira de Carvalho	Pará		17.200,00
José Santana	Gênova	832,10	38.400,00
Julião Francisco Torres	Cádiz	232,10	16.000,00
Lázaro Pitalluga	Gênova	300,00	35.840,00
Lourenço José Duarte	Bahia	1.528,38	87.800,00
Luís Antonio Trois	Cádiz	132,10	8.000,00
	Rio de		
Luís Caetano F.	Janeiro	80,19	9.600,00
Luís Cipriano Rabello	Bahia	305,68	24.000,00
	Rio de		
Manoel Afonso Rig.	Janeiro	464,19	48.000,00
Manoel Carvalho	Goa	3.105,29	295.870,00
Manoel Carvalho Froes	Gênova	2.592,58	281.600,00
Manoel Chape	Gênova	755,68	330.000,00
Manoel da Fonseca Sousa	Bahia	611,35	48.000,00
Manoel da Silva Franco	Holanda	200.000,00	51.200,00
Manoel de Almeida Braga	Pará	3.606,99	246.000,00
Manoel de Oliveira da Costa	Bahia	24,00	2.700,00
	Rio de		
Manoel de Sousa Silva	Janeiro	2.385,15	374.800,00
	Rio de		
Manoel do Carmo	Janeiro	992,58	134.400,00
Manoel Fernandes	Pará	2.751,09	74.400,00
	Rio de		
Manoel Francisco Silva	Janeiro	264,19	22.400,00
Manoel Gomes Trano	Holanda	1.541,63	156.514,00
Manoel Gonçalves	Bahia	432,10	57.600,00
Manoel Gregório de Almeida	Bahia	200.000,00	33.600,00
Manoel José Curvo	Bahia	96,29	8.000,00
Manoel José de Oliveira			
Jacomo	Pernambuco	100.000,00	4.800,00
Manoel José de Sousa			
Mascarenhas	Pernambuco	264,19	5.000,00
Manoel Lopes Antunes	Pará	580,79	38.000,00
Manoel Martins Fragoso	Bahia	384,19	65.700,00
Miguel de Sousa Abreu	Pernambuco	1.856,77	269.200,00
Natal Gerald	Cádiz	1.360,48	82.000,00
Nicolau Granier	Holanda	6.745,63	1.280.000,00
Nicolau José Vicco	Gênova	664,19	76.800,00
Nicolau Pereora	Bahia	632,10	81.600,00
Padre Manoel Francisco	Holanda	564,19	76.800,00
Pedro Ambrosio Peroni	Gênova	305,68	8.700,00
Pedro Dhoudain	Bahia	64,19	1.200,00
Pedro Gonçalves Andrade	Bahia	232,10	36.000,00
Pedro Rodrigues de Aguiar	Cádiz	600.000,00	345.600,00
Pedro Thomas Badano	Bahia	305,68	28.800,00

<b>Porfírio de Sousa</b>	<b>Cádiz</b>	<b>960,48</b>	<b>58.000,00</b>
<b>Próspero d'Ambrosi</b>	<b>Gênova</b>	<b>1.020,00</b>	<b>135.200,00</b>
<b>Rafael Alvares</b>	<b>Bahia</b>	<b>360,48</b>	<b>51.000,00</b>
<b>Silvestre Francisco</b>	<b>-</b>	<b>1.828,38</b>	<b>48.000,00</b>
<b>Thomaz de França</b>	<b>-</b>	<b>11.600,00</b>	<b>185.000,00</b>
<b>Thomas Lopes Torres</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>192,58</b>	
<b>Thomas Montano</b>	<b>Gênova</b>	<b>564,19</b>	<b>49.600,00</b>
<b>Veríssimo Dias de Macedo</b>	<b>Bahia</b>	<b>732,10</b>	<b>100.800,00</b>

**Tabela 5: Lista dos mercadores que comercializaram com mais de um porto de origem com base na quantidade total movimentada (em libras)**

Mercador	Porto de Origem	Quantidade total movimentada (em libras)
Ambrósio Penço	Gênova	4.120,96
	Cádiz	64,19
	Total	4.185,15
Antonio Bento Chape	Gênova	17.401,09
	Cádiz	2.149,34
	-	1.228,38
	Holanda	500,00
	Total	21.278,82
Antonio Caetano Ferreira	-	2.060,48
	Holanda	564,19
	Total	2.624,67
Antonio Chevalier	Gênova	29.187,12
	Cádiz	7.508,56
	Holanda	7.330,79
	Rio de Janeiro	2.388,86
	Bahia	2.092,58
	Pernambuco	2.060,48
	Veneza	632,10
	Londres	366,81
Total	51.567,29	
Antonio da Silva Ferreira	Pernambuco	264,19
	Rio de Janeiro	232,10
	Total	496,29
Antonio José Jun.	Holanda	1.332,10
	-	532,10
	Total	1.864,19
Antonio Massa	Gênova	15.782,53
	Cádiz	996,29
	Pará	364,19
	Holanda	300,00
	Total	17.443,01
Antonio Murta	Gênova	100.000,00
	Holanda	50.000,00
	Cádiz	1.592,58
	Total	151.592,58
Antonio Penço	Gênova	3.977,73
	Londres	400,00
	Cádiz	96,29
	Total	4.474,02
Bartolomeu Raggio	Gênova	4.101,15
	Holanda	2.609,83
	Lion	696,29
	Cádiz	276,48
	Total	7.683,75
Bento José Alvares	Pará	589,08

	Cádiz	164,19
	Total	753,28
Bernardo José da Silva	Cádiz	996,29
	Rio de Janeiro	100,00
	Total	1.096,29
Caetano Alberto Ferreira	Holanda	914,02
	Gênova	164,19
	Rio de Janeiro	9,00
	Total	1.087,21
Caetano Penço	Gênova	19.753,34
	Holanda	1.520,96
	Cádiz	1.444,15
	Londres	1.206,99
	-	165,94
Total	24.091,38	
Cornelio Jacob Eriège	-	348,00
	Holanda	300,00
	Gênova	192,00
	Total	840,00
Damião Pinto da Costa	Pernambuco	464,19
	Rio de Janeiro	164,19
	Total	628,38
Dionísio Chevalier	Bahia	1.200.896,29
	Gênova	407.002,02
	Holanda	26.427,04
	Cádiz	3.016,38
	Pernambuco	2.000,00
	Rio de Janeiro	300,00
	Pará	288,48
Total	1.639.930,20	
Domingos Lourenço	Livorno	5.453,06
	Bahia	464,19
	Pará	183,41
	-	132,10
Total	6.232,75	
Ernesto Augusto Biester	Gênova	200.000,00
	Bahia	611,35
	Holanda	
	Total	200.611,35
Feliciano Velho Oldemberg	Holanda	3.956,77
	Macau	824,67
	Total	4.781,44
Fontanda Durante	Gênova	960,48
	Holanda	
	Total	960,48
Francisco Chape	Gênova	100,00
	Holanda	100,00
	Total	200,00
Francisco dos Reis Campos	-	860,48



	Pernambuco	596,29
	Gênova	328,38
	Cádiz	196,29
	Holanda	196,29
	Total	2.177,73
Francisco Maria Rois	Gênova	402.196,29
	Cádiz	596,29
	Holanda	300,00
	Total	403.092,58
Francisco Pacheco de Figueiredo	Gênova	7.945,63
	-	1.728,38
	Holanda	252,38
	Total	9.926,40
Galli e Nicolline	-	896,29
	Holanda	200,00
	Total	1.096,29
Gedefroy Gisler	Holanda	12.512,09
	Gênova	5.992,14
	Londres	4.585,15
	Veneza	1.064,19
	Cádiz	1.013,54
	Bahia	700,00
	Rio de Janeiro	464,19
Total	26.331,30	
Jacinto Chape	Holanda	1.128,38
	Gênova	657,42
	Cádiz	232,10
	Londres	219,65
	Total	2.237,55
Jacome Felipe Lago	Gênova	2.120,96
	Holanda	396,29
	Total	2.517,25
Jacome Glira	Cádiz	460,48
	Gênova	264,19
	Total	724,67
Jeronimo Canalle Valebella	Gênova	52.414,41
	Holanda	4.455,06
	Cádiz	3.209,83
	-	1.400,44
	Londres	1.296,29
	Livorno	1.128,38
	Total	63.904,40
João Ambrósio Escanilha	Gênova	1.264,19
	Londres	104,80
	Total	1.369,00
João Andre Penço	Gênova	1.513.667,25
	Holanda	3.300,00
	Cádiz	1.698,91
	Bahia	32,10
	Londres	0,00

	Total	1.518.698,25
João André Regio	Gênova	2.568,25
	Holanda	979,38
	Total	3.547,63
João Antonio de Amorim Viana	Bahia	1.092,58
	Rio de Janeiro	501,97
	Pernambuco	100,00
	Total	1.694,54
João Batista Chape	Gênova	18.274,67
	Londres	764,19
	Cádiz	364,19
	-	305,68
	Holanda	21,83
Total	19.730,57	
João de Oliveira Guimarães	Rio de Janeiro	200.000,00
	Pernambuco	1.222,71
	Bahia	305,68
	Total	201.528,38
João Domingues Travega	Holanda	5.001,09
	Gênova	3.228,29
	Total	8.229,38
João Gil	Londres	2.528,38
	Holanda	1.052,40
	Gênova	600,00
	Cádiz	560,48
	Total	4.741,27
João Henrique Alvares	Bahia	4.092,58
	-	3.269,06
	Pernambuco	728,38
	Cádiz	196,29
	Total	8.286,31
João Solaico	Gênova	4.153,06
	Holanda	596,29
	Pará	596,29
	Veneza	64,19
	Total	5.409,83
José Chape	Gênova	4.120,96
	Holanda	392,58
	Total	4.513,54
José Despie	-	132,10
	Holanda	100,00
	Total	232,10
José Domingos Travega	Gênova	2.224,67
	Holanda	1.448,10
	Cádiz	69,19
	Total	3.741,96
José Domingues	Pará	1.589,52
	Pernambuco	200,00
	Total	1.789,52

José Joaquim de Almeida	Pará	1.069,87
	Cádiz	64,19
	Total	1.134,06
José Massa	Gênova	844.218,34
	Holanda	10.647,59
	Cádiz	2.096,29
	Londres	240,58
	Bahia	96,29
	Gênova	1.000.000,00
	Total	857.299,08
José Nobre	-	1.300,00
	Londres	611,35
	Cádiz	6,55
	Total	1.917,90
José Nunes Nobre	-	260,48
	Holanda	100,00
	Total	360,48
José Rebelo	Pernambuco	596,29
	Cádiz	300,00
	Total	896,29
José Rodrigues Bandeira	Gênova	9.853,06
	-	1.960,48
	Holanda	200,00
	Livorno	164,19
	Total	12.177,73
Leandro dos Reis	Rio de Janeiro	611,35
	Pernambuco	305,68
	Total	917,03
Lourenço de Carvalho	Cádiz	564,19
	Holanda	100,00
	Total	664,19
Lourenço Escaminha	-	9.450,66
	Gênova	1.432,10
	Total	10.882,75
Luís Nicolline	Gênova	1.660,48
	-	764,19
	Total	2.424,67
Luís Pereira de Melo	Bahia	3.164,19
	Rio de Janeiro	564,19
	Pernambuco	396,29
	Total	4.124,67
Manoel Alvares da Matta	Rio de Janeiro	728,38
	-	564,19
	Total	1.292,58
Manoel Alvares Pereira	Rio de Janeiro	428,38
	Bahia	264,19
	Total	692,58
Manoel José Oliveira Borges	Bahia	1.369,87
	Rio de Janeiro	469,87

	Total	1.839,74
Manoel Massa	Gênova	9.078,52
	Veneza	1.370,31
	Total	10.448,83
Manoel Rodrigues da Costa	Cádiz	24,00
	Holanda	22,00
	Total	46,00
Manoel Rodrigues de Sá Viana	Bahia	2.356,77
	Rio de Janeiro	1.196,29
	Pará	664,19
	Total	4.217,25
Martine Frizone	Gênova	1.628,38
	Cádiz	296,29
	Total	1.924,67
Martinho João Ribeiro	Rio de Janeiro	332,10
	Pernambuco	132,10
	Total	464,19
Matheus Poteir	Bahia	3.000,00
	Rio de Janeiro	864,19
	Total	3.864,19
Miguel Arcanjo	Gênova	5.360,48
	Holanda	420,96
	Pará	420,96
	Veneza	32,10
	Total	6.234,50
Nicolau Gialdo	Gênova	528,38
	Cádiz	232,10
	Total	760,48
Nicolau Massa	Holanda	6.606,76
	Gênova	6.185,15
	Cádiz	296,29
	Pará	264,19
	Total	13.352,39
Policarpo José Machado	Rio de Janeiro	5.041,92
	Bahia	2.656,77
	Pernambuco	200,00
	Total	7.898,69
Rafael Ricca	Holanda	4.260,48
	Gênova	2.824,67
	Total	7.085,15
Sebastião Cantelo	Gênova	15.423,36
	Holanda	10.760,48
	Cádiz	764,19
	Total	26.948,03
Simão de Bastos	Goa	43,00
	Macau	24,00
	Total	67,00
Vicente Ardicon	Gênova	15.741,92
	Cádiz	7.819,65

Holanda	396,29
Total	23.957,86

---